

NENGUDI GOMES CAMPOS MIGUEL

**A POBREZA DOS IDOSOS EM PORTUGAL.
A PERCEÇÃO DA POBREZA DOS IDOSOS NA UNIÃO
DAS FREGUESIAS DO LARANJEIRO E FEIJÓ**

Orientador: Professora Doutora Aida Lopes Bento Esteves Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2016

NENGUDI GOMES CAMPOS MIGUEL

**A POBREZA DOS IDOSOS EM PORTUGAL.
A PERCEÇÃO DA POBREZA DOS IDOSOS NA UNIÃO
DAS FREGUESIAS DO LARANJEIRO E FEIJÓ**

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 07/ 02/ 2017, perante o júri,
nomeado pelo Despacho Reitoral nº 14/2017, com a
seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira.

Arguente: Prof.^a Doutora Maria Irene Carvalho.

Orientador: Prof.^a Doutora Aida Ferreira.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2016

Agradecimentos

O caminho percorrido até aqui não foi fácil, por este motivo quero deixar aqui expresso o meu profundo agradecimento a todos que contribuíram para que este sonho se tornasse numa realidade.

Em primeiro lugar quero agradecer a minha Professora e orientadora Doutora Aida Lopes Bento Ferreira por me ter acompanhado neste processo, deixo o meu profundo agradecimento pela instrução, motivação, amizade e força, sem falar da eterna paciência, sobretudo nos momentos mais difíceis, sem os quais teria sido impensável terminar esta investigação.

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa e ao Instituto de Serviço Social pela instrução, obrigada por terem contribuído para a minha formação e valorização pessoal, a todos o meu muito obrigado.

Aos meus Pais Pumba Lowa, Mário Gil Campos e Pedro Domingos Pinda (em memória). As minhas avós Manuela e Isabel Garcia (em memória).

A minha rica Mãe Ana Lowa, obrigada pelo seu eterno AMOR. Aos meus filhos Wanderley, Ana Paka, e Daniel, o meu muito obrigada pela paciência, compreensão, carinho, ajuda e motivação. Ao meu Esposo Daniel Miguel obrigada pelo seu amor, compreensão, motivação, carinho e toda a paciência que teve ao longo deste período. Aos meus irmãos, Simão, Mbokeno e Edson, pelo vosso grande amor, motivação, ajuda, carinho e paciência. Aos meus tios, sobrinhos, primos, cunhados, amigos, e restantes dos familiares, grata pelo vosso grande amor.

Aos meus Colegas Dra. Cristina Santos, Óscar Mofate e Dra. Ana Sofia o meu muito obrigado pelo vosso precioso apoio e motivação. GRATA.

A todas as instituições, utentes, e profissionais, que dispensaram do seu precioso tempo e ajudaram-me na concretização deste objetivo, o meu profundo agradecimento, a vossa disponibilidade e contribuição foi fundamental para conclusão desta investigação.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concretizar este grande objetivo, o meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho intitulado *A pobreza dos Idosos em Portugal. A perceção da Pobreza dos Idosos na União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó* visa compreender a perceção que os idosos têm da sua situação de pobreza, como gerem a sua situação, bem como a perceção dos profissionais que prestam os apoios sociais a nível local para o debate a esse fenómeno. Segue-se o método indutivo, descritivo e interpretativo consistindo a metodologia numa abordagem essencialmente qualitativa socorrendo-se fundamentalmente em termos de técnicas de recolha de dados, da pesquisa bibliográfica e entrevista semi-estruturada e semi-diretiva tendo como sujeitos participantes do estudo, idosos em situação de pobreza e profissionais que intervêm com os idosos a nível local. A recolha de dados realizou-se em três instituições da União das freguesias do Laranjeiro e Feijó nos dias 10, 12 e 16 de Maio de 2016 e 1 de Junho do ano referido. Sendo que os idosos foram entrevistados apenas numa das instituições pela facilidade de acesso aos mesmos.

Deste modo, parece-nos legítimo afirmar que a pobreza implica sempre a ideia de precariedade das condições de vida na medida em que tal como eles próprios sublinharam vivem com muito poucos recursos. Deixam em evidência que a maioria dos utentes do centro de dia da instituição em estudo, vivem com os rendimentos, das pensões de velhice muito baixas. Dos cinco utentes entrevistados apenas uma demonstrou ter rendimento suficiente para viver com o filho. Os restantes utentes sentem-se remediados, referindo que vivem com poucos rendimentos. Quanto à satisfação demonstrada pelos serviços prestados pela instituição que os apoia, na sua generalidade os utentes entrevistados classificaram como positivo, evidenciando as medidas de combate a pobreza dos idosos nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, enunciadas pelos profissionais entrevistados as mesmas consubstanciam-se fundamentalmente em trabalho em rede, parcerias, articulação, coordenação em ordem à obtenção de respostas complementares. Algumas dessas respostas incluem a prestação de bens alimentares, prestações pecuniárias eventuais para vários fins. Também o centro de dia, apoio domiciliário, a ação social, e intervenção comunitária direta, assim como a cantina social, constituem-se como respostas a população idosa em situação de pobreza a nível local.

Palavras-chaves: Pobreza, Pobres, Privação, Idosos e Políticas Sociais.

ABSTRACT

This work entitled Poverty of the Elderly in Portugal. The perception of the Poverty of the Elderly in the Union Parishes of Laranjeiro and Feijo aims to understand the perception that the elderly have of their poverty situation, how to manage their situation, as well as the perception of the professionals that lend social support the local level to the debate to this phenomenon. The inductive, discretionary and interpretive method follows the methodology in an essentially qualitative approach resorting fundamentally in terms of techniques of data collection, bibliographical research and semi-structured and semi-directive interview with subjects of the study, elderly in the situation of poverty and professionals who intervene with the elderly at the local level. Data collection was carried out in three institutions of the Parish Union of Laranjeiro and Feijó on 10, 12 and 16 May 2016 and 1 June of the referred year. Being that the elderly were interviewed only in one of the institutions by the facilitie of access to them.

In this way, it seems legitimate to say that poverty always implies the idea of precarious living conditions to the extent that, as they themselves have pointed out, they live with very few resources. They make it clear that the majority of users of the day care center of the study institution live on the income from very low old age pensions. Of the five users interviewed, only one person showed sufficient income to live with the child. The remaining users feel remediated, saying that they live on low incomes. As for the satisfaction shown by the services provided by the institution that supports them, in general the users interviewed classified as positive, evidencing the measures to combat poverty of the elderly in the parishes of Laranjeiro and Feijó, enunciated by the professionals interviewed, are essentially based on networking, partnerships, coordination and coordination in order to obtain complementary responses. Some of these responses include the provision of food, occasional cash benefits for various purposes. Day center, home support, social action, and direct community intervention, as well as the social canteen, constitute responses to the elderly population living in poverty at the local level.

Keywords: Poverty, the Poor, Deprivation, the Elderly, and Social Policies.

ABREVIATURAS E SIGNIFICADOS

AECPEs- Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social

AML- Área Metropolitana de Lisboa

ANMP- Associação Nacional dos Municípios Portugueses

APA- Associação Psicológica Americana

ATL- Atividades de Tempos Livres

BM- Banco Mundial

CMA- Câmara Municipal de Almada

CLASA- Conselho Local de Ação Social de Almada

CD- Centro de Dia

CE- Comissão Europeia

E- Entrevistadora

E1- Entrevistado Profissional 1

EAPN- Rede Europeia Anti – Pobreza Portugal

FEAD- Fundo de Auxílio Europeu as Pessoas mais Carênciadas

FMI- Fundo Monetário Internacional

GAPA- Gabinete de Apoio Psicológico e Acompanhamento

GEP- Gabinete de Estratégia e Planeamento

GNR- Guarda Nacional Republicana

GRP- Governo da República Portuguesa

GCIA- Grupo Concelhio de Idosos de Almada

INE- Instituto Nacional de Estatística

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS- Instituto da Segurança Social

JFLF- Junta de Freguesia do Laranjeiro e Feijó

LI- Lares de Idosos

MSS - Ministério da Segurança Social

MSST- Ministério da Segurança Social e do Trabalho

MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS - Organização Mundial da Saúde

OIT - Organização Internacional de Trabalho

PISACA – Projeto de Intervenção Social Articulada do Concelho de Almada

RSES - Rede de Serviços, Equipamentos e Respostas Sociais

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RSI - Rendimentos Social de Isenção

SS - Segurança Social

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

TV- Televisão

U1- Utente 1

UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Ativa

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
1.1. Definição do conceito da pobreza	22
1.2 A pobreza dos idosos na Europa e em Portugal: Principais caraterísticas	24
1.3 Idoso/ Envelhecimento: Impacto na Sociedade.....	31
1.4 Sistema de Apoio aos Idosos em Portugal: Informal e Formal	35
1.4.1 Apoio Informal e Transformação a Família	35
1.4.2 Apoio Formal	37
1.5 Políticas Sociais de Combate à Pobreza Dirigida à População Idosa	41
CAPÍTULO 2 CARATERIZAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DO LARANJEIRO E FEIJÓ	44
2.1 Breve Historial da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.....	44
2.2 Dimensão Demográfica.....	45
2.3 Dimensão Económica.....	48
2.4 Dimensão Cultural	50
2.4.1 Património Local: Monumentos e Esculturas	50
2.4.2 Brasões da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.....	50
2.4.3 Associativismo nas freguesias do Laranjeiro e Feijó	51
3. Dimensão Social.....	52
3.1 Equipamentos, Serviços e respostas sociais dirigido à população idosa em Portugal	53
3.2 Respostas Sociais dirigida à população idosa nas freguesias do Laranjeiro e Feijó	54
CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO	58
3.1 Abordagem Qualitativa	58
3.2 Desenho da investigação	59
3.3 Caraterização do local específico do estudo empírico	60
3.4 Caraterização dos sujeitos participantes do estudo	62
3.5 Caraterização da Amostra: Procedimentos.....	64
3.6 Recolha de Informação: Procedimentos.....	66

3.7 Tratamento de Dados: Procedimentos.....	68
CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	71
4.1 Prática Profissional.....	71
4.1.1 Tempo de trabalho.....	71
4.1.2 A função do Assistente Social na instituição em estudo	72
4.1.3 Objetivos das instituições onde os profissionais exercem o seu trabalho	73
4.1.4 A forma como os profissionais articulam o trabalho com os outros profissionais e instituições	74
4.1.5 Principais estratégias utilizadas no exercício da função do entrevistado	75
4.2. Perceção sobre a pobreza em Portugal	76
4.2.1 Definição de pobreza na perspetiva dos profissionais entrevistados.....	76
4.2.2 Definição de pessoa pobre na perspetiva dos profissionais entrevistados.....	77
4.2.3 Perceção dos profissionais entrevistados acerca de como as pessoas pobres vivem a sua situação	79
4.2.4 Intervenção realizada junto destas pessoas e como são tratados os casos.....	80
4.2.5 Particularidades do fenómeno da pobreza no distrito de Setúbal concretamente nas freguesias do Laranjeiro e Feijó	82
4.3 Atendimento e orientação às solicitações das pessoas em situações de pobreza	84
4.3.1 Pessoa responsável pela triagem em situações de pobreza na instituição	85
4.3.2 Como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas.....	85
4.3.3 Determinação de pobre nesta instituição.....	86
4.3.4. Os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza atendidos na instituição.....	87
4.3.5 A instituição consegue dar resposta a todas as solicitações das pessoas em situação de pobreza	88
4.4 Ajudas Institucionais	88
4.4.1 Respostas Sociais das Instituições em Estudo.....	89
4.4.2 Respostas sociais mais solicitadas nas instituições em estudo.....	89
4.4.3 Medidas de Políticas Sociais operacionalizadas nesta instituição.....	91
4.4.4 Relevância das Políticas Sociais para os idosos existentes em Portugal.....	92

4.4.5 Medidas políticas que podem ser tomadas para combater a pobreza dos Idosos em Portugal	93
4.5 Dificuldades dos profissionais que intervêm em situação de pobreza	94
4.5.1 Dificuldades sentida pelos profissionais entrevistados no atendimento a problemática da pobreza	95
4.5.2 Dificuldades sentidas ao nível familiar no apoio aos idosos	95
4.6 Perceção sobre a pobreza	97
4.6.1 Definição da pobreza na perceção do idoso entrevistado.....	97
4.6.2 Perceção do entrevistado sobre a sua situação	98
4.6.3 Razões que estão na base da pobreza dos idosos	99
4.6.4 Caracterização socioeconómica dos entrevistados.....	101
4.6.5 Rendimentos dos idosos entrevistados nos últimos 12 meses.....	101
4.6.6 Contributo do rendimento do entrevistado ao agregado familiar.....	101
4.6.7 Contributo dos rendimentos do entrevistado nas suas despesas pessoais	102
4.7 Ajudas Institucionais	102
4.7.1 Apoio que as instituições disponibilizam para os seus utentes	102
4.7.2 O modo como são respondidos os pedidos de apoio canalizados às instituições.....	103
4.7.3 Mudanças sentidas depois dos apoios prestados	103
4.7.4 Avaliação dos serviços prestados	104
4.7.5 A opinião do entrevistado sobre como seria a sua vida sem os apoios	104
Conclusão.....	106
Algumas reflexões.....	109
Referências Bibliográficas	110

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população residente nas freguesias do Laranjeiro e Feijó (2001 e 2011)	46
Tabela 2 - Estrutura etária da População das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (2001)	47
Tabela 3 - Estrutura etária da população da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (2011)	47
Tabela 4 - Índices de envelhecimento e dependência nas Freguesias do Laranjeiro e Feijó (2001 e 2011)	48
Tabela 5 - Número de Equipamentos, Capacidades das Respostas Sociais e as Certificações na União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó em 2016	54
Tabela 6 - Evolução das Pensões da Segurança Social no Concelho de Almada: Velhice, Invalidez e Sobrevivência de (1990 e 2013)	55
Tabela 7 - Beneficiários do RMG e RSI, por estrutura etária no Concelho de Almada (2003 e 2015)	56
Tabela 8 - Beneficiários do RMG e RSI por género no Concelho de Almada (2003 e 2015)	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pensionistas de Invalidez e Velhice do regime geral da segurança social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional (em euros) individuais	28
Gráfico 2 - Taxa de desemprego por sexo % em Portugal	29
Gráfico 3 - Indicadores de envelhecimento em Portugal	33

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Quadro Concetual	21
Figura 2 - Brasão da freguesia do Laranjeiro	50
Figura 3 - Brasão da freguesia do Feijó	50
Figura 4 - Logotipo da Junta de freguesia do Laranjeiro e Feijó	50

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice 1 –EMAIL ENVIADO AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO CONCELHO DE ALMADA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO	II
Apêndice 2 – TEOR DA CARTA DIRIGIDA AOS PRESIDENTES DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS	III
Apêndice 3 - CONSENTIMENTO INFORMANDO, DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS	V
Apêndice 4 - GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS PROFISSIONAIS	XIV
Apêndice 5 - GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA	XV
Apêndice 6 - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS	XVI
Apêndice 7 - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – UTENTES DO CENTRO DE DIA DA INSTITUIÇÃO ALMA DO BAIRO	XLIV
Apêndice 8 - GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS	LXI
Apêndice 9 - GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – UTENTES DO CENTRO DE DIA DA INSTITUIÇÃO ALMA DO BAIRO	LXXIX

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1- DECLARAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS DE LISBOA	LXXXVI
Anexo 2 - RESPOSTA DO PEDIDO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA	LXXXVII

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação cujo tema é *A pobreza dos Idosos em Portugal. A percepção da Pobreza dos Idosos na União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó*, surge no âmbito do Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar como exigência parcial para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da professora doutora Aida Ferreira. Com ele pretende-se dar um contributo para um conhecimento e uma compreensão mais aprofundada sobre a pobreza que afeta, sobretudo idosos, constituindo, um dos grandes flagelos das sociedades atuais.

Esta dissertação foi elaborada de acordo com novo acordo ortográfico e seguiu as normais da APA para citações e referências bibliográficas. A mesma encontra-se organizada a partir do desenvolvimento: Pobreza, Pobre, Privação, Idoso, e Políticas Sociais. Para a concretização dos objetivos, recorremos a diversas fontes de informações, que envolveu a pesquisa de diversas obras literárias de autores consagrados, sobre assuntos relacionados com a pobreza em Portugal, idosos, envelhecimento, política social dirigidas à terceira idade, proteção social e outros assuntos relacionadas com a problemática da pobreza dos idosos. Recorremos de igual modo às estatísticas nacionais e bases de dados online nomeadamente Google académico e Recíl que publicam estudos, artigos e relatórios no âmbito das organizações que estudam esta problemática. Como estratégia de estudo e para a concretização dos objetivos traçados, achou-se pertinente incluir apenas informações que foram consideradas importantes para a investigação.

É de salientar que, relativamente ao “estado da arte”, não encontramos estudos feitos que abordassem a problemática da pobreza nas freguesias em estudo. A maioria dos estudos disponíveis e que se debruçam sobre a temática da pobreza dos idosos em Portugal não fazem referência ao contexto do Concelho de Almada, particularmente à União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó. Com efeito, quando introduzimos palavras chaves do presente tema, nomeadamente “pobreza” “idosos” em bases de dados online (...), pouco ou nada conseguimos encontrar como fonte de informação para a obtenção de dados concretos sobre a situação atual dessas freguesias.

A concretização dos objetivos para a caracterização da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, baseou-se apenas no Diagnóstico Social do Concelho de Almada referente a 2001, relatórios da Câmara Municipal de Almada, Junta de freguesia do Laranjeiro e Feijó e Carta social: Redes de serviços e equipamentos de 2014.

Atualidade do Tema e a sua Pertinência

O fenómeno da *pobreza dos idosos*, revela-se de grande importância devido à saliência que a problemática da pobreza dos idosos apresenta atualmente em Portugal e na Europa²⁸. Sendo a pobreza um dos traços mais negativos da sociedade, os trabalhos de alguns investigadores nomeadamente por referência Capucha (2005); Pereirinha (2008); (Bruto da Costa et al., 2012), entre outros, dão-nos uma noção ampla da gravidade e persistência da pobreza, que atinge facilmente a população idosa, e principalmente as mulheres, tornando-se um tema de grande importância e delicado.

Nas últimas décadas em Portugal e não só, a pobreza dos idosos tem sido muito discutida em diversas esferas sociais com destaque para o domínio da comunicação social através de debates e reportagens apresentando um cenário que se mostra cada vez mais sombrio. Trata-se de um tema de extrema preocupação em muitos estados da comunidade Europeia, incluindo Portugal devido ao elevado número de pessoas idosas que se encontram em situação de pobreza, exclusão social e dependência.

No domínio académico desenvolveram-se muitos estudos bastante relevantes. Destaque-se por exemplo, os trabalhos já citados de Capucha (2005); (Pereirinha et al., 2008); (Sousa et. al 2004); (Bruto da Costa et al., 2012); Rosa (2016); entre outros, cujas preocupações de investigação apontam para os aspetos do aumento da população que se apresenta cada vez mais envelhecida, dependente e com poucos recursos para a sobrevivência em Portugal.

A Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal/EAPN Portugal (2016a), refere que a pobreza tem-se agravado nos últimos anos em consequência da crise económica e do impacto das várias medidas de austeridade aplicadas em alguns países da União Europeia²⁸. A rede referida mostra ainda que no ano de 2014 registaram-se cerca de 122 milhões de pessoas em situação de pobreza, correspondendo a 24.4% do total da população na UE28, em Portugal este valor foi de 27.5%, afetando sobretudo as mulheres (25.2%), por comparação aos homens (23.6%), na UE28.

Em Portugal também são as mulheres as mais afetadas pela pobreza (28.1%), por comparação aos homens (26.7%) (EAPN Portugal, 2016a). Num estudo desenvolvido por Tiago e Cardoso (2016) foi observado que 40% dos desempregados de longa duração em Portugal que pediram a reforma antecipada antes da idade legal, ficaram a receber uma pensão inferior à 400 euros mensais, sendo que no primeiro trimestre do referido ano acederam à reforma neste regime 2.244 pessoas. No seu trabalho sobre “economia” Louça e Caldas (2010) afirmam que os reformados e desempregados são os mais afetados pela pobreza em Portugal, e as medidas de combate a pobreza devem ter como objetivos a qualificação do trabalho e o aumento dos salários e pensões.

Nesta perspetiva, os dados apresentados pela EAPN Portugal (2016a) já referida, mostram que 17,1% da população idosa em Portugal, encontrava-se em risco de pobreza em 2014, superior em dois pontos percentuais ao valor registado em 2013 (15,1%). Na Europa como em Portugal a questão da pobreza nos idosos está relacionada com o género, pela percentagem do número das mulheres idosas na sociedade Europeia (Ribeiro & Paúl, 2011). As mulheres estão mais expostas a pobreza, não só pelos rendimentos baixos comparativamente aos homens, como também pela esperança média de vida mais elevada e ainda porque têm o maior índice, associado a doenças crónicas e degenerativas (Carrilho & Patrício, 2010). Nesta visão Carvalho, Paoletti e Rego (2011) afirmam que:

Para combater a pobreza nos idosos, as transferências financeiras os serviços e recursos sociais são essenciais, pois permitem melhorar as condições de vida desta parte da população e são um dos indicadores mais importante no que diz respeito a estratégia de inclusão e de crescimento sustentável da União Europeia até 2020. (p.115)

De acordo com Capucha (2005), os fatores da pobreza são de natureza objetiva entre elas as mudanças tecnológicas e a respetiva articulação com o sistema económico e o sistema de emprego. Por sua vez, Ferreira (2014) afirma que a “nova pobreza” afeta também os trabalhadores qualificados, excluídos do seu trabalho devido a transformações industriais e às alterações tecnológicas e ainda os trabalhadores com salários muito baixos. Carvalho (2013), refere que à par de considerarem o envelhecimento como um ganho da humanidade em consequência do aumento da longevidade e das melhorias das condições e qualidade de vida das pessoas com mais idade, os autores observam que o envelhecimento provoca discussão sobre as condições de perda de independência, assim como de autonomia no processo inexorável do envelhecimento, tendo um impacto profundo na sociedade.

Para Barbosa e Matos (2008), as pessoas passaram a viver mais tempo, algumas delas acompanhadas por doenças que as tornam dependentes do apoio dos seus familiares.

Contudo, devido às mudanças e dinâmicas ocorridas nas últimas décadas no quadro das estruturas familiares, a maioria dos membros de determinadas famílias são impedidos de ajudar os pais. Nesse cenário destaca-se como um dos determinantes desse impedimento a entrada da mulher para o mercado de trabalho, assistindo-se então à transferência desta responsabilidade ou à sua partilha com as instituições públicas ou privadas de solidariedade social, prestadores de serviços remunerados.

De acordo com Pereira (2011) Portugal enfrenta no presente uma profunda crise económica, cujas as causas são estruturais e também políticas nomeadamente baixa da produtividade, políticas económicas erradas que já duram uma década. Destacam-se como consequências sociais da crise referida o aumento do desemprego, estagnação económica dos últimos anos em Portugal, atingindo sobretudo jovens, trabalhadores poucos qualificados, ultimamente os trabalhadores qualificados e nos mais velhos.

Tendo em conta o quadro até aqui descrito, e que acompanha o tempo de idade ativa, a diferença de remunerações homem/mulher a esperança média de vida homem/mulher o presente estudo pretende compreender como os idosos em situação de pobreza conseguem fazer face as despesas pessoais com os seus rendimentos, e quais os apoios concedidos para combater a pobreza a nível local. E aqui elegemos os idosos por nos despertar grande interesse neste grupo etário, que cada vez mais é motivo de discussão nas sociedades contemporâneas.

Pergunta de Partida/ Objeto de estudo

Ao adotarmos a pobreza dos idosos em Portugal. A perceção da pobreza dos idosos na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó como tema de estudo, surgiu-nos então a seguinte questão geral de investigação: De que modo os idosos que se debatem com o fenómeno da pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó gerem a sua situação e quais os apoios sociais existentes a nível local para o combate do tal fenómeno? Tal como recomenda Fortin (2009) a etapa de formulação da pergunta de partida deu início à nossa investigação permitindo-nos avançar nas fases subsequentes, as quais podem variar de acordo com o autor citado.

Nessa perspetiva definiu-se como objeto de estudo a pobreza versando mais, precisamente sobre a pobreza dos idosos, pois, Carmo e Ferreira (1998), referem que “uma vez delimitada o objeto de estudo, há que definir claramente que meta ou metas quer o investigador alcançar” (p.47). Deste modo, definiu-se o objetivo geral e os específicos.

Objetivo Geral

A presente dissertação tem como objetivo geral compreender o modo como os idosos que se debatem com o fenómeno da pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó gerem a sua situação bem como os apoios sociais existentes a nível local para o combate do tal fenómeno.

Obejtivo Específicos

- Descrever o modo como os idosos em situação de pobreza, vivem a sua situação.
- Descrever a perceção que os idosos e os profissionais têm sobre a pobreza que afeta a terceira idade em Portugal e duma forma particular, a perceção da pobreza que afeta os sujeitos abrangidos pelo estudo.
- Analisar a satisfação que têm sobre os serviços prestados pelas instituições particulares de solidariedade social a nível local.
- Compreender o modo como se processa a ajuda aos idosos em situação de pobreza a nível local.
- Identificar as medidas de combate à pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, direcionadas para a população idosa.

No âmbito da investigação, como foi demonstrado anteriormente um dos objetivos específicos centra-se na aferição da perceção que os idosos têm sobre a pobreza que os afeta, tornando-se um instrumento importante para o presente estudo uma vez que a perceção individual das informações obtidas pelos idosos e também pelos trabalhadores sociais que atendem os idosos pobres podem oferecer uma oportunidade para melhor compreensão subjetiva das vivências de ser pobre.

A perceção do que é a pobreza, do que é ser pobre, como organizam os escassos rendimentos para fazer face às despesas essenciais, as suas causas e quais as medidas que são e deveriam ser tomadas para o seu combate, permite-nos compreender o estado do conhecimento subjetivo sobre o ser pobre. As causas são percebidas e interiorizadas pelas pessoas que as experimentam direta ou indiretamente oferecendo assim uma oportunidade para compreender como sentem os idosos e os profissionais as situações de pobreza de acordo com os objetivos desta investigação.

Assim, interessa perceber em que consiste a percepção. De acordo com Psicologia (2013) a percepção consiste numa forma individualizada de opinar acerca de um dado assunto, e que no concerne à pobreza é vivenciada de forma interiorizada por aqueles que passam por ela de uma forma dramática ou não, e, também por aqueles que concedem apoios sociais aos pobres, pois estes captam no quotidiano o sentir e viver dos que não tem o suficiente para fazer face às despesas de bens essenciais.

Também de acordo com Gabinete de Apoio Psicológico e Aconselhamento/GAPA (2009):

A percepção é uma função da pessoa. As percepções sofrem influência das características pessoais, mas também do contexto social, das instituições nas quais a pessoa está integrada. Assim, segundo os indivíduos, os mesmos objetos, os mesmos acontecimentos, as mesmas pessoas do mundo exterior impõem-se com uma significação diferente. (s.p)

“Do ponto de vista psicológico ou cognitivo, a percepção envolve também os processos mentais, a memória e outros aspetos que podem influenciar na interpretação dos dados percebidos”¹ Nesta visão, parece-nos possível afirmar que toda a pessoa tem o seu modo concetual de entender e perceber os fenómenos.

De acordo com Chievenato (2006) esse modo concetual é importante, pois ajuda a entender o processo de comunicação. No caso da pobreza em que as pessoas exprimem as suas opiniões é demarcado pela percepção que elas têm de si mesmas e do meio em que estão envolvidas, ou seja, as informações transmitidas pelos idosos envolvidos no presente estudo estão associadas com o ambiente local e também nacional em que se encontram.

Segundo o mesmo autor acima referido na percepção é também considerado o Efeito de Halo que consiste num processo em que uma característica da pessoa encobre todas as demais, neste sentido o pobre ao sentir e assumir a sua pobreza, esta toma conta da totalidade da sua vida, pondo de parte outros aspetos fundamentais tais como: (1) cultura; o (2) o lazer; (3) o convívio (4) a participação social e política entre outros aspetos. Este Efeito de Halo atinge o cume, quando paralelamente à pobreza se colocam questões de saúde o que acontece quase sempre com o pobre, por razões de não poder adquirir os medicamentos necessários, pela alimentação deficiente etc...

¹Disponível em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Percep%C3%A7%C3%A3o>. Acedido a 29 de Dezembro de 2016

Metodologia de investigação adotada

O presente estudo é de natureza **qualitativa** por privilegiar a compreensão dos acontecimentos e a valorização dos significados, sendo aspetos positivos que permitem uma riqueza interpretativa. Segundo Minayo (2001), a investigação qualitativa responde a perguntas particulares, ela trabalha com o universo de significados, motivações, atitudes e inspirações, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, não se preocupa com quantidade de pessoas a estudar mas, sim, em examinar a compreensão de um determinado grupo social.

Esta abordagem é reforçada por Vilelas (2009), o qual salienta a relação que há entre o sujeito e o mundo real, onde esses exprimem as suas ideias ou opiniões que não podem ser traduzidos em números. No entanto, o autor citado observa que a pesquisa qualitativa é caracterizada pela procura de informações de uma maneira organizada, e costuma ser descrita como holística e naturalista, sem qualquer limitação ou controlo imposto ao pesquisador.

Assim, a investigação qualitativa foi a que melhor se adequou ao presente estudo, uma vez que serviu de veículo para compreender a realidade social na qual se inserem os idosos em situação de pobreza, e não o número de pessoas a estudar. Deste modo, descreveu-se e interpretou-se o fenómeno tal como se apresenta, pois, tal como destaca Fortin (2009) a escolha do caminho da investigação resulta da direção que o investigador quer dar ao seu trabalho. É nesta fase metodológica que o investigador determina a sua maneira de proceder para obter respostas às perguntas da investigação.

A nossa investigação procurou compreender uma realidade social, que é a pobreza dos idosos e os apoios concedidos para combatê-la.

Técnicas de recolha e análise de informação adotada

Como técnicas de recolha de informação, privilegiamos a pesquisa bibliográfica para a construção da fundamentação teórica do estudo, e as entrevistas semi-estruturada e semi-diretiva, que serviram para compreender os procedimentos no atendimento aos idosos em situação de pobreza a nível local pelos profissionais entrevistados, vinculados às instituições sociais que intervêm com idosos e com situações de pobreza. De igual modo compreendeu-se as situações de pobreza vividas pelos idosos no espaço local das freguesias do Laranjeiro e Feijó.

A escolha da *entrevista* como técnica de recolha de dados foi de encontro aos objetivos da investigação, porque deu ao entrevistado a oportunidade de exprimir as suas opiniões sobre o problema da investigação. Fortin (2009) já referido, afirma que a entrevista semi-dirigida é a melhor técnica na investigação qualitativa, quando o investigador deseja compreender um fenómeno vivido pelos participantes.

Refira-se à partida que em termos de análise da informação proveniente das entrevistas, fez-se a transcrição integral das mesmas (*Cfr.* Apêndice nº 6 e 7) e depois seguiu-se a categorização e subcategorização. Transcreveram-se às informações registadas antes de analisá-las. A análise das entrevistas foi feita com base na técnica de análise de conteúdo, (Bardin, 2009) cujos os passos da sua operacionalização encontram-se descritos detalhadamente no capítulo 4 do presente estudo.

Estrutura da Dissertação

O presente trabalho de dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 - que versa sobre a fundamentação teórica, ou seja, no concreto, faz-se a revisão de estudos que se ocupam da problemática da pobreza do idoso na Comunidade Europeia e em Portugal, envelhecimento e seu impacto na sociedade, os cuidados formais e informais e as políticas sociais dirigidas a população idosa.

No capítulo 2 - faz-se a caracterização da União das freguesias do Laranjeiro e Feijó. Já no capítulo 3 - intitulado Percurso Metodológico - faz-se a descrição da metodologia adotada, nomeadamente da abordagem qualitativa sobre a qual assenta este estudo, o desenho do estudo, na qual explicita-se todos os procedimentos da investigação, técnicas de recolha de informação e sua análise.

Por último, no Capítulo 4 - são apresentados os resultados do trabalho empírico, desenvolvido nas três instituições, da União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, designadamente, *Alma do Bairro*, *Centro do Bairro* e *A Casa*, (nomes fictícios, para manter o anonimato) através das entrevistas, semi diretiva e a sua discussão. O teor desde capítulo está organizado de acordo com as categorias e subcategorias de análise.

Por fim apresentam-se as conclusões gerais da investigação, onde se fez o balanço geral, do trabalho da investigação assim como foram descritas as reflexões do trabalho e as devidas sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pretendemos neste capítulo apresentar uma fundamentação teórica e concetual dos aspetos centrais que concorrem para a compreensão da pobreza do idoso, do envelhecimento e seu impacto na sociedade. Faz-se igualmente uma abordagem sobre apoios formais e informais aos idosos, medidas de proteção social a nível nacional, proteção social particularmente as políticas sociais dirigidas à população idosa com o objetivo de erradicar a pobreza, e as políticas sociais da segurança social.

Apresenta-se de seguida o quadro concetual contendo os aspetos essenciais desta dissertação.

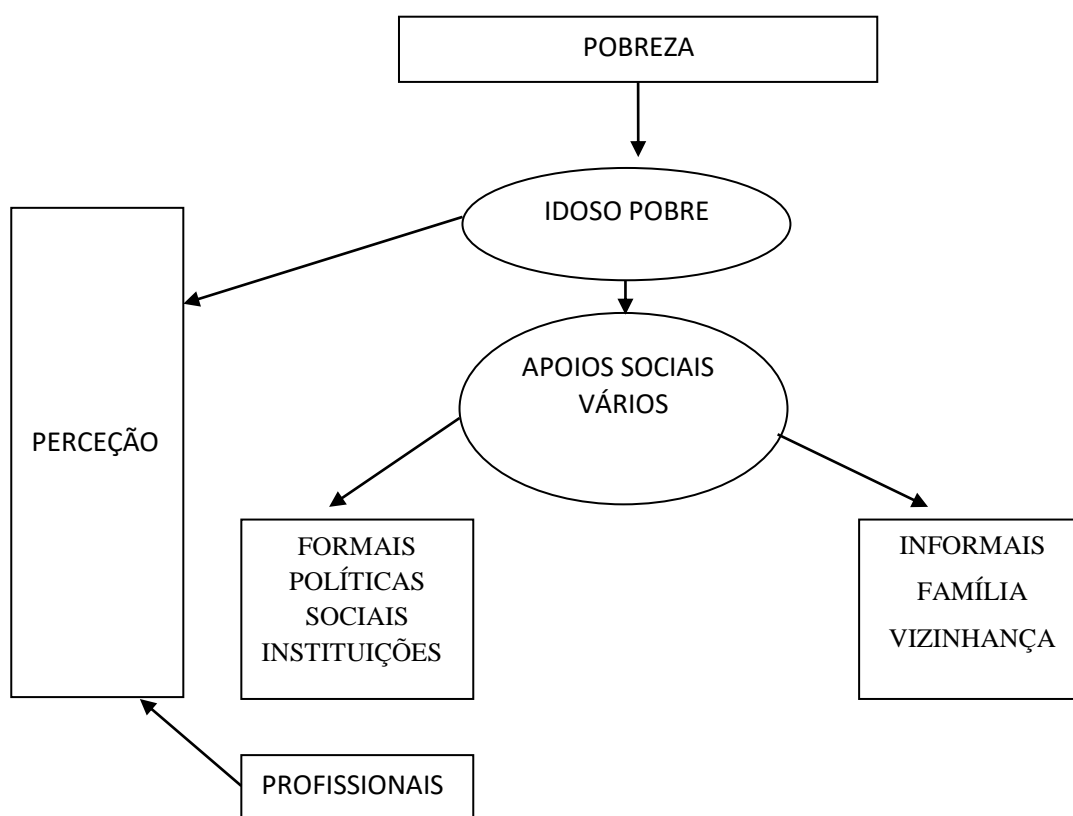


Figura 1 - Quadro Concetual

Fonte: Elaboração Própria.

1.1. Definição do conceito da pobreza

De acordo com Paugam (2003), a pobreza que se vive nas sociedades modernas é diferente da que se viveu na idade média, hoje, nas sociedades modernas define-se a pobreza através de um limiar de rendimentos, que cresce com o aumento da pobreza. Samuelson e Nordhaus (1998), no seu trabalho sobre *economia*, referem que a pobreza foi determinada na década de 60 como um rendimento não adequado para manter um nível de sustento, e o seu cálculo foi a partir dos orçamentos familiares e várias vezes testado pelo exame da parcela de rendimento gasto em alimentação. Os autores explicam que este valor representa a linha de pobreza ou limite entre pobres e não pobres. É uma medida matemática que distingue pobres e não pobres dependendo também do nível de vida de cada sociedade.

A EAPN Portugal (2016b), refere que a União Europeia passou a calcular quem estaria ou não em situação de pobreza, através da fórmula, linha de pobreza, definida como 60% do rendimento mediano por adulto. Assim, um adulto que em 2014 tivesse um rendimento inferior a 422 euros por mês, estaria em situação de pobreza. Neste seguimento verifica-se que em 2014, o limiar de pobreza em Portugal fixou-se em 4.937 euros/ano (PORDATA, 2016). Durante várias décadas a pobreza não centrava preocupações políticas nem teóricas, considerava-se como anomalia na evolução normal de uma sociedade moderna, e não necessitava de intervenções sistematizadas (Organização Internacional do Trabalho/OIT, 2003). Almeida, Machado, Capucha, e Torres, (1994), referem que os estados e outras organizações políticas durante muito tempo rejeitavam aceitar a realidade da pobreza. Também Bruto da Costa, Baptista, Perista e Carrilho (2012), referem que os meios académicos nacionais não consideravam a pobreza como motivo de estudo. No entanto, conseguiu-se retomar em anos mais tarde o tema da pobreza para dar continuidade ao desenvolvimento em várias teses de doutoramento. A partir dos anos 90 os estudos sobre a pobreza em Portugal sofreram mudanças profundas, devido a determinações individuais, trazendo elevado envolvimento institucional na elaboração científica.

Um dos aspetos mais salientes nos estudos efetuados pelos autores acima referidos é o fato de a pobreza ser um fenómeno que afeta a maioria das sociedades, a qual é definida como um estado de privação por falta de recursos. Os autores citados, esclarecem que uma situação de privação que não resulta da falta de recursos não é considerada como pobreza e, consequentemente, o tipo de ajuda de que precisa tem a haver com o uso adequado dos seus recursos (Bruto da Costa et al., 2012).

No entender de Vinhas e Souza (2006), pobreza é insuficiência de salário para alcançar um nível mínimo de padrão de consumo previamente estabelecido pelo estado. Para Capucha (2005), a pobreza pode ser analisada segundo duas visões teóricas: *culturalista* assente no conceito da cultura da pobreza, e *socioeconómico* pela importância que tem sido dada do ponto de vista político e científico. É nesta última que se inscrevem os conceitos de pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza subjetiva. A visão culturalista corresponde na maioria das vezes um estatuto sedimentado, em tradição continuada não só nas condições materiais de vida, mais também nas dimensões relacionais e culturais da existência das famílias e grupos que ocupam essas posições.

Na visão de Silva (2008), a pobreza é normalmente tratado numa perspetiva mais economicista, referindo-se às condições de vida das pessoas nomeadamente, os recursos materiais como a distribuição do rendimento, as péssimas condições de vida, os baixos níveis de instrução e qualificação profissional, e emprego precário, a autora salienta que a pobreza mais do que um estado de ausência extrema de recursos, é a privação dos direitos de cidadania no que diz respeito à falta de poder e à falta de liberdade de escolha, à cuidados de saúde, à educação, formação profissional, à cultura e à participação na vida social e política.

Nesta perspetiva e de acordo com o Pereirinha et al. (2008) a pobreza é um “fenómeno pluridimensional que não se confina nem se esgota na escassez de rendimento, está em todo mundo e coloca problemas relevantes nas sociedades contemporâneas” (p.7).

Para os autores acima citados a pobreza demonstra-se de maneira diferente, conforme o meio social e económico, revelando particularidades distintas entre pessoas e grupos, nas sociedades mais pobres a pobreza tem um carácter essencialmente absoluto, enquanto incapacidade de satisfação das necessidades primárias de manutenção da vida nos países mais desenvolvidos a pobreza manifesta-se principalmente de forma relativa, enquanto impossibilidade de viver de acordo com o padrão de vida dominante e é grande o número de pessoas que se encontram em situação de precariedade e impossibilitadas de participarem na vida socioeconómico, ficando de fora dos circuitos de consumo e produção (Pereirinha et al., 2008). A pobreza subjetiva é igualmente vista como auto-imagem das pessoas ou seja, segundo esta visão, são pobres as pessoas que se definem como tal (Almeida et al., 1994). Para Ferreira (2014), os conceitos de pobreza formam-se como medidas das condições vividas pelos pobres, onde se incluem também os novos pobres que muitas vezes fazem um caminho em direção a exclusão social, a nova pobreza, afetando sobretudo os trabalhadores qualificados.

Como se pode depreender a partir do exposto há várias perspetivas de abordagem e compreensão do conceito de pobreza. No entanto, no presente estudo adotamos a definição de pobreza na perspetiva economicista de Silva (2008) segundo a qual pobreza é a ausência extrema de recursos e a privação dos direitos de cidadania no que diz respeito à falta de poder e à falta de liberdade de escolha, à cuidados de saúde, à educação, formação profissional, à cultura e à participação na vida social e política, pelo fato de tratar-se de uma definição integradora de vários aspetos ligados à vida das pessoas.

1.2 A pobreza dos idosos na Europa e em Portugal: Principais características

Na Europa apesar do seu desenvolvimento económico, a pobreza e a privação continuam a ser um problema significativo. Um em cada cinco europeus, ou seja, 100 milhões de pessoas, viviam em situação de privação material em 2013, enquanto 9,6% dos cidadãos da UE28 viviam em condições de privação material séria (Comissão Europeia, 2016). Nesta visão e segundo os dados apresentados pela PORDATA (2016) a UE28, em 2015, registava uma taxa de privação material severa de 9,1% por grupo etário. Em Portugal a taxa referida que em 2004 era de 9,9%, reduziu para 9,6%, em 2015, sendo as mulheres as mais afetadas com uma percentagem de 9,7% em relação aos homens 9,5%.

Na UE28, em 2015, os países mais afetados pela privação material severa foram a Bulgária com 34,2% de privação, Roménia com 22,7%, Grécia com 22,2%, Hungria com 19,4%, Letónia com 16,4%, onde Portugal ocupa a 10ª posição com uma taxa de privação de 9,6% (PORDATA, 2016). Também a nível de risco de pobreza em 2015 a Bulgária surge como um dos países mais pobres da UE28, com uma percentagem de 41,3% de pessoas com rendimento inferior ao limiar de risco de pobreza, a seguir encontra-se a Roménia com 37,3%, Grécia com 35,7%, Letónia com 30,7% e Lituânia com 29,3%, Portugal surge na 10ª posição com uma taxa de 26,6% (PORDATA, 2016). Nessa perspetiva Martins (2007), refere que “o nível de pobreza varia consoante o padrão de vida existente em cada país, ligado às necessidades de consumo e ao custo de vida” (p.12).

Por sua vez, a Comissão Europeia (2016), refere que a privação na UE28 não afeta todos os países de igual modo, existem discrepância em termos de privação, tanto no interior dos estados-membros como entre eles. Dada esta disparidade entre os países, terão de empregar soluções e adapta-las às suas circunstâncias nacionais, o Fundo de Auxílio Europeu

às Pessoas mais Carenciadas (FEAD) concede uma flexibilidade para os membros identificarem os grupos específicos de pessoas apoiadas pelo Fundo. O autor acima citado, refere ainda que os beneficiários do FEAD são determinados a nível nacional, e concedidos a assistência material de base, assistência alimentar ou medidas de inclusão social, direcionadas a pessoas que vivem na pobreza; sem-abrigo; crianças; idosos; pessoas com deficiência; habitantes de regiões remotas; e famílias imigrantes, refira-se ainda segundo a mesma fonte que o orçamento total do FEAD para o período de 2014-2020 é de aproximadamente 4,5 mil milhões de euros em termos reais, parte do qual (3,8 mil milhões de euros) é proveniente do orçamento da UE e complementado por 674 milhões de euros dos Estados-Membros a título de cofinanciamento nacional.

A pobreza e exclusão social conhece hoje uma expressão elevada na Europa exclusivamente em Portugal por se tratar de um fenómeno não residual de natureza estrutural e multidimensional com diminuições nos rendimentos. O contexto atual da situação caracteriza-se (1) pelo fraco crescimento económico, (2) por poucas esperanças na diminuição do desemprego face a uma política desinflationista, bem como, pelo (3) constrangimento no aumento das despesas públicas, (4) enfraquecimento do papel suporte das famílias, e (5) agravamento da pobreza e exclusão social (Madeira, 2006).

Entre os diversos fatores explicativos da pobreza que têm sido explorados em diversas investigações encontram-se a idade do chefe do agregado familiar, o seu nível de instrução, a sua condição perante o trabalho, as características dos agregados nomeadamente (1) a dimensão da família, (2) o número de membros que exercem uma profissão além do chefe da família, (3) o nível de instrução dos membros do agregado familiar em idade ativa (Alvés, 2009). Para a OIT (2003), existem três fatores associados a pobreza: (1) fator macro (globais); (2) fator meso (locais ou setoriais); (3) fator micro (pessoais e familiares). Como fatores macro (globais) associados à pobreza, o autor considera:

Às configurações estruturais da economia mundial e dos modelos de desenvolvimento e de organização e funcionamento dos sistemas económicos e financeiros predominantes no Mundo num determinado período, bem como aos valores, normas e princípios deles decorrentes. Como exemplos podem-se citar, entre outros, os seguintes fatores: Globalização económica e financeira, com aumento da competitividade e da agressividade comercial e com custos sociais e ambientais não controlados e não partilhados. (p.21)

Como fator meso (locais ou setoriais) o autor acima referido, salienta, as culturas dominantes, pelo impacto revelador a nível local, a posição geográfica ou setorial, pode reduzir ou agravar as situações de pobreza. Neste conjunto são consideradas, as atitudes

culturais, preconceitos e comportamentos sociais de discriminação de base local: por exemplo, de uma comunidade face a imigrantes ou a toxicodependentes entre outras situações. Explica o mesmo autor, os fatores micro (pessoais e familiares) destacam-se a: dimensão e estatuto da família, saúde, idade, educação, percursos e histórias de vida, projetos de vida, opções pessoais, momentos aproveitados e perdidos, tratando-se de elementos fortemente interligados.

A entidade acima referida, afirma que a dimensão e estatuto da família contagia a pobreza intergeracional, sendo a via mais privilegiada para a propagação do fenómeno, as condições de vida das famílias limita muito cedo o futuro das crianças nascidas em agregados pobres, quer através dos recursos materiais disponíveis, quer dos aspetos sociais e culturais que caracterizam alguns modos de vida em situação de pobreza. Destaca de igual modo, que o estado de saúde, influencia os níveis de rendimentos, através da produtividade e das despesas realizadas com os cuidados médicos, as doenças em especial as crónicas e podem levar a pobreza e à exclusão social. No entanto esclarece a mesma autora acima citada, que a relação entre saúde e pobreza pode ser contrário, uma vez que a falta de recursos leva à uma deficiente alimentação e a reduzidos cuidados de saúde, que os pobres geralmente atravessam (OIT, 2003).

No que respeita a idade e a educação, o mesmo autor acima citado, afirma, que os idosos, que vivem de pensões da Segurança Social, estão mais expostos à pobreza e à exclusão social, e na educação, a população pobre, têm na sua maioria níveis baixos de educação e formação profissional, esclarece que a idade está geralmente ligada ao aumento nos cuidados de saúde, levando esta população a situações de vulnerabilidades (em particular, o isolamento e abandono social). Esta perspectiva é relevante para esta investigação uma vez que situa o problema da pobreza a nível local.

De acordo com Pereirinha et al. (2008), a população pobre é heterogénea, tanto numa visão estática como numa visão dinâmica, ou seja, em termos estáticos, essa heterogeneidade é vista a partir das dimensões da pobreza, uma taxa de pobreza, num dado momento do tempo, pode “esconder” subgrupos de indivíduos pobres que sofrem o fenómeno com mais ou menos intensidade, ou severidade, em termos dinâmicos entre pobres provêm mais da sua persistência. Nesta visão e segundo Lopes (s.d), as estatísticas oficiais colocam uma parcela de pessoas idosas que vivem abaixo da linha de pobreza, cerca de 17,5%, em 2012, em comparação comos cerca de 29% registados em 2004. “Seguindo uma tendência que à primeira vista alguns poderiam considerar paradoxal, a pobreza na velhice tem vindo a

diminuir de forma razoavelmente estável ao longo da última década” (p.2). A autora acima referida, afirma que é sabido a discussão sobre as metodologias para medir a pobreza e sobre os artifícios dessas metodologias, a linha de referência, aplicada a 60% do rendimento equivalente mediano, é muito sensível a variações na distribuição de rendimento da população em geral e, em alturas de redução do rendimento das famílias, o limiar para definir a linha de pobreza foi reduzido. Salientando a mesma autora que:

A distribuição de rendimentos dos mais velhos, muda menos do que a distribuição nacional, principalmente por causa da relativa estabilidade da sua principal fonte de rendimento pensões de velhice, o que significa que, quando a linha de pobreza é mais baixa, automaticamente teremos menos pessoas mais velhas classificadas como pobres, embora nada tenha realmente mudado no seu rendimento e nas suas condições de vida. Nos últimos anos de crises económicas e financeiras que se têm vivido em Portugal: em 2009, a linha de pobreza foi fixada em 5.207 € (adulto equivalente / ano) tendo reduzido para 4.904 em 2012. Se se ajustar a linha de pobreza em 2012 para a base de 2009, a parte de pessoas mais velhas abaixo da linha de pobreza não seria de 17,5%, mas sim de cerca de 22,4%. (Lopes, s.d)

Para Freitas, Legendre e Clark (2013), as pensões e rendimentos de propriedade são alguns dos elementos que explicam a pobreza na terceira idade. Outros autores como Capucha (2005), entendem que os fatores da pobreza são a eficácia dos sistemas de proteção e segurança de social, para além das pensões, rendimentos, as transferências sociais mais especificamente as do âmbito das medidas para as famílias, para certos grupos com necessidades especiais e as medidas anti-pobreza tem um efeito saliente na correção das desigualdades, os níveis de pobreza sem essas transferências seriam maiores.

Em Portugal as transferências sociais têm um impacto extremamente importante sobre a pobreza (EAPN Portugal, 2016a). Os dados da PORDATA (2016), revelam que na Europa a taxa de risco de pobreza, antes de qualquer transferência social, em 2014 era de 44,6%, e em Portugal a mesma taxa calculava-se em 47,8% no ano referido, tornando-se assim o quinto país da UE28, com maior taxa de pobreza antes de qualquer tipo de transferência social.

Seja qual for o indicador de desigualdade de rendimentos monetários escolhido é inequívoco que Portugal surge como um dos países mais desiguais da União Europeia (Rodrigues, 2008). Assim e de acordo com os dados apresentados pela PORDATA (2016) a quantia mínima mensal das pensões do regime geral da Segurança Social em Portugal, particularmente as de velhice e invalidez em 2016, foram de 263 euros, e para a pensão de sobrevivência este valor foi de 157.8 euros.

Nesta perspetiva e de acordo com os dados do Gráfico 1, desde 2008 o número de pessoas que recebem pensões de velhice inferiores ao salário mínimo nacional, tem vindo aumentar consideravelmente, de 1.175.458 de indivíduos em 2008, para 1.345.070 de indivíduos em 2013.

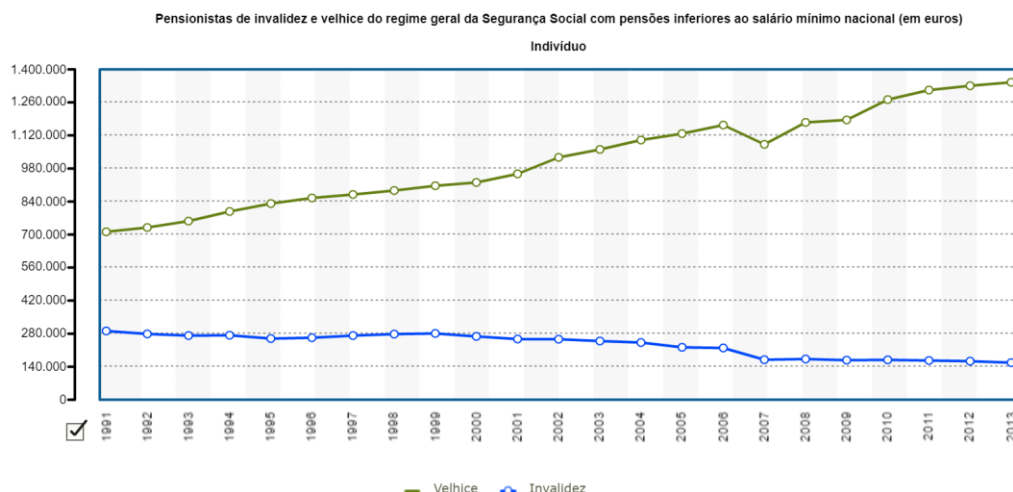


Gráfico 1 - Pensionistas de Invalidez e Velhice do regime geral da segurança social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional (em euros) individuais.

Fonte: [http://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+de+invalidez+e+velhice+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+com+pens%C3%B5es+inferiores+ao+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+\(em+euros\)-2003](http://www.pordata.pt/Portugal/Pensionistas+de+invalidez+e+velhice+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+com+pens%C3%B5es+inferiores+ao+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+(em+euros)-2003). Acedido a 4 de Setembro de 2016.

Verifica-se igualmente a partir do Gráfico 1, que a pensão de invalidez tem vindo a sofrer algumas alterações, desde 2007 observa-se um recuo, ou seja, menos pessoas passaram a não receber esta pensão, em 2007 foram registados 179. 319 beneficiários, e em 2013 esse número diminuiu para os 157. 220 pessoas.

Em paralelo, a quantidade de pessoas empregadas por conta de outrem em Portugal a ganhar menos de 310 euros, valor abaixo do limiar de pobreza, aumentou 5% entre no primeiro trimestre de 2015 (Montalvo, 2015). O desemprego é apontado como um dos indicadores das desigualdades que se manifestam na população em idade ativa a estrutura do desemprego revela-nos, ela própria, a existência de grupos sociais diferenciados, segundo o nível de habilitações, o género, a raça e a idade. Nos empregos persistem as antigas desigualdades salariais, progressão na carreira, reconhecimento profissional e, transversal a todas elas, as discriminações de género, paralelamente a este aspeto (Oliveira & Carvalho, 2009). O número de trabalhadores pobres em 2014 atingia 9,6% da população na UE28, em Portugal a taxa referida atingia os 10,7% de trabalhadores pobres (EAPN Portugal, 2016b).

Na diferenciação referida, a mulher é apontada como um dos grupos mais desfavorecidos com efeito, em várias décadas, às mulheres sempre fora negado um completo e efetivo envolvimento civil e político, a política foi, até muito recentemente, considerada um assunto de homens, mas, a partir século XX e com a consolidação das democracias ocidentais, os direitos das mulheres foi lentamente incorporados nas instituições e culturas (Nunes, 2013). As depressões mais intensas não constituem uma grande ameaça para as economias de mercado avançadas, mas o desemprego maciço continua a flagelar a economia mista moderna, o desemprego alto é um problema tanto económico como social, é um problema económico porque representa um desperdício de recursos valiosos, é um problema social porque causa enormes sofrimentos aos desempregados que têm baixos rendimentos (Samuelson & Nordhaus, 1998).

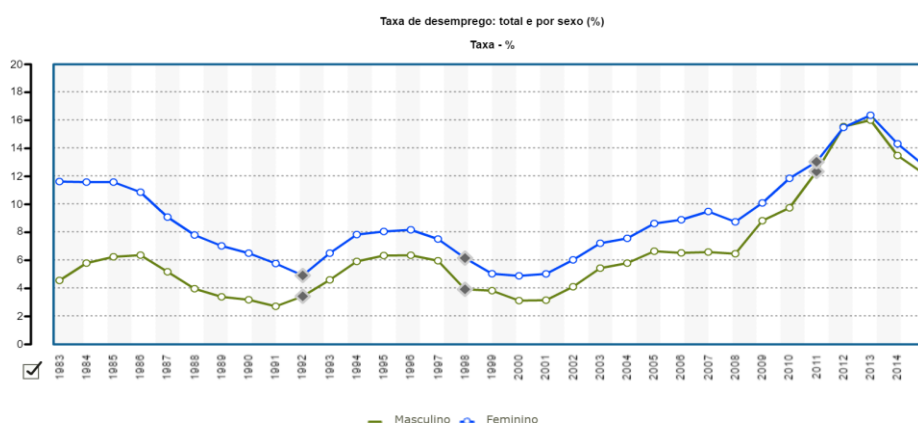


Gráfico 2 - Taxa de desemprego por sexo % em Portugal.

Fonte: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550). Acedido a 19 de Agosto de 2016.

Os dados do Gráfico 2, mostram que a taxa de desemprego em Portugal no ano de 2015 atingiu os 12,4%, depois de em 2013 ter atingido 16%, considerada a maior desde 1983. Nesta visão e segundo Cantante (2011), há mais de 10 anos que o desemprego, em Portugal tem vindo a aumentar, tornando-se a consequência mais relevante e o dado mais expressivo dos efeitos na economia portuguesa da crise financeira iniciada em 2008. Refere o autor acima citado, é a consequência mais relevante porque é um fator determinante no condicionamento da capacidade de geração de riqueza do país, e tem implicações na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, bem como, no aumento das despesas com a proteção social, aumentando o risco de pobreza das pessoas e das famílias.

Verifica-se também o aumento do desemprego e do desemprego de longa duração, a redução dos salários e das pensões tal como aconteceu em Portugal entre 2011 e 2014, com a intervenção do FMI e do BM.

De acordo com Samuelson e Nordhaus (1998), a pobreza atinge mais algumas pessoas, individualmente ou grupos, do que outras. Também António (2008a) refere que no mundo, como em Portugal a pobreza não é aleatória, não atinge qualquer pessoa, existem sempre categorias sociais mais vulneráveis à pobreza, essas categorias criam-se através de fatores tais como o género, idade, escolaridade, situações perante o mercado de trabalho e estrutura familiar a que uma pessoa ou grupo pertence. Além disso, Portugal é um país onde a pobreza mostra-se de forma bastante vincada, quando comparada com os seus congéneres europeus, salientando-se como um dos países onde a vulnerabilidade à pobreza é maior, quer em extensão, quer em intensidade, passando por um forte desenvolvimento nas últimas décadas, que lhe permitiu ganhar um novo fôlego, ainda assim, é um país pobre no contexto europeu, e apresenta níveis elevados de pobreza no seu interior (António, 2008b).

Apesar do processo de mudança e desenvolvimento social, um dos resultados mais relevantes foi a melhoria generalizada das condições de vida das populações, no entanto, o aumento de pobreza, é quase o único motivo de impedimento do acesso às condições de cidadania no nosso país (Presidência da República, 2000).

Segundo Heleno et al. (2015), a Comissão Europeia, na sua agenda social 2005-2010, definiu o ano de 2010 como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social (AEC PES). Apesar das altas expectativas, a situação da Pobreza na UE28, agravou-se desde 2008 de forma vincada. O empenhamento de muitos atores nas variadas atividades organizadas no âmbito do mesmo, não foi suficiente para que a urgência e a definição de uma estratégia europeia de luta contra a pobreza emergisse. Em 2010 a União Europeia aprova uma nova Estratégia Europa 2020: uma estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego. Como referem os autores acima citados, a estratégia referida apresenta-se “não só como uma forma de sair da crise, mas também como meio para colmatar as deficiências do modelo de crescimento e criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” (p.30), pois a mesma define os cinco objetivos principais relativos ao emprego, à investigação e ao desenvolvimento, ao clima, energia, à educação, inclusão social e redução da pobreza, que a União Europeia se propõe atingi-los até ao final de 2020.

Em síntese, percebe-se desta forma, que a problemática da pobreza tem levantado nas últimas décadas diversas intervenções na Europa e em quase todo o mundo, sendo

definida por alguns investigadores como um problema social, multi e pluridimensional, abrangendo todos os países do mundo e atingindo consequentemente cada vez mais pessoas. A pobreza tornou-se uma preocupação de relevo nas sociedades atuais as quais procuram por um lado identificar os fatores determinantes do fenómeno, por outro, encontrar caminhos e ações que contribuam para a sua redução.

Nesta perspetiva e de acordo com o objetivo da investigação, o nosso estudo empírico se assentou numa definição de pobreza, tendo como enfoque a pobreza subjetiva pois, o mesmo, abriu espaço para que os sujeitos de estudo avaliassem a sua própria condição nesse aspeto, ou seja, o estudo permitiu, através das questões específicas de investigação, que os sujeitos de estudo envolvidos fizessem ouvir as suas opiniões, a partir das quais é possível aferir se os mesmos se consideram pobres ou não.

Seguindo essa abordagem e conforme sugere Bruto da Costa et al. (2012) colocamos a definição da pobreza nas mãos dos próprios e consultamos os que a experimentaram, assim ficamos a saber em que consiste a pobreza e como distinguir o pobre do não pobre.

1.3 Idoso/ Envelhecimento: Impacto na Sociedade

Etimologicamente o termo “idoso” deriva da palavra “idade” com o sufixo “oso” e o mesmo refere-se à pessoa que tem muita idade (Costa & Melo, 2003). Salienta-se que o conceito de idoso encontra-se associado ao termo “velho” que de acordo os autores acima referidos refere-se a uma pessoa que não é jovem, tem muitos anos de vida é um ancião. A definição de idoso provoca inevitavelmente o esmiuçar de dois fenómenos intimamente ligados: o envelhecimento e a velhice. O envelhecimento é definido por Pinto (2009) como um sistema biológico que se limita no tempo, tem o seu início com o nascimento e termina com a morte.

Sequeira (2010) salienta que o envelhecimento da sociedade é uma verdade irremissível, resultado da maior longevidade humana, à qual se associam índices de dependência elevadas, levando o agravamento da morbilidade adquirida previamente e de uma grande vulnerabilidade do idoso. No que diz respeito ao conceito de velhice, pode-se dizer de acordo com Poirier (1995) que o mesmo se refere a um processo inevitável identificado por um conjunto de fatores fisiológicos, psicológicos e sociais próprio de cada pessoa.

Atualmente os idosos são muitas vezes vítimas de discriminação e de estereótipos que contribuem para o isolamento, e a postura da sociedade face à velhice e aos idosos é na maioria das vezes negativa (Berger, 1995). Tendo em conta que a velhice é uma doença incurável, com declínio inevitável, sendo que toda a interferência resulta no fracasso, então o envelhecimento é de acordo com o autor acima citado:

Um processo normal que faz parte da vida de qualquer ser humano. O desconhecimento deste processo leva a falsas perceções que, à força de serem transmitidas, acabam por isolar completamente os idosos, chegando mesmo a contribuir para acelerar o seu processo de envelhecimento. (p.63)

De acordo com Finley e Landless (2015), no decorrer do século XX, a ciência médica alcançou grande efeito, no sentido de aumentar a boa saúde, à medida que a compreensão da fisiologia e da doença crescia. No dizer dos autores citados as medidas de saúde pública melhoraram os serviços sanitários, saneamento e a distribuição de água potável nas sociedades, o que afetou notavelmente a qualidade e longevidade da vida de milhões de pessoas em todo mundo.

De igual modo, Sousa, Figueiredo e Cerqueira (2004), afirmam que “os avanços da medicina e as melhorias da qualidade de vida das populações aumentaram significativamente a duração da vida, mas ainda não eliminaram a incidência das incapacidades associados ao processo de envelhecimento” (p. 29). Por sua vez, Fernandes (2015), refere que “o envelhecimento é o resultado inequívoco do desenvolvimento alcançado e do aumento contínuo da esperança média de vida dos seres humanos. Pese embora alguns discursos o transformem continuamente num problema social, que não deixa de o ser em determinadas situações” (p.157).

Uma das marcas da UE28, prende-se com o significativo envelhecimento da população, em 2014 a idade média da população da UE28, foi de 42.2 anos, o que significa que cerca de metade da população era mais jovem e a outra metade mais velha que 42.2 anos. No caso de Portugal a fonte citada, aponta como média da idade, 43.1 anos, encontrando-se num conjunto de países onde se regista a população mais envelhecida (EAPN Portugal, 2016a). Com efeito e de acordo com os dados do Gráfico 3, o índice de envelhecimento em Portugal tem vindo a aumentar todos os anos desde aproximadamente 1981, ano em que foi registado um índice de 45,4%. Os registos atuais mostram que tal índice aumentou para 143,9%, em 2015. Portugal, viu assim, a sua população idosa aumentar significativamente nos últimos 34 anos.

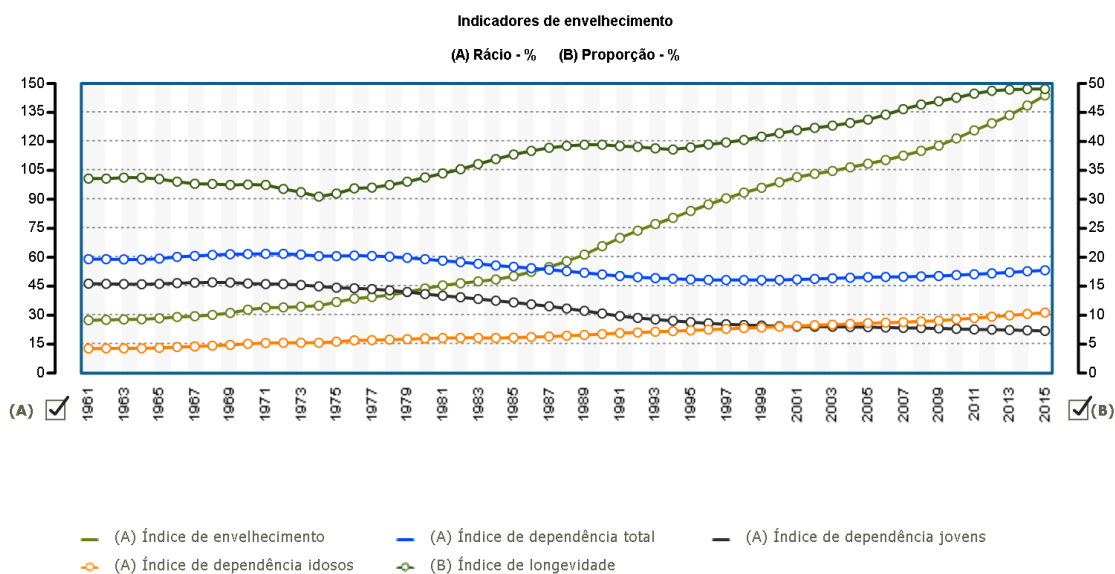


Gráfico 3 - Indicadores de envelhecimento em Portugal

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526>. Acedido a 7 de Agosto de 2016.

Observa-se de igual modo, através do Gráfico 3, que o índice de dependência dos idosos em Portugal, tem vindo aumentar, desde aproximadamente 1975, ano em que Portugal registou 16,3% de idosos dependentes. Em 2015 esta percentagem aumentou para os 31,4%. Bailey (1973), afirma:

Por vezes nós vivemos na idade mais catastroficamente revolucionária da vida do homem...E isto em virtude das várias mudanças que estão simultaneamente a acontecer, alterando de modo permanente as maneiras de viver, as atitudes, o ambiente em que vivemos. Encarando todas essas revoluções sob o ponto de vista de repercussões para o futuro da economia mundial, talvez a revolução «biológica» seja a mais importante dada a elevadíssima taxa de crescimento da população mundial. (p. 19)

Nesta perspetiva e de acordo com Organização Mundial da Saúde/OMS (2015) o envelhecimento da população aumentou em todo o mundo, pela primeira vez na história, pode-se viver mais de 60 anos. No entanto as consequências do envelhecimento para a saúde, bem como, para os próprios sistemas de saúde no que respeita aos orçamentos, são notáveis.

Destaque-se que o envelhecimento demográfico mostra-se como um dos problemas cruciais do século XXI, nas últimas décadas têm se verificado um aumento contínuo de pessoas idosas que transformou as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas. No entanto, as projeções demográficas, não predizem mudanças do atual quadro demográfico: aponta-se que em Portugal, três em cada dez pessoas terão 65 ou mais anos em 2050. Isto poderá trazer mudanças sérias para a vida individual, uma maior longevidade

significa também estar mais exposto a doenças graves, assim como o declínio das redes pessoais e sociais (Cabral & Ferreira, 2014).

Na sociedade portuguesa a expressão envelhecimento populacional é chamada a propósito de tudo e de nada, para a discussão. Inicialmente, ninguém dava importância ao envelhecimento demográfico. Porém, o envelhecimento é acusado de estar na origem da parte substancial dos males sociais, políticos, financeiros, e mesmo culturais que assolam as sociedades atuais, em resposta a esta situação os agentes políticos têm querido reagir ao progressivo envelhecimento da população adotando medidas diversas, como ao incentivo à natalidade (Rosa, 2016).

No entanto, ainda de acordo com a autora acima citada a eficácia das mesmas tem-se revelado, duvidosas, por exemplo, os níveis de natalidade não estão a aumentar conforme tencionado e o envelhecimento populacional continua inelutável, pelo menos a médio prazo, na medida em que ele é reflexo de importantes avanços sociais, nomeadamente no que diz respeito ao combate à mortalidade. Importa referir que outras medidas têm-se centrado na resposta concreta aos problemas que com o envelhecimento apresentam, o aumento da idade de reforma em função da esperança de vida, tendo em vista a sustentabilidade financeira da segurança social, ou a abertura de mais serviços de apoio a pessoas idosas em especial, mais velhas em situações de doença ou dependência prolongada.

Sousa et al. (2004), referem que “a experiência da doença é mais complexa na velhice, os idosos tendem a sofrer de múltiplas doenças e / ou incapacidades e a tomar maior variedades de medicamentos” (p. 50). Os dados da PORDATA (2016), revelam que Portugal gastou 15.887.738 milhares de euros, em despesas de cuidados de saúde valor preliminar em 2015, sendo que através da segurança social, beneficiaram do subsídio por doença: 555.376 pessoas, das quais 7.462 eram idosos com idade igual ou superior a 65 anos.

Para Sequeira (2010) “os idosos apesar do seu peso demográfico e do seu elevado consumo de cuidados de saúde, não têm constituído um grupo privilegiado da política de saúde em Portugal” (p. 151). O mesmo autor realça que os programas de saúde para a velhice, contemplam uma série de estratégias e formas de sua operacionalização ao longo da vida, a fim de contribuir para a promoção de um envelhecimento ativo e de proporcionar um leque de respostas às necessidades das pessoas idosas. Além disso, o envelhecimento está associado a muitas das alterações biológicas, psicológicas e sociais que se verificam ao longo da vida, pelo que é difícil encontrar uma data que se possam considerar as pessoas como sendo velhas.

A este propósito, Sousa et al. (2004), salientam que “embora seja controversa a idade de início do envelhecimento biológico, em geral, é aceite que ocorre no final da segunda década de vida, calcula-se que após os 30 anos, dependendo dos órgãos, haja em média a perda de 1% de funcionalidade por ano” (p.23).

No presente estudo adotamos a definição do conceito de idoso apresentado por Spar e La Rue (2005), segundo os autores referidos, pessoas idosas são aquelas que têm idade igual ou superior a 65 anos e a idade da reforma constitui uma referência para a velhice, mesmo de forma variável, em função da profissão, país, cultura e sistema social. Trata-se de um indicador que está em linha de continuidade com a definição do conceito de idoso apresentado pela OMS (2002), para aquela organização considera-se idoso, em contextos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, indivíduos com idade igual ou superior a 65 e 60 anos, respetivamente.

1.4 Sistema de Apoio aos Idosos em Portugal: Informal e Formal

De acordo Pereira (2012), o apoio aos idosos em Portugal está assente em duas vertentes, nomeadamente a vertente de apoio informal, ligado a família e amigos, e a vertente formal, ligado as instituições públicas e privadas, conforme se passa a explicar de seguida.

1.4.1 Apoio Informal e Transformação a Família

Começamos por destacar de acordo com Lakatos e Marconi (1999) que a “família é o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento” (p.171). Também Silva (2001) afirma que:

A família é uma instituição social que regula grande parte do sistema de relações entre as pessoas e destas pessoas com o resto do mundo de tal forma ela é considerada necessária e insubstituível que a sua dinâmica recente preocupa a organização das Nações Unidas a ponto de ter declarado 1994 o ano internacional da família, numa tentativa de combater a tendência que se considera existir, desde os anos sessenta, para a diluição das suas funções de integração social. (pp. 21-22)

Nesta visão e segundo Pereira (2012), a família como qualquer outra organização humana está sujeita aos condicionalismos do pós - modernidade. No geral, observa-se que em vários países e culturas, quer em regiões urbanas, quer em regiões rurais, a família extensa deu lugar a família nuclear. O autor citado salienta que a pós-modernidade não trouxe perda

de afetos entre familiares, trouxe sim enfraquecimentos familiares devido a falta de pessoas para perpetuar as gerações. Devido a falta de condições nos trabalhos e desenvolvimento em Portugal, muitas pessoas emigraram, procuraram melhores condições de vida, deixando para trás os seus familiares, aldeias e vilas mais fragilizadas. Na sequência disso existem muitos idosos, casais de idosos a viverem sozinhos porque os seus filhos se encontram no estrangeiro ou no litoral do país. Ainda no dizer do autor acima referido “é uma crise de pessoas, provocadas por movimentos demográficos intensos, continuados e irreversíveis, como causa de um nível de desenvolvimento incapaz de produzir riqueza e garantir condições de vida e de trabalho” (p.120).

Por sua vez, Sousa et al. (2004), sublinha que o aumento da esperança de vida, devido a múltiplas alterações sociais reflete-se no seio familiar e social, as famílias estão mais retas, e o aumento crescente de pessoas idosas vem complicar as ligações familiares, a estrutura familiar está a modificar-se para vertical, devido a diminuição da natalidade, muitas mulheres optam em não fazerem filhos, e idosos a chegarem facilmente aos 90 e mais anos, vivem-se várias gerações, mas com muito menos pessoas na família e que a esperança de vida interpreta-se com o aumento de idosos a viverem mais tempo, com ou sem dependência.

Ainda de acordo com autoras acima citadas, o número de mulheres no mundo de trabalho, o aumento das famílias monoparentais e a emigração das famílias, veio fragilizar e distanciar as vinculações familiares aos idosos, afetando primordialmente os cuidados aos pais, pela falta de tempo dos familiares mais próximos e porque muitos deles também são idosos na hora de cuidar dos pais ou parceiros estas alterações associadas à valorização da independência e autonomia, que se verifica cada vez mais em Portugal, implicarão que haja cada vez mais idosos a viverem sozinhos.

Nesta perspetiva e de acordo com a Guarda Nacional Republicana/GNR (2016), a operação censos sénior 2015, registou 39.216 idosos, dos quais 23.996 vivem sozinhos; 5.205 vivem isolados; 3288 vivem sozinhos e isolados; 6.727 não registadas nas situações anteriores, mas em situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas e/ou psicológicas. Segundo o autor acima referido, as cidades mais afetadas pelo isolamento dos idosos em Portugal, destacam-se o distrito de Beja com 3.914 idosos isolados, a seguir o distrito de Viseu com 3.755 idosos; distrito da Guarda com 3.236; distrito de Bragança com 3.092 idosos; distrito de Vila Real com 2.916 idosos e o distrito de Évora com 2.853 idosos. O distrito de Setúbal, onde se insere o Concelho de Almada, e a União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, registou, 1.632 idosos isolados.

Perante a indisponibilidade dos filhos adultos, o cuidado aos idosos dependentes, é assumido constantemente pelos casais, que são os principais responsáveis pela gestão das tarefas nas famílias, no entanto, devido as várias mudanças ocorridas nas últimas décadas na sua estrutura e dinâmica, assiste-se à transferência das responsabilidades ou partilha com outrem, o apoio aos idosos deixa de ser exclusivo da família, passa a ser partilhado com as instituições públicas e privadas de solidariedade social, prestadores de serviços remunerados ou em regime de voluntariado (Barbosa & Matos, 2008).

Todas as fraquezas dirigidas às relações intergeracionais constitui um obstáculo ao desenvolvimento ativo, o inverso também é verdadeiro, as relações intergeracionais fortes são a expressividade clara do envelhecimento ativo (Pereira, 2102). A limitação a redes sociais é uma realidade normal do envelhecimento, uma vez que à velhice se associa a diversas barreiras que prejudicam a manutenção das relações sociais, estas limitações são marcadas pela vulnerabilidade devido a: (1) perdas relacionais (morte de familiares e amigos); (2) vulnerabilidade pessoal (debilidades na saúde física e mental); (3) barreiras ambientais e contextuais; (redução do estatuto económico); (4) stress e conflito (redução de amigos, tornam-se mais ligados as famílias) (Sousa et al., 2004). As pessoas idosas em especial as que vivem em situação de pobreza, são mais vulneráveis à solidão causada pelo isolamento social (Carvalho, 2012). Para Cabral e Ferreira (2014) a viuvez é a principal causa do isolamento, mais de metade das pessoas que vivem sozinhas são viúvas, bem acima da percentagem de solteiros, separados ou divorciados, por este motivo, justifica uma atenção especial à delegação. O envelhecimento populacional, enquanto problema social, torna-se motivo de intervenção a partir do reconhecimento por parte da sociedade atual, do direito que assiste todas as pessoas de usufruir uma garantia social que lhes permite ter lugar na sociedade (Carvalho, 2013).

1.4.2 Apoio Formal

De acordo com Pereira (2012) o apoio formal em Portugal é assegurado sobretudo pelas entidades proprietárias de equipamentos sociais, das quais, na sua maioria entidades não lucrativas (sobretudo as IPSS²) que representavam (72%) em 2008, e entidades não-lucrativas (privado) com uma percentagem de 28%, respetivamente.

²As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, com objetivos de apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss. Acedido a 12 de Outubro de 2016.

Segundo o Gabinete de Estratégia e Planeamento/GEP e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social/MSESS (2014), em 2014 calculavam-se cerca de 5500 entidades proprietárias de equipamentos sociais em Portugal continental, das quais 70 % são entidades não lucrativas e 30% entidades lucrativas. Desde a década de 60 assiste-se um aumento dos cuidados comunitários, no entanto os serviços aos idosos são ainda, insuficientes sem tradição, desenvolvidos em instituições com pouca história e perícia e desempenhados por profissionais sem formação concreta em geriatria e/ou gerontologia (Sousa et al., 2004).

As autoras acima citadas, referem que o aumento dos apoios formais comunitário é, mais, dificultado pelos preconceitos e atitudes adversas em relação às instituições para idosos, em Portugal frequentar uma instituição social é sinónimo de abandono ou desinteresse pelo familiar, no entanto cada vez mais, é reconhecido que estes serviços são indispensáveis para o apoio aos idosos e, igualmente, às suas famílias. Nos últimos anos o serviço de apoio ao domicílio têm mostrado maior procura com uma taxa de 82,8%, seguido pelos centros de dia, com uma taxa de 42,5 % (Pereira, 2012). Por sua vez a GEP e MSESS (2014) referem que:

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) constitui-se como um elemento fundamental na promoção e desenvolvimento da proteção social, consubstanciada na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas, particularmente aos grupos mais vulneráveis, tendo ainda um papel determinante no combate das situações de pobreza, assim como de promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar. (p.4)

Os serviços aos idosos é garantida sobretudo pelas IPSS, entidade não lucrativa, estas de uma maneira geral estão equipadas com meios técnicos e humanos que asseguram a entrada dos idosos e cuidados gerontológicos de qualidade. No entanto a gestão destas IPSS's não são fáceis, as contribuições financeiras do estado embora importantes, não são suficientes para financiar as despesas aos cuidados gerontológicos os quais são cada vez mais complexos, prolongados e dispendiosos. A parte em falta, é assegurada pelo utente, na sua grande maioria possuem rendimentos baixos, em muitos casos apenas o valor da pensão de reforma, tornando assim a margem de gestão das IPSS muito limitada (Pereira, 2012).

Ainda no dizer do autor citado, as entidades privadas com fins lucrativos não têm grande ênfase devido, principalmente aos baixos rendimentos da maioria dos idosos portugueses, não têm recursos suficientes para aceder a estas entidades, e também o fato de essas entidades mostrarem menor expressão na qualidade de serviço prestados e políticas de procedimentos.

De acordo com Santos e Ferreira (2002) o estado-providência tem sido nos últimos 50 anos, a forma política predominante nos países centrais. Os autores citados salientam ainda, que “Portugal não é um país central mas sim semi-periférico, um país de desenvolvimento intermédio, integrado numa região multinacional central do sistema mundo, a União Europeia” (p.185).

O sistema de proteção social em Portugal é a Segurança Social, que protege as famílias nas situações de falta ou baixa de capacidades para o trabalho, de desemprego e de morte; garante a compensação de encargos familiares; apoia as pessoas em situação de baixos meios de subsistência (Grupo Concelhio de Idosos de Almada/ GCIA, 1999). Refere ainda o autor acima referido, que o Estado concede proteção social as pessoas, diminuindo a sua exposição a determinadas situações de risco social, designadas por eventualidades. Por vezes esta proteção é assegurada como contrapartida de contribuições sociais, sendo financiada através de receitas de impostos quando visa outros fins sociais designadamente a garantia de níveis mínimos de rendimento. Por sua vez, Goulart e Camacho (2014) afirma que:

Em Portugal o direito à proteção social está consagrado na Constituição e é efetivado essencialmente pelo Sistema de Segurança Social. Na origem da Segurança Social portuguesa esteve a constituição, durante a segunda década do século XX, de diversas caixas de previdência sectoriais na sua maioria de âmbito nacional. Estas caixas de previdência foram integradas no Sistema de Segurança Social na década de 70, dando origem ao Sistema de Segurança Social unificado. Porém, a Caixa Geral de Aposentações, constituída em 1929 para assegurar a proteção dos funcionários públicos, manteve a sua autonomia, permitindo aos trabalhadores da administração pública beneficiar de um regime especial. (Goulart & Camacho, p. 1)

Para Carvalho (2013) a proteção social é uma garantia da propriedade e da formalidade perante a lei, como um dispositivo de sobrevivência fora do mercado de trabalho. Por sua vez, Moreira, Marques, e Gillot (2014), salientam que a Segurança Social é o sistema mais eficaz e eficiente de redistribuição do rendimento alguma vez criado. Segundo Goulart e Camacho (2014), existem atualmente dois sistemas públicos de proteção social, sendo que para a maioria dos trabalhadores, a proteção social é assegurada pelo Sistema de Segurança Social gerido pelo Estado. Desde a sua criação em meados da década de 70, tem-se assistido a uma melhoria na proteção social em Portugal. As sucessivas adaptações do Sistema de Segurança Social realizadas em diversas leis de bases, deram origem a um sistema assente em três grandes pilares, de gestão predominantemente pública.

Nesta perspetiva e de acordo com o Ministério da Segurança Social/MSS (2003); Canço (2004), referem que o elevado índice de envelhecimento, aumento do desemprego e os novos riscos sociais como pobreza, exclusão social, dependência, e deficiência motivaram a reforma da segurança social em Portugal, dando origem à nova Lei de Bases da segurança social, que se desenha desde 2000, dividido em três pilares designadamente: Sistema público que inclui os subsistemas providencial, de solidariedade social e de proteção social; sistema de ação social, criado pelo estado, autarquias e instituições, com objetivo de aliviar o sistema público de encargos, permitindo reforçar as garantias de sustentabilidade da segurança social; e o sistema complementar que visa a conjugação e a equidade social, estimulando a poupança e a eficácia financeira (MSS, 2003; Canço, 2004).

De acordo com Joaquim (2014), as referidas bases aprovadas em 2000, incluíam mudanças importantes no sistema de segurança social, através da declaração de uma clara matriz que realça a melhoria dos níveis de provisão social, reforçando a proteção dos mais necessitados. Salienta-se de acordo com a autora acima referida, o vínculo entre o Estado e as IPSS's em que o Estado reforça o suporte às instituições particulares de solidariedade social e outras de interesse público, sem carácter lucrativo, que concretizem trabalhos de solidariedade social, e exercem sobre elas, poderes de tutela de forma a garantir o cumprimento dos objetivos definidos pela lei.

O Governo da República Portuguesa/GRP (2011), afirma que os serviços mais estruturantes a população idosa e com maior capacidade de resposta e nas quais tem sido implementadas uma maior aposta em termos de investimento público são os Lares de Idosos, (LI) Serviço do Apoio Domiciliário (SAD) e Centros de Dia (CD). Estes serviços em 2009 representavam 90% do universo de respostas sociais para idosos em Portugal e 88% dos utentes. Com base destes serviços e com base nos acordos de cooperação, o estado financiava mensalmente os cuidados prestados a mais de 155.800 pessoas. Nesta perspetiva e segundo Carvalho (2013), refere que:

O exercício da intervenção providencial centrou-se na criação não de medidas, mais sim de respostas sociais. As respostas assumiram, numa primeira fase, uma função guardiã que tanto se podia revestir de uma de uma dimensão asilar, como de uma dimensão reparadora do percurso de vida do idoso. (p.26)

Ainda de acordo com a autora acima referida, as instituições tornaram-se, na estrutura predileta da política de intervenção social que se impulsionou no paradigma assistencial, transpôs e posicionou-se como uma estrutura de grande dimensão no sistema de proteção aos idosos.

1.5 Políticas Sociais de Combate à Pobreza Dirigida à População Idosa

Políticas sociais são intervenções direcionadas à promoção e a garantia do bem-estar social das pessoas, é uma área de atuação da política pública, com objetivos sociais (Ferreira, 2011). Os direitos sociais e económicos representam um modelo de cidadania social e económica. No entanto, estes direitos devem ser elaborados a partir da ideia de justiça social e enquadrarem-se, sobretudo, na necessidade de distribuição de rendimentos e na consequente proteção aos mais vulneráveis, aos pobres, sob a lógica de princípios como os da solidariedade e da igualdade (Rodrigues, 2010).

Pinho (1998) refere que às políticas sociais compõem a estrutura da «welfare state» e este garante por parte dos estados, um rendimento mínimo, saúde, habitação, educação, e segurança enquanto direitos sociais de todas as pessoas. Segundo Quaresma (1998), até finais de 1960, os assuntos relacionados com a população idosa a respeito das políticas sociais eram inexistentes. Só em 1969 dá início na assembleia nacional uma discussão, sobre os assuntos relacionados com a população idosa, nomeadamente, o fenómeno do envelhecimento e a política da velhice (Gomes, 2000).

O autor acima citado, salienta que na década de 70 é criado o serviço de reabilitação e proteção aos idosos e deficientes, no domínio do instituto da família e ação social, inserido na direção geral da assistência social, que passou a substituir o instituto de assistência aos inválidos. Esta mudança foi relevante, pois deu espaço a criação de um departamento com objetivos de promover as investigações e procurar solucionar os problemas ou assuntos relacionados com a população idosa.

De acordo com o Bloco de Esquerda (2008), em Portugal, as políticas de combate à pobreza e à exclusão social tem duas orientações: (1) de cariz assistencialista, que prestam serviços de apoio os mais desfavorecidos, (2) estrutural, de médio e longo prazo, em que se pretende mudar os próprios mecanismos sociais (política económica, fiscal, de emprego, educativa, cultural, entre outros) que estão na origem da produção e reprodução das desigualdades.

De acordo com Fernandes (1997), as políticas de velhice são um conjunto de intervenções públicas, ou ações que se estruturam de forma implícita e explícita, as relações entre os idosos e a sociedade. Nesta visão, Saraceno e Naldine (2004) citados por Ferreira (2005) referem que as políticas sociais implícitas são medidas políticas tomadas em outras

situações de políticas sociais, tendo como beneficiários os idosos, como por exemplo: as isenções de taxas moderadoras; o rendimento social de inserção, e as comparticipações nos medicamentos. As políticas sociais explícitas são medidas políticas, que têm como objetivo atingir metas concretas, como as pensões, consideradas como as mais importantes nas políticas sociais explícitas.

O Instituto da Segurança Social/ISS (2007), refere que o subsistema de ação social, assegura e previne situações de carência, dependência, e vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas.

Nesta visão, Nogueira (2009), salienta que o objetivo da ação social é combater o isolamento pessoal e social, favorecer a autonomia e assegurar um conjunto de serviços e cuidados multidisciplinares a população alvo e vulneráveis como os idosos. O suporte e os apoios sociais a este grupo, foram sendo implementados gradualmente na sociedade portuguesa, como um conjunto alargado de serviços e equipamentos sociais.

O Instituto da Segurança Social, I.P/ISS, I.P (2015), refere que os apoios sociais as pessoas idosas são conjunto de respostas sociais cujas as metas são privilegiar, através de serviços e equipamentos adequados, a manutenção dos idosos em função das suas necessidades e grau de autonomia, e apoiar às famílias. Atualmente existem em Portugal 6 respostas sociais dirigidas à população idosa: (1) Estruturas residenciais, (2) centro de convívio, (3) centro de noite, (4) acolhimento familiar, (5) serviço de apoio domiciliário e (6) centros de dia.

Dessas respostas destacamos o centro de dia, pelo motivo, de o estudo empírico se ter realizado num destes equipamentos. O centro de dia funciona durante o dia e prevê vários serviços que ajudam a manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar, e têm como objetivos: Proporcionar adequados serviços à satisfação das necessidades dos utentes; permitir que a pessoa idosa continue a viver na sua casa e no seu bairro. As comparticipações familiares por frequência das respostas sociais, são determinadas pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento *per capita* do agregado familiar. Para o Centro de Dia, esta comparticipação auxíla entre os 45% e 60% (ISS, I.P, 2015).

Refere o mesmo autor acima referido que os Centros de Dia são orientados pela circular n.º 4/2014, de 16 de Dezembro, da Direção-Geral da Segurança Social. “Define o modelo de regulamento das comparticipações familiares devidas pela utilização dos serviços e equipamentos sociais das instituições particulares de solidariedade social” (p.8).

O ISS (2007), refere que o subsistema de solidariedade, garante com base na solidariedade social direitos essenciais a toda comunidade, que visão prevenir e erradicar situações de pobreza e exclusão social, assim como assegurar prestações em situações de comprovadas necessidades pessoais ou familiares, não incluídas no subsistema providencial como: Rendimento social de inserção, pensões sociais; subsídio social de desemprego; complemento solidário para idosos; complementos sociais; e outras prestações ou transferências afetas a finalidades específicas, no quadro da concretização dos objectivos do presente subsistema.

De acordo com Joaquim, Mendes, Pereira e Junqueira (2014), o sistema de pensões português comporta três grandes grupos:

Pensões de velhice, pensões de invalidez e pensões de sobrevivência, as pensões de velhice são prestações (...) atribuídas a pessoas com idade igual ou superior a 66 anos ou com direito à pensão antecipada (situações de desemprego involuntário de longa duração ou certas profissões de desgaste rápido). As pensões de invalidez são prestações (...) atribuídas a beneficiários em situação de incapacidade permanente para o trabalho, pensões de sobrevivência são pagas aos familiares de beneficiários do regime geral da segurança social (com descontos de pelo menos 36 meses) após o seu falecimento, e destinam-se a compensá-los pela perda de rendimentos associada. (p.19)

Os autores acima referidos destacam que existem vários complementos de pensões que têm como objetivos aumentar o rendimento mínimo dos pensionistas dos vários regimes, embora mostram critérios diferentes de elegibilidade e de determinação dos montantes associados.

CAPÍTULO 2 CARATERIZAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DO LARANJEIRO E FEIJÓ

Pretende-se neste capítulo caraterizar a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó nas dimensões demográfica, cultural, económica e social. Salientamos que no que respeita à dimensão social, apontamos os aspetos que caraterizam o quadro dos serviços sociais voltados para a pessoa idosa, bem como, os equipamentos existentes. Sendo a problemática da pobreza pluri-multidimensional, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em estudo. Tal como referimos na seção introdutória deste estudo, há poucos trabalhos académicos e/ou doutra ordem abordando problemáticas sociais das freguesias referidas. Assim, para a elaboração do presente capítulo recorreremos aos escassos estudos de natureza académica e não só, na sua maioria focando aspetos históricos, sociodemográficos do Concelho de Almada no seu todo.

2.1 Breve Historial da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó

A freguesia do Laranjeiro e Feijó, uniram-se em 2013, através da reorganização administrativa do território das freguesias, pela lei n.º 11- A/2013 de 28 de Janeiro de 2013³, Diário da República, 1.ª série – N.º 19, passando a denominar-se de *União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó*, com a sua sede localizada no Laranjeiro. A União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, fazem parte do Concelho de Almada, Distrito de Setúbal. Geograficamente fazem fronteira a norte com a União das freguesias de Almada, Cacilhas e Cova da Piedade, a Sul com a freguesia de Corroios Concelho do Seixal (CMA, 2014).

Rodrigues (2002), refere que “o Concelho de Almada insere-se territorialmente nas dinâmicas de crescimento urbano da principal região urbana do país, estando historicamente associado ao processo de desenvolvimento da Metrópole de Lisboa” (p.25). Assim e de acordo com Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó/JFLF (2016) o Laranjeiro era conhecido, desde o princípio, como um lugar de passagem, ligava o sul do Concelho a Cacilhas e à Vila de Almada, através da estrada que passando pelas Barrocas e Cova da Piedade conduzia à Mutela. Tratava-se de um amplo espaço rural onde pontificavam várias quintas, com as respetivas casas senhoriais, nomeadamente: (1) Quinta dos Espadeiros, (2) Quinta de Santa Ana, (3) Quinta do Secretário, (4) Quinta de Santo Amaro, edifício do Século XIX, onde a

³Disponível em: <https://www.citius.mj.pt/portal/article.aspx?ArticleId=1439>. Acedido a 21 de Novembro de 2016.

Câmara Municipal de Almada, construiu um centro de atividades culturais e em torno da qual julga-se ter nascido o topónimo de Laranjeiro. Para além das casas referidas, destaca-se a existência do Paço Real do Alfeite, um pequeno palácio do século XV, que foi residência do infante D. Francisco, mais tarde utilizado como pavilhão de caça. Esse imóvel, pertencente atualmente à Base Naval de Lisboa.

Segundo o autor acima citado, historicamente a povoação de Feijó é a mais jovem das cinco freguesias que constituem o Concelho de Almada, cuja a história tem o seu início no decurso do século XVII sendo caracterizado nesse tempo pela intensa exploração rural, devido à possível influência muçulmana, a qual, de acordo com algumas evidências existentes atualmente em alguns locais da freguesia em descrição, nomeadamente em Algazarra, terá estado na origem desse mesmo local.

Num documento datado de 1813, refere-se que inicialmente Feijó era uma simples quinta, situada na zona da Rua Pêro da Covilhão. No entanto desde o século XVI já existiam várias quintas e propriedades de pessoas ilustres, designadamente o Conde de Monsanto, Manuel Sousa Coutinho e os Condes de Aveiras. Esse cenário se manteve até meados do Século XX, período em que se deu a expansão da povoação, em resultado de uma forte pressão demográfica que o Concelho sofreu, que por sua vez resultou da industrialização que se operou nesta zona do país e da subsequente construção da ponte sobre o Rio Tejo (JFLF, 2016). É de salientar que historicamente Feijó foi um espaço rural, coberto de matos e pinhais com azinhagas e courelas intercolados, e o amanho das terras constituíam na altura uma das principais fontes de sustento das famílias locais (Flores, 1995).

2.2 Dimensão Demográfica

O Concelho de Almada sofre uma mudança profunda na sua caracterização sócio-demográfica em pleno século XIX quando o fenómeno da industrialização em Portugal transforma o litoral do país, e, em particular, a margem sul do estuário do Tejo, num dos pontos de atração de uma grande quantidade de mão-de-obra industrial, nesse processo, a crise agrária, é apontada como sendo um dos fatores determinantes para o êxodo rural extensivo registado em Portugal, que se estende, em conjunturas económicas diferenciadas, até aos dias de hoje (Luzia, 2010; Flores & Policarpo, 2011). Luzia (2010) refere que “as populações que, primeiro, atraídas pela indústria, saem das zonas rurais e, mais tarde, chegam a Almada no decurso dos diferentes processos político-sociais pós coloniais, são transmissoras de influências culturais muito diversificada, reflexo de diferentes origens” (p.5).

Ainda no dizer da autora acima citada, os fluxos provocados pela descolonização são igualmente apontadas como responsáveis pelo aumento demográfico em Portugal, mais expressivo em Almada, assim como em outros Concelhos fronteiriços com Lisboa, influenciados pelo decreto-lei n.º 308/75, em vigor até 1981, que decretava nacionalidade portuguesa a todos os que nasceram nas colónias até à data da independência. Numerosos imigrantes africanos legalizaram, nessa altura, a sua situação como cidadãos portugueses.

Destes, destacam-se os cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses, angolanos e moçambicanos, imigrantes com antecedentes rurais e com índices de escolarização baixo. A evolução do crescimento da população do Concelho de Almada deveu-se sobretudo dessas migrações, bem como, na mobilidade residencial, sobretudo inter-Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa/ AML (Rodrigues, 2002). Nesta perspetiva e segundo a CMA (2014), os movimentos migratórios acima mencionados, destacam-se pelo aumento da população residente com nacionalidade estrangeira na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, tendo influenciado no crescimento da população residente que passou de 1.676 em 2001, para os 2.859 pessoas em 2011.

O crescimento urbanístico da cidade de Almada e Cova da Piedade, influenciou positivamente o crescimento e expansão do Laranjeiro tornando-o em freguesia em 1985, pela redivisão da freguesia da Cova da Piedade. Em resultado desse fato, a Base Naval e os estaleiros de Arsenal do Alfeite passaram a pertencer à Freguesia do Laranjeiro (Sousa, 2003). Por sua vez a freguesia do Feijó foi criada pela lei n.º 17B/93 de 11 de Junho de 1993 (Flores, 1995). De acordo com Câmara Municipal de Almada/CMA (2014), a União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, possui segundo o último Censos 2011, uma população residente de 39.872 habitantes (Tabela 1), com 16.260 famílias. Destaque-se que em termos de características trata-se de uma população maioritariamente adulta, dos 25 aos 64 anos, a qual totaliza 22.019 pessoas; e, indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos que totalizam 7.306 pessoas (Tabela 3).

Tabela 1 - Evolução da população residente nas freguesias do Laranjeiro e Feijó (2001 e 2011)

União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó	População Residente
Ano	Total Grupo Etário
2001	37.247
2011	39.872

Fonte: CMA (2014); Rodrigues(2002); (Cálculos, feito pela investigadora).

A população de Almada, distribui-se de uma forma heterogénea no interior do Concelho. Sendo a União das freguesias do Laranjeiro e Feijó uma das cinco freguesias que compõem o território concelhio, verifica-se nas mesmas, mudanças intermédias na sua evolução ao longo da última década (Rodrigues, 2002).

Tabela 2 - Estrutura etária da População das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (2001)

0 aos 14 anos	15 aos 64 anos	65 e mais anos
5.687	26.248	5.312

Fonte: Rodrigues(2002); (Cálculos, feitos pela investigadora).

Tabela 3 - Estrutura etária da população da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (2011)

0 aos 4 anos	5 aos 9 anos	10 aos 13 anos	14 aos 19 anos	20 aos 24 anos	25 aos 64 anos	65 ou mais anos
1.908	1.049	2.743	2.648	2.199	22.019	7.306

Fonte: CMA (2014); (Cálculos, feitos pela investigadora).

Em termos gerais e “no que concerne à estrutura etária, no Concelho de Almada o traço mais acentuado de evolução é o fortíssimo envelhecimento da sua população, acompanhando um processo que caracteriza o próprio país e aproximando-se cada vez mais da estrutura etária nacional” (Rodrigues, 2002, p.30).

Verifica-se através das Tabelas 2 e 3 que os grupos etários dos 0 aos 64 anos têm vindo a registar uma tímida subida ao longo dos anos 2001 e 2011, tendo passado de 31.935 indivíduos em 2001, para os 32.566 indivíduos em 2011 (cálculos feitos pela investigadora). No entanto verifica-se um aumento significativo da população idosa, 65 e mais anos, que passou de 5.312 indivíduos em 2001, para os 7.306 indivíduos em 2011. Verifica-se através das Tabelas 2 e 3 o reduzido número de indivíduos da faixa etária dos 0 aos 14 anos no período de 2001 a 2011, tendo passado de 5.687 em 2001 para aproximadamente 5.700 indivíduos em 2011, mostrando-se uma freguesia menos jovem e com elevado número de pessoas adultas e envelhecidas.

A redução da natalidade, e o elevado envelhecimento da população, produzem sérios efeitos sociais que deveriam estar presentes no planeamento das políticas sociais em geral, e essencialmente nos serviços e equipamentos sociais. O aumento dos grupos etários

dos 65 e mais anos, evidencia as necessidades ao nível dos investimentos em pensões, serviços e equipamentos de apoio à terceira idade (Rodrigues, 2002).

Verifica-se através da Tabela 4, que o índice de envelhecimento nas freguesias do Laranjeiro e Feijó aumentou consideravelmente tendo passado de 184,5 em 2001 para 237,9 em 2011.

Tabela 4 - Índices de envelhecimento e dependência nas Freguesias do Laranjeiro e Feijó (2001 e 2011)

Ano	2001	2011
Índice de Envelhecimento	184,5	237,9
Índice de Dependência dos Idosos	39,7	55,1

Fonte: CMA(2014); (Cálculos, feitos pela investigadora).

Segundo Rodrigues (2002) “estes indicadores demográficos são fundamentais para avaliar às necessidades em matéria de políticas urbanísticas, equipamentos e serviços sociais, tanto ao nível do Concelho como, sempre que necessário e possível, ao nível da freguesia” (p.35). O elevado envelhecimento demográfico surge assim, com um dado irreversível para as décadas que se aproximam, este elevado número de pessoas idosas terem no futuro enormes consequências económicas e sociais (Nazareth, 2009).

2.3 Dimensão Económica

Em conformidade com Rodrigues (2002), um dos principais fatores que contribuem para a coesão social, num dado contexto local, é a existência de um tecido económico dinâmico, que gera emprego qualificado, e articulado com políticas sociais de formação e qualificação escolar e profissional que, gradualmente, dá competências e recursos para a inclusão e promoção social a população que mais precisa. Em 2002, foram diagnosticadas alguns dos principais problemas sociais do Concelho, designadamente: (1) a falta de política de emprego e formação profissional ajustada às novas exigências da economia; (2) frágil dinâmica empresarial e reduzida diversificação da base económica local; (3) reduzidas qualificações profissionais e escolares dos desempregados; (4) alto número de desemprego em idades tardias.

Ainda de acordo com o autor acima citado, no Concelho de Almada as taxas de desemprego são em médias das mais altas da Península de Setúbal, como é sabido constitui

uma das sub-regiões afetadas pelo desemprego no contexto nacional, atendendo à elevada concentração de indústria e às crises e reconversões respetivas que se assistem desde finais dos anos 70, para além das elevadas taxas de desemprego, o Concelho de Almada regista uma taxa de desempregados de muito baixas qualificações escolares, e desajustadas qualificações profissionais, face às exigências do mercado de trabalho, e afeta sobretudo pessoas com mais de 45 anos.

O desemprego no Concelho de Almada, caracteriza-se sobretudo pela sua natureza, do que pela sua quantidade. Por exemplo, em finais de 2000 e princípio de 2001, 90% a 95% dos inscritos no centro de emprego eram desempregados à procura de um novo emprego, contra 4% a 7% de indivíduos que estavam à procura de primeiro emprego. A taxa de desemprego, nas freguesias em estudo, atingiu em 2011 os 1.438 pessoas tendo registado no mesmo ano, 609 indivíduos a procura do 1º emprego e, 2.353 indivíduos a procurade novo emprego (CMA, 2014).

As atuais exigências do mundo de trabalho, as taxas de empregabilidade para as pessoas com mais de 40 anos, são bastante reduzidas. Essa hipótese é baixa, quando o desempregado tem poucas qualificações escolares e profissionais. Nessas condições precárias perante o mundo de trabalho, encontram-se sobretudo os imigrantes, e deficientes. A fraqueza destes grupos sociais leva a que a maioria dos imigrantes, não tenha recursos ao nível das competências e níveis de literacia que lhes permitam recorrer aos serviços de apoio à sua situação de vulnerabilidade social (Rodrigues, 2002).

Nesta visão e de acordo com a Presidência da República (1998), o analfabetismo, a falta de emprego, a compatibilidade com a função, e as capacidades individuais são na sua maioria as principais causas da pobreza, com maior ou menor gravidade entre elas. As principais atividades económicas das freguesias em estudo são o comércio e os serviços, as populações residentes na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, em 2011, trabalhavam sobretudo no setor terciário e secundário, correspondendo a 30,8% e 16,86 %, respetivamente. No setor primário trabalhavam apenas 0,58% da sua população (CMA, 2014).

De acordo com Abreu e Branco (1984), “o desenvolvimento do setor terciário no centro de Lisboa vai acelerar o processo de transformação de Almada em cidade dormitório da capital, pelo desencadeamento de um fluxo populacional que procura na expansão de Almada habitação para se alojar” (p.33).

2.4 Dimensão Cultural

De acordo com Sousa (2003), a construção da modernidade no Concelho de Almada, alicerça-se nas raízes socioculturais que marcaram a sua identidade, sendo a cidade do mundo e da contemporaneidade, que aposta no conhecimento e na preservação dos traços das características que lhe confere um rosto próprio, num mundo cada vez mais globalizado. “A permanente construção de uma identidade local e, sobretudo, a sua transmissão para as novas gerações, não se faz sem que se verifique uma condição absolutamente básica – o conhecimento do passado” (p.9).

2.4.1 Património Local: Monumentos e Esculturas

Monumentos e esculturas que marcam a história local são: (1) Monumento ao Poder Local; (2) Monumento à Paz; (3) Monumento à Vida; (4) Monumento ao associativismo; (5) Escultura as Asas de Ícaro; (6) Monumento à Fraternidade; (7) Casa Senhorial da Quinta de Santo Amaro; (8) Monumento à Solidariedade; (9) Palácio Real do Alfeite e (10) Escultura alusivo ao Barril D’Alva (JFLF, 2016).

2.4.2 Brasões da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó



Figura 2 - Brasão da freguesia do Laranjeiro

Figura 3 - Brasão da freguesia do Feijó

Figura 4 - Logotipo da Junta de freguesia do Laranjeiro e Feijó

Fonte: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/junta/braso-es-logotipo>. Acedido a 3 de Agosto de 2016.

A Figura 2, representa o brasão da freguesia do Laranjeiro, que significa a luz que ilumina as inteligências e simboliza fé, pureza e a firmeza, através do escudo em ouro, igualmente significa a riqueza gerada pela sociedade local, responsável pelo desenvolvimento e prosperidade da freguesia do Laranjeiro. Os animais e grifos, simbolizam a força do leão e a agilidade da águia, constituindo, o símbolo da perfeição por expressar todas as contradições

da sociedade humana, na qual o Laranjeiro se insere e sobre os quais foi edificado. A Figura 3, representa o brasão da freguesia do Feijó, que significa o feijoeiro desplantado de verde e florido de prata.

A Figura 4, representa o logótipo da junta de freguesia da União das freguesias do Laranjeiro e Feijó. A flor de esteva, muito habitual nas paisagens do Laranjeiro e Feijó, apresentado de uma forma estilizada, transmite vida, liberdade e harmonia. O ponto em cinza, representa a ligação entre as duas freguesias, os povos que nelas residem, pessoas vindas de vários pontos do nosso país e do mundo, numa diversidade cultural marcante, as cores fazem parte da identidade já existente nas das duas freguesias - o verde do Feijó, o azul do Laranjeiro (JFLF, 2016).

2.4.3 Associativismo nas freguesias do Laranjeiro e Feijó

O associativismo na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, deveu-se sobretudo pelo progresso das sociedades recreativas ocorridas no Concelho de Almada, em finais do século XIX, princípios do século XX, tida como a capital do associativismo popular, com mais de 150 coletividades que muito contribuíram e continuam a contribuir no Concelho de Almada a nível do desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo (Associação Nacional dos Municípios Portugueses/ANMP, 2001). Das quais destacam-se a: Sociedade Incrível Almadense; Sociedade Filarmónica União Artista Piedense; Academia Almadense; Sociedade Trafariense entre outras (Abreu & Branco, 1984).

As associações da freguesia em estudo, destacam-se: (1) Clube Recreativo do Feijó⁴; (2) Associação e desenvolvimento da Quinta do Chiado; (3) Sociedade Recreativa Estrela do Feijó; (4) Clube de Instrução e Recreativo do Laranjeiro⁵; (5) Clube do Sargento da Armada; (6) Clube Construções Norte-Sul; (7) Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Laranjeiro e Feijó; (8) Associação Portuguesa de Pais e Doentes com Hemoglobinopatias; (9) Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro ; (10) Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro/Feijó; (11) Alma alentejana - Associação para o Desenvolvimento Cooperativo e Solidariedade Social (JFLF, 2016).

As coletividades no Concelho de Almada ficaram marcado pelos movimentos associativos que se representavam como as mais fortes tradições populares da altura. O seu surgimento aconteceu, devido as carências, sentidas numa época marcado pela

⁴ O clube recreativo do Feijó foi fundado em 2 de Julho de 1944, mas cujas raízes históricas remontam para 1938.

⁵ Fundado a 23 de Junho de 1936, este popular clube mantém em atividade um vasto conjunto de modalidades desportivas, entre elas, o Voleibol, Karaté, Ténis de Mesa e Setas, em diferentes escalões.

industrialização. As coletividades de cultura, recreio e lazer eram um oásis no deserto cultural, oferecendo às classes trabalhadoras a oportunidade de contrato com novas correntes e formas de expressão cultural. Outras formas de associativismo era a instrução: na falta de rede de ensino primário, as coletividades de instrução e recreio organizavam aulas no período da manhã e de noite, tendo tido desempenhado um papel importante nas populações analfabetas (CMA, 2016).

A abrangência das redes associativas são tidas como bastantes ativas no campo da educação, lazer, saúde, ambiente, cultura, e desporto, desenvolvidas em fortes redes sociais e associativas com tradição de trabalho em parceria (Rodrigues, 2002). Para Mendes (2008), as redes implicam uma série de relações e procura alternativas com o objetivo de reforçar o poder das ligações, igualmente implicam princípios, pessoas coletivas e individuais para garantirem o funcionamento das estruturas na base de informação, conhecimentos sociais, económicos e políticos. “A parceria constitui uma forma de trabalho que possibilita a dinamização das redes de base local para a promoção potencial e efetiva do emprego” (p.84).

3.Dimensão Social

No domínio social, o Concelho de Almada destaca-se por uma forte implantação de instituições de domínio Social, mostrando-se há vários anos, as suas potencialidades e empenho no trabalho em parceria. Desde o século XX, o Concelho tem desenvolvido diversas formas de intervenção social e articulações de forma a responder as necessidades das populações. Neste campo destacam-se duas experiências importantes nas décadas de 80 e 90 do século XX: PISACA, Projeto de Intervenção Social Articulada (1981-1989) e o Projeto Raízes para um Futuro de Sucesso (1990-1994) (CMA, 2009).

Entendido como um desafio, o PISACA foi o inaugural projeto de desenvolvimento social local, juntou esforços de diversos serviços, instituições, autarquias e população coordenada, com o objetivo primordial, de resolver os problemas sociais das populações. Seguidamente, surgiu o Projeto Raízes para um Futuro de Sucesso, apoiado pelo programa de luta contra a pobreza, estabeleceu-se articulações das várias políticas setoriais de intervenção social local, para uma ação ajustada nos problemas sociais nas zonas do PIA e dos bairros sociais da freguesia do Laranjeiro (Conselho Local de Ação Social de Almada/CLASA, 2005); (CMA, 2009).

Definiram-se posteriormente um conjunto de projetos organizados em várias áreas de atuação à escala do Concelho, que permitiram conjugar as apostas estratégicas da rede social. Os projetos estruturantes foram: Almada Famílias XXI; Almada Concelho para as Crianças;

Jovens - Almad' Ativa; Imigrantes - Culturas Vivas; Formação: Almada Centro de Excelência; Almada - Escolas para a Vida (CLASA, 2005). Nesta perspetiva e de acordo com o autor acima citado os problemas sociais de vulnerabilidade social no Concelho de Almada afetava sobretudo famílias desestruturadas, idosos dependentes e isolados.

3.1 Equipamentos, Serviços e respostas sociais dirigido à população idosa em Portugal

No que respeita aos apoios aos idosos em Portugal, existe uma Rede de Serviços, Equipamentos e Respostas Sociais/RSES, destinada a população idosa, com o objetivo de responder às diversas necessidades sentidas por este grupo. A segurança social tem, com ajuda de iniciativas de particulares, misericórdias, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), e outras entidades de carís social, diversas ajudas, com objetivo fundamental de combater situações de pobreza e exclusão social, assim como respostas sociais que visam promover a autonomia, e facilitar a permanência das pessoas no seu domicílio e meio sociocultural (GEP & MESS, 2014). As ajudas e respostas sociais, acima citadas, são operacionalizadas, pelas instituições, lucrativas e não lucrativas:

As entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativo. (GEP & MESS, 2014, p. 5)

A nível nacional é confirmado o grande número de equipamentos de instituições não lucrativas. No entanto, existem distritos que apresentam uma percentagem elevada de instituições lucrativas acima de 20%, designadamente: Faro (21,5%); Porto (27,5 %) Leiria (30,8 %); Lisboa (33,9 %); e Setúbal com (35,3 %). As respostas sociais direcionadas às pessoas idosas representam 54% do número total de respostas da RSES em Portugal continental, em 2014, refletindo-se assim:

As necessidades de apoio à população idosa, cujo grupo etário tem aumentado de forma acentuada na população residente, sendo mais evidente no interior do país. Contrariamente, as respostas para as Crianças e Jovens têm apresentado um peso decrescente no universo das respostas, embora registem um crescimento significativo em termos absolutos. (p.11)

Nesta visão e de acordo com Rodrigues (2002), no Concelho de Almada, os serviços e equipamentos de apoio à terceira idade, têm se revelado ainda algumas carências, apesar dos apoios das autarquias e segurança social. Salienta o mesmo autor acima referido, que do lado

das IPSS do Concelho, tem havido alguns esforços de investimento quase na totalidade neste setor, embora com os apoios usufruídos parte das instituições referidas, tem condicionado a evolução mais positiva das respostas face às necessidades deste grupo.

Refere a mesma fonte acima referida, no Concelho de Almada, contabilizavam-se oito equipamentos de lares de idosos em 1998, segundo as estatísticas do INE, com 297 utentes, este número, segundo o INE, engloba tanto as IPSS como os equipamentos dos privados com fins lucrativos. No entanto, em 2001 registaram-se sete equipamentos, de lares de idoso de caráter social sem fins lucrativos, com 327 utentes. Apesar da carência deste tipo de equipamento ser comum à generalidade do país, Almada regista uma taxa de cobertura inferior à média dos restantes níveis territoriais considerados como referência neste diagnóstico. Mesmo considerando a sub-região em que o Concelho se insere, Almada apresenta uma cobertura mais deficiente neste tipo de equipamento.

3.2 Respostas Sociais dirigida à população idosa nas freguesias do Laranjeiro e Feijó

As respostas sociais, nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, surgiram de forma gradual, a partir de 2001, os primeiros centros de dia, um total de três equipamentos, davam resposta a 100 pessoas, igualmente o apoio domiciliário com dois equipamentos sociais davam resposta a 85 pessoas no ano de 2001, nesta altura não existiam ainda lares de idosos nas freguesias em estudo (Rodrigues, 2002).

Tabela 5 - Número de Equipamentos, Capacidades das Respostas Sociais e as Certificações na União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó em 2016

Tipo de Respostas Sociais	Nº de Equipamentos	Capacidade Total	Totalidade de Utentes	Certificações
Centro de Dia	6	253	190	Norma ISO9001
Apoio Domiciliário	5	134	99	Norma ISO9001
Centro de Convívio	1	60	26	Norma ISO9001
Estrutura Residencial	2	126	114	Norma ISO9001
Cantina Social	1			
Apoio Domiciliário integrado		15	14	

Fonte: http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_valencia&cod_distrito=15&cod_concelho=03&cod_freguesia=15&cod_area=21&cod_valencia=0&dcf=150315. Acedido a 25 de Novembro de 2016.

Verifica-se através da tabela 5, que na União das freguesias em estudo, existiam em 2016, seis centros de dia, que davam apoio a 190 pessoas, duas estruturas residências para idosos, que davam apoio a 114 pessoas, apoio domiciliário com 99 pessoas apoiadas, uma cantina social que serve de apoio a população mais carenciada na zona, um centro de convívio que dava apoio a 26 pessoas e uma resposta de apoio domiciliário integrado que dava apoio a 14 pessoas. Verifica-se de igual modo que quase todos os serviços e respostas sociais das instituições encontram-se certificadas com a norma ISO9001.

De acordo com Rodrigues (2002) “um indicador importante da temática da terceira idade e da pobreza é a evolução do número de pensionistas, considerando os diversos tipos de pensões sociais” (p.69). Na União das freguesias em estudo, em 2001 registava 6.537 de pensionistas e reformados, este número aumentou para os 8.584 em 2011. (CMA, 2014).

Tabela 6 - Evolução das Pensões da Segurança Social no Concelho de Almada: Velhice, Invalidez e Sobrevivência de (1990 e 2013)

Pensões da Segurança Social	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
Ano 1990	15.899	7.589	5.931
Ano 2013	33.046	3.753	10.881

Fonte: <http://www.pordata.pt/Municipios/Pens%C3%B5es+da+Seguran%C3%A7a+Social+total++de+sobreviv%C3%A7%C3%A3o+de+invalidez+e+de+velhice-506>. Acedido a 28 de Novembro de 2016.

Verifica-se a través da Tabela 6, que o número de pessoas que recebiam pensões de velhice, invalidez e sobrevivência subiu de 29.419 em 1990 para os 47.680 pessoas em 2013, tornando assim o município de Almada, o sexto a nível nacional, onde a segurança social mais pensões paga. Lisboa, Porto, Sintra, Vila nova de Gaia e Loures são os municípios que registaram o número mais elevado (PORDATA, 2016).

As bolsas de pobreza têm aumentado a nível nacional, principalmente nas zonas urbanas e, sobretudo, nas grandes cidades, correlativamente ao crescimento económico e à melhoria genérica das condições de vida da população nas últimas décadas. É certo, que os instrumentos de combate ao crescimento dessas bolsas de pobreza estão, cada vez mais

disponíveis, no entanto não em quantidade e com a eficácia necessárias. Um dos instrumentos operacionalizados pela política social na última década é o Rendimento Mínimo Garantido, atual (RSI), a procura deste rendimento tem vindo a crescer (Rodrigues, 2002, p.70). Em 2003, 2,2% da população residente em Almada, usufruía desta medida, em 2015 esta percentagem aumentou para os 4,0 % da população (PORDADA, 2016).

É importante o conhecer a composição social da população que auferem o RMG, atual (RSI) assim poderemos ter uma noção clara da população mais vulnerável às situações de pobreza e exclusão social (Rodrigues, 2002). No Concelho de Almada, desde 2003 o número de beneficiários do RMG e RSI têm vindo aumentar consideravelmente, em 2015 o número de beneficiários, subiu para 5.787, total de grupo etário (PORDADA, 2016).

Tabela 7 - Beneficiários do RMG e RSI, por estrutura etária no Concelho de Almada (2003 e 2015)

	Beneficiários Menores de 25 anos	Beneficiários de 26 aos 39 anos	Beneficiários de 40 aos 54 anos	Beneficiários maiores de 55 anos
Ano 2003	1.583	543	450	558
Ano 2015	2.656	1.032	1.303	796

Fonte: <http://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-515>. Acedido a 28 de Novembro de 2016.

Verifica-se, através da tabela 7, um elevado número de beneficiários das estruturas etárias menores de 54 anos, crianças, jovens e adultos. Segundo Rodrigues (2002), o elevado número de pessoas pobres no Concelho, reforça a ideia da primazia de projetos de inserção social para jovens. “Do ponto de vista da estrutura etária é importante deixar claro que a população idosa tem aqui um peso comparativo pouco significativo, dado o fato de auferirem já, na sua esmagadora maioria, pensões de velhice” (Rodrigues, 2002, p.71). Verifica-se através da tabela 8, que o Concelho de Almada registava em 2003 um total de 3.134 beneficiários do RMG e RSI (Cálculo da investigadora), sendo que o número de beneficiários aumentaram para 5.787 em 2015.

Tabela 8 - Beneficiários do RMG e RSI por género no Concelho de Almada (2003 e 2015)

Género	Masculino	Feminino
Ano 2003	1.462	1.672
Ano 2015	2.823	2.964

Fonte: <http://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+sexo-513>. Acedido a 28 de Novembro de 2016.

Verifica-se através da Tabela 8, que o género feminino se afigura como sendo o grupo que mais se beneficia do rendimento RMG e RSI, no Concelho de Almada. De acordo com Rodrigues (2002), o RMG são na sua maioria usufruídos por mulheres, sendo elas também as mais presentes nas estruturas das famílias monoparental, tornando o tipo de família mais frequente entre os beneficiários do RMG, levando por vezes a situações de pobreza e exclusão social. Outro indicador social da pobreza em Almada é o peso considerável das minorias étnicas, designadamente a população originária do continente africano mais de 13% dos titulares de RMG no Concelho.

Salienta o mesmo autor acima referido, as populações imigrantes são importantes para a coesão social no Concelho de Almada, as ações de inserção social que levem em linha de conta também esta, há que desencadear aqui ações de formação visando a inovação e a aquisição de competências para lidar com o fenómeno da imigração, o qual sendo historicamente recente no país tem implicado uma enorme dificuldade por parte dos técnicos em dar resposta eficaz e positiva à divergência de códigos culturais, normas, valores e padrões de conduta daquela população face ao que ocorre na sociedade de acolhimento, neste caso, a sociedade portuguesa.

CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo serão clarificados os caminhos percorridos para a concretização do objetivo deste estudo em termos de metodologia adotada, a qual socorreu-se fundamentalmente de duas técnicas para a recolha de dados, nomeadamente a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas, seguindo-se a análise de conteúdo para a fase de tratamento das mesmas.

3.1 Abordagem Qualitativa

A presente dissertação é de natureza científica e segue uma abordagem essencialmente qualitativa, segue-se o método indutivo, descritivo e interpretativo, metodologia de investigação que melhor serviu para a concretização dos objetivos traçados, por privilegiar o significado e a intensidade dos atos, das relações e estruturas sociais, sendo os desenhos dos estudos qualitativos flexíveis e respeitantes ao objeto de estudo (...) esta flexibilidade permite aprofundar em pormenor os dados (Vilelas, 2009). Segundo o autor citado na investigação qualitativa o modo de estudo centra-se de como as pessoas interpretam e dão sentido às experiências e a forma como elas vivenciam.

Nesta perspetiva e tendo em conta a subjetividade de quem sente a pobreza, e considerando ainda que, um dos principais objetivos do presente estudo visa a auscultação da perceção sentida pelos idosos, sobre a pobreza em Portugal, e da mesma que os afeta, decidimos adotar a abordagem qualitativa que de acordo com Santo (2015), serve na maior parte das vezes para a descoberta, identificação e descrição aprofundada. Neste seguimento a presente abordagem qualitativa permitiu, em nosso entender, compreender os fenómenos da pobreza dos idosos através da pesquisa bibliográfica e entrevista efetuadas aos idosos que se encontram em situação de pobreza e os profissionais que intervêm em situação de pobreza a nível local.

O estudo qualitativo serviu primordialmente para descrever as situações vividas pelos idosos em situação de pobreza onde compreendeu-se através das entrevistas realizadas e análise dos mesmos, como os idosos conseguem, fazer face às despesas com os respetivos rendimentos auferidos e os apoios e respostas sociais concedidos a nível local pelas instituições para combater este fenómeno. De igual modo, compreendeu-se os procedimentos no apoio à população idosa em situação de pobreza a nível local, através de entrevistas realizadas aos profissionais que intervêm em situações de pobreza, vinculados nas instituições de cariz social no Laranjeiro e Feijó.

O presente estudo qualitativo partiu da autenticidade e fiabilidade dos testemunhos que foram recolhidos, que não pretenderam contribuir para uma construção de explicações do problema plausíveis de serem generalizados, mas sim, permitiram construir uma análise sobre as situações concreta da realidade.

3.2 Desenho da investigação

Fortin (2009), refere que “na condução da investigação os fundamentos filosóficos diferem segundo as perceções individuais da realidade, da ciência, e da natureza humana” (p.26). Assim, para a condução do presente estudo, optamos em primazia por escolher o tema de estudo, de seguida formulou-se a pergunta de partida, face que deu início a nossa investigação, estando em concordância com Fortin (2009) quando afirma que o processo de investigação começa com a escolha de um tema e a formulação da uma pergunta de estudo pertinente através da qual se orientará o mesmo. Sendo um estudo de abordagem essencialmente qualitativo, a pergunta de partida serviu assim para descrever as experiências vividas pelos idosos que se encontram em situação de pobreza no Laranjeiro e Feijó, utentes do centro de dia da instituição Alma do Bairro e indagar os profissionais que intervêm em situação de pobreza a nível local.

Uma pergunta de partida é uma indagação precisa, escrita no presente e que engloba as ideias do estudo, indicando notoriamente o caminho que se pretende seguir (Fortin, 2009). Assim, ao optar-mos por um percurso de investigação sobre *A pobreza dos idosos em Portugal. A perceção da pobreza dos idosos na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó*, consideramos tal como foi referido na seção introdutória pertinente definir como pergunta de partida: **De que modo os idosos que se debatem com o fenómeno da pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó gerem a sua situação e quais os apoios sociais existentes a nível local para o combate do tal fenómeno?**

Nesta questão entende-se a gestão de situação de pobreza como a capacidade que o pobre tem de gerir os poucos recursos económicos vindo da pensão de velhice com ajudas familiares e apoios institucionais ajudando por vezes familiares também pobres.

Depois da formulação da pergunta de partida que direcionou todo o trabalho, definiram-se os objetivos do estudo já apresentados na seção introdutória, onde ficou delineado em compreender o modo como os idosos em situação de pobreza vivem a sua situação, procurou-se colher a perceção que os idosos têm sobre a pobreza em Portugal e duma forma particular, a perceção da pobreza que afeta aos sujeitos abrangidos pelo estudo.

Procurou-se de igual modo, compreender a satisfação que os idosos, utentes do centro de dia têm, sobre os serviços prestados pelas instituições que lhes dão os apoios. Procurou-se igualmente, compreender o modo como se processa a ajuda aos idosos em situação de pobreza a nível local incluindo as medidas de combate à pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, direcionadas para a população idosa.

Fortin (2009), refere que a essência do desenho de investigação, altera-se consoante os objetivos da investigação, destacando que “o desenho é um plano lógico traçado pelo investigador, tendo em vista estabelecer uma maneira de proceder suscetível de levar à realização dos objetivos, que visam encontrar respostas às questões de investigação” (p. 54).

Nesta visão traçou-se o desenho da investigação, depois da escolha do tema, da formulação da pergunta de partida e das definições dos objetivos de estudo, desenhou-se o percurso da investigação, onde definiu-se o tipo de investigação qualitativa como meio para realização do estudo. Nesta fase escolheu-se a União das freguesias do Laranjeiro e Feijó como o campo do estudo empírico.

Nessa mesma senda definiu-se como população alvo da investigação, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, de ambos os sexos, em situação de pobreza, residentes nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, muito particular os que frequentam os centros de dia. Outro grupo alvo são os profissionais que intervêm com situações de pobreza a nível local, vinculados em instituições de cariz social no Laranjeiro e Feijó.

Depois de definida a população alvo, delineou-se como técnica de recolha de informações as entrevistas semi-estruturadas, a partir deste momento elaboraram-se dois guiões de entrevistas, um para cada grupo alvo. Foi neste momento em que se emitiram pedidos formais para a realização do estudo empírico, pedidos esses que foram direcionados aos Presidentes das instituições sociais situadas na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó (Cfr. Apêndice 1). Fortin (2009), refere que “após ter estabelecido a maneira de proceder, o investigador define a população em estudo, determina o tamanho da amostra e precisa os métodos de colheita de dados”(p.53).

3.3 Caraterização do local específico do estudo empírico

Nesta seção efetuam-se a caraterização do local do estudo empírico concretamente no que diz respeito a sua localização, estrutura, funcionamento e outros aspetos considerados importantes. Para o efeito e por forma a manter o anonimato dessas instituições e sujeitos, decidimos como já referimos acima, utilizar nomes fictícios em lugar dos seus nomes

verdadeiros. Assim começamos então por referir que a investigação teve lugar em três Instituições, nomeadamente (1) *Alma do Bairro*, (2) *Centro do Bairro* e (3) *A Casa*. Como temos vindo a referir, tratam-se de instituições localizadas na União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, do Concelho de Almada.

O **Centro de Dia** da *Alma do Bairro*, foi o local onde realizaram-se as entrevistas aos idosos - utentes do centro de dia, no dia 16 de Maio de 2016 e ao E1, no dia 10 de Maio de 2016. O centro de dia, localiza-se no Laranjeiro concretamente na quinta do Santo Amaro. De acordo com ISS, I.P (2015), Centro de Dia é uma resposta social, que contribui para a valorização pessoal, partilha de conhecimentos e experiências pessoais. “É um equipamento social que funciona durante o dia e que presta vários serviços que ajudam a manter as pessoas idosas no seu meio social e familiar” (p.6).

De acordo com Alma do Bairro (2012), a instituição nasceu em 1996, no seio da vasta família alentejana, com objetivo de divulgar a identidade e cultura do Alentejo. A mesma no campo da solidariedade social, denota-se pela importante contribuição desta instituição que gere atualmente cinco equipamentos sociais contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes, e da comunidade em que está inserida, os serviços de psicologia e de animação sócio cultural da instituição têm vindo a crescer devido a carente população a que se destina. Segundo António (2010), a instituição *Alma do Bairro* é uma associação de Solidariedade social, sem fins lucrativos, presta apoio a 158 idosos, em quatro freguesias do Concelho de Almada, através de dois centros de dia, dois centros de convívio e um serviço de apoio domiciliário com um total de 22 trabalhadores.

O centro de dia funciona de segunda a sexta-feira das 8 horas às 17h.30 e Sábado das 8h00 às 13h30 (Alma do Bairro, 2012).

A segunda instituição do estudo empírico foi o *Centro do Bairro*, onde decorreu a entrevista a E2 no dia 12 de Maio de 2016. O *Centro do Bairro*, localiza-se nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, a sua sede encontra-se no Feijó, sendo que a entrevista realizou-se na sua extensão, situada no Laranjeiro.

De acordo com Centro de Bairro (2016) a instituição é uma IPSS, sem fins lucrativos, desenvolve atividades em diversas áreas designadamente: Serviços sócio-pedagógicos; Creche; ATL; Clube de Jovens; intervenção comunitária (ação social); apoio social; unidade de inserção na vida ativa, (UNIVA) e a área das pessoas idosas que abarca as valências de Centro de Convívio, Centro de Dia, Serviço de apoio ao domiciliário e a loja do Idoso. De acordo com o autor acima citado, a **intervenção comunitária (ação social)** é uma resposta social, orientada às pessoas e famílias que se encontram em situação de pobreza ou

outras dificuldades precisas para prevenir ou resolver problemas que originem situações de exclusão social. Muitas vezes operam em situações de imprevistos. Salienta o mesmo autor que:

Ação Social tem como objetivo - apoiar pessoas/famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social; situação de risco, vulnerabilidade ou exclusão social, informar, orientar e encaminhar através de metodologias próprias, promover a melhoria das condições de vida de indivíduos/famílias no sentido da inclusão social; mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. (Centro de Bairro, 2016)

Os serviços funcionam de segunda a sexta-feira das 9.00h às 12.00h e das 14.00h às 19.30h. Uma equipa técnica faz o acompanhamento social, em toda a área geográfica do Feijó e algumas ruas limítrofes do Laranjeiro.

A terceira instituição do estudo empírico foi *A Casa*, onde realizou-se entrevista com a E3, no dia 1 de Junho de 2016. A Casa tem como objetivo dar “resposta articulada às necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos imigrantes radicados nas várias regiões do país, fazendo a ponte com as diferentes instituições locais com competências nestas matérias e com quem os imigrantes se têm que relacionar” (A Casa, 2009, p.1) dando apoio a população imigrante através dos 85 centros espalhados por todo país. *A Casa* é um “pólo de informação ao imigrante, com um tratamento especializado e adequado às diferentes necessidades deste público-alvo, com um rosto humano e próximo de quem o procura” (A Casa, 2009). Refere o mesmo autor acima referido que:

Pondo em prática o conceito de Integração de Proximidade, terá ainda o papel pró-activo de animar e desenvolver iniciativas locais de aprofundamento do acolhimento e integração das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa, envolvendo diferentes atores locais e sensibilizando toda a comunidade para este desafio, já que é ao nível local que acontece a integração. (pp.1-2)

De igual modo apoiam a população imigrantes na regularização da situação migratória, reagrupamento familiar, retorno voluntário, encaminhamentos para formação profissional, saúde, segurança social, e outras atividades, prestando um apoio gratuito, nas áreas de intervenção, com imigrantes, minorias étnicas e religiosas.

3.4 Caraterização dos sujeitos participantes do estudo

Nesta seção serão apresentados os sujeitos participantes do estudo, que foram constituídos por um total de oito pessoas, que demonstraram disponibilidade em colaborar

com a investigadora. O primeiro grupo é constituído por três profissionais que intervêm em situações de pobreza a nível local, vinculados nas instituições acima descritas, com idades compreendidas dos 38 anos aos 45 anos, sendo formado por um participante do género masculino e duas participantes do género feminino, todos casados, e com grau de licenciatura. Dois dos participantes, exercem funções de diretores nas instituições em que trabalham e uma participante exerce a função de Técnica responsável pelo atendimento e apoio aos cidadãos estrangeiros, como demonstra-se no quadro 1. É de lembrar que no âmbito do presente estudo os profissionais serão tratados por E1, E2, e E3, como forma de mantê-los no anonimato.

Quadro 1 *Caraterização dos Sujeitos participantes do Estudo: Profissionais que intervêm nas situações de pobreza no Laranjeiro e Feijó*

	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Função	Instituição
Sujeito Participante E1	45 anos	Casado	Licenciatura em Sociologia	Diretor Técnico	Alma do Bairro/Associação /IPSS
Sujeito Participante E2	38 anos	Casada	Licenciatura em Serviço Social	Assistente Social e Diretora de Serviços	Centro do Bairro/ IPSS
Sujeito Participante E 3	39 anos	Casada	Licenciatura em Ciências Políticas	Técnica do apoio ao imigrante	A Casa

Fonte: Elaboração própria.

O segundo grupo de sujeitos participantes é constituído por cinco idosos, com idades compreendidas dos 65 anos aos 90 anos, sendo que três dos participantes são do género masculino e duas do género feminino, todos frequentam o Centro de Dia da instituição *Alma do Bairro*, e encontram-se em situação de pobreza. É de lembrar que no âmbito do presente estudo os idosos serão tratados por Utentes (U1).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 2, o Utente 1 (U1) tem 77 anos, é casado, tem a 4ª classe, vive com a mulher e dois filhos; Utente nº 2 (U2) tem 78 anos, viúvo, com a 7ª classe, vive com a filha e é reformado da marinha; Utente nº 3 (U3) tem 85 anos é viúva com a 4ª classe, vive com o filho, nunca trabalhou; Utente nº 4 (U4) tem 90 anos é viúva concluiu a 4ª classe, vive sozinha, pensionista da marinha; e o Utente nº5 (U5) tem 65 anos, é divorciado, vive com a filha e a neta, é reformado da função pública, tem o 2º ano industrial.

Quadro 2 *Caraterização dos Sujeitos participantes do Estudo: Idosos em situação de pobreza, utentes do Centro de Dia da instituição - Alma do Bairro*

	Idade	Sexo	Estado Civil	Agregado familiar	Nacionalidade	Escolaridade
Utente 1	77 anos	Masculino	Casado	Vive com a mulher e dois filhos	Portuguesa	4ª Classe
Utente 2	78 anos	Masculino	Viúvo	Vive com a filha	Portuguesa	7ª Classe
Utente 3	85 anos	Feminino	Viúva	Vive com o filho	Portuguesa	4ª Classe
Utente 4	90 anos	Feminino	Viúva	Vive Sozinha	Portuguesa	4ª Classe
Utente 5	65 anos	Masculino	Divorciado	Vive com a filha e a neta	Portuguesa	2º ano Industrial

Fonte: Elaboração própria.

3.5 Caraterização da Amostra: Procedimentos

É de salientar que em pesquisas qualitativas não se pode falar de amostra ou investigação por amostragem (Stake, 2012), mas sim dos sujeitos participantes (Amado, 2013), ou seja, o conceito de amostra entendido no seu sentido estatístico e probabilístico que integra a ideia de representatividade de uma amostra em seleção a uma população, não preocupa a investigadora, uma vez que não pretende chegar à generalização, mas sim em descrever as situações, sob o ponto de vista dos participantes. Ainda na mesma senda e de acordo com (Coutinho, 2011) num estudo qualitativo a amostra é sempre intencional, porque não há qualquer razão para que seja representativa. “Algumas vezes selecionam-se casos que são típicos em combinação com outros que não o são e que possam representar” (p. 290).

Nesta investigação, a nossa amostra é intencional do tipo intensivo pois escolhemos o centro de dia de idosos que consideramos que nos poderiam dar a informação desejada. A seleção da amostra tem como objetivo, obter a máxima informação possível que permita a fundamentação dos objetivos da investigação (Aires, 2011). É uma perspetiva de amostragem intencional porque os sujeitos que a constituem não são escolhidos ao acaso: o investigador seleciona as unidades de amostragem a partir de critérios específicos. Neste quadro, uma das modalidades de amostragem é, a opinática onde o investigador seleciona os sujeitos em função do critério estratégico pessoal – os sujeitos possuem um conhecimento mais profundo do problema a estudar, os que são mais facilmente abordáveis (para poupar recursos humanos

e materiais) ou os que voluntariamente se mostram disponíveis para colaborar com a investigadora.

Tendo como base os fundamentos acima apresentados o presente estudo abarcou dois grupos de análise, os idosos e os profissionais, nesta perspetiva o estudo realizou-se através de duas amostras de caráter intencional, sendo a primeira amostra constituída por cinco idosos e a segunda amostra constituída por três profissionais: (E1) da IPSS a *Alma do Bairro*; (E2) da IPSS o *Centro do Bairro*; (E3) da Instituição *A Casa*. Num total de oito pessoas.

Fortin (2009), refere que este método é constantemente aplicado mesmo que as pessoas escolhidas não possam ser representativas da população. Estando assim em concordância uma vez, que no presente estudo participaram um total de oito pessoas.

Nesta perspetiva de análise e tal como foi referido antes, o presente estudo escolheu os idosos do centro de dia da Instituição Particular de Solidariedade Social- IPSS a *Alma do Bairro*, situada concretamente na quinta do Santo Amaro, Laranjeiro e por se encontram em situação de pobreza. De igual modo escolheu-se os profissionais que trabalham em instituições de Solidariedade social no Laranjeiro e Feijó, que constituiu o local certo e que intervêm com a população idosa em situação de pobreza.

Fortin (2009), destaca que a amostragem por conveniência ou acidental “é construída por indivíduos facilmente acessível e que respondem a critérios de inclusão precisos” (p.132). Na presente investigação as seleções das amostras, obedeceram alguns critérios de inclusão precisos, como sugere Fortin (2009) para este objetivo, elaboraram-se uma lista dos critérios de seleção. Nesta perspetiva, e de acordo com o autor, foram definidos seis critérios de seleção para a primeira amostra, que estabeleceu considerar pessoas: (1) com idade igual ou superior a 65 anos; (2) com condições cognitivas e autonomia que possibilitassem responder as perguntas com alguma lucidez; (3) que frequentarem o Centro de Dia da *Alma do Bairro*; (4) residentes em área urbana da freguesia do Laranjeiro e Feijó; (5) que vivem sozinhas, com cônjuge, e outros familiares (Filhos, netos...); afetadas pela problemática da pobreza e que demonstrassem disponibilidade em colaborar no estudo.

Salientamos que neste procedimento de seleção de critérios, tivemos a ajuda do Diretor Técnico da Instituição selecionada a *Alma do Bairro*, que a pedido da investigadora, indicou-nos as pessoas que se encontravam em situação de pobreza na instituição, e em condições de saúde para colaborar na investigação. Sendo que o contacto foi logo estabelecido entre a investigadora e os utentes, onde os cinco selecionados, aceitaram em colaborar no estudo, nesta altura apresentaram-se os objetivos da investigação e o tema.

Dias depois, foi-lhes apresentado os procedimentos de recolha de dados, o tempo estimado por cada entrevista, assim como as informações relacionadas com as gravações em áudio e a confidencialidade das informações. É de realçar que os idosos com problemas de saúde do foro psicológico, surdez e demência não foram incluídos na amostra.

Para a seleção dos participantes da segunda amostra, obedeceu-se alguns critérios pois procurou-se envolver as instituições locais com maior abrangência no domínio de intervenção social com idosos. Para a definição da amostra, achamos pertinente selecionar aquelas que se consideraram significativas das várias áreas de intervenção localizadas na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, sendo assim uma amostra por conveniência.

3.6 Recolha de Informação: Procedimentos

Antes, de prosseguir-mos com a recolha de informação, elaboraram-se dois guiões de entrevistas no âmbito da presente investigação, elaboração essa que se socorreu dos estudos prévios, com particular destaque para os instrumentos propostos e utilizados por Fernandes (2012). Assim, os nossos guiões de entrevistas decorrem dos estudos referidos quer sob ponto de vista do seu formato quer sob ponto de vista do seu conteúdo, não obstante termos ajustado algumas questões específicas de entrevista aos objetivos da presente investigação. Para Fortin (2009) “o guião de entrevista facilita a comunicação apresentando de forma lógica as questões que tocam os diferentes aspetos do tema” (p.379). Foi necessário, antes de procedermos as entrevistas em profundidade realizar um pré-teste, que teve como objetivo, detetar falhas na construção das questões do guião acima referido, validar as questões de forma a tornar mais claro as entrevistas, assim como convidar os entrevistados a formularem críticas e sugestões.

O pré-teste, realizou-se a quatro utentes de um centro de convívio que encontravam-se em situação de pobreza e uma diretora técnica da instituição social que intervêm com a problemática da pobreza a nível local. O pré-teste realizou-se no dia 14 de Março de 2016, num Centro de Convívio do Concelho de Almada. Foi-nos extremamente importante a realização do pré-teste na medida em que o seu entendimento e objetividade estavam de acordo com os entrevistados, claro e concisos. Sendo que a partir desta data, efetuaram-se as diligências no sentido de obter informações acerca das instituições sociais que intervêm com idosos e com a problemática da pobreza nas freguesias do Laranjeiro e Feijó no sentido de selecionar aquelas que melhor abrangem, em termos de intervenção a população idosa e situações de pobreza a nível local.

Após a seleção das instituições, procedemos com o pedido formal no sentido de nos permitirem a autorização para a realização das entrevistas (*Cfr.* Apêndice nº1), tal como sugere Fortin (2009) o investigador deve, antes de tudo, pedir a autorização para realizar a sua investigação nas instituições que escolheu.

Este pedido formal, foi enviado por «email» no dia 18 de março de 2016 a 14 instituições de solidariedade social do Concelho de Almada e freguesias do Laranjeiro, direcionado aos Presidentes das instituições sociais (*Cfr.* Apêndice nº2). Após o envio do pedido de autorização, apenas três das 14 instituições, responderam o nosso pedido, de colaborarem no presente estudo, tendo as respostas chegado algumas semanas depois, duas via telefone e uma por «email» (*Cfr.* Anexo nº2).

Assim logo após a receção das respostas, marcaram-se as reuniões, com cada um dos três profissionais envolvidos nos respetivos locais de trabalho, no sentido de organizar e dar as últimas informações acerca das entrevistas, horas, locais e informações acerca das gravações em áudio e a confidencialização dos mesmos.

Nessas reuniões procuramos dar esclarecimentos adicionais sobre o estudo e em paralelo, fizemos a entrega do consentimento informando, (*Cfr.* Apêndice nº 3), aos três profissionais referidos aos quais assinaram-no, fato que culminou com a marcação das datas das entrevistas, horário e local.

As entrevistas efetuaram-se individualmente face a face, e as mesmas, decorreram nas estruturas das três instituições sociais concretamente nos gabinetes dos profissionais escolhidos como sujeitos participantes do estudo. Trata-se de instituições situadas nas freguesias do Laranjeiro e Feijó as quais no âmbito do presente estudo atribuímos os nomes de *Alma do Bairro*, *Centro do Bairro* e *A Casa*, nomes criados para mantê-las no anonimato.

As entrevistas decorreram em dois momentos, o primeiro momento deu-se com a realização das três entrevistas aos profissionais: Entrevista 1, (E1); entrevista 2, (E2) e a entrevista 3, (E3) nos dias 10, 12 de Maio e, 1 de Junho de 2016. O segundo momento decorreu com a realização das cinco entrevistas aos idosos que se encontravam em situação de pobreza, utentes do centro de dia, da instituição *Alma do Bairro* no dia 16 de Maio de 2016.

Como foi apresentado anteriormente, as entrevistas decorreram em dois momentos, tendo sido efetuado a um total de oito pessoas, foi pedido a priori, a autorização para as gravações das entrevistas que decorreram num ambiente ligeiramente calmo, das oito entrevistas realizadas, sete foram autorizadas a gravação em áudio, sendo que um dos idosos o entrevistado, Utente 5 (U5), não se sentiu confortável com este procedimento, a totalidade da entrevista ficou apenas registada em papel e cumpriu-se o pedido do entrevistado.

Nesta visão e segundo Fortin (2009) a entrevista pode ser relatada por escrito (...) no entanto, no dizer do autor citado, “se os dados são transcritos em papel, o entrevistador deve ser capaz de destacar as ideias - chaves e de as formular de forma concisa”(p.379).

Igualmente a entrevistada nº 3 (E3) não autorizou a gravação do registo da idade, função e escolaridade, ficando apenas estas informações registada no papel, sendo que a restante entrevista seguiu com normalidade e a gravação foi autorizada na totalidade, cumprindo-se assim, a vontade expressa da entrevistada, segundo Fortin (2009) “o registo de vídeo ou áudio só deve fazer-se com a autorização do respondente” (p.379). Assim das oito entrevistas realizadas, apenas sete entrevistas ficaram gravadas em áudio, como forma fidedigna dos discursos.

Dencker (2000) afirma que as entrevistas podem ser estruturadas, constituídas com perguntas fechadas ou semi-estruturadas, permitindo uma maior liberdade ao investigador. Por sua vez Fortin (2009) refere que a entrevista é especialmente usada em estudos exploratórios, mas é igualmente importante noutros tipos de estudos. Dessa forma, optou-se como estratégia de recolha de informação, as entrevistas semi-estruturadas em profundidade porque este tipo de entrevista analisa às perceções das pessoas em diferentes dimensões da vida social consideradas importantes para os objetivos da presente investigação (Almeida et al., 1994).

3.7 Tratamento de Dados: Procedimentos

Depois de terminadas as entrevistas foram feitas as transcrições na íntegra das oito entrevistas realizadas, momento que levou algum tempo, concentração e paciência, pois era necessário, repetir e ouvir vezes sem conta os discursos para evitar erros na altura de transcrever. Como afirmam Henriques e Cardoso (1999) a “leitura atenta e repetida do material disponível, por níveis de concentração, desde uma leitura panorâmica (...) a leitura concentradas ou microscópicas”(p.50).

Também Fortin (2009) afirma que “devem transcrever-se os dados registados antes de os analisar” (p.397), Por sua vez, Henrique e Cardoso (1999) já citados, referem que “face os dados recolhidos, é necessário organizá-los e analisá-los de acordo com a natureza da informação que recolhemos, assim adotamos procedimentos adequados para os analisar” (p.18). Segundo Fortin (2009) já referido, o contrário da investigação quantitativa, os dados a analisar na investigação qualitativa resume-se em palavras e não em números. Além disso, na investigação qualitativa a colheita de dados e a sua análise fazem-se ao mesmo tempo.

Assim, depois de transcrever todas as entrevistas seguiu-se a criação das categorias, sub-categoria e unidade de registo. Fortin (2009) sugere que “ordenam-se os acontecimentos por categoria, mais as características do conteúdo a avaliar são geralmente definidas e predeterminadas pelo investigador. Assim, depois de criadas as categorizações, procedeu-se a sua organização e análise de conteúdo a toda informação recolhida das entrevistas” (p.379).

Bardin (2009) define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p.44). Através da análise qualitativa detalhada do texto das entrevistas, é possível obter um conjunto de indicadores que permitem fazer inferências sobre o seu conteúdo.

A codificação desta análise transforma por recorte, agregação e enumeração os dados brutos do texto numa representação do conteúdo (Bardin, 2009). Deste modo, após uma leitura aprofundada das respostas, para uma melhor interpretação do seu conteúdo é necessário agrupá-las, classificá-las e categorizá-las. Segundo Carmo e Ferreira (1998)

A escolha das categorias deve ser criteriosa e obedecer a determinadas características: serem exaustivas, clarificando com os conteúdos todos os objetivos definidos; serem exclusivas, não devendo o mesmo conteúdo pertencer a várias categorias; serem objetivas, tão claras que qualquer pessoa as categorizará da mesma forma; serem pertinentes, relacionando-se com os objetivos propostos e o conteúdo em análise. (p.255)

A presente análise comporta duas perspetivas, a dos profissionais que intervêm em situações de pobreza a nível local e a dos idosos utentes que usufruem dos serviços de uma das instituições visitadas neste estudo e que se encontravam em situação de pobreza. Nesta perspetiva de Bruto da Costa et al. (2012) afirma que o conceito subjetivo da pobreza coloca a definição nas mãos das próprias pessoas que experimentaram a pobreza, assim ficaremos a saber em que consiste a pobreza e como distinguir pobre do não pobre. Segundo o autor referido, a pobreza não só pode ser definida de diversos modos, mas também pode, ser vista segundo diversas perspetivas. (Bruto da Costa et al. , 2012).

Para a perspetiva dos profissionais que intervêm nas situações de pobreza foram codificados alguns trechos das entrevistas que foram agrupados nas seguintes cinco categorias:

- 1) Prática Profissional;
- 2) Percepção sobre a pobreza em Portugal;
- 3) Atendimento e orientação às solicitações das pessoas em situações de pobreza;
- 4) Ajudas Institucionais;
- 5) Dificuldades dos técnicos de ação social na ajuda aos idosos em situação de pobreza.

Para além das categorias, a análise contempla subcategorias, e unidades de registo, que indicam a significação a codificar, neste caso a característica a analisar (Bardin, 2009). O mesmo procedimento foi realizado para a perspetiva dos Utentes, sendo as entrevistas divididas nas seguintes três categorias:

- 1) Percepção sobre a pobreza;
- 2) Caracterização socioeconómico;
- 3) Ajudas Institucionais.

Assim, para cada entrevista foi construída um quadro de grelha de análise. (*Cfr.* Apêndices nº 8 e 9) com as respetivas categorias, sub categorias e unidades de registo.

CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Prossegue-se de seguida neste capítulo a apresentação dos resultados da investigação empírica realizada no âmbito do presente estudo. Como foi referido anteriormente, optou-se pela realização de oito entrevistas, recorrendo-se a duas amostras, sendo que a primeira é constituída por profissionais, que no âmbito da apresentação dos resultados serão tratados por (E1), (E2) e (E3). Outra amostra é constituída por cinco idosos, que no âmbito da apresentação dos resultados serão tratados por Utente 1 (UT1).

Estas entrevistas possuem um papel importante nesta investigação dado que através destas, foi-nos possível compreender o modo como os idosos que se debatem com o fenómeno da pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó gerem a sua situação, bem como, os apoios sociais existentes para o combate do tal fenómeno a nível local, para além deste objetivo que orientou a investigação, foi-nos igualmente possível através das entrevistas analisar a perceção que os idosos e profissionais têm sobre a pobreza que afeta a terceira idade em Portugal e duma forma particular, a perceção da pobreza que afeta os idosos, sujeitos abrangidos pelo estudo.

Tal como foi referido anteriormente (Seção 3.2) os resultados que se apresentam de seguida, foram construídos recorrendo-se à técnica de análise de conteúdo de todo o material recolhido, em função das categorias e subcategorias da grelha de análise de conteúdo (*Cfr.* Apêndice nº 8 e 9).

4.1 Prática Profissional

Na categoria prática profissional, analisamos, (1) o tempo de trabalho que cada profissional tem na instituição em que trabalha, (2) função do assistente social na instituição (3) objetivos das instituições, (4) articulações entre os profissionais e instituições que trabalham com idosos em situações de pobreza, (5) estratégias utilizadas pelos profissionais no exercício da sua profissão.

4.1.1 Tempo de trabalho

Em termos de tempo de trabalho, foi-nos possível constatar, através da análise as entrevistas que dos três profissionais entrevistados, dois exercem funções a mais de dez anos nas respetivas instituições, E1, 10 anos na instituição *Alma do Bairro*; E2, 14 anos na instituição *Centro do Bairro* e a entrevistada E3, exerce funções há 7 anos, na *A Casa*.

Entende-se deste modo, que os três profissionais já se depararam com uma diversidade de situações que lhes confere experiência na resolução dos problemas sociais associados à pobreza, agravados a partir da crise de 2008.

4.1.2 A função do Assistente Social na instituição em estudo

Quando perguntamos sobre o trabalho desenvolvido pelo (a) Assistente Social nas instituições em estudo, esta questão revelou-se importante, na medida em que se pretendeu compreender as operacionalizações perante as situações de pobreza a nível local, e o contacto direto com a população em situação de pobreza no Laranjeiro e Feijó. Neste sentido, constatou-se que cada profissional desenvolve o seu trabalho de acordo com os objetivos e área de intervenção da respetiva instituição onde trabalha.

Nas três situações de análise, verificou-se que dois profissionais, para além de assumirem cargos de diretores e coordenadores de serviço, também assumem a função de assistente social nas instituições em que trabalham. Assim E1 tem como responsabilidade:

O Centro de dia, aqui onde nós estamos tem serviço de apoio domiciliário, sou também responsável um pouco a distância do centro de convívio de a Trafaria e do centro de dia do Pragal,... outra colega ...assume essas funções, mas tem que reportar a mim, todas as situações que acontecem,...aqui sou responsável, pela organização de todos os processos, de todos os utentes, porque cada utente tem que ter o seu processo, sou responsável pelo contacto digamos, assim com a rede informal e com a rede formal, que dizem respeito a cada utente. É tentar perceber exatamente quais são as necessidades que cada utente tem.

Para entrevistada E2 refere que tem como responsabilidade:

Sou Assistente Social, neste momento sou Diretora de serviços, mais técnica, que faz o acompanhamento em ação social. Nós, na nossa Instituição, temos aqui duas áreas aonde temos Assistentes Sociais, temos a parte da Ação Social, que é aonde eu estou e temos também uma outra parte, que é a nível de centro de dia e apoio domiciliário, pronto a minha parte é ação social.

Por outro lado, na instituição de E3, não têm assistente social, pois é um centro de acolhimento ao imigrante. “No entanto todos estes assuntos relacionados com a população idosa em situação de vulnerabilidade social ou pobreza, são tratados pela técnica de apoio ao imigrante que através das articulações encaminha-os para as assistentes sociais existentes a nível local” (E3).

Do exposto constata-se que nas três instituições existem uma intervenção direta e contacto com a população idosa em situação de pobreza, onde estes são encaminhados nas instituições de direito, onde também são acompanhados para uma vida mais aceitável.

4.1.3 Objetivos das instituições onde os profissionais exercem o seu trabalho

Ao debruçarmos sobre os objetivos das instituições onde os profissionais exercem a sua atividade, pretendeu-se estabelecer um paralelismo entre os objetivos reportados e as interações a nível das situações de pobreza a nível local.

Assim através da análise as entrevistas constata-se que os objetivos da instituição onde trabalha E1 prende-se em “criar respostas sociais que fossem de encontro às necessidades da população (...) sobretudo aqui na zona do Laranjeiro que é uma zona muito carenciada em todos os sentidos”. Também é afirmado que se “procura fazer o atendimento e acolhimento de famílias com respostas não só para os idosos (...) também para o setor da infância, ou seja, servir essas famílias parte da Freguesia do Laranjeiro e toda a Freguesia do Feijó de forma transversal, pela particularidade do público-alvo da instituição à qual pertence” (E2). A instituição onde trabalha E3, esta tem como objetivo “passar a informação, porque existe um bocado de desinformação, pelo que informamos quais são os seus direitos e também deveres (...) quais são os apoios”.

Assim, em termos dos objetivos das instituições verifica-se através das entrevistas que em cada uma das três instituições, apesar de mostrarem objetivos diferentes existe uma convergência em termos de acompanhamento às pessoas e famílias em situação de pobreza no Laranjeiro e Feijó.

Deste modo, parece-nos legítimo afirmar que estas instituições assumem um caráter assistencialista no fenómeno da pobreza, mais orientada para garantir o meio de subsistência e proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade social e pobreza, perante a ocorrência de situações marcantes no percurso da vidas como: Doenças, mortes de cônjuges, falta de recursos, situações económicas reduzidas, falta de formação, informação ou orientação entre outras situações. Parece-nos que estes resultados estão em consonância com as conclusões do trabalho de Fernandes (2015), *sobre pobreza e pessoas idosas*, onde destaca a importância dos apoios e respostas sociais direcionadas à população idosa, quando afirma que devido as delimitações que o envelhecimento provoca nas pessoas idosas, a dimensão social do envelhecimento configura à necessidade de despadronizar as ofertas e repostas sociais para os mais velhos, pois os diferentes grupos de pessoas idosas comportam necessidades diferenciadas, às quais importa atender. No relatório sobre a erradicação da pobreza, Liñares (2009) refere que “os objetivos institucionais chave para as agências de desenvolvimento são a integração da redução da pobreza como preocupação central, o desenvolvimento da capacidade de parceria e a promoção da coerência das políticas” (p.93).

4.1.4 A forma como os profissionais articulam o trabalho com os outros profissionais e instituições

Tornou-se essencial perguntar aos profissionais entrevistados sobre como estes operacionalizam as articulações com os outros profissionais e instituições permitindo assim, perceber como este processo se efetiva a nível local e Concelho.

Constatou-se a través das entrevistas analisadas que à articulação do trabalho com outros profissionais e instituições, são coesos, pois não mostram problemas nenhuns em termos de articulação entre profissionais e instituições. Todos os profissionais, afirmam que as articulações são feitas de forma muito informal e a rede de parceria funciona de modo a oferecer uma dinâmica melhor para os trabalhos desenvolvidos no âmbito do serviço social, as opiniões dos três profissionais são unânime. Assim E1, refere que:

E duma forma muito informal. funcionamos muito em rede, facilmente a Alma do Bairro articula com outras instituições de cariz social, mas também com o serviço de saúde, o próprio centro de saúde, o próprio hospital são, parceiros que nós temos que ter em conta para resolver os problemas das pessoas.(...) porque sozinhos nós não vamos fazer nada.

Na opinião do E2 as articulações são “fundamentais para resolver as questões sociais de forma eficiente. Pois os problemas não são estanques(...)são transversais, dependendo da situação tanto posso articular com a saúde(...), segurança social, com o policiamento de proximidade, outras instituições locais tribunais (...)”.

Por outro lado, E3 mostra-se envolvida nesta rede de articulação, pois “quando existe um problema de legalização ou vêm de outro foro de ação social contactam-nos”. Estes resultados estão em linha de consonância, com a Segurança Social/SS (2016), quando sublinha tal como foi referido anteriormente que a Rede Local de Intervenção Social (RLIS) assenta numa intervenção articulada entre entidades com responsabilidade na ação social que têm por objetivo fortalecer uma atuação virada para diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades das pessoas.

Segundo Lourenço (2005), referindo-se ao mesmo tema afirma ter encontrado resultados que ao nosso entender aproximam-se aos nossos, quando verificou que a rede social, tem como objetivo superar as limitações existentes na intervenção social, a ausência de plano global nas respostas sociais a nível local e que, ao promover a construção de planos

integrados de base territorial, beneficia à articulação e adaptação das políticas em Portugal, aos problemas e necessidades locais. A progressão das articulações com outros instrumentos de planeamento, como os planos estratégicos e os planos diretores municipais, melhora a eficácia na erradicação da pobreza e exclusão social e a promoção do desenvolvimento social.

Podemos então afirmar de acordo com Carrilho (2008), que as redes sociais, originam de uma multiplicidade de relações e percursos singulares, com objetivo de reforçar o poder do vínculo das instituições com os Utentes que solicitam esses trabalhos. Nas freguesias de Laranjeiro e Feijó as parcerias em rede funcionam em pleno, e as mesmas são estabelecidas de uma forma bastante informal, o que em nosso entender facilita o atendimento às populações que procuram serviços, e em paralelo, contribuí para a resolução de preocupações pontuais das pessoas mais necessitadas.

4.1.5 Principais estratégias utilizadas no exercício da função do entrevistado

Quando questionamos aos nossos entrevistados sobre as estratégias utilizadas no exercício da função, pretendemos compreender como os profissionais que atuam em situações de pobreza a nível das freguesias do Laranjeiro e Feijó organizam o seu trabalho, em termos de estratégias e partilha de conhecimentos.

Assim E1 afirma que:

Isso é um bocado complicado, porque não há uma estratégia definida, o que existe é que perante cada situação que surge, a medidas que tenham que ser tomadas por exemplo eu estou-me lembrar de um caso de um senhor que foi nosso utente a muitos anos, o homem portanto já faleceu, e na altura do natal, nós deixamos de ver o homem durante ai dois dias, foi uma equipa a procura do senhor, foram a casa dele, e ele acabou por não vir de imediato voltamos lá novamente, percebemos que o homem estava lá dentro, mais com uma voz muito sumida perguntamos de poderíamos arrombar a porta, a porta não foi arrombada, chamou-se a polícia, a polícia esteve presente, fomos nos deparar com um homem que tinha lixo até ao teto e no meio do lixo estava lá o senhor. Obviamente que uma pessoa que faz esses tipo de recolha, não está bem, então articulou-se com a polícia, com a junta de freguesia, com a saúde, e com lares, para tentarmos tirar de lá aquele homem dentro daquela casa, para lhe podemos fazer uma limpeza à casa, tentar sinalizar o homem para um lar, porque essas questões são muito muito rápidas, hoje está tudo muito bem, mas amanhã não está. Não há uma estratégia definida, perante cada situação... as medidas são tomadas.

E2 refere que são muitas as estratégias no entanto as situações dependem das situações:

É assim... depende das situações, não é... eu acho que nós aqui no concelho de Almada temos uma coisa muito boa, que é há uma boa relação entre colegas, nós temos inevitavelmente, por sermos um centro comunitário, portanto estamos dependentes da Segurança Social, e na nossa Segurança Social, no núcleo em Almada, temos tidos colegas que ao longo dos anos têm feito trabalho de grande proximidade com todos os outros técnicos. Isto faz, com que não só com que nós conhecemo-nos muito bem, como também tenhamos aqui uma uniformidade de intervenção.

Portanto, não é cada técnico, de cada instituição que intervém à sua maneira, portanto a ação social propriamente dita, tem regras próprias e portanto nós todos independentemente da instituição onde cada um possa trabalhar sabemos quais são as formas de fazer intervenção e isso tem sido muito bom, porque facilmente articulamos uns com os outros, facilmente desbloqueamos as coisas, também temos tido um bom relacionamento também com a Câmara Municipal de Almada que tem agilizado N situações.

Para E3 É criar “a estratégia é um bocado a empatia, acho que a pessoa só se abre connosco se sentirem empatia connosco”.

Podemos afirmar a partir do exposto, que há unanimidade nos profissionais entrevistados que intervêm em situações de pobreza a nível local, em termos de principal estratégia utilizadas no exercícios das funções, que se traduzem numa boa relação entre os profissionais, na empatia entre os profissionais, num trabalho de proximidade entre todos os técnicos, na uniformidade de intervenções constituí as estratégias utilizadas pelos profissionais.

4.2. Percepção sobre a pobreza em Portugal

Abordamos neste ponto (1) a definição da pobreza, (2) a definição de uma pessoa pobre segundo a perspectiva dos profissionais, (3) a percepção dos profissionais entrevistados sobre o modo como as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação (4) as intervenções nas situações de pobreza em Portugal, e (5) o fenómeno da pobreza no Distrito de Setúbal e freguesias do Laranjeiro e Feijó.

4.2.1 Definição de pobreza na perspectiva dos profissionais entrevistados

A definição da pobreza tornou-se uma questão essencial para a concretização dos objetivos da presente investigação. Relativamente à definição de pobreza, E1 é perentório em afirmar que:

É quase um cliché, isso é um flagelo e toda gente deveria viver com uma serie de condições. Eu sei que isso é utópico eu sei que isso não existe, e vai haver sempre diferenciação, entre pessoas sobretudo a nível da riqueza e sensivelmente desde 2010, 2011 quando a famosa crise chegou, a pobreza aumentou e nós aqui somos confrontados, já fomos mais é um facto com pedidos de ajuda alimentar, não só para pessoas idosas, mais também para pessoas na casa dos seus quarenta e muitos cinquenta e tais anos.

Para E2 “é uma questão muito pessoal, para mim pobreza é precisamente quando alguém não consegue ter acesso aos bens essenciais de vida, se não tem esses bens essenciais de vida tudo o resto...também não vai ter qualidade. Para E3 afirma que :

...Em termos como nós entendemos, em termos de necessidades básicas de alimentação, também existe, não é, porque às vezes queremos... nós, nós atendemos uma população bastante carenciada nós temos muita dificuldade, por exemplo, de apoiar quem não esteja legal, não é, em termos de necessidades básicas do dia a dia, a pobreza às vezes que nos vem aqui é uma pobreza moral,... é uma pobreza da moral porque a pessoa sente-se enredada, tipo numa rede...e acha que o social tem que lhe fazer tudo e não é capaz de sair do ciclo, e nós... a intenção é quebrar este ciclo da pobreza, nós não queremos só dar o pão para a boca, nós queremos, para além disso, nós queremos principalmente libertar a pessoa dessa situação de carência e depender do social... Os idosos têm outras necessidades,... nós necessariamente temos que arranjar apoio para um idoso...e encaminhá-lo de forma que ele melhor se sinta acolhido.

A través dos resultados das entrevistas e sua análise, foi possível constatar que cada profissional teve uma perspetiva diferente de definir a pobreza, verificando-se deste modo que as percepções de E1 e E2 baseiam-se nas condições e necessidades básicas focando-se na questão económica e social da pobreza e E3 refere a perspetiva social da pobreza concretamente a pobreza moral em que as pessoas sentem-se enredadas, vivendo um ciclo de pobreza.

No nosso entender parece haver uma aproximação destes resultados, com os resultados encontrados por Alves (2009), quando considera a pobreza sob um ponto de vista multidimensional, referindo-se à privação do direito normal de participar na vida social, económica, cultural e política da comunidade em que se insere salientando, desta forma, a exclusão social e a dificuldade de aceder às instituições políticas e judiciais. A multidimensionalidade da pobreza é também realçada por Fernandes (2015), que para além da dimensão financeira, refere as dimensões psicológica, social e cultural da pobreza, que influencia a sua personalidade, a relação com os outros e a sociedade em geral. Para Ministério da Segurança Social e do Trabalho/MSST, 2003), a pobreza, é fenómeno resultante da falta de recursos para fazer face às necessidades básicas. Este fenómeno manifesta-se no desenvolvimento que o país conheceu, e no modo de adaptação ao rápido processo de modernização registado nas últimas décadas.

4.2.2 Definição de pessoa pobre na perspetiva dos profissionais entrevistados

Referindo-se ao conceito de pessoa pobre, E1 define-a como sendo “uma pessoa que não consiga ter um rendimento capaz de fazer face às despesas básicas do quotidiano”. No mesmo sentido, E2 considera uma pessoa pobre como:

Precisamente aquela pessoa que não tem acesso ao que é mais essencial no seu dia a dia,... e aqui refiro-me concretamente à comida, refiro-me concretamente a alguma qualidade de vida, não é uma qualidade de vida de riqueza porque isso até se calhar qualquer uma de nós não tem, não é isso, mas ter uma qualidade de vida mínima, portanto ter acesso aos seus bens essenciais do dia a

dia, o poder ter luz, o poder ter água, o poder ter a sua alimentação, isto acho que é o mínimo que a pessoa possa ter é o básico, para depois também poder ter um acesso no seu dia a dia completamente diferente...

E3 assinala que:

Para mim, uma pessoa pobre a mim transcende-me porque eu acho que atualmente, em Portugal, se a pessoa precisar realmente de comida, e como eu disse anteriormente das necessidades básicas, naturalmente aparece um prato de comida, não passa muito por aí, eu acho que a pobreza para mim transcende... o nível da formação, de como uma pessoa se sente... eu acho que não é pobreza da alimentação, porque atualmente em Portugal só sente carência alimentar quem realmente não pede, não pede ajuda, não sei... poderia ter uma visão relativamente a isso, se a pessoa se sentir... não é, que não exista, existe, mas a pessoa naturalmente se procurar ajuda é-lhe atendido

Estes resultados aproximam-se às conclusões do estudo realizado por Rodrigues (2007), referindo-se que o conceito de pobreza, engloba várias dimensões, o não acesso a determinados bens essenciais para desfrutar de uma vida digna, o não poder participar na sociedade ou não poder desenvolver-se como pessoa são aspetos definidores de uma situação de pobreza. Para Alves (2009), a vulnerabilidade dos pobres é que os impede de fazer face às suas necessidades básicas. Contudo, o autor citado reforça o sentido multidimensional, referindo a falta de acesso a habitação, educação, saúde e justiça, salientando ainda que do ponto de vista quantitativo, pode definir-se uma pessoa como pobre quando, num determinado período, a sua despesa for inferior a 60% da despesa média por adulto em Portugal.

É de recordar como foi referido na fundamentação teórica que a pessoa pobre, que sente uma série de privações, perde a sua autoestima, o que afeta as suas relações sociais e, consequentemente, diminui a sua participação na comunidade (Fernandes, 2015); e que pobre é aquele que se encontra em estado de privação, com falta de recursos de várias ordens. Pobre é também aquele que tendo constatado a sua situação de privação e a falta de recursos, vive a sua submissão. A realidade Portuguesa envolve-se neste particular de alguma atipicidade no contexto europeu, tem categorias elevadas de pobreza (Presidência da República, 2000).

Como se pode depreender o conceito de pobreza que se evidencia nas vozes dos nossos entrevistados encontra-se mais encostado às definições que acabamos de apresentar na medida em que de acordo com aqueles profissionais a ausência de recursos constitui um indicador importante para a definição da pobreza. Assim, considera-se pobre aquela pessoa que se encontra desprovida de recursos básicos indispensáveis para a sua sobrevivência.

4.2.3 Percepção dos profissionais entrevistados acerca de como as pessoas pobres vivem a sua situação

Quando questionados sobre o modo como as pessoas pobres vivem a sua situação, E1 considera que vivem “mal” e E2 refere que:

Mais concretamente, hoje em dia o que eu acho que tem vindo a acontecer é que têm sido um alvo muito, muito frágil, na consequência da crise, eu acho que os idosos, neste caso concreto, de facto têm sofrido aqui uma série de danos colaterais com o fator crise, não é, não só as suas pensões baixaram alguns valores, ou então em algumas situações esses mesmos valores também já não aumentam há uma série de tempo... estas questões de duodécimos para eles também lhes faz muita confusão na sua gestão do dia a dia... como depois há uma franja grande deste grupo de faixa etária que se viu obrigado a ter que partilhar o pouco que têm novamente com os seus filhos, porquê, porque, os filhos estão desempregados, das duas uma, ou eles perdem as casas e voltam para casa dos seus pais onde eles têm que receber os filhos novamente em casa, e quando recebem os filhos não recebem os filhos sozinhos, não é, vem o filho ou a filha, marido ou mulher e vêm os filhos, portanto, os netos não é, e portanto é assim têm que repartir não só o seu espaço novamente, isso para alguns até é bom porque até faz aqui, vá, a prevenção do isolamento, não é, mas depois, ao mesmo tempo, vem um constrangimento financeiro, porque têm que dividir o pouco que têm da sua reforma com outras pessoas não é, e isso às vezes é muito difícil... essa gestão disto tudo, não é, e eles aí deixam de ter a qualidade de vida que tinham.

E3 é da opinião que as pessoas que vivem a pobreza sentem-se:

Um bocado envergonhados, acho que se a pessoa cair nesse ciclo e sentir vergonha de procurar ajuda ou porque, quem precisa de ajuda pede-a, não é, e os apoios existem se nos baterem a porta e nos pedirem ajuda, não é, sentem-se enredados e envergonhados não é, pela pobreza às vezes até da postura, do conseguir sair e pedir. Nós naturalmente, vamos ter... estou a falar da população imigrante, eles vão ter... estou a ver uma idosa a ir ter com a filha, uma tia, uma prima e não procurar as instituições, não é, vai facilmente pedir e se calhar essa prima nem tem para ela, a filha não tem para ela, quanto mais para dar à mãe, e é por aí, e se bater numa instituição, é o que eu digo... é uma formação e informação saber que, eu idoso, também tenho direito de ir bater a uma instituição e solicitar ajuda para mim e não depender que seja outro a ir pedir para mim.

Do exposto compreende-se que as vozes dos profissionais entrevistados sobre o modo como percebem as pessoas pobres, relativamente à forma como aquelas vivem a sua situação, deixam evidências que nos autorizam a salientar os seguintes aspetos: (1) os idosos sentem-se envergonhados pela situação da pobreza que os assola; (2) os idosos constituem alvo fácil das consequências da crise; e, (3) os idosos vivem com poucos recursos, que tem ainda de partilhar com familiares desempregados e por não terem nada voltam a casa dos pais, também pobres.

Parece haver em nosso entender uma aproximação destes resultados, com as constatações de Alves (2009), quando sublinha que a pobreza é mais saliente em famílias cujo representante tem mais de 64 e ainda mais saliente, quando este tem acima de 74 anos, principalmente quando os idosos, isolados ou casados, têm baixos níveis de qualificação.

No mesmo sentido, a OIT (2003) aponta a vulnerabilidade social dos idosos devido aos baixos rendimentos, aos quais acresce o aumento de cuidados de saúde, o isolamento e o abandono social. Apesar desta vulnerabilidade, Fernandes (2015) salienta que é frequente serem eles os provedores da família, quando os outros elementos estão em situação de desemprego, fato descrito também por (E2). No que diz respeito às formas de intervenção, E1 aponta mudanças políticas, nomeadamente o aumento das “pensões abaixo do IAS”, o aumento dos “salários, sobretudo o salário mínimo” e a melhoria do acesso às “condições básicas de habitação, saúde, educação, cultura”. Por sua vez, E3 refere a quebra do “ciclo da pobreza, só assim conseguiremos “deixar” de ver o social como um suporte.”

A opinião de E1 é apoiada pelo estudo de Alves (2009), que refere que as políticas públicas devem assegurar a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos através do acesso a serviços de qualidade como educação, saúde e sistema judicial, de preços acessíveis na habitação e transportes públicos e de serviços específicos para crianças e idosos e uma rede de proteção social que permita a participação plena de cada cidadão na sociedade através de um sistema de pensões sustentável, subsídio de desemprego, rendimento mínimo garantido e políticas que incentivem a participação no mercado de trabalho.

O autor também reflete a opinião de E3, quando considera que a eficácia das políticas de combate à pobreza dependem dos incentivos relativos à participação no mercado de trabalho, acrescentando outros, tais como acumulação de capital humano, distribuição primária do rendimento e partilha do risco no conjunto da economia.

4.2.4 Intervenção realizada junto destas pessoas e como são tratados os casos

Quando perguntamos aos nossos entrevistados sobre a forma de intervenção junto da pessoa em situação de pobreza, ou seja, a forma de atuação daqueles profissionais e das respetivas instituições, igualmente, à semelhança do que acontece no processo de atendimento (Seção 4.1.2) constatamos, que os serviços prestados que culminam com intervenções concretas, variam em função da situação. Assim no que se refere ao tipo de intervenção, Se o utente não puder pagar determinado apoio “por norma, há uma redução estabelecida pela Direção e não envolve custos acrescidos para a Instituição” (E1). E1 refere ainda que:

Teria que haver aqui muita mudança sobretudo a nível político, porque por exemplo muito dos nossos idosos tem pensões abaixo do IAS – Índice de apoios sociais são cerca 420 euros, eu as vezes me pergunto como uma pessoa com 260, 300 euros consegue sobreviver, tem que pagar a renda, água, luz, gás, telefone, alimentar-se, pagar a medicação, vestir-se, calçar-se, não consegue.

Eu, não sei como será por daqui a quarenta anos, trinta anos quando eu for, quando eu for reformado, mas tem que passar um pouco primeiro pois se a minha reforma será sempre calculada com base o meu salário.

E2 refere que “depende ... há tanta situação que nós encontramos, a ação social é um mundo ... sinalizar, esclarecer, muita coisa...”. Por sua vez, E3 afirma que:

Depende, se for uma pessoa jovem, nós encaminhamos para a procura ativa de trabalho ... se o caso for formação, para a procura ativa de formação ..., precisamente para quebramos o ciclo de exclusão social. Porém, se for idoso ... queremos primeiro saber se está legalizado ou não está, como é que nós podemos apoiar, se tiver legalizado automaticamente tem direito aos apoios sociais.

Particularizando os idosos em situação de pobreza, a Instituição de E1 tem como ajudas o “apoio domiciliário ... para cuidados de higiene e refeições” e possui um “centro de dia para o convívio”. O apoio dado pela Instituição de E2 abrange ainda questões burocráticas, como por exemplo o pedido de isenção das taxas moderadoras, que atualmente tem de ser feito no Portal da Saúde e “um idoso não consegue ir pela internet e pedir esta isenção”, logo nós “tentamos agilizar aqui um bocadinho os direitos da sua cidadania”, ou quando “têm que responder a um ofício, têm que preencher um documento qualquer para entregar nalgum serviço e nós ajudamos a preencher” (E2). Para além disso, “há sempre um ou outro vizinho que ajuda” e como existe o “policiamento de proximidade ..., um agente da polícia que faz visitas a idosos ..., por sinalização dos vizinhos ou de algum serviço que denuncia a situação e nós marcamos logo uma visita ao domicílio”, tendo o cuidado de ser “acompanhada por este mesmo agente ... pessoa ... de referência para o idoso, também para não se sentir invadido” (E2). “Articulamos também com o centro de saúde, com o médico de família ..., no sentido de tentarmos ver há quanto tempo a pessoa também não vai a consulta, se vai, se recorre para ir buscar o seu receituário ou não, ou só lá vai para ir buscar receita e nunca mais quis falar com o médico em situações assim mais complicadas” e “se um idoso não tem capacidade de sair nós pedimos ... visita ao domicílio por parte do médico de família” (E2). Por vezes, também “vêm pedir ajuda a nível de alimentos” E2 e neste aspeto os vizinhos voltam a ter um papel importante de ajuda e sinalização. No que se refere ao apoio ao idoso imigrante, conferido pela Instituição de E3, a entrevistada refere fundamentalmente ao apoio à alimentação, com a sinalização “para a técnica da área de residência ... que poderá inscrever no PECAC (programa de apoio alimentar). No entanto, se se verifica uma necessidade permanente, é fornecida uma cesta básica com alimentos para confeccionar, ou se a situação é duma carência absoluta, nós encaminhamos para os refeitórios de apoio social que existem”.

Sobre este aspeto referido pelo E1, em nosso entender parece-nos que este resultado estão em consonância com as conclusões do estudo apresentado por Mota (2010), quando refere que as respostas sociais, já não prestam apoio, apenas a idosos. Há uma franja da população, que por diversos motivos recorrem aos serviços das instituições sociais, Sendo que um dos principais motivos, desta “nova” procura é a grave crise económica que afeta Portugal e da qual não se perspectivam dias melhores, o que aumenta os pedidos de apoio alimentar, especialmente na freguesia do Laranjeiro.

4.2.5 Particularidades do fenómeno da pobreza no distrito de Setúbal concretamente nas freguesias do Laranjeiro e Feijó

Quanto ao fenómeno da pobreza no distrito de Setúbal, E1, afirma que:

É assim o distrito de Setúbal tem tradição de ser sempre, em épocas de maior crise, ser sempre um Distrito que costuma a levar na corneta entre aspas. Eu lembro-me de ser miúdo e lembro-me das greves do pessoal da Lisnave, lembro-me das situações de fome que aconteciam no Distrito. O Laranjeiro enquanto Freguesia, eu comecei a conhecer melhor, quando vim para aqui trabalhar, e quando vim para aqui trabalhar, denotei uma diferença muito grande comparativamente com o sítio onde vivo, que não sendo muito longe, não tem essas assimetrias.... há uma zona do Laranjeiro que não está próxima do Feijó, que está mais próxima do Miratejo que pertence já o concelho do Seixal e a Freguesia de Corroios, e temos populações totalmente diferentes, se do lado mais próximo do Feijó temos aquele pessoal que veio dos anos 50, 40, 50, 60, que vieram do sul sobretudo do Alentejo à procura de uma vida melhor, e vieram para aqui trabalhar, e ficaram, daí o nome Alma do Bairro e temos essa população muito diferente daquela que está no Laranjeiro / Miratejo, que é sobretudo o pessoal que a seguir à Independência das antigas colónias, veio para Portugal, têm uma vivência totalmente diferente daqueles que estavam cá.... há uma comunidade muçulmana muito grande para a dimensão da Freguesia e que vive de certa forma num mundo à parte, ao deparar-me com esta realidade, ou com essas realidades deparei-me com uma população envelhecida, carenciada, mas também gente mais nova, também carenciada, portanto é uma zona onde este fenómeno está bem representado.

E2 concorda que o distrito é particularmente afetado, mais concretamente a freguesia do Laranjeiro e Feijó quando afirma que:

...Sim, sem dúvida, nós a nível do atendimento da ação social deparamo-nos com esta realidade, muitas, muitas vezes. No nosso atendimento, às vezes, não é o idoso que até vem ao nosso atendimento, são os próprios filhos que vêm ao nosso atendimento pedir ajuda a nível de respostas, que respostas é que existem, porque se viram obrigados... mas eles reportam na mesma essa situação, ou seja, eles vêm-nos dizer que se viram obrigados a ter que ir para casa dos pais, voltaram aqui para freguesia onde cresceram, e que também se sentem constrangidos por estarem e sentem-se, vá, um peso na vida dos pais. Muitas vezes, outras pessoas outras famílias, também nos dizem que, embora não vivam com os pais, são os pais muitas vezes que têm que fazer os avios mensais, vão com eles ao supermercado e do pouco que têm das suas pensões também lhes ajudam a nível da alimentação ou do pagamento do ATL dos filhos ou a compra do passe mensal para irem à procura de trabalho, ou seja, a várias situações.

E3 por sua vez afirma ser :

Uma zona de bairros sociais,...não tão distanciados das outras populações, porque estão inseridos dentro das outras populações, mas é que o problema aqui é que o desemprego afetou muita gente, ... e nós todos os dias tem pessoas a vir-nos baterem a porta pedir a apoio”.

Em nosso entender parece haver uma aproximação destes resultados, com as conclusões do estudo feito por Louçã e Caldas (2010), onde referem que em Portugal existe uma desigualdade regional, o território é notável por uma desigualdade na distribuição de oportunidades e recursos. Tal como se referiu anteriormente a península de Setúbal é uma das sub-regiões afetadas pelo desemprego no contexto nacional, devido a concentração de indústrias e às crises e reconversões respetivas que se assistem desde finais dos anos 70, para além das elevadas taxas de desemprego, o Concelho de Almada regista uma taxa de desempregados de muito baixas qualificações escolares, e desajustadas qualificações profissionais, face às exigências do mercado de trabalho, e afeta sobretudo pessoas com mais de 45 anos (Rodrigues, 2002).

E1 que tem uma jurisdição mais alargada, refere que na parte Laranjeiro/Feijó habita o “pessoal que veio dos anos 40, 50, 60 que vieram do sul, sobretudo do Alentejo à procura de uma vida melhor ... para trabalhar” e na parte Laranjeiro/Miratejo o “pessoal que veio a seguir à independência das antigas colónias e têm uma vivência diferente”. Parece-nos que estes resultados estão em concordância com Luzia (2010), pois tal como deu-se conta anteriormente, a autora referida caracteriza as populações de Almada quanto à sua origem, como resultado de vários processos migratórios que têm como ponto de chegada aquele Conselho, atraídas por vários fatores, sobretudo os económicos. Como referimos anteriormente o crescimento da população do Concelho de Almada resulta sobretudo das migrações, bem como, das pessoas que vieram da Área da grande Lisboa (Rodrigues, 2002).

Os fluxos provocados pela descolonização são igualmente apontadas como responsáveis pelo aumento demográfico em Portugal, mais expressivo em Almada. Destes e como referimos antes, destacam-se os cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses, angolanos e moçambicanos, imigrantes com antecedentes rurais e com índices de escolarização baixo (Luzia, 2010). Além disso, “há uma comunidade muçulmana muito grande para a dimensão da Freguesia” que “vive ... num mundo à parte”, bem como uma “população envelhecida, carenciada, mas também gente mais nova, também carenciada”, estando o “fenómeno da pobreza bem representado” (E1).

Este aspeto referido pelo E1 é também corroborado pela Comissão Europeia (2016), quando refere que a pobreza e a privação na Europa continuam a ser um problema significativo, apesar do seu desenvolvimento económico. Um em cada cinco europeus, ou

seja, 100 milhões de pessoas, viviam em situação de privação material em 2013, enquanto 9,6% dos cidadãos da UE28 viviam em condições de privação material séria.

Para Madeira (2006) a pobreza conhece hoje uma expressão elevada na Europa exclusivamente em Portugal por se tratar de um fenómeno não residual de natureza estrutural e multidimensional com diminuições nos rendimentos. Caraterizado pelo fraco crescimento económico, constrangimento no aumento das despesas públicas e enfraquecimento do papel suporte das famílias, agravando a pobreza e exclusão social.

E2 denota que na Freguesia, a realidade da pobreza é muito presente “a nível do atendimento da ação social”, salientando que “às vezes, não é o idoso que vem ao nosso atendimento, são os próprios filhos que vêm ... pedir ajuda a nível de respostas ... porque se viram obrigados ... a ter que ir para casa dos pais e também se sentem constrangidos por serem um peso na vida dos pais.” Também é frequente serem os pais a ter “que fazer os aviões mensais, vão com eles ao supermercado e do pouco que têm das suas pensões também lhes ajudam a nível da alimentação ou do pagamento do ATL dos filhos ou a compra do passe mensal para irem à procura de trabalho, ou seja, a várias situações”.

Salientam-se como particularidades do fenómeno da pobreza no Distrito de Setúbal, concretamente nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, vários aspetos, nomeadamente (1) o fato de a região ser constituída por uma população que resulta de processos migratórios com destaque para as populações vindas das antigas colónias portuguesas; (2) o fato de a região possuir muitos bairros sociais que na maioria das vezes são povoados por famílias vulneráveis à pobreza; (3) o fato de a região ser constituída por uma população maioritariamente da terceira idade.

4.3 Atendimento e orientação às solicitações das pessoas em situações de pobreza

Nesta seção foram abordadas diversas questões de forma a permitir compreender como se processa os apoios à pessoas idosas em situação de pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó. As questões foram: (1) pessoa responsável pela triagem em situações de pobreza, (2) Como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas, (3) Determinação de pobre nesta instituição, (4) Os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza atendidos na instituição, (5) A instituição consegue dar resposta a todas as solicitações das pessoas em situação de pobreza.

4.3.1 Pessoa responsável pela triagem em situações de pobreza na instituição

Ao questionar-mos sobre a pessoa responsável pela triagem e atendimentos nas situações de pobreza nas instituições em que trabalhem, pretendeu-se averiguar a existência de um responsável pelas sinalizações em situações de pobreza nas instituições em estudo.

Deste modo, foi-nos possível constatar através da análise das entrevistas que na instituição representada por E2, é ela “a pessoa principal da triagem” naquele pólo, no entanto tem “uma grande ajuda do colega de secretária ... que também já conhece a população”. A instituição de E3 ainda se encontra no local há pouco tempo, mas contam “ter uma técnica de ação social que irá fazer só essa triagem”. Por outro lado, na instituição de E1 não se faz triagem, referindo que “as pessoas batem-nos à porta e ... não é fechada”.

4.3.2 Como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas

Quando questionados sobre quem são as pessoas que procuram apoio e como se processa o atendimento a essas pessoas, os nossos entrevistados que intervêm em situação de pobreza, apresentaram respostas que evidenciam a diversidade dos casos que chegam àquelas instituições, bem como o modo como estes são encaminhados. E1 refere que:

As pessoas chegam muitas vezes encaminhadas pelos outros serviços da rede e outras vêm porque houve um familiar que teve conhecimento da instituição. As pessoas começam por vir a uma primeira entrevista ... onde é explicado como é que as coisas se processam ..., tudo o que é necessário para ... frequentar a instituição, dependendo das situações apresentadas. Depois de acordo com as disponibilidades da Instituição é estabelecido um plano de serviços onde a pessoa irá usufruir pagando uma determinada mensalidade, que pode ir dos 0€ aos muitos €.

O procedimento na instituição de E2 é ligeiramente diferente:

Na grande maioria, são residentes da freguesia do Laranjeiro e do Feijó, que fazem a marcação do atendimento via telefone ou pessoalmente se quiserem vir aqui ao centro. No entanto, também há algumas marcações por sinalizações, ou colegas do hospital que têm, por exemplo, um utente lá que nos telefona, faz-se logo uma marcação, ou o colega do centro de saúde ou, por exemplo, uma pessoa que desconhecia onde ficava o nosso centro e vem, por exemplo, da Segurança Social, após triagem. Existe ainda a sinalização de policiamento de proximidade ... principalmente na área dos idosos, ou porque estão isolados ou porque ... detetaram algum problema a nível familiar. O procedimento na instituição depende das situações, pois atendem as famílias, portanto pode ser uma família nuclear ou com filhos a cargo, pode ser simplesmente uma família nuclear, pode ser uma família simplesmente monoparental, ou uma pessoa isolada.

Por sua vez, o primeiro contacto com a instituição de E3 é feito através da informação:

Da população, passa de boca em boca, pedem o apoio aqui na ACasa ou são também encaminhados pelas outras assistentes sociais. Em termos do público para o qual trabalham, podem ser agregados familiares ... pessoas individuais, mais frequentemente do género masculino que vêm a Portugal à

procura de trabalho e com sentido de reagrupar a família posteriormente. Também são procurados por idosos, que pertencem a um agregado familiar e vêm, de certa forma, com uma sobrecarga familiar e vêm procurar para terem outros apoios sociais.

Constata-se através da análise as entrevistas que os casos chegam as instituições muitas vezes encaminhados de outros serviços ou instituições e são tratados de forma pontual, dependendo sempre da situação. As pessoas são na generalidade pessoas individuais, família monoparental, família nuclear e família com idosos acompanhados.

4.3.3 Determinação de pobre nesta instituição

Ao incorporamos nas nossas entrevistas uma questão sobre o modo como é determinada a condição de pobre na instituição dos entrevistados, pretendíamos por outras palavras, compreender como são avaliadas as pessoas para merecer determinados apoios.

Assim, verifica-se através da análise das entrevistas que a condição de pobreza nem sempre é fácil de determinar, “depende daquilo que foi diagnosticado” (E2). “Não há uma fasquia de dizer este é pobre e aquele não é” (E3). “No caso das IPSS, as mensalidades são calculadas de acordo com as normas ... estabelecidas pela Segurança Social, que tem em consideração os rendimentos do agregado familiar, as despesas de saúde, serviços continuados ... renda de casa ... transportes públicos” (E1). Contudo, no caso da instituição de E3 “o apoio é mais pontual, determinada por uma necessidade pobre e urgente, no entanto se aparecer um trabalho e cuidar da sua situação deixa de ser, não é considerado automaticamente pobre”.

Constata-se através da análise das entrevistas que a determinação de condição de pobre, varia em função da instituição, por exemplo, na instituição de E2 a condição de pobre só é determinada após o diagnóstico da situação socioeconómico familiar, ao passo que na instituição de E3 não existe uma determinação exata, porque os apoios são transitórios.

De salientar que a União Europeia classificava como sendo pobre em 2014, todo adulto que tivesse um rendimento inferior a 422 euros por mês (EAPN Portugal, 2016b). Por outro lado a opinião de E1, parece-nos entrar em consonância com o trabalho apresentado pelo Instituto da Segurança Social, I.P (2015), no qual se refere que as participações de apoio e respostas sociais a pessoas idosas, prestadas pelas IPSS são determinadas pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento per capita do agregado familiar. O referido rendimento per capita “é calculado de acordo com a seguinte fórmula: $RC = \frac{RAF}{12 \cdot D \cdot n}$. Sendo que RC = Rendimento per capita mensal, RAF = Rendimento do agregado familiar (anual), D = Despesas mensais fixas, N = Número de elementos do agregado familiar” (p.12).

4.3.4. Os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza atendidos na instituição

Quando perguntamos aos profissionais entrevistados sobre os casos mais flagrantes e típicos de pobreza, atendidos nas instituições em que trabalham, pretendíamos compreender as situações de vulnerabilidades e pobreza ocorridos nas instituições em estudo. Deste modo foi possível constatar, através da análise das entrevistas que na maioria das situações, surgem devido a insuficiência de ajuda familiar, e alguma falta de recursos.

Como refere, E1 as situações flagrantes onde as instituições tivessem de intervir, E1 apresenta os exemplos que se seguem: “sinalizar um homem para um lar... encontrar casa para senhora que estava na cadeira de rodas e vivia no 1º andar, num prédio sem elevador, e que tinha insuficiência económica”, “outras situações de pessoas mais novas não idosos porque não têm 65 ou mais anos ...mas que vivem ... no fio da navalha”. E2 salienta as “questões de saúde mental que não têm apoios necessários” e as “demências, problemas graves de psiquiatria”. Dá como exemplo uma necessidade de intervenção devido a “comportamentos compulsivos”, em que uma “idosa com problemas psiquiátricos diagnosticados” não estava a tomar a medicação corretamente e foi necessário encontrar uma estratégia, ia ao centro de saúde para “ser feita a monitorização da toma da medicação”, no entanto “começamos a perceber que o filho também lhe ficava com a reforma” e percebemos “que não estava ser bem tratada”, tinha a “casa extremamente suja ... desorganizada, falta de alimentação” (E2). Com a “articulação com o policiamento de proximidade e com alguns membros da família dela ...foi feito ... o internamento compulsivo desta senhora” (E2).

Por sua vez, E3 refere como casos mais urgentes “agregados familiares acompanhados de crianças menores e que não têm como recorrer aos apoios sociais”, assinalando que os “idosos ... são amparados pela família, porque naturalmente na população imigrante, quem nos mandou buscar foi um filho ou filha e são apoios para eles”. No fundo, o grande desafio é “criar mecanismos para que as pessoas aprendam, por elas ... a fazer face às respostas que necessitam de encontrar” (E1), contudo “quando existe esta articulação entre serviços é mais fácil” (E2). Também E3 refere a importância da solidariedade da “população imigrante”.

4.3.5 A instituição consegue dar resposta a todas as solicitações das pessoas em situação de pobreza

No que diz respeito à capacidade de resposta às solicitações, E1 referiu que “por norma sim mas depende dos casos”. O que vai no mesmo sentido de E2 que salienta que “todas as situações que são atendidas, pelo menos essas ... são avaliadas e são intervencionadas”, “às vezes o que acontece é que estamos também dependentes aqui um bocadinho de outros serviços” (E2). Por sua vez, também E3 mostra o esforço de responder a todos os apelos, só que “às vezes o imigrante hoje está aqui, vem-nos pedir ajuda, mas daqui a uma semana, poderá nem estar.” No entanto, esta capacidade de resposta tem sido dificultada pela diminuição de participação das famílias, o que faz com que “a gestão económica das IPSS” seja difícil, pois não possuem “recursos para melhorar também as suas respostas e isso faz com que haja o constrangimento ... de não se dar logo de imediato uma resposta de qualidade, ou de melhor qualidade, como ter salas específicas para pessoas com demência, podíamos fazer aqui exercícios, ter técnicos específicos para a demência” (E2).

No que respeita à institucionalização dos idosos, Fernandes (2015) considera necessário despadronizar as ofertas e respostas sociais disponíveis para os idosos, devendo prevenir-se o afastamento do idoso do seu ambiente familiar e social, envolvendo a família na prestação de cuidados.

No mesmo sentido, deve ter-se em conta a oferta de serviços de proximidade, respeitando sempre as características de cada idoso, as suas ligações, conhecimentos e capacidade de adaptação. Atendendo a este aspeto, as instituições abordadas parecem tentar cumprir estes requisitos, oferecendo um serviço de apoio domiciliário, centros de dia, ou articulando serviços de forma a impedir que o idoso abandone totalmente o seu ambiente, no entanto, nem sempre conseguem dar uma resposta eficaz devido ao limite dos seus recursos e ao fato de algumas situações serem demasiado sensíveis para haver outro tipo de resposta além da institucionalização.

4.4 Ajudas Institucionais

Nesta seção nos debruçamos sobre (1) as respostas sociais das instituições em estudo, (2) as respostas sociais mais solicitadas nas instituições, (3) medidas de Políticas

Sociais operacionalizadas nesta instituição, (4) relevância das políticas sociais para os idosos, (5) opinião dos profissionais sobre medidas a serem tomadas para o combate à pobreza.

4.4.1 Respostas Sociais das Instituições em Estudo

Ao perguntamos sobre as respostas sociais operacionalizadas nas instituições dos entrevistados em estudo, pretendeu-se compreender quais as respostas sociais disponíveis a nível local de combate a pobreza dirigida a população idosa. Deste modo, foi possível constatar que em termos de respostas sociais, a instituição de E1 possui dois “centros de dia no Laranjeiro e Pragal, um centro de convívio da Trafaria e apoio domiciliário no Laranjeiro”. Por sua vez, a instituição de E2, refere que:

Além da ação social mais global, tem um tipo de respostas mais abrangente, que vai desde o bebé ao idoso; para as crianças e jovens as respostas incluem ATL ..., espaço jovem ... intervenção comunitária direta ..., amas sociais ..., berçário ..., creche ..., pré-escolar ..., centro académico ..., com resposta do primeiro ciclo até ao secundário”; para os idosos têm o “centro de dia ..., o apoio domiciliário e a cantina social, funcionando esta última como resposta de emergência.

Por outro lado, a instituição de E3 não tem “uma resposta social direta, a sua função é encaminhar para serviços que possam apoiar a pessoa, não deixando de seguir cada caso ..., saber se foi respondido ou não foi, servindo de membro da articulação”. É de salientar que as respostas sociais, direcionadas, particularmente aos grupos mais vulneráveis, tem um papel determinante no combate as situações de pobreza e inclusão social (GEP, MSESS, 2014).

4.4.2 Respostas sociais mais solicitadas nas instituições em estudo

Ao perguntar-mos sobre as respostas sociais mais solicitadas, pretendeu-se com a questão compreender a nível do Laranjeiro e Feijó, os pedidos de ajuda mais solicitados pela população idosa em situação de pobreza.

Deste modo foi possível constatar através da análise das entrevistas realizadas aos profissionais, que das diversas respostas sociais existentes nas instituições em estudo, o apoio domiciliário revela-se como a resposta mais solicitada, em duas instituições, nomeadamente na instituição do E1 e E2, sendo que na instituição de E2 as respostas sociais como centro de dia, ação social, apoio financeiro, e apoio na alimentação surgem com frequência diária. Já no

caso da instituição de E3, o apoio mais solicitado é a regularização da situação migratória, que lhe possibilitará ter acesso aos apoios sociais.

Assim E1 é perentório em afirmar que é o “apoio domiciliário com o serviço de higiene pessoal são os mais solicitados.

Na instituição de E2, “sendo mais global na sua intervenção, naturalmente as respostas sociais mais solicitadas também são mais diversificadas e vão desde a ação social com atendimentos diários”. Referindo ainda que:

Nos quais é pedido alimentação e ... dinheiro para fazerem face às suas despesas do dia a dia (a instituição não dá dinheiro ...desbloqueia apoios), ao apoio domiciliário e centro de dia. No caso dos idosos, houve uma alteração das solicitações nos últimos tempos, pois as pessoas já não procuram o centro de dia porque querem ter um tempo com outra qualidade, a procura atual de centros de dia é para pessoas dementes, pessoas que os filhos pedem apoio.

Noutro sentido, a resposta que a população imigrante mais procura é “a regularização... porque estando regular tem os apoios sociais, não estando regular não tem direito aos apoios sociais” (E3).

Parece-nos haver uma consonância destes resultados, com as conclusões do estudo apresentado por Pereira (2012), quando refere que o serviço de apoio ao domicílio é o mais procurado em Portugal, com uma taxa de procura de 82,8%, seguido pelos centros de dia com taxa de procura de 42,5 %. Para GEP e MESS (2014) as respostas sociais direcionadas a população idosa demonstram um aumento expressivo de 49% no período de 2000 a 2014, derivando um aumento de 2500 respostas sensivelmente. O serviço de apoio domiciliário (SAD) “constitui a resposta, neste grupo-alvo, com o crescimento mais acentuado. É de salientar que os cerca de 48 700 lugares disponíveis em SAD em 2000, ascenderam a 104 500 lugares, aproximadamente, em 2014” (p35). Também para o Governo da República Portuguesa/GRP (2011), a maior resposta social em Portugal são os serviço do apoio domiciliário, centro de dia e lares de idosos para a população idosa.

A opinião de E3 é respondida por Silva (2008) quando refere que “o fato de se ser imigrante não é em si mesmo um indicador de exclusão social. Contudo, o contexto em que se inscreve a sua existência em Portugal, a maioria dos casos derivam de processos controlados por redes informais clandestinas” (p.7). Fazendo destas pessoas um grupo vulnerável, desprotegidos do estado e com consequência graves no difícil acesso aos direitos, serviços, proteção social, habitação e cuidados de saúde.

4.4.3 Medidas de Políticas Sociais operacionalizadas nesta instituição

Relativamente às políticas sociais adotadas, E1 lamenta que nem sempre as possa seguir com sucesso, dizendo que “às vezes conseguimos, outras vezes ficamos um pouco aquém ..., não temos recursos”. Também E2 sente as limitações, pois sendo uma IPSS “comparticipados por parte da Segurança Social, temos a supervisão deles e isso faz com que as regras sejam as regras que eles nos ditam”. Por outro lado, na Instituição de E3 não há “uma medida social”, salientando que “nós todos como técnicos, servimos todos em rede ... se houver alguma medida, somos todos nós que decidimos”.

Em nosso entender parece-nos que estes resultados estão em conformidade com os resultados apresentados por Rodrigues (2002), quando refere que no Concelho de Almada, os serviços e equipamentos de apoio à terceira idade, têm se revelado ainda com algumas carências, embora os apoios das autarquias e segurança social. Da parte das IPSS do concelho, tem havido alguns esforços em investirem quase na sua totalidade neste setor, embora com os apoios usufruídos da parte das instituições referidas, tem condicionado a evolução mais positiva das respostas face às necessidades das pessoas idosas.

Para Pereira (2012) os serviços aos idosos é garantida sobretudo pelas IPSS, entidade não lucrativa, estas de uma maneira geral estão equipadas com meios técnicos e humanos que asseguram a entrada dos idosos e cuidados gerontológicos de qualidade. No entanto a gestão destas IPSS's não são fáceis, as contribuições financeiras do estado embora importantes, não são suficientes para financiar as despesas aos cuidados gerontológicos os quais são cada vez mais complexos, prolongados e dispendiosos. A parte em falta, é assegurada pelo utente, na sua grande maioria possuem rendimentos baixos, em muitos casos apenas o valor da pensão de reforma, tornando assim a margem de gestão das IPSS muito limitada (Pereira, 2012).

Para a resposta social SAD operacionalizadas pelas IPSS, podem celebrar acordos de cooperação com a Segurança Social para o financiamento do seu funcionamento, sendo pago, à referida instituição um valor utente/mês valor de € 246.46, renovado todos os anos em Protocolo. Para a resposta Centro de dia este apoio está no valor de € 107,04 (ISS, I.P, 2015).

4.4.4 Relevância das Políticas Sociais para os idosos existentes em Portugal

No que concerne à relevância das políticas sociais e como deveriam ser adotadas para os idosos, E1 considera que “o Estado como poder central deveria ... dar mais apoio às IPSS”. E2 faz referência a algumas políticas sociais de apoio ao idoso, como o “complemento solidário para idosos que veio complementar aqui o valor da pensão de muita gente, que lhes veio dar também a possibilidade de terem acesso a apoios muito específicos”, como é o caso da “medicação”, dos “óculos”, do tratamento de algumas “patologias” e do “tarifário social da EDP e SMAS”. Mas “tirando esta medida mais ... de apoio económico” tudo o resto é insuficiente, pois “os idosos têm sofrido muitos danos colaterais da crise, sentem-se fragilizados”.

Já E3 salienta a necessidade de “acautelar situações que atualmente vemos de violência contra idoso, nomeadamente a “violência, os maus tratos ..., o desrespeito pela população idosa”. E3 sugere que a mudança na imagem que temos do idoso pode ser feita através da “formação base nas escolas”, ensinando as crianças a “não tratar o idoso como uma pessoa que fica no canto e já não é mais necessário”.

Em nosso entender, este resultado, aproxima-se as conclusões aos resultados do estudo apresentado por Moreira (2011), quando refere que Portugal apresenta maiores índices de violência contra pessoas idosos. Salienta que o “Relatório da OMS denuncia quatro milhões de agressões diárias em toda a Europa refere que quatro em cada dez idosos portugueses são vítimas de violência física ou psicológica. Portugal é o quinto país com pior registo, num universo de 53”.

Para Sousa, et al. (2004) o número de mulheres no mundo de trabalho, o aumento das famílias monoparentais e a emigração das família, veio fragilizar e distanciar as vinculações familiares aos idosos, afetando primordialmente os cuidados aos pais, pela falta de tempo dos familiares mais próximos e porque muitos deles também são idosos na hora de cuidar dos pais ou parceiros estas alterações associadas à valorização da independência e autonomia, que se verifica cada vez mais em Portugal, implicarão que haja cada vez mais idosos a viverem sozinhos.

Para a Guarda Nacional Republicana/GNR (2016), a operação Censos Sénior 2015, registou 39.216 idosos, dos quais 23.996 vivem sozinhos; 5.205 vivem isolados; 3288 vivem sozinhos e isolados; 6.727 não registadas nas situações anteriores, mas em situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas e/ou psicológicas. O distrito de Setúbal, onde se

insere o Concelho de Almada, e a União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, registou, 1.632 idosos isolados.

Os dados mais recentes do Censos Sénior 2016, revelam que 43.322 idosos das quais 26.000 vivem sozinhos, 4.626 vivem isolados, 3.085 vivem sozinhos e isolados, de igual modo foram registados pessoas portadoras de deficiência, um total de 600 pessoas. 166 vivem sozinhas, 38 vivem isoladas, 33 vivem sozinhas e isoladas, 363 não estão enquadradas nestas situações. “As situações de maior vulnerabilidade foram reportadas as entidades competentes, sobretudo de apoio social, no sentido de fazer o seu acompanhamento futuro” (GNR, 2016).

4.4.5 Medidas políticas que podem ser tomadas para combater a pobreza dos Idosos em Portugal

Falando das medidas alternativas de combate à pobreza que poderiam ser adotadas, E1 defende que deveriam “existir mais apoios ao nível da aquisição dos medicamentos, sobretudo de medicamentos para doenças que as pessoas tenham, até final das suas vidas ..., doenças crónicas ..., do foro degenerativo ..., do foro psiquiátrico”. Esta medida torna-se de extrema importância, pois há uma “ausência de respostas ...às pessoas com demência”, à qual se junta uma “ausência muito grande de formação por parte dos profissionais, sejam eles técnicos, sejam eles auxiliares que trabalham diretamente com essas pessoas”. Outra questão que deveria ser revista prende-se com os “modelos de funcionamento em termos de horários que estejam de acordo com as necessidades das famílias” (E1). E2 é da opinião de que algumas medidas indiretas como a diminuição do desemprego “é meio caminho andado para outros fatores deixarem de serem tão frágeis e começarem aqui um percurso novamente”, pois os filhos deixam de depender dos idosos, “se isto acontecer, por exemplo, o filho da dona Maria já consegue ter capacidade de arrendar uma casa ..., ela já não tem que fazer aquele avio mensal para o filho, e já começa fazer as suas refeições normalmente”. Também E3 dá outra sugestão, apontando a necessidade de “haver mais serviços de apoio aos idosos” e “de haver mais técnicos, há algumas instituições que têm muitos e outras que só têm um”, salientando, assim, a necessidade de reestruturar serviços.

Ainda que a Lei de Bases da Segurança Social consagre sistemas (de proteção social de cidadania, previdencial e complementar) que apoiam os idosos em situação de carência, nomeadamente a partir do subsistema de ação social que apoia os grupos sociais mais vulneráveis, através do acesso a IPSS e outros parceiros locais (Goulart & Camacho,

2014), é importante atualizar estes tipos de soluções às necessidades dos perfis de idosos que existem atualmente. Através dos nossos entrevistados, mas também estando atento às notícias da TV e jornais, constata-se que o apoio dado a idosos diagnosticados com doença de Alzheimer e outras demências ou doença de Parkinson e outras doenças neurodegenerativas é bastante limitado e pouco eficiente. As famílias vivem sérias dificuldades, os apoios financeiros não são suficientes para garantir um acompanhamento eficaz (com fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala e outros estímulos que desaceleram a progressão destas doenças) e as instituições, na sua maioria, não conseguem ter este apoio direcionado.

Por outro lado, e atendendo às recomendações promovidas pela OMS no que concerne ao envelhecimento ativo, verifica-se que a maioria das instituições também não conseguem implementar medidas neste sentido. O que se observa é apenas um acolhimento dos idosos do qual faz parte as refeições, mas poucas se preocupam em criar atividades que estimulem física e intelectualmente estas pessoas. É certo que estas instituições vivem em constante carência financeira, mas por vezes, mesmo com pouco consegue-se alternativas interessantes para fazer atividades com os idosos.

Estas considerações são apoiadas por Rodrigues (2010) quando refere que “as instituições manifestam dificuldades em ultrapassar a tendência para uma abordagem assente nas rotinas estabelecidas e sem condições efetivas para a mudança de práticas e de modelos de atuação” (pp.224-225). Neste sentido, cabe às instituições mudar as abordagens de intervenção, para acompanhar as novas necessidades, construindo modelos de intervenção mais eficientes e atuais.

Rodrigues (2010) aponta também a necessidade das instituições atuarem em cooperação, não só entre elas, mas articulando com as políticas sociais nacionais. Estas políticas, nomeadamente de combate à pobreza e exclusão social, devem ser “bem desenhadas, executada e regularmente avaliadas” (Carvalho, 2010, p.24). Além disso, a falta de recursos, quer técnicos quer profissionais, não pode ser justificação para os fracassos na intervenção (Rodrigues, 2010).

4.5 Dificuldades dos profissionais que intervêm em situação de pobreza

Nesta seção abordamos aspetos relativos (1) dificuldades sentidas pelos profissionais no atendimento a situações a problemática da pobreza, (2) dificuldades sentidas ao nível familiar no apoio aos idosos.

4.5.1 Dificuldades sentida pelos profissionais entrevistados no atendimento a problemática da pobreza

No que diz respeito às dificuldades dos técnicos de ação social no terreno, E1 refere que “às vezes a família é uma barreira ... intransponível”, que não permite atuar de forma eficaz. Existe também um “desconhecimento do trabalho, alguns utentes não entendem porque é que há pessoas que pagam determinado valor e outras pagam outro” (E1). Além deste aspeto, também existe uma “falta de informação que as pessoas que trabalham nessas instituições, falta de formação para lidarem com certas problemáticas e também por parte de quem dirige” (E1).

E2, aponta a baixa celeridade das respostas, pois as pessoas quando recorrem ao atendimento vêm numa situação de carência económica “muito grave ou grave e as respostas às vezes não são tão imediatas quanto seria necessário”. Apesar disso, “desde o ano passado ... a Câmara tem um plano de emergência social em que nós técnicos podemos desbloquear de forma mais célere apoio económicos ... para coisas muito específicas, por exemplo, para a medicação do idoso”, o que permite desbloquear algumas situações (E2). Outras dificuldades prendem-se com o apoio alimentar, pois “a procura tem sido muita e o volume de alimentos para se poder apoiar as famílias continua o mesmo” e com a falta de informação, nomeadamente no que se refere ao aumento das rendas, “não sabiam que se escrevessem uma carta ao senhorio a atestar os seus rendimentos os senhorios não podiam aumentar as rendas” e ao IRS “muitos idosos não sabem e depois ficam em dívida para com as Finanças” (E2). Por fim, E3 aponta o medo “que o idoso tem em relatar as situações que se passam com ele, principalmente situações de violência”, o que dificulta a intervenção do pessoal técnico.

4.5.2 Dificuldades sentidas ao nível familiar no apoio aos idosos

Ao perguntar-mos aos profissionais entrevistados sobre as dificuldades sentidas pelos familiares em cuidar dos idosos, foi possível, compreender através da análise das entrevistas, que uma das dificuldades sentidas pelas famílias é a falta de tempo para cuidarem dos familiares idosos, e em alguns casos, dificuldade em encontrarem respostas que vão de encontro às necessidades do idoso, sendo que a maioria dos idosos sofrem de alguma demência, outra dificuldade sentida pelos familiares é a falta de recursos para aceder as

instituições de apoio, levando alguns idosos a ficarem em casa e por vezes sozinhos, pelo fato de os familiares não terem encontrarem-se a trabalhar.

Assim quanto às dificuldades das famílias no apoio aos idosos, E1 afirma que:

Falta de tempo por parte dos familiares para apoiar o idoso e do reduzido horário de funcionamento das instituições, o que não permite assegurar um acompanhamento mais constante, dado que os acordos que foram feitos há muitos anos com a Segurança Social, com uma realidade diferente, não se enquadram com as necessidades atuais, provavelmente porque as pessoas que têm poder de decisão não conhecem esta realidade, ou conhecem uma realidade distorcida

E1 levanta a seguinte questão: “se ... temos os infantários a trabalharem ... das 7 da manhã até às 7.30 da noite, porque não temos uma resposta para as pessoas mais velhas a funcionar no mesmo horário?” Outro aspeto é salientado por E2 que aponta a necessidade de mais apoios:

Para as questões da demência e da deficiência, pois o que se passa agora é que nas IPSS temos idosos completamente dependentes. Se por um lado há pessoas que o apoio domiciliário é suficiente, por outro há pessoas que depois começam a ter necessidade de serem vigiadas a tempo inteiro e aqui as respostas que estão a ser acionadas são respostas que já não estão ser suficientes. Os idosos ou são dirigidos para os cuidados continuados ou para um lar, que pode ou não ser comparticipados pela Segurança Social se a família não poder pagar. No Laranjeirofaz falta ...um lar IPSS, não um lucrativo, porque ...nesta união de freguesias, os rendimentos são muito baixos, os idosos têm rendimentos muito baixos.

No mesmo sentido, E3 refere que:

A falta de apoio dado aos cuidadores, pois enquanto o familiar é cuidador do idoso e trabalha, esse idoso naturalmente ficará abandonado em casa. A dificuldade será sempre procurar ajuda das instituições, conseguir que a pessoa consiga manter uma rotina, que não perca as suas qualidades ..., não desaprenda dos seus conhecimentos e continue a ser uma pessoa ativa, porque a pessoa a ficar sozinha dias inteiros em casa acaba por ficar inativa e vai perdendo qualidades e isto traz problemas de demência, uma série de situações. A tarefa do cuidador que fica apenas em casa torna-se aborrecida e se o idoso for para o centro de dia tem outra atividade, por outro lado se o idoso não tem mobilidade as instituições já têm esses equipamentos ...poderão sempre procurar uma ajuda e mais-valia para o idoso, o problema é ficar em casa.

É de salientar que Perante a falta de tempo dos familiares mais próximos concretamente dos filhos adultos, o cuidado dos idosos dependentes, na maioria das vezes é assumido pelos casais, que são os principais responsáveis pela gestão das tarefas nas famílias. Por outro lado, devido a esta indisponibilidade assiste-se com frequência à transferência das responsabilidades, o apoio aos idosos deixa de ser exclusivo da família, passa a ser partilhado com as instituições públicas e privadas de solidariedade social, prestadores de serviços remunerados (Barbosa & Matos, 2008).

Ponto de vista do idoso em situação de pobreza

Análise e discussão das entrevistas realizadas aos idosos, em situação de pobreza, utentes do Centro de dia da Instituição *Alma do Bairro*.

4.6 Percepção sobre a pobreza

Nesta seção é apresentada a análise das entrevistas feitas aos idosos em situação de pobreza no Laranjeiro e Feijó. Todos os utentes entrevistados frequentavam o centro de dia da Instituição *Alma do Bairro*, já descrita. Salientamos que socorremo-nos das categorias e subcategorias da grelha de análise para estruturarmos os resultados que apresentamos nesta seção, assim ordenadas: (1) Definição da pobreza na percepção do idoso entrevistado; (2) percepção do entrevistado sobre a sua situação; (3) razões que estão na base da pobreza dos idosos; (4) caracterização socioeconómica dos entrevistados; (5) Rendimentos do entrevistado nos últimos 12 meses; (6) Contributo do rendimento do entrevistado no agregado familiar; (7) Contributo dos rendimentos do entrevistado nas suas despesas pessoais.

4.6.1 Definição da pobreza na percepção do idoso entrevistado

Ao perguntamos aos entrevistados acerca da pobreza, pretendeu-se compreender a percepção que estes têm sobre o fenómeno em estudo. Assim para U2 “a pobreza é ... as pessoas viverem em dificuldade e não terem dinheiro para se governarem, passam fome”, tal como U4 que considera que a pobreza é as pessoas “passarem fome, não terem dinheiro para comer”. U1 refere que “é muito difícil para se viver” pobre. U3 define a pobreza como “uma miséria ..., as pessoas gostariam ter outra vida, assim melhor, então não podem ou porque estão desempregados ou porque são doentes ou já têm uma certa idade e a pobreza ataca tudo isso.” Por fim, na perspetiva de U5 é quando as pessoas “já não têm mais recursos na vida”, salientando que “quem cair na pobreza acho que é difícil depois sair de lá”, “enquanto se é rico ou remediado é uma coisa, caindo-se na pobreza eu acho que não há ninguém que ajude”.

Constata-se através da análise das entrevistas que a maioria dos utentes perceciona a pobreza como a falta de recursos básicos com destaque para os recursos financeiros para a sua sobrevivência, fato que tem como consequência a fome. Além disso os sujeitos participantes percecionam a pobreza como uma miséria, difícil de se viver e quem entra nela dificilmente consegue contorná-la.

Em nosso entender parece haver uma aproximação destes resultados, com a constatação de Bruto da Costa et al. (2012) segundo a qual a pobreza pode ser definida de diversas maneiras, e observada de várias perspectivas. O mesmo autor e tal como foi referido anteriormente (Seção 1.1) define a pobreza como sendo “uma situação de privação por falta de recurso”(p.14).

4.6.2 Percepção do entrevistado sobre a sua situação

Ao perguntarmos aos nossos entrevistados se se consideravam pobres, pretendíamos compreender a percepção que têm sobre a sua própria situação, face ao flagelo de pobreza, deste modo foi possível constatar através das vozes que os entrevistados vivem na sua maioria com poucos recursos, sendo que dos cinco Utentes entrevistados apenas um mostrou-se que tem o suficiente para ela e para o seu filho, os restantes Utentes sentem-se remediados, referindo que vivem com poucos rendimentos.

U1 assente, pois possui “poucos rendimentos”, assim como U4 que vive apenas com uma pensão que o marido deixou “de cento e tal euros” e que é ajudada pelo neto para fazer face às despesas. Por sua vez, U2 e U5 dizem-se remediados, salientando U5 que “até agora nunca me faltou nada” e que consegue resolver mesmo quando o dinheiro não chega. No mesmo sentido, como se verificou no capítulo 1.1 a pobreza é afetada em situações de crise, prevalecendo as solidariedades familiares, tal como afirma U3, tem o suficiente para si e para o filho com quem vive, “não me acho uma pessoa pobre, assim pobre não, eu não sou rica, mas também não acho assim esta pobreza não, tenho sempre para o dia a dia mais alguma coisa.”

Em nosso entender parece-nos haver uma aproximação destes resultados, com os resultados apresentados por Machado e Roldão (2010) quando relacionam a pobreza dos idosos com as baixas pensões e a falta de rendimentos, reforçando a ideia de que é uma categoria social antiga e numerosa em Portugal, que auferiu baixas remunerações durante a vida profissional e tem um historial de descontos irregulares e tardios para o Sistema de Segurança Social e, por consequência, possuem condições de vida que refletem a falta de proteção social do Estado.

Os dados estatísticos da análise da pobreza em Portugal, que comparam dados de 2003 e 2008 mostram que os agregados com apenas um adulto com mais de 65 anos apresentam um risco de pobreza significativo (28,0% e 32,7% respetivamente); este risco diminui quando o agregado é constituído por dois adultos sendo pelo menos um deles idoso, o

que reforça a vulnerabilidade dos idosos que vivem sozinhos (18,8% em 2008). Relativamente à fonte de rendimento, o risco de pobreza é superior quando o rendimento provém de pensões (22,6% em 2008) ou outros rendimentos (52,6% em 2008), sendo superiores à média da população (17,9% em 2008) (Carvalho, 2010).

Fernandes (2015) diz que a percepção de ser pobre deve ter em conta a identidade do idoso, a sua experiência e a sua história de vida, uma vez que a consciência da pobreza é subjetiva. A título de exemplo, as idosas que vivem sozinhas possuem uma maior vulnerabilidade a situações de pobreza monetária (Carvalho, 2010). Podem especular as possíveis razões para esta diferença. Estas idosas viveram num tempo em que a maioria das mulheres não trabalhavam fora de casa e mesmo as que trabalhavam tinham empregos precários. Quando ficaram viúvas (porque a esperança média de vida é maior para as mulheres) ficam a viver com a pensão de viuvez, que em geral é muito baixa.

Para Bruto da Costa et. al. (2012), a pobreza subjetiva depende das opiniões dos próprios pobres da sociedade em geral salienta o autor a distinção entre pobre e não-pobre está assento na percepção que cada sociedade tem sobre a pobreza. Referem os mesmos autores acima referidos que a forma de identificar uma pessoa pobre consiste em avaliar as suas condições de vida objetivas. É a expressão mais visível da pobreza, por sobressair, a alimentação, o modo de vestir, as condições habitacionais, o estado de saúde, denunciam a condição da maior parte das pessoas pobres e excluídas.

4.6.3 Razões que estão na base da pobreza dos idosos

Questionamos os nossos entrevistados sobre os motivos que conduzem os idosos em Portugal à situação de pobreza, tendo por objetivo compreender a percepção que estes têm sobre as razões objetivas do problema em estudo.

Assim, U1 e U2 apontam as reformas e ordenados baixos, “a reforma não é suficiente para viver”. Sobre este aspeto referido por U1 e U2, parece-nos que estão em consonância com o trabalho apresentado por Freitas et al. (2013), quando referem que os rendimentos e pensões esclarecem a pobreza na terceira idade, por estes na sua maioria serem baixos. Também a PORDATA (2016), refere o aumento de pessoas a receberem o salário mínimo de pensões de velhice inferiores ao salário mínimo nacional.

O entrevistado U1, refere que as pessoas “são pobres porque têm os ordenados pequenos, geralmente as famílias não ligam aos idosos e estão sujeitos a virem se a meter nestas ... instituições” afirma U2. Sobre o aspeto referido pelo U1, em nosso entender parece haver uma aproximação deste resultado, com o trabalho apresentado por Montalvo (2015), quando refere o aumento de trabalhadores a ganhar abaixo do salário mínimo nacional. Também EAPN Portugal (2016b), refere o aumento da pobreza nos trabalhadores em Portugal. Sobre o ponto referido pelo U2, parece-nos que este dado está em conformidade com o trabalho apresentado por Sousa et al. (2004), sobre envelhecer em família, quando referem que a dedicação de cuidados aos idosos fragiliza-se pela indisponibilidade dos familiares.

Por outro lado, a U3 defende que por causa da crise “os filhos desempregaram-se, tudo desempregados, e então quem lhes estava a sustentar ainda eram os pais, sustentavam os filhos e os netos ..., da pequenina reforma deles, dava assim para eles e viviam mal”. Outro aspeto referido por U3 é o abandono dos idosos, “os velhinhos agora estão muito abandonados, os filhos que às vezes não ligam aos pais, podiam auxilia-los ou dar mais assistência a doenças ou em casa ... uma pessoa é velha, vai para o lar ..., há muitos que só lá vão de mês a mês porque vão lá só pagar o lar e nunca mais lá voltam e lá estão os velhotes”(E3).

“Há uns filhos que até tratam, ...visitam-nos, tratam deles e alguns levam os fins de semana a casa deles e depois vão lá leva-los outra vez, é assim, mas há outros que não ligam mesmo.” Também U4 aponta a falta de apoio, referindo que os idosos são pobres “porque não têm dinheiro e não têm quem os ajude, o Estado não dá nada, pelo contrário, até tira”. Além da “má governação”, U5 salienta o “egoísmo das pessoas ..., está mal distribuído, uns têm muito ... e há aqueles que nunca tiveram nada e passaram a não ter nada outra vez”.

Estes resultados, em nosso entender parecem estar em concordância com o trabalho apresentado por Martins (2007), quando refere que os maiores problemas nacionais derivam de políticas económicas hesitante mal estruturadas e mal sustentadas, adoçadas com ambições desmedidas convenientemente exploradoras pela comunicação social. Afirma o autor, que “de todas as situações negativas, de abrandar aos cêus mas suscetíveis de melhorar, por existirem meios em Portugal para a debelar, a POBREZA é para mim a mais confrangedora” (p. 11).

4.6.4 Caracterização socioeconómica dos entrevistados

Apesar de não ser possível generalizar as necessidades socioeconómicas dos idosos apenas pelos utentes da Instituição, considerou-se importante dar voz a estas pessoas, que são o exemplo do que se passa na grande maioria das instituições. Para tal, foram administradas três questões por forma a fazer a caracterização socioeconómico, tentando ser o menos intrusivas possível.

4.6.5 Rendimentos dos idosos entrevistados nos últimos 12 meses

Quando perguntamos aos utentes sobre os seus rendimentos foi possível constatar que na sua maioria dizem ser baixos sem nenhum aumento e alguns dependerem de subsídio de viuvez. U1 refere que foram “sempre muito baixos”, pois “quando trabalhava ganhava mais”. U2 diz que a “reforma praticamente tem-se mantido”. U3 refere que “dantes recebia a pensão do marido, embora que ela não é muito grande”, agora apenas recebe a sua e U4 também recebe uma pensão de viuvez “de cento e não sei quantos euros, que é para pagar [a instituição]”, da parte dela não tem “reforma nenhuma ... porque nunca trabalhei para receber, trabalhei vinte e tal anos nos hospitais civis de Lisboa... mas não fui reformada por causa do 25 de Abril”. U5 não foi possível dar uma resposta concreta.

4.6.6 Contributo do rendimento do entrevistado ao agregado familiar

Questionados sobre a sua contribuição para o rendimento do agregado familiar, foi possível constatar que U1 refere que é o filho que ajuda, assim como U4, que é ajudada pelo neto, “o meu neto é que me leva ao médico, é que me paga a farmácia”. Pelo contrário, U5 é independente financeiramente, “tenho lá a filha e a neta em casa, mas faço a minha vida sozinho e elas fazem a delas, ajudei-as, não tinham para onde ir” e às vezes ainda ajuda. Também U2 ajuda o agregado com a sua pensão, “a minha filha não ganha o suficiente e eu tenho que lhe ajudar.” Por sua vez, U3 contribui para o agregado familiar, pois sendo apenas ela e o filho não fazem divisões, “está tudo em conjunto, aquele que precisa tira”.

As respostas dadas pelos utentes quanto ao seu contributo no agregado familiar é notório que dois dos entrevistados são dependentes dos filhos e netos, e três dos utentes são independentes e por sua vez ajudam filhos e netos.

4.6.7 Contributo dos rendimentos do entrevistado nas suas despesas pessoais

Quando perguntamos aos nossos entrevistados se os seus rendimentos são ou não suficientes para fazer face às suas despesas pessoais, foi possível compreender a partir das respostas que seguem que a maioria dos utentes queixam-se da insuficiência financeira. Com efeito e relativamente à esta questão, U4 afirma que vive “muito mal ..., se não fosse o meu neto ajudar-me, não sei como eu vivia”, a renda da sua casa, que é da Marinha, “vem descontada na minha pensão”. U1 diz que “é muito difícil, porque é pouco dinheiro, o que eu ganho é pouco”, tem a ajuda da mulher que “ainda vai trabalhando, nalgumas coisas ... faz algumas horas de trabalho”, “tudo junto conseguimos”, “com dificuldade, claro.” U2 também consegue fazer face às suas despesas “mesmo ajudando”, tal como U3, que consegue pois em casa são apenas dois e “eu não sou de gastar ..., ele a mesma coisa”, e U5, com “uns dias melhor outros dias piores, uns anos mais endinheirado”, tem conseguido.”

4.7 Ajudas Institucionais

Nesta seção faz-se apresentação dos resultados relativos às questões (1) apoio que as instituições disponibilizam para os seus utentes, (2) o modo como são respondidos os pedidos de apoio canalizados às instituições, (3) mudanças sentidas depois dos apoios prestados, (4) avaliação dos serviços prestados, e (5) a opinião do entrevistado sobre como seria a sua vida sem os apoios.

4.7.1 Apoio que as instituições disponibilizam para os seus utentes

Após entendermos como os rendimentos dos utentes são geridos para fazer face às suas despesas, importa definir o contributo das ajudas institucionais. Note-se que no decorrer das entrevistas percebeu-se que apenas dois dos utentes entendiam a entrada na Instituição como uma ajuda institucional, tendo havido, por isso, necessidade de reforçar estas questões com perguntas sobre como passavam o dia e onde tomavam as refeições, de forma a recolher o máximo de informação.

Neste contexto, relativamente aos apoios institucionais, U1 afirma que nunca teve apoios, salientando que “talvez já fizesse um pedido de apoio mas acho que não foi aceite,” tal como U2, que afirma não receber nenhum, “simplesmente tenho a medicação mais barata na Marinha”, e U3 que defende que não tem “nadinha nadinha, é só a pensão do meu marido”. Por outro lado, U4 aponta a Instituição como apoio institucional, salientando que já lá está “há 10 anos” e U5 refere que “o único apoio que eu tenho é daqui da Alma do Bairro”.

4.7.2 O modo como são respondidos os pedidos de apoio canalizados às instituições

Em relação a questão acima referida, foi possível constatar através da análise das entrevistas realizadas aos Utentes do centro de dia *Alma do Bairro* que em relação as ajudas concedidas aos utentes declararam que têm recebido ajuda, apoio na alimentação concretamente pequeno almoço, almoço, e jantar, um dos utentes referiu-se ao apoio dos transporte, outros referiram-se para não estarem em casa sozinhos preferem estar na instituição onde se relacionam com outras pessoas, passando o dia num convívio social.

Quanto ao tipo de apoio pedido, U2 diz que para não estar sozinho passa o dia na Instituição, tal como U3, U4 e U5 que referem ainda que tomam “o pequeno almoço, almoço e lanche”, levando o jantar consigo. U3 utiliza também a carrinha da instituição para ir para casa.

4.7.3 Mudanças sentidas depois dos apoios prestados

Quando perguntamos aos utentes do centro de dia da *Alma do Bairro* sobre as mudanças sentidas nas suas vidas após a intervenção da instituição, foi possível constatar através da análise das entrevistas que o centro de dia em estudo constitui um suporte de grande importância na medida em que previne o isolamento. Todos os entrevistados são unânimes em reconhecer que após o apoio da instituição a vida melhorou, evitando em parte a solidão.

No que diz respeito às mudanças na vida após receber apoio, para U1 melhorou, “pelo menos uma parte”, tal como U2 que refere que “é melhor, muito melhor, não

andava, tive um problema nas pernas, vim para aqui, agora estou aqui, estou aqui durante o tempo”. U5 diz que se não estivesse na instituição, “não sei como é que estava, estava em casa se calhar deitado a dormir”, salientando que se sente bem e “nem me custou nada vir para qui”. U4 passa o dia na Instituição para não estar sozinha, assim como U3 que diz que vai para ali “para não estar para lá também sozinha a olhar para as paredes”.

Estes resultados acima referidos parece-nos que estão em consonância, com as conclusões do estudo apresentado por (Carvalho, 2012) quando refere que as pessoas idosas em especial as que vivem em situação de pobreza, são mais vulneráveis à solidão causada pelo isolamento social.

4.7.4 Avaliação dos serviços prestados

Quando questionados sobre a qualidade dos serviços e apoios prestados tendo como objetivo, compreender o nível de satisfação geral que o idoso e utentes do Centro de dia da *Alma do do Bairro* tem sobre a instituição que lhe oferece serviço, foi possível constatar a partir das suas vozes uma certa unanimidade, que classifica o serviço da Instituição como positivo. U1 diz que “são todos bons com os utentes”, tal como U2 que afirma “que é bom ... não tenho nada a dizer”. U3 gosta de estar na Instituição, no entanto o que gosta menos é das refeições, “o que eu acho assim mais fraquito e sem mais coisa é o comer, é a comida.” U4 diz que não tem razões de queixa, porque “ninguém me trata mal, também não trato mal a ninguém”, assim como U5 que não tem nada a apontar, “não vou dizer que são excecionais, mas são bons, as pessoas são amáveis, são simpáticas”.

4.7.5 A opinião do entrevistado sobre como seria a sua vida sem os apoios

Quando perguntamos aos nossos entrevistados, utentes do centro de dia, caso não tivessem este apoio, como geriam as suas vidas, pretendia-mos compreender em outras palavras quais as alternativas de apoio aos idosos a nível local. Deste modo, foi possível constatar através da análise das entrevistas, que para alguns seria mais difícil, levando a procura de outras soluções em outras freguesias.

Pensando na forma de gerir as suas vidas sem estes apoios, U1 pensa que seria “mais difícil”, U2 teria de ir para “outro lado, se calhar, iria para ali quem vai para o Miratejo, tem

ali um lar”. Noutro sentido, U3, talvez por se sentir mais autónoma, diz que “geria bem, como dirigi desde que o meu marido faleceu até agora”. U4 e U5 não tiveram opinião a questão.

Conclusão

Para a realização do presente estudo, definiu-se como objetivo geral, *compreender o modo como os idosos que se debatem com o fenómeno da pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó gerem a sua situação bem como os apoios sociais existentes a nível local para o combate do tal fenómeno.*

Tratou-se de uma investigação que se operacionalizou em várias fases nomeadamente a fase introdutória onde se apresentou o tema e a sua pertinência, assim como a pergunta de partida, objetivo geral e específicos da investigação. Na fase (1) desenvolveu-se a fundamentação teórica, (2) caracterizou-se a União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, (3) descreveu-se a definição do percurso metodológico, da recolha e análise de dados, (4) fez-se apresentação e discussão dos resultados. Percorridas as fases referidas, importa nesta etapa da construção da nossa dissertação apresentarmos em linhas gerais, as conclusões a que chegamos. Salientamos que as mesmas serão expostas em função dos objetivos específicos que nortearam a realização do presente estudo, definidos no capítulo introdutório.

Assim, o **primeiro** objetivo específico que norteou a realização desta investigação consistiu em descrever o modo como os idosos em situação de pobreza, vivem a sua situação. Os resultados apresentados na Seção 4.2.3, deixam evidente a ideia da precariedade das condições de vida dos idosos que se encontram na situação de pobreza nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, com particular destaque, os utentes do Centro de Dia da *Alma do Bairro* participantes do presente estudo, na medida em que tal como eles próprios sublinharam os idosos vivem com poucos recursos.

As opiniões dos profissionais entrevistados sobre o modo como percecionam as pessoas pobres, relativamente à forma como aquelas vivem a sua situação, deixam evidências que os idosos sentem-se envergonhados pela situação da pobreza que os afeta, constituindo de igual modo um alvo fácil das consequências da crise, pois na sua maioria vivem com poucos rendimentos, para fazer face o dia a dia e ainda, estes têm de partilhar com familiares desempregados o pouco que ganham.

O nosso **segundo** objetivo específico consistiu em descrever a perceção que os idosos entrevistados têm sobre a pobreza que afeta a terceira idade em Portugal e duma forma particular, a perceção da pobreza que afeta aos sujeitos abrangidos pelo estudo. Tendo em conta os resultados apresentados na seção 4.6.2, parece-nos legítimo concluir que o modo como a maioria dos utentes do centro de dia *Alma do Bairro* perceciona a pobreza da terceira idade em Portugal e a sua própria pobreza, encontra-se estritamente ligado ao modo como eles

vivem o seu dia-a-dia e à precariedade das condições de vida referenciada no parágrafo anterior. Ou seja, na perceção dos nossos entrevistados, e tendo em conta as experiências do quotidiano destes, ser pobre em Portugal e nas freguesias do Laranjeiro e Feijó, é viver com escassos rendimentos.

O **terceiro** objetivo específico consistiu em analisar a satisfação que os utentes entrevistados têm sobre os serviços prestados pela instituição particular de solidariedade social à nível local. Os resultados apresentados na seção 4.7.4, evidenciam, na generalidade, uma avaliação positiva daqueles serviços por parte dos sujeitos entrevistados na medida que encontram nestas instituições um atendimento e tratamento básico sobre as suas preocupações.

O **quarto** objetivo específico consistiu em compreender o modo como se processa a ajuda aos idosos em situação de pobreza à nível local. Os resultados apresentados na seção 4.3.2, evidenciam a diversidade dos casos que chegam àquelas instituições, incluindo na diferenciação na maneira que estes casos são atendidos. Trata-se na sua maioria de agregados familiares com filhos menores de idade, família monoparental, famílias nucleares, pessoa isolada, e no caso dos imigrantes, prevalece o género masculino que vêm a Portugal a procura de emprego e com objetivo de reagrupar a família e agregados familiares com idosos a seu cargo. A maioria dos casos acima referidos vêm sinalizados pela segurança social, hospital, Centro de saúde, policiamento de proximidade, por exemplo quando sinalizam situações de isolamento, abandono dos idosos ou problemas à nível familiar, serviços da rede, bem como familiares e amigos que conhecem as instituições, passando a informação. Em termos de procedimentos de atendimento a população em situação de pobreza, esta varia dependendo da situação, sendo que na sua maioria o atendimento é feito através de marcações por via telefónica ou pessoalmente nas instituições em estudo.

O **quinto** objetivo específico constitui identificar as medidas de combate à pobreza na União das freguesias do Laranjeiro e Feijó, direcionadas para a população idosa. Os resultados apresentados na seção 4.4.1, evidenciam a ideia de que os centros de dia, apoio domiciliário, ação social, intervenção comunitária direta, cantina social, e apoio ao imigrante, constituem respostas a população idosa em situação de pobreza à nível local. Parece-nos legítimo afirmar que as instituições envolvidas no presente estudo, especificamente o centro de dia da instituição *alma do bairro*, constitui um dos poucos suportes formais que os idosos da região em estudo dispõem. A terminar acresce que este estudo mostrou-se ser de grande importância na medida em que permitiu compreender como vivem os idosos em situação de pobreza na União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, a forma como os mesmos

percepcionam a sua própria pobreza incluindo as causas que se apontam, bem como, as medidas que se avançam para o combate do fenómeno.

Algumas reflexões

Fazer investigação social é lutar pela abertura das instituições aos investigadores. Este estudo teve um número reduzido de entrevistados, pelo fato de poucas organizações terem respondido aos contactos feitos inicialmente. Foram contactadas um total de 15 instituições, apenas três quiseram contribuir com as suas opiniões e vivências no âmbito deste estudo e destas apenas uma permitiu o acesso a entrevista com idosos.

Um outro aspeto relaciona-se com o fato de não ter havido condições objetivas, para se realizar um estudo quanti-qualitativo (Metodologia triangular). Apesar de ser importante relatar a opinião das pessoas sobre estas questões, quantificar os níveis de pobreza nos idosos da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó aumentaria o rigor do estudo. Mais uma vez aqui houve falta de abertura das entidades que nos poderiam ceder alguma informação quantitativa. Além disso, um estudo através de inquérito por questionário tornou-se impossível pelo tempo limitado e os recursos necessários, assim como pelo difícil acesso a este público-alvo. Salientamos que foi, também, devido à falta de abertura acima referida, que não conseguimos obter documentos relativos ao funcionamento das instituições que colaboraram na recolha de dados.

Sugerimos que trabalhos como este, deveriam continuar nesta e em outras freguesias e que as instituições afins pudessem ajudar na informação dos mesmos para ajudar a minimizar este problema social de grande pertinência social.

Referências Bibliográficas

- Abreu, C., & Branco, F. (1984). *O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada*. Edição: Câmara Municipal de Almada.
- Aires, L. (2001). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. S/L: Universidade Aberta.
- Alma do Bairro. (2012). Disponível em: <http://www.almaalentejana.pt/>. Acedido a 3 de Dezembro de 2016.
- ACasa. (2009). Disponível em: http://acidi.gov.pt.s3.amazonaws.com/docs/Press_Releases/press/09_04_03_CLAII_Almada.pdf. Acedido a 11 de Dezembro de 2016.
- Associação Nacional de Municípios Portugêses/ANMP. (2001). *Albúm de Prata do Poder Local Democrático*. Editor: Autor.
- Almeida, J., Machado, F., Capucha, L., & Torres, A. C. (1994). *Introdução a Sociologia*. Editora Universidade Aberta.
- Amaral, L. (2009). *Cenários para o futuro das economias portuguesas e mundial – E depois da crise?* Outubro: Deplano Network, SA.
- Amado, J. (Coord). (2013). *Manual de investigação qualitativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- António, O. (2010). *A Palavra ao Presidente da Associação*. In Alma alentejana Revista Cultural. Ano 11. (23) [p.4]. Edição: Associação para o Desenvolvimento, Cooperação e Solidariedade Social. Editorial: Luís Maçarico. Disponível em <http://www.almaalentejana.pt/revista/Revista%2023.pdf>. Acedido a 4 de Dezembro de 2016.
- António, F. (2008a). *Quem são os pobres em Portugal?* Março 24. Disponível em: <https://sociologando.wordpress.com/2008/03/24/quem-sao-os-pobres-em-portugal/>. Acedido a 2 de Setembro de 2016.
- António, F. (2008b). *A pobreza em Portugal*. Disponível em <https://sociologando.wordpress.com/2008/03/19/a-pobreza-em-portugal/>. Acedido a 2 de Setembro de 2016.
- Alves, N. (2009). *Novos factos sobre a pobreza em Portugal*. Boletim Económico 15 (1), 125-154, Banco de Portugal. Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB200902_p.pdf. Acedido a 10 de Novembro de 2016.
- Barbosa, F. & Matos, A. D. (2008). *Cuidadores familiares idosos: Uma nova realidade, um novo desafio para as políticas sociais*. p. 127-139. Disponível em: <http://configuracoes.revues.org/491>. Acedido a 21 de Setembro de 2016.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bailey, R. (1973). *Problemas da Economia Mundial*. Editora Ulisseia.

- Berger, L. (1995). *Atitudes, Mitos e Estereótipos*. In Berger, L., & Poirier, D. M. (1995). *Pessoas Idosas: Uma abordagem Global*. Lisboa: Lusodidatica, pp. 63-71.
- Bloco de Esquerda. (2008). *Livro negro sobre a pobreza no distrito do porto*. Porto edição: Bloco de esquerda. Disponível em: https://jpn.up.pt/pdf/livro_negro_pobreza_porto_be.pdf. Acedido a 5 de agosto de 2016.
- Bruto da Costa, A. (Coord.), Baptista, I. P., & Pedro, C. P. (2012). *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo* (4ª ed.) Setembro Editora: Gradiva, Editor: Guilherme Valente.
- Centro do Bairro. (2016). Disponível em: <http://www.cclaranjeiro-feijo.pt/>. Acedido a 11 de Dezembro de 2016.
- Canço, D. (Coord.) (2004). *A igualdade de género em Portugal 2003*. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres.
- Câmara Municipal de Almada/CMA. (2009). *Conselho Local de Ação Social de Almada*. Disponível em: http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpgid=genericMenuContent&menu_title_generic_qry=BOUI=18374933&menu_generic_qry=BOUI=18374933&genericContentPage_qry=BOUI=7044469&actualmenu=18374933. Acedido a 22 de Outubro de 2016.
- Câmara Municipal de Almada/CMA. (2014). *Território e População/Retratos de Almada segundo o Censos 2011*. Fevereiro. Disponível em: <https://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2>. Acedido a 13 de Abril de 2016.
- Câmara Municipal de Almada. (2016). *Associativismo*. Disponível em: https://www.mc_qry=BOUI=17092935&menu_generic_qry=BOUI=17092935&genericContentPage_qry=BOUI=20276872&actualmenu=17092935. Acedido a 24 de Novembro de 2016.
- Cabral, M. & Ferreira, P. M. (2014). *O Envelhecimento Activo em Portugal*. Editor: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23416/1/ICS_MVCabral_PMFerreira_Envelhecimento_LAN.pdf. Acedido 23 de Agosto de 2016.
- Carta Social. (2016). *Alma Alentejana*. Disponível em: http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisadetalhe.php?cod_area=21&valencia=2103&equip=17255. Acedido a 3 de Dezembro de 2016.
- Carta Social. (2016). *Centro comunitário*. Disponível em: http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisadetalhe.php?cod_area=21&valencia=2103&equip=3422. Acedido a 3 de Dezembro de 2016.

- Carneiro, R. (Coord.). (2012). *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade: Relatório Final*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento_populacao.pdf. Acedido a 20 de Agosto de 2016.
- Capucha, L. (2005). *Desafio da Pobreza*. Outubro, Oeiras, Celta Editora.
- Carvalho, A. (2010). *Sobre a Pobreza, As Desigualdades e a Privação Material em Portugal*. Editor: Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Carvalho, M. Paoletti, I & Rego, R. (2011). *Para a melhoria dos Serviços Sociais a Idosos Pobres em Portugal*. pp. 109-123. Lusíada, Intervenção Social. Lisboa, nº.37 [1 Semestre] Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1483/1599>. Acedido 11 de Outubro de 2016.
- Carvalho, M. (2012). *Envelhecimento e cuidados domiciliários em instituições de solidariedade social*. Lisboa: Coisas de Ler, Fevereiro.
- Carvalho, M. (Coord.). (2013). *Serviço Social no Envelhecimento*. Editora: Pactor.
- Cantante, F. (2011). *O desemprego em Portugal num contexto de crise financeira: Números e desafios*. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=114>. Acedido a 2 de Setembro de 2016.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carrilho, M. & Patrício, L. (2010). *A situação demográfica em Portugal*. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 48, pp. 101-138.
- Carrilho, T. (2008). *Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego*. *Análise Social*, vol. XLIII (1.º), 2008, 81-107. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218640394P7hUA1qo9Ns32NK9.pdf>. Acedido a 1 de Dezembro de 2016.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Costa, J. & Melo, A. S. (2003). *Dicionário da língua Portuguesa*. Editora: Porto editora. Departamento de dicionários da Porto editora.
- Comissão Europeia. (2016). *Quebrar o ciclo vicioso da pobreza e da privação*. Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD). Disponível em: http://www.igfse.pt/upload/docs/2016/PublicacaoCE_FEAD.pdf. Acedido a 27 de Abril de 2016.
- Conselho Local de Ação Social de Almada/CLASA. (2005). *Plano de desenvolvimento social do Concelho de Almada*.
- Chievenato, I. (2006). *Treinamento e Desenvolvimento de recursos Humanos: Como implementar talentos na empresa*. Editora: Manole.

- Dencker, A. (2000). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. (4. ed.). São Paulo: Futura.
- Ferreira, A. (2014). *Serviço Social: Desemprego de Longa Duração: Intervenção Social em Marvila*. Lisboa: Editora Cáritas.
- Ferreira, J. (2011). *Serviço Social e Modelo de Bem Estar para a Infância*. Lisboa: Distribuição Quid Juris? Sociedade. Editora Lda, Lisboa 2011.
- Fernandes, A. (1997). *Velhice e Sociedade*. Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, A. (2015). *Pobreza e pessoas idosas: a dimensão subjetiva e existencial do fenómeno*. vol. 1 n.º 2 agosto, online 1(2): 156 – 164. Disponível em: http://www.revistas.uevora.pt/index.php/saude_envelhecimento/article/view/59/103. Acedido a 21 de Agosto de 2016.
- Fernandes, A. (2012). *Visões da pobreza na primeira pessoa - Contributos para o entendimento do fenómeno social da pobreza na cidade de beja*. Tese de doutoramento. Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/11581/1/Tese%20cd.pdf>. Acedido a 11 de Abril de 2016.
- Ferreira, S. (2005). *The places of the third sector in the Portuguese welfare regime: the case of social and family services*. Comunicação apresentada na Primeira Conferência Europeia EMES/ISTR, Concepts of the Third Sector, The European debate: Civil Society, Voluntary Organizations, Social and Solidarity-Based Economy, Paris, 27 a 29 de Abril.
- Freitas, N., Legendre, B. & Clark, G. (2013). *Poverty Risk at Old-Age: the Role of Private Retirement Incomes*. Proceedings III International Workshop on the Socio-Economics of Ageing, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa: Outubro.
- Finley, M. & Landless, P. N. (2015). *Saúde e Bem Estar: Segredos que Mudarão a sua Vida*. (2ªed.) Fevereiro Publicadora Servir, S.A.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Editora: Lusodidata.
- Flores, A. (1995). *Abordagem Histórico socio Cultural*. Edição: Clube recreativo do Feijó / Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia do Feijó.
- Flores, A., & Policarpo, A. (2011). *Proclamação da República de Amada*. Edição: Câmara Municipal de Almada.
- Gabinete de Apoio Psicológico e Aconselhamento/GAPA. (2009). *Perceção Interpessoal*. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa Disponível em: <https://pensandorh.wordpress.com/2009/09/24/os-processos-de-percepcao-e-comunicacao-interpessoal-ou-como-estamos-verdadeiramente-com-os-outros/>. Acedido a 29 de Dezembro de 2016.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento/GEP & Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social/MSESS (2014). *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*. Disponível em: <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocal2014.pdf>. Acedido a 31 de Setembro de 2016.

- Goulart, N. & Camacho, C. (2014). *Sistemas de Proteção Social*. Lisboa: Conselho das Finanças públicas, apontamento n.º 2/2014. Disponível em: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2014/10/CFP-APT-02-2014-PT.pdf>. Acedido a 17 de Julho de 2016.
- Grupo Concelhio de Idosos de Almada/GCIA. (1999). *Almada Guia do Idoso*. Edição: Câmara Municipal de Almada.
- Gomes, M. (2000). *Prospetiva do Envelhecimento demográfico na região de Viseu: O caso particular dos equipamentos sociais para idosos*. Dissertação de doutoramento : Sociologia, Demografia. Lisboa: Universidade Nova.
- Governo da República Portuguesa. (2011). *Proteção social a idosos*. União Europeia: Fundo social europeu. POAT/FSE: Gerir, Conhecer e Intervir. Consultado em: <http://www.serga.pt/userfiles/files/protec%C3%A7%C3%A3o%20social%20a%20idosos%20RN.pdf>. Acedido a 25 de Abril de 2016.
- Guarda Nacional Republicana/GNR. (2016). *Operação Censos Sénior 2015*. Disponível em: <http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=12>. Acedido a 18 de Novembro de 2016.
- Guarda Nacional Republicana/GNR. (2016). *Operação Censos Sénior 2016*. Disponível em: <http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=62>. Acedido a 09 de Dezembro de 2016.
- Heleno, A. (Coord.). (2015). *Rediteia 48 Erradicar a Pobreza : Compromisso para uma Estratégia Nacional*. Edição: EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-pobreza.
- Henrique, V. & Cardoso, C. (1999). *Área Interdisciplinar*. Lisboa: Texto Editora, Lda. Volume 1. (3ª ed.).
- Hill, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. (2ª ed.). Edições Síbaló.
- Houaiss, A. (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates.
- Instituto da Segurança Social/ISS. (2007). Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/59648/Relatorio_actividades_iss_2007/353a0900-7c79-4c3a-b56d-c302540fd270. Acedido a 23 de Setembro de 2016.
- Instituto da Segurança Social. I.P. (2014). *Guia Prático: Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social*. (9002 – v4.02). Instituto da Segurança Social, I.P. Data de publicação 28 de Julho de 2014. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss. Acedido a 12 de Outubro de 2016.
- Instituto da Segurança Social, I.P./ISS, I.P. (2015). *Guia Prático: Apoios Sociais a Pessoas Idosas*. (N35J – V4.10) 27 de janeiro. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/idosos>. Acedido a 25 de Abril de 2016.
- Junta de Freguesia do Laranjeiro e Feijó. (2016). *História*. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/freguesias/historia>. Acedido a 21 de Novembro de 2016.
- Joaquim, C. (2014). O Terceiro Setor, Ação Social e Equipamentos Sociais, e a questão essencial para o futuro: Que modelo queremos para Portugal? In Centro de estudos sociais da Universidade de Coimbra. *Os problemas e as soluções para a Segurança Social*. Disponível em:

http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/oficinas/Oficinas_SegurancaSocial_textos_atualizacao.pdf. Acedido a 11 de Outubro de 2016.

- Joaquim, C., Mendes., H., Pereira, M. T. & Junqueira. V. (2014). Pensões, muitas perguntas e algumas respostas. In Centro de estudos sociais da universidade de coimbra. *Os problemas e as soluções para a Segurança Social*. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/oficinas/Oficinas_SegurancaSocial_textos_atualizacao.pdf. Acedido a 11 de Outubro de 2016.
- Junta de Freguesia do Laranjeiro e Feijó. (2016). *Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro*. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/freguesias/associativismo/182-clube-de-instrucao-e-recreio-do-laranjeiro>. Acedido a 24 de Novembro de 2016.
- Junta de Freguesia do Laranjeiro e Feijó. (2016). *Clube Recreativo do Feijó*. <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/freguesias/associativismo/77-clube-recreativo-do-feijo>. Acedido a 24 de Novembro de 2016.
- Junta de freguesia do Laranjeiro e Feijó. (2016). *Associativismo*. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/freguesias/associativismo>. Acedido a 24 de Novembro de 2016.
- Junta de freguesia do Laranjeiro e Feijó. (2016). *Património*. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/freguesias/patrimonio>. Acedido a 24 de Novembro.
- Lakatos, E. & Marconi, M. (1999). *Sociologia Geral*. (7ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Liñares E. (2009). *Boletins Bibliográfico Erradicação da Pobreza*. nº 26. Lisboa Outubro: Direcção-Geral da Segurança Social. Núcleo de Documentação e Divulgação.
- Lopes, A. (s.d). *Pobres idosos ou idosos pobres? Discussão sobre o tema da pobreza na velhice*. Porto: Instituto de Sociologia. Universidade do Porto. Disponível em: http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0273.pdf. Acedido a 8 de Novembro de 2016.
- Louça, F. & Caldas, C. (2010). *Economia (S)*. Editora: Afrontamentos (2ªed): Fevereiro.
- Lourenço, M. (2005). *Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal: Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*. Edição: Direcção Geral da Segurança Social Novembro. Disponível em: http://www.segsocial.pt/documents/10152/51695/Pobreza_exclusao_social_politicas_sociais_Portugal/3482c68d-461d-432e-9531-2c4821f89eb3. Acedido a 17 de Julho de 2016.
- Luzia, A. (coord). (2010). *Gentes de Amada*. Edição: Museu da cidade e Câmara Municipal de Almada.
- Madeira, M. (2006). *Políticas e Medidas de Combate à Exclusão Social*. Editor: Direcção-Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/51702/Políticas_medidas_combate_exclusao_social/f7a19e2e-60ec-4ec8-8c15-5a6e4ac4307e. Acedido a 29 de Maio de 2016.
- Martinez, S. (2010). *Economía Política*. (11ª ed.). Revista e atualizada. Edições Almedina, S.A Janeiro.

- Martins, L. (2007). *A função Publica é uma Carga de Trabalho: Manifesto Contra a Produtividade*. Edição de livros e Revista, Lda.
- Machado, F. & Roldão, C. (2010). *Imigrantes idosos – uma nova face de imigrantes em Portugal*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e diálogo intercultural, 17-65.
- Mendes, T. (2008). *Conceito de parceria: três projetos locais de promoção do emprego*. In Lais, P. (Coord.) (2008). *Análise Social*. volume XLIII (1º), pp. 81-108. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Minayo, M.(org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18ª ed.). Petrópolis: Vozes. Disponível em http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acedido a 20 de Julho de 2016.
- Moreira, M. (2011). *Relatório da OMS: Portugal entre os piores na violência contra idosos*. Disponível em: <http://ptjornal.com/relatorio-da-oms-portugal-entre-os-piores-na-violencia-contra-idosos-2324>. Acedido a 9 de Dezembro de 2016.
- Moreira R., Marques, M. & Gillot, T. (2014). Exclusão, perseguição e desvinculação: a Segurança Social ao contrário no caso dos Recibos Verdes. In Centro de estudos sociais da universidade de coimbra. *Os problemas e as soluções para a Segurança Social*. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/oficinas/Oficinas_SegurancaSocial_textos_atualizacao.pdf. Acedido a 11 de Outubro de 2016.
- Montalvo, A. (2015). *Revista da Administração local: Artigos Doutrinas, Jurisprudência, Prática Administrativa*. Edição: António Montalvo, M. Rebordão. Ano 38, Nº265.
- Mota, P. (2010). *Por não ter nada e tudo quere*. Alma alentejana Revista Cultural. Nº 23, ano 11. [p.7]. Edição: Associação para o Desenvolvimento, Cooperação e Solidariedade Social. Editorial: Luís Maçarico. Disponível em <http://www.almaalentejana.pt/revista/Revista%2023.pdf> . Acedido a 4 de Dezembro de 2016.
- Nazaeth, J. (2009). *Crescer e Envelhecer Constrangimentos e Oportunidades do Envelhecimento Demográfico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Nogueira, J. (2009). *A dependência: o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Gabinete de Estratégia e Planeamento. Disponível em: http://www.cartasocial.pt/pdf/estudo_dependencia.pdf. Acedido a 14 de Outubro de 2016.
- Nunes, N. (2013). *Desigualdades de género, trabalho e ação coletiva na Europa*. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=138>. Acedido a 22 de Outubro de 2016.
- Organização Mundial da Saúde/OMS. (2015). *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acedido a 19 de Agosto de 2016.

- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2009). *Velhas e novas desigualdades no mercado de trabalho: Portugal no contexto europeu*. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=97>. Acedido a 2 de Setembro de 2016.
- Organização Internacional do Trabalho/OIT. (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho. Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_luta.pdf. Acedido a 1 de Agosto de 2016.
- Organização Mundial da Saúde/OMS (2015). *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acedido a 19 de Agosto de 2016.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação Social: Ensaio Sobre a nova pobreza*. Porto: Porto editora Lda.
- Pereirinha, J. (Coord.), Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., Fernandes, Rita & Machado, C. (2008). *Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*. Lisboa: CIG.
- Pereira, A. (2011). *Portugal na Hera da Verdade: Como Vencer a crise Nacional*. Editora: Gradiva S.A. (3ªed.) Editor: Guilherme Valente.
- Pereira, F. (Coord.). (2012). *Teoria e pratica da Gerontologia: Um guia para cuidadores de Idosos*. Viseu, Abril: Psicosoma.
- Presidência da República. (1998). *Pobreza, Exclusão: Horizontes e Intervenção*. Coimbra : Imprensa Nacional - casa da Moeda.
- Presidência da República. (2000). *Debates Presidenciais da República. Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*. Editor: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pinto, H. (2009). *Satisfação de Idosos Institucionalizados em Lar Lucrativo e Idosos a usufruírem da Prestação Informal de Apoio Domiciliário: Uma abordagem comparativa*. Porto: Universidade do Porto.
- Pinho, I. (1998). *A Política Social e o Envelhecimento Demográfico*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Administração Pública. Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho.
- Psicologia. (2013). *Perceção social e interpessoal*. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/41456/percepcao-social-e-interpessoal>. Acedido a 28 de Dezembro de 2016.
- Poirier, D. (1995). As teorias do envelhecimento. In Berger, L., & Poirier, D.M. (1995). *Pessoas Idosas: Uma abordagem Global*. Lisboa: Lusodidatica, pp. 99-105.
- PORDATA. (2016). *Beneficiários da Segurança Social do subsídio por doença: total e por grupo etário –Portugal*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Benefici%C3%A1rios+da+Seguran%C3%A7a+Soci>

al+do+subs%C3%ADdio+por+doen%C3%A7a+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-385. Acedido a 29 de Setembro de 2016.

PORDATA. (2016). *Quadro resumo do Município de Almada*. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Almada+\(Munic%C3%ADpio\)-6840](http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Almada+(Munic%C3%ADpio)-6840). Acedido a 25 de Setembro de 2016.

PORDATA. (2016). *Limiar de Risco de pobreza Europa*. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Europa/Limiar+de+risco+de+pobreza+\(Euro\)-2026](http://www.pordata.pt/Europa/Limiar+de+risco+de+pobreza+(Euro)-2026). Acedido a 6 de Outubro de 2016.

PORDATA. (2016). *Taxa de Risco de Pobreza antes das transferências sociais*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+risco+de+pobreza+antes+e+ap%C3%B3s+transfer%C3%AÂncias+sociais-1940>. Acedido a 6 de Outubro de 2016.

PORDATA. (2016). *Pensão de Velhice, Invalidez e Sobrevivência*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Valor+m%C3%ADnimo+mensal+das+pens%C3%B3es+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+pens%C3%B3es+de+velhice++invalidez+e+sobreviv%C3%AÂncia-103>. Acedido a 8 de Setembro de 2016.

PORDATA. (2016). Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Valor+m%C3%ADnimo+mensal+das+pens%C3%B3es+do+regime+geral+da+Seguran%C3%A7a+Social+pens%C3%B3es+de+velhice++invalidez+e+sobreviv%C3%AÂncia-103>. Acedido a 8 de Setembro de 2016.

PORDATA. (2016). *Taxa de privação material severa: Total por grupo etário Europa*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+priva%C3%A7%C3%A3o+material+severa+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-2333>. Acedido a 10 de Novembro de 2016.

PORDATA. (2016). *Quadro - resumo: União Europeia*. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Europa/Quadro+Resumo/Uni%C3%A3o+Europeia+\(28+Pa%C3%ADses\)-7056](http://www.pordata.pt/Europa/Quadro+Resumo/Uni%C3%A3o+Europeia+(28+Pa%C3%ADses)-7056). Acedido a 13 de Novembro de 2016.

PORDATA. (2016). *Risco de pobreza, total grupo etário*. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+em+risco+de+pobreza+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+\(percentagem\)-2331](http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+em+risco+de+pobreza+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+(percentagem)-2331). Acedido a 14 de Novembro de 2016.

Quaresma, M. (1998). *Cuidados familiares a pessoas muito idosas*. Lisboa: Direção Geral da Ação Social: Núcleo de Divulgação Técnica.

Quintão, C. (2004). *Terceiro Setor: elemento para referenciação teórica e concetual V Congresso Português de sociologia*. Universidade do Minho. Braga.

Rede Europeia- Anti-Pobreza/ Portugal/EANP Portugal. (2016a). *Indicadores sobre a pobreza Dados Europeus e Nacionais*. Disponível em: <http://www.eapn.pt/documento/517/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>. Acedido a 31 de julho de 2016.

- Rede Europeia Anti-pobreza Portugal/EANP Portugal. (2016b). *Cumprimento do objetivo de luta contra a pobreza à luz do aumento dos encargos domésticos*. Abril. Disponível em: <http://www.eapn.pt/documento/481/cumprimento-do-objetivo-de-luta-contr-a-pobreza-a-luz-do-aumento-dos-encargos-domesticos>. Acedido a 19 de Agosto de 2016.
- Rede Europeia Anti – Pobreza Portugal (2016c). *O que é a Pobreza*. Disponível em :<http://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>. Acedido a 6 de Outubro de 2016.
- Ribeiro, O. & Paúl C. (2011). *Manual de envelhecimento ativo*. Lisboa: Lidel.
- Romão, F. (2002). *Evolução Histórica das IPSS*. Universidade de Aveiro.
- Rosa, E. (2016). *Sem combate eficaz à evasão e fraude contributiva e sem alterar as contribuições das empresas, a vida dos pensionistas vai piorar*. Disponível em : <https://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2016/15-2016-diplomas-seguranca-social.pdf>. Acedido a 21 de Setembro de 2016.
- Rosa, M. (2016). *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Disponível em:<https://books.google.pt>. Acedido a 29 de Setembro de 2016.
- Rodrigues, C. (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. Novembro: Edições Almedina, S.A.
- Rodrigues, C. (2008). *Desigualdade económica em Portugal*. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=94>. Acedido a 2 de Setembro de 2016.
- Rodrigues, W. (Coord.). (2002). *Diagnostico Social Conselho de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Rodrigues, E. (2010). *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal*. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX. pág. 191-230. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8794.pdf>. Acedido a 23 de Setembro de 2016.
- Santos, B. & Ferreira, S. (2002). “A Reforma do Estado-Providência Entre Globalizações Conflitantes”. in Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (orgs.), *Risco Social e Incerteza - Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto: Afrontamento, pp.177-225.
- Santo, P. (2015). *Introdução à Metodologia das ciências sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*. (2ª ed.) Lisboa: Manuel Robalo.
- Samuelson, P. & Nordhaus, W. D. (1998). *Economia*. Portugal: MC Graw–Hill, Lda. (16ª ed).
- Sequeira, C. (2010). *Cuidar de idosos com dependência física e mensal*. Edições: Lidel, Lda.
- Segurança social. (2016). *Redes Locais de Intervenção Social/RLIS*. Disponível em <http://www.seg-social.pt/redes-locais-de-intervencao-social-rlis>. Acedido a 8 de junho de 2016.
- Segurança Social. (2016). *Rendimento Social de Inserção*. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>. Acedido a 10 de Outubro de 2016.

- Segurança Social. (2015). *Evolução do sistema de Segurança Social - conteúdo final*. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>. Acedido no dia 4 de Outubro de 2016.
- Segurança Social. (2015). *Evolução do sistema de Segurança Social*. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>. Acedido a 4 de Dezembro de 2016.
- Segurança Social/SS. (2016). *Redes Locais de Intervenção Social/RLIS*. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/redes-locais-de-intervencao-social-rlis>. Acedido a 4 de Dezembro de 2016.
- Silva, N. (2008). Factores de pobreza e exclusão social: Categorias sociais mais vulneráveis. *Revista Pretexto: Fatores de Pobreza e Exclusão Social*. (29), 5-8. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/63739/revista_pretextos_29/6e61each-bb23-4528-86db-f4bfd56d6743. Acedido a 11 de abril de 2016.
- Silva, L. (2001). A Família de hoje e seus antepassados. In Silva, L. F. (Org). (2001). *Acção social na área da família*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 15-32.
- Sousa, L., Figueiredo, D. & Cerqueira, M. (2004). *Envelhecer em Família – Cuidados Familiares na Velhice*. Porto: Editora Âmbar, Colecção a Idade do Saber.
- Sousa, R. H. P. (2003). *Almada. Tiponímia e a História*. Almada: Câmara Municipal de Almada/ Biblioteca Municipal.
- Soares, M. (2010). *Económica Política*. Edições Almedina, S.A Janeiro de 2010. (11ª ed.). Revista e atualizada.
- Spar, J & La Rue, A. (2005). *Guia Prático Climepsi de Psiquiatria Geriátrica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Stake, R. E. (2012). *A arte da investigação com estudos de caso*. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tiago, L. & Cardoso, F. P. (2016). *40% das pensões por desemprego inferiores a 400 euros*. 05 Julho. Disponível em: <http://www.jn.pt/nacional/interior/40-das-pensoes-por-desemprego-inferiores-a-400-5266240.html>. Acedido a 21 de Setembro de 2016.
- União Europeia. (2012). *A contribuição da UE para um envelhecimento Ativo e solidariedade entre as gerações*. Disponível em: https://www.google.pt/webhp?sourceid=chromeinstant&rlz=1C1AVNE_enPT654PT654&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=KE3212224PTC_002. Acedido a 27 de Abril de 2016.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: Processo de Construção do Conhecimento*. Editor: Manuel Robalo, Lisboa: Silabo, Lda.
- Vinhas, H. & Sousa, A. P. (2006). *Pobreza Relativa ou Absoluta? A linha híbrida de Pobreza no Brasil*. IPE/USP, EESP/FGV. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>. Acedido a 22 de Setembro de 2016.

World Health Organization/WHO. (2002). *Active aging: A policy framework. A contribution of the World Health Organization to the second United Nations World Assembly on Aging*. Madrid. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/67215/1/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf. Acedido a 06 de Dezembro de 2016.

Wikipedia. (2016). *Percepção*. Disponível em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Percep%C3%A7%C3%A3o>. Acedido a 29 de Dezembro de 2016

Legislação Consultada:

Lei n.º 11- A/2013. *Reorganização administrativa dos território das freguesias*. De 28 de Janeiro de 2013. Diário da República, 1.ª série – N.º 19.

Disponível em: <https://www.citius.mj.pt/portal/article.aspx?ArticleId=1439> . Acedido a 21 de Novembro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE Nº 1 –EMAIL ENVIADO AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO CONCELHO DE ALMADA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

APÊNDICE Nº2 -TEOR DA CARTA DIRIGIDA AOS PRESIDENTES DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

APÊNDICE Nº 3 - CONSENTIMENTO INFORMANDO, AOS PROFISSIONAIS

APÊNDICE Nº 4 - GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS PROFISSIONAIS

APÊNDICE Nº 5 - GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

APÊNDICES Nº 6 –TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS

APÊNDICE Nº 7 – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – UTENTES DO CENTRO DE DIA DA INSTITUIÇÃO *ALMA DO BAIRRO*

APÊNDICE Nº 8 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS

APÊNDICE Nº 9 – GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – UTENTES DO CENTRO DE DIA DA INSTITUIÇÃO *ALMA DO BAIRRO*

ANEXO Nº1 – DECLARAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

ANEXO Nº 2 - RESPOSTA DO PEDIDO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Apêndice 1 –EMAIL ENVIADO AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO CONCELHO DE ALMADA PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

A Direção das Instituições Particulares de Solidariedade S... Nengudi Miguel

A Direção das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Boa tarde.

Exmo (a) Senhor (a) Presidente da Associação.

Assunto: Pedido para autorização de trabalho de investigação no âmbito do Mestrado de Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar.

Relativamente ao assunto em epígrafe, venho pelo presente meio, solicitar a V.^a Ex.^a a possibilidade de realizar um estudo de natureza empírica na vossa Instituição. O meu nome é Nengudi Gomes Campos Miguel, sou aluna de Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem - Estar, da Faculdade de ciências sociais, educação e administração (FCSEA) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Estou a desenvolver o meu estudo de investigação sobre a “A Pobreza em Portugal: O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social no combate à pobreza – Concelho de Almada”.

sex 18/03/2016 14:24

Para:almada@ami.org.pt <almada@ami.org.pt>; claii.laranjeiro@gmail.com <claii.laranjeiro@gmail.com>; sadocd@scm.pt<sadocd@scm.pt>; coordenacao@mareviva.com <coordenacao@mareviva.com>; crechepopular@netcabo.pt<crechepopular@netcabo.pt>; curpic@sapo.pt <curpic@sapo.pt>; direccao.aguiipa@gmail.com <direccao.aguiipa@gmail.com>;despertar_lisboa@msn.com <despertar_lisboa@msn.com>; c.s.jose_ch.cap@sapo.pt <c.s.jose_ch.cap@sapo.pt>;apcnees@sapo.pt <apcnees@sapo.pt>; aceda.lar@net.sapo.pt <aceda.lar@net.sapo.pt>; gileamor@hotmail.com <gileamor@hotmail.com>; pa.almada@ami.org.pt <pa.almada@ami.org.pt>; geral@asdl.pt<geral@asdl.pt>;betel_lisboa@hotmail.com <betel_lisboa@hotmail.com>;

□ 2 anexos {2 MB}

Declaração para o Estudo. Nengudi..pdf; consentimento para a realização de questionário..doc;

Ex. mo (a) Senhor (a) Presidente da Associação.

Assunto: Pedido para autorização de trabalho de investigação no âmbito do Mestrado de Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar.

Relativamente ao assunto em epígrafe, venho pelo presente meio, solicitar a V.^a Ex.^a a possibilidade de realizar um estudo de natureza empírica na vossa Instituição. O meu nome é Nengudi Gomes Campos Miguel, sou aluna de Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem - Estar, da Faculdade de ciências sociais, educação e administração (FCSEA) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Estou a desenvolver o meu estudo de investigação sobre a “A Pobreza em Portugal: O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social no combate à pobreza

— Concelho de Almada.

Apêndice 2 - TEOR DA CARTA DIRIGIDA AOS PRESIDENTES DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Almada, 17 de Março de 2016

Ex. mo Senhor Presidente das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Assunto: Pedido de autorização para a realização de trabalho de investigação no âmbito do Mestrado de Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar.

Sou **Nengudi Gomes Campos Miguel**, aluna de Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar, da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Encontro-me a desenvolver o meu trabalho de investigação sobre a *A Pobreza em Portugal: O papel das Instituições de Solidariedade Social no Combate à pobreza – Concelho de Almada*, cujo objetivo é compreender como os idosos em situação de pobreza gerem a sua situação e a forma como é feita a gestão das medidas de política social da pobreza dos idosos à nível local. Assim venho por este meio, solicitar a V.^a Ex.^a a autorização para realização do estudo empírico de natureza qualitativa na vossa instituição. Concretamente pretendo realizar uma entrevista ao Técnico (o) responsável pela ação social à população idosa da instituição. No caso de existirem processos sociais dos utentes solicito o acesso aos mesmos a fim de definir uma amostra para realização de análise documental. Todas as informações recolhidas destinam-se exclusivamente ao estudo em curso salvaguardando-se toda a confidencialidade.

Por último apresento atempadamente os meus agradecimentos pela colaboração e fico ao dispor de V. EX.^a para qualquer informação adicional.

Com os melhores cumprimentos.

Anexo uma declaração da Universidade justificando a necessidade da realização desta investigação para a conclusão do mestrado.

Laranjeiro, 17 de Março de 2016


Aluna: Nengudi Gomes Campos Miguel


Rua: Francisco Sousa Tavares nº2, 3 D

2810-224 Laranjeiro/Almada

Telf: 968543386 - Email: nengudigomes@hotmail.com

Apêndice 3 - CONSENTIMENTO INFORMANDO, DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS

 UNIVERSIDADE LUSÓFONA
de Humanidades e Tecnologias
Humani nihil alienum

 fcsea
Instituto de Serviço Social, Educação e Administração

Consentimento Informado

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO (N.º 24)

Laranjeiro, dia 28 de Abril de 2016

Exmo.(a) Sr.(a) Técnicos (a) de ação social/ Assistente Social

No âmbito do 2º ano do mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem- Estar da faculdade de Ciências sociais, educação e administração (fcsea) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, sob a Orientação da Professora Doutora Aida Ferreira, docente do Instituto do Serviço Social. Venho por este meio solicitar a V. Exª. de participar numa entrevista. Estou desenvolver o meu estudo de investigação sobre a **"A Pobreza dos Idosos em Portugal e as medidas políticas de gestão da pobreza - O Caso da União das Freguesias Laranjeiro e Feijó"**

Objetivos da Investigação: O principal foco desta investigação é compreender como os idosos em situação de pobreza gerem a sua situação e a forma como é feita a gestão das medidas de política social da pobreza dos idosos ao nível local.

Objetivos da entrevista:

1. Perceber qual a perceção dos (a) Técnicos (a) de ação social/ Assistentes sociais, sobre a pobreza dos idosos em Portugal.
2. Compreender como consegue atender e orientar as solicitações dos idosos em situação de pobreza.
3. Identificar qual o tipo de ajudas institucionais e não institucionais que são concedidas aos idosos em situação de pobreza na vossa Instituição?
4. Perceber quais as dificuldades encontradas pelos (a) técnicos (a) de ação social / Assistentes sociais na ajuda aos idosos em situação de pobreza.





Consentimento Informado

A metodologia utilizada será a entrevista semi-diretiva, dirigidas as (o) Técnicas (o) de ação social/ assistentes sociais que trabalham junto da população idosa com necessidades económicas. Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para a investigação em curso e têm unicamente fins estatísticos, não havendo qualquer possibilidade de quebra de confidencialidade.

A fim de esclarecer a minha decisão recebi, e bem compreendi, as informações seguintes:

1. Todos os dados recolhidos antes, durante e após o estudo serão mantidos confidenciais, sendo utilizados somente os que se manifestem essenciais ao estudo em causa; será mantido o meu anonimato, perante os investigadores principais do projeto;
2. O estudo tem como objetivo contribuir de uma forma direta e indireta para a formação da aluna em causa, sendo parte integrante do seu trabalho final de curso, no Mestrado em Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar da Faculdade de ciências sociais educação e administração;
3. Todos os resultados dos dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins estatísticos, e serão apresentados de forma totalmente anónima que servirão para serem tratados no âmbito de uma dissertação para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar.
4. As entrevistas serão gravadas para uma melhor captação dos dados, caso concorde.
5. Poderei em qualquer momento pedir informação complementar à investigadora e se desejar, parar a minha participação sem suportar nenhuma responsabilidade.

Obrigada pela atenção dispensada e colaboração.

Consentimento Informado

(Riscar o que não interessa)

ACEITO/ ~~NÃO ACEITO~~ Participar neste estudo, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas.

Lucas, 20 de Abril de 2019

Gabriel Delgado

(Assinatura do (a) participante)

Nengudi Gomes Campos Miguel

(A aluna – Nengudi Gomes Campos Miguel)

1. Conhecer qual a percepção dos idosos da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó sobre a pobreza dos idosos em Portugal.

2. Conhecer qual a percepção dos idosos da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó sobre a pobreza dos idosos em Portugal.

3. Conhecer qual a percepção dos idosos da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó sobre a pobreza dos idosos em Portugal.

4. Conhecer qual a percepção dos idosos da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó sobre a pobreza dos idosos em Portugal.



Consentimento Informado

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO (N.º 1)

Laranjeiro, dia 28 de Abril de 2016

Exmo.(a) Sr.(a) Técnicos (a) de ação social/ Assistente Social

No âmbito do 2º ano do mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem- Estar da faculdade de Ciências sociais, educação e administração (fcsea) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, sob a Orientação da Professora Doutora Aida Ferreira, docente do Instituto do Serviço Social. Venho por este meio solicitar a V. Exª. de participar numa entrevista. Estou desenvolver o meu estudo de investigação sobre a **"A Pobreza dos Idosos em Portugal e as medidas políticas de gestão da pobreza - O Caso da União das Freguesias Laranjeiro e Feijó"**

Objetivos da Investigação: O principal foco desta investigação é compreender como os idosos em situação de pobreza gerem a sua situação e a forma como é feita a gestão das medidas de política social da pobreza dos idosos ao nível local.

Objetivos da entrevista:

1. Perceber qual a perceção dos (a) Técnicos (a) de ação social/ Assistentes sociais, sobre a pobreza dos idosos em Portugal.
2. Compreender como consegue atender e orientar as solicitações dos idosos em situação de pobreza.
3. Identificar qual o tipo de ajudas institucionais e não institucionais que são concedidas aos idosos em situação de pobreza na vossa Instituição?
4. Perceber quais as dificuldades encontradas pelos (a) técnicos (a) de ação social / Assistentes sociais na ajuda aos idosos em situação de pobreza.



Consentimento Informado

A metodologia utilizada será a entrevista semi-diretiva, dirigidas as (o) Técnicas (o) de ação social/ assistentes sociais que trabalham junto da população idosa com necessidades económicas. Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para a investigação em curso e têm unicamente fins estatísticos, não havendo qualquer possibilidade de quebra de confidencialidade.

A fim de esclarecer a minha decisão recebi, e bem compreendi, as informações seguintes:

1. Todos os dados recolhidos antes, durante e após o estudo serão mantidos confidenciais, sendo utilizados somente os que se manifestem essenciais ao estudo em causa; será mantido o meu anonimato, perante os investigadores principais do projeto;
2. O estudo tem como objetivo contribuir de uma forma direta e indireta para a formação da aluna em causa, sendo parte integrante do seu trabalho final de curso, no Mestrado em Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar da Faculdade de ciências sociais educação e administração;
3. Todos os resultados dos dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins estatísticos, e serão apresentados de forma totalmente anónima que servirão para serem tratados no âmbito de uma dissertação para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar.
4. As entrevistas serão gravadas para uma melhor captação dos dados, caso concorde.
5. Poderei em qualquer momento pedir informação complementar à investigadora e se desejar, parar a minha participação sem suportar nenhuma responsabilidade.

Obrigada pela atenção dispensada e colaboração.



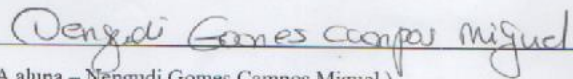
Consentimento Informado

(Riscar o que não interessa)

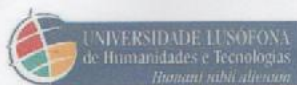
ACEITO/ NÃO ACEITO Participar neste estudo, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas.



(Assinatura do (a) participante)



(A aluna - Nengudi Gomes Campos Miguel)



Consentimento Informado

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO (N.º 3)

Laranjeiro, dia 28 de Abril de 2016

Exmo.(a) Sr.(a) Técnicos (a) de ação social/ Assistente Social

No âmbito do 2º ano do mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem- Estar da faculdade de Ciências sociais, educação e administração (fcsea) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, sob a Orientação da Professora Doutora Aida Ferreira, docente do Instituto do Serviço Social. Venho por este meio solicitar a V. Exª. de participar numa entrevista. Estou desenvolver o meu estudo de investigação sobre a **“A Pobreza dos Idosos em Portugal e as medidas políticas de gestão da pobreza - O Caso da União das Freguesias Laranjeiro e Feijó”**

Objetivos da Investigação: O principal foco desta investigação é compreender como os idosos em situação de pobreza gerem a sua situação e a forma como é feita a gestão das medidas de política social da pobreza dos idosos ao nível local.

Objetivos da entrevista:

1. Perceber qual a perceção dos (a) Técnicos (a) de ação social/ Assistentes sociais, sobre a pobreza dos idosos em Portugal.
2. Compreender como consegue atender e orientar as solicitações dos idosos em situação de pobreza.
3. Identificar qual o tipo de ajudas institucionais e não institucionais que são concedidas aos idosos em situação de pobreza na vossa Instituição?
4. Perceber quais as dificuldades encontradas pelos (a) técnicos (a) de ação social / Assistentes sociais na ajuda aos idosos em situação de pobreza.




Consentimento Informado


A metodologia utilizada será a entrevista semi-diretiva, dirigidas as (o) Técnicas (o) de ação social/ assistentes sociais que trabalham junto da população idosa com necessidades económicas. Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para a investigação em curso e têm unicamente fins estatísticos, não havendo qualquer possibilidade de quebra de confidencialidade.

A fim de esclarecer a minha decisão recebi, e bem compreendi, as informações seguintes:

1. Todos os dados recolhidos antes, durante e após o estudo serão mantidos confidenciais, sendo utilizados somente os que se manifestem essenciais ao estudo em causa; será mantido o meu anonimato, perante os investigadores principais do projeto;
2. O estudo tem como objetivo contribuir de uma forma direta e indireta para a formação da aluna em causa, sendo parte integrante do seu trabalho final de curso, no Mestrado em Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar da Faculdade de ciências sociais educação e administração;
3. Todos os resultados dos dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins estatísticos, e serão apresentados de forma totalmente anónima que servirão para serem tratados no âmbito de uma dissertação para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar.
4. As entrevistas serão gravadas para uma melhor captação dos dados, caso concorde.
5. Poderei em qualquer momento pedir informação complementar à investigadora e se desejar, parar a minha participação sem suportar nenhuma responsabilidade.

Obrigada pela atenção dispensada e colaboração.

 UNIVERSIDADE LUSOFONA
de Humanidades e Tecnologias
Humanitas ubi aliorum

 fcsea
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Consentimento Informado

(Riscar o que não interessa)

ACEITO/ NÃO ACEITO Participar neste estudo, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas.

Sandra Hania Gennaina da Silva Rio

(Assinatura do (a) participante)

Nengudi Gomes Campos Miguel

(A aluna - Nengudi Gomes Campos Miguel)

Apêndice 4 - GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS PROFISSIONAIS

O presente guião de entrevista socorreu-se dos estudo prévios de Fernandes (2012), com as devidas adaptações.

Prática profissional

1. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
2. Qual o trabalho do assistente social nesta instituição?
3. Quais são os objetivos da instituição?
4. Como articula o seu trabalho com outros profissionais/instituições?
5. Quais são as principais estratégias que utiliza no exercício da sua profissão?

Percepção sobre a pobreza em Portugal

1. O que é a pobreza?
2. O que é para si uma pessoa pobre?
3. Como considera que as pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?
4. O que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal?
5. Considera que este fenómeno assume particularidades no Distrito de Setúbal? Mais concretamente na Freguesia do Laranjeiro e Feijó?

Atendimento e orientação as solicitações das pessoas em situação de pobreza

1. Quem é a pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza na instituição?
2. Fala-nos um pouco como se processa o atendimento a estas pessoas: como chegam os casos e quem são essas pessoas?
3. Como é determinada a condição de pobre nesta instituição?
4. Que tipo de intervenção é realizado junto destas pessoas? Como são tratados os casos?
5. Fala-nos do tipo de ajuda que concedidos os idosos em situação de pobreza na Instituição?
6. Quais são os casos mais flagrantes e mais típicos de pobreza atendidos nesta instituição?
7. A instituição consegue dar resposta a todas as solicitações das pessoas em situação de pobreza?

Ajudas Institucionais

1. Quais são as respostas sociais da instituição?
2. Quais das respostas sociais é mais solicitada?
3. Que medidas de políticas sociais são operacionalizadas nesta instituição?
4. Qual a relevância das políticas sociais para os idosos existentes em Portugal?
5. Em sua opinião que outras medidas políticas podem ser tomadas para combater a pobreza dos idosos em Portugal?

Perceber quais as dificuldades encontrados pelos (a) técnicos (a) social na ajuda aos idosos em situação de pobreza

1. Quais as dificuldades com que se confrontam para atender a esta problemática?
2. Em Portugal, os serviços de cuidados para idosos ainda são em número insuficiente para responder às necessidades dos idosos. Em sua opinião, quais as dificuldades com que se confrontam as famílias ao cuidar dos seus idosos.

Apêndice 5 - GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

O presente guião de entrevista socorreu-se dos estudo prévios de Fernandes (2012), com as devidas adaptações.

I. Perfil dos entrevistados

1. Idade
2. Sexo
3. Estado cívil
4. Nacionalidade
5. Escolaridade
6. Agregado familiar

II. Perceção sobre a Pobreza.

- 1 O que é para si a pobreza?
- 2 Considera-se uma pessoa pobre?
- 3 Que razões considera que estão na base da pobreza dos idosos?

III. Caraterização Sócio económico do entrevistado.

1. Fale-me dos seus rendimentos nos últimos 12 meses.
2. Os seus rendimentos contribuem para o agregado familiar ou é ajudado (a) pelo seu agregado familiar
3. Consegue com os seus rendimentos fazer face às suas despesas pessoais.

IV. Apoios Institucionais

1. Tem apoios institucionais para a sua situação. Se tem, refira desde quando, quais e com que periodicidade?
2. Fez o pedido para ter ajuda e como decorreu depois de pedir ajuda?
3. Que mudanças sentiu na sua vida após a ajuda das instituições?
4. Como avalia a qualidade dos serviços/apoios prestados por esta instituições?
5. Caso não tivesse esses apoios como acha que poderia gerir a sua vida só com os seus rendimentos?

Apêndice 6 - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS

1ª Entrevista (E1) (Gravada em áudio)

Local: No seu Gabinete

Data e hora: 10/05/2016 às 9.30

Duração: 48m:07s

Entrevista feita ao E1, (nome para manter o anonimato). A entrevista realizou-se na instituição, concretamente no seu gabinete e foi autorizada a gravação em áudio.

E – Entrevistadora

E1 – Entrevistado Profissional 1

E - Muito bom dia, vou começar por apresentar o tema, o meu tema de investigação é a pobreza dos idosos em Portugal e as medidas políticas de gestão da pobreza – O caso da união das freguesias do Laranjeiro e Feijó. O objetivo da investigação é compreender como os idosos em situação de pobreza gerem a sua situação e forma como é feita a gestão das medidas de políticas sociais da pobreza dos idosos a nível local.

E - Vou começar por perguntar, antes de mais ao E1, muito obrigada por aceitar participar no estudo e queria perguntar, começar por perguntar a sua idade?

E1 - Eu tenho 45.

E- 45 anos?

E1 – Sim 45 anos, a caminho de 46.

E - Qual o grau académico?

E1 - Licenciatura em sociologia.

E- Muito bem, em sociologia e qual a sua função na instituição?

E1 - Supostamente sou o Diretor técnico, digo supostamente porque, desempenho esta função, eu desempenho esta função mais acabo por não ter isso, descriminado oficialmente no meu contrato, digamos assim, mais isso são outras questões.

E - Sim,sim, qual a natureza jurídica da instituição onde trabalha?

E1 - Isto é uma IPSS, instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos.

E -Muito bem

E1 - É uma associação.

E– A quanto tempo trabalha nesta instituição?

E1 - Desde 20 de Novembro de 2006, portanto vai fazer 10 anos em Novembro.

E- Ok.

E – Qual o trabalho, vou perguntar as suas funções aqui na instituição o mais relevante?

E1 - Em termos de funções?

E – Sim, sim.

E1 - Eu sou o responsável pelo centro de dia, aqui onde nós estamos tem serviço de apoio domiciliário, sou também responsável um pouco a distância do centro de convívio de a Trafaria e do centro de dia do Pragal, embora ai aja outra colega que assuma essas funções, mais tem que reportar a mim, todas as situações que acontecem, portanto quanto a isso estou tranquilo, relativamente ao trabalho concreto, aqui sou responsável, pela organização de todos os processos, de todos os utentes, porque cada utente tem que ter o seu processo, sou responsável pelo contacto digamos, assim com a rede informal e com a rede formal, que dizem respeito a cada utente, entende-se de rede informal a família e a rede de vizinhança por ai fora, rede formal os outros serviços que trabalham em função ou em prol dos utentes.

E – Sim, sim

E1 - Ok. Eu tenho de certa forma de fazer o diagnóstico da situação que cada pessoa tem.

E– Acaba por exercer também a função de assistente social, neste caso?

E1- Sim, sim.

E- E qual é o trabalho do assistente social nesta instituição?

E1 - É um pouco isto que eu acabei de referir na questão anterior, é tentar perceber exatamente quais são as necessidades que cada utente tem, nós temos aqui uma população muito heterogenia, não posso dizer que tenho um utente padrão.

E- Sim, sim.

E1 - Isso não existe.

E - A nível da instituição quais são os objetivos, qual é o objetivo da instituição? Existem vários sei.

E1 - Sim, é assim esta associação quando nasceu, nasceu com um fins meramente culturais, para promover a cultura, costumes e tradições dos naturais do Alentejo ou de pessoas com ligações ao Alentejo, isto foi em 1996, quando a associação foi criada, tinha esse propósito, mais a partir do ano 2000, 2001, aperceberam-se as pessoas que estavam a frente da associação na altura, aperceberam-se que tinham que ir mais alem do que isso e então tentaram criar respostas sociais, que fossem de encontro as necessidades da população.

E- Sim, sim.

E1 - Da população sobretudo aqui na zona do Laranjeiro que é uma zona muito carenciada em todos os níveis.

E - Sim, sim.

E1 - Respostas que de certa forma viessem mitigar ou resolver parte dos problemas que as pessoas tem.

E - Muito bem, como articula o seu trabalho com os outros profissionais ou outras instituições.

E1 - É duma forma muito informal, porque tem que ser, tem que ser, nós aqui no Laranjeiro, funcionamos muito em rede, facilmente a alma do bairro articula com outras instituições de cariz social, mas também com o serviço de saúde, o próprio centro de saúde, o próprio hospital são, são parceiros que nós temos que ter em conta para resolver os problemas das pessoas, porque sozinho nós não vamos fazer nada.

E - Sim, sim compreendo. Nesta ordem vou perguntar quais são as estratégias que utiliza no exercício da sua profissão?

E1 - Isso é um bocado complicado, porque não há uma estratégia definida, o que existe é que perante cada situação que surge, as medidas que tenham que ser tomadas por exemplo eu estou-me lembrar de um caso de um senhor que foi nosso utente a muitos anos, o homem portanto já faleceu, e na altura do natal, nós deixamos de ver o homem durante ai dois dias, foi uma equipa a procura do senhor, foram a casa dele, e ele acabou por não vir de imediato voltamos lá novamente, percebemos que o homem estava lá dentro, mais com uma voz muito sumida perguntamos de poderíamos arrombar a porta, a porta não foi arrombada, chamou-se a polícia, a polícia esteve presente, fomos nos deparar com um homem que tinha lixo até ao teto e no meio do lixo estava lá o senhor. Obviamente que uma pessoa que faz esses tipo de recolha, não está bem, então articulou-se com a polícia, com a junta de freguesia, com a saúde, e com lares, para tentarmos tirar de lá aquele homem dentro daquela casa, para lhe podemos fazer uma limpeza à casa, tentar sinalizar o homem para um lar, porque essas questões são muito muito rápidas, hoje está tudo muito bem, mais amanhã não está.

E- Ok.

E1 - Às vezes é um bocado difícil, nós prevermos como é que as coisas vão estar, a tendência é sempre para piorar.

E- sim, sim, compreendo. Vamos passar aqui para o ponto dois do guião que tem como tema percepção sobre a pobreza em Portugal.

E - O que é para si, a pobreza?

E1 - É quase um cliché, isso é um flagelo e toda gente deveria viver com uma serie de condições. Eu sei que isso é utópico eu sei que isso não existe, e vai haver sempre diferenciação, entre pessoas sobretudo a nível da riqueza e sensivelmente desde 2010, 2011 quando a famosa crise chegou, a pobreza aumentou e nós aqui somos confrontados, já fomos mais é um facto com pedidos de ajuda alimentar, não só para pessoas idosas, mais também para pessoas na casa dos seus quarenta e muitos cinquenta e tais anos.

E - Sim, sim.

E1 - Que não sendo reformados, não sendo idosos, estão numa situação repudiante, e que necessitam de ajuda e de certa forma essa é uma das nossas funções dar realmente quem precisa, depende muito da idade, cerca de um terço dos nossos utentes são homens com menos de 65 anos, porque para o estudo que está a ser feito, não é um público-alvo mais enquadrar-se aqui na resposta que está a ser feita.

E – O que é para si, uma pessoa pobre? Como define uma pessoa pobre?

E1 – É assim a pessoas pobre de espírito e pobres financeiramente. As vezes a pobreza de espírito condiciona também o resto, mais tendo em consideração aquilo que se pretende uma pessoa pobre é uma pessoa que não consiga ter um rendimento capaz de fazer face às despesas básicas do quotidiano.

E – Como considera que essas pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

E1 – Mal.

E - O que fazer para intervir nestas situações? A nível de Portugal.

E1 – Teria que haver aqui muita mudança sobretudo a nível político, porque por exemplo muito dos nossos idosos tem pensões abaixo do IAS – Índice de apoios sociais são cerca 420 euros, eu as vezes me pergunto como uma pessoa com 260, 300 euros consegue sobreviver, tem que pagar a renda, água, luz, gás, telefone, alimentar-se, pagar a medicação, vestir-se, calçar-se, não consegue. Eu, não sei como será por daqui a quarenta anos, trinta anos quando eu for, quando eu for reformado, mas tem que passar um pouco primeiro pois se a minha reforma será sempre calculada com base o meu salário.

E - Sim.

E1 – O número de anos de descontos que tenho, então deverá passar por aumentar-se os salários sobretudo o salário mínimo é inconcebível.

E – Sim, sim.

E1 - Nós queremos mudar alguma coisa quando o nosso salário mínimo é dos mais baixo da Europa, se os Gregos que tem o salário mínimo superior ao nosso e os Espanhóis, que tem um salário mínimo também superior ao nosso, ou mesmo os Irlandeses que também tem o salário mínimo superior ao nosso não é preciso ir muito longe.

E - Sim, sim.

E1 - Basicamente só os Romenos e os Búlgaros é que têm salário mínimo abaixo dos nossos; foram países que tiveram em crise e viveram alguns deles... ainda continuam em crise... só a Irlanda é que acho que saiu da crise... como é que é possível... passa primeiro por aumentar os salários das pessoas, criarem condições de tropeção social que permitam que as pessoas tenham acesso condições básicas de habitação, saúde, educação, cultura, isso está tudo na Constituição, mais parece que querem dar cabo dela.

E - Vou passar para quinta pergunta, considera que este fenómeno assume particularidades no Concelho de Setúbal. Mais concretamente na freguesia do Laranjeiro e Feijó?

E1 - É assim o Distrito de Setúbal tem tradição de ser sempre, em épocas de maior crise, ser sempre um Distrito que costuma a levar na corneta entre aspas.

E - Sim, sim.

E1 - Eu lembro-me de ser miúdo elembro-me das greves do pessoal da Lisnave, lembro-me das situações de fome que aconteciam no Distrito. O Laranjeiro enquanto Freguesia, eu comecei a conhecer melhor, quando vim para aqui trabalhar, e quando vim para aqui trabalhar, denotei uma diferença muito grande comparativamente com o sítio onde vivo, que não sendo muito longe, não tem essas assimetrias, se nós dividirmos a freguesia do Laranjeira, eu não gosto muito de dizer freguesia do Laranjeiro é não união de freguesias do Laranjeiro e Feijó.

E - Sim.

E1 - Porque são coisas diferentes, porque há uma zona do Laranjeiro que está próxima do Feijó, mas há uma zona do Laranjeiro que não está próxima do Feijó, que está mais próxima do Miratejo que pertence já o concelho do Seixal e a Freguesia de Corroios, e temos populações totalmente diferentes, se do lado mais próximo do Feijó temos aquele pessoal que veio dos anos 50, 40, 50, 60, que vieram do sul sobretudo do Alentejo à procura de uma vida melhor, e vieram para aqui trabalhar, e ficaram, daí o nome Alma do Bairro, e temos essa população muito diferente daquela que está no Laranjeiro / Miratejo, que é sobretudo o pessoal que a seguir à

Independência das antigas colónias, veio para Portugal, têm uma vivência totalmente diferente daqueles que estavam cá.

E- Sim, sim.

E1 - Não tem nada haver, há uma comunidade muçulmana muito grande para a dimensão da Freguesia e que vive de certa forma num mundo à parte, ao deparar-me com esta realidade, ou com essas realidades deparei-me com uma população envelhecida, carenciada, mas também gente mais nova, também carenciada, portanto é uma zona onde este fenómeno está bem representado.

E - Obrigada. Vamos passar para o terceiro ponto, que é o atendimento e orientações para as pessoas em situações de pobreza, vou perguntar... vou ter que perguntar... está aqui... quem é a pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza na instituição?

E1- É assim, não se pode dizer que haja uma pessoa responsável por essa triagem, porque essa triagem ela não é feita, o que acontece é que as pessoas batem-nos a porta, e a porta não é fechada.

E - Sim.

E1 - Eu posso dizer que tenho aqui pessoas que frequentam a instituição e que pagam uma determinada mensalidade, e tenho outras que ou que não pagam mensalidades durante algum tempo, porque não têm rendimentos e essas pessoas não vão ficar sem qualquer tipo de apoio, e outras pessoas que pagam um valor quase ridículo, digamos assim para usufruírem dos serviços, portanto não há uma pessoa que faz essa triagem... não, essa triagem não é feita. Eu, enquanto responsável técnico, tenho que receber todas as pessoas com menos ou mais rendimentos.

E - Fala-nos um pouco como se processa o atendimento a essas pessoas como chegam, quem são essas pessoas?

E1 - É assim essas pessoas chegam muitas vezes encaminhadas pelos outros serviços com quem nós trabalhamos em rede, outras associações, serviços de saúde, seja centro de saúde ou hospital, a maior parte das pessoas vem... através... chegam ou parte dessas pessoas, não consigo dizer, se a maior parte vem encaminhada por...

E- Sim, sim.

E1 - Mas algumas pessoas que são encaminhadas por esses serviços, outras veem porque houve a um familiar que teve conhecimento da instituição, então indicou ou vem ver quais as condições em que a pessoa ou candidato estão na instituição, pronto... e a pessoa vem, vem a uma primeira entrevista ou uma primeira conversa, digamos assim, onde é explicado como é que as coisas se processam, toda parte burocrática, tudo aquilo que é necessário para a pessoa frequentar a Instituição.

E- Sim.

E1- Podendo usufruir dos serviços, explica-se que tipo de serviços é que são prestados, quer no centro de Dia, quer no apoio Domiciliário e de acordo com as situações apresentadas, e de acordo com as disponibilidades da Instituição é estabelecido um plano de serviços, digamos assim, para o qual a pessoa irá usufruir pagando uma determinada mensalidade que pode ir dos zeros euros aos muitos euros.

E - Pegando essa deixa é a pergunta que vem mesmo seguir como é determinado a condição de pobre nesta instituição, como é feito as contas, como avaliam a mensalidade que ...

E1- O valor da mensalidade, tem que ser calculado de acordo com as normas que são estabelecidas pela Segurança Social.

E - Muito bem.

E1 - Ou seja, vamos imaginar qual a um utente ou candidato que vem, eu tenho que ter em consideração os rendimentos do agregado familiar, as despesas de saúde, serviços continuados, despesas de renda de casa, prestação paga a banco, a pessoas que nos aparecem com a conta da luz ou a conta da água, e a conta do gás, isso não é contabilizada, também é tido em consideração as despesas dos transportes públicos, fazendo essa divisão ou esse diferencial entre essas receitas e essas despesas dividindo sempre pelo número de elementos do agregados familiares, vai dar um valor X, esse valor X, vai ser aplicado uma percentagem correspondendo

as números de serviços ou os serviços que vão ser praticados e de acordo também com os dias que a pessoa tem, os serviços mais essa percentagens não é estabelecida por nós, é estabelecida pela tutela, pela Segurança Social.

E - depois de ter feito as contas que tipo de intervenção é realizada junto dessas pessoas, como é que são tratados os casos?

E1– Como assim?

E – Uma vez atribuído o valor e por exemplo se pessoa não tiver em condições de pagar aquele valor, normalmente a instituição como é que intervém no caso.

E1- É assim, se por algum motivo, feito o cálculo da mensalidade se a pessoa disser “eu não posso pagar esse valor”, eu coloco esta questão à Direção e a Direção é soberana para dizer se podemos fazer uma redução na mensalidade ou se mantém. Por norma, há uma redução, que também não envolve custos acrescidos para a Instituição, porque as verbas que a Instituição tem advêm das verbas da Segurança Social e das contribuições dos sócios.

E - Sim.

E1 - E das mensalidades que os utentes têm, mais as despesas que a Associação tem também são muito elevadas, portanto, para podermos continuar a prestar apoio às pessoas, tem que haver algum, eu não digo que tem que haver lucro, porque não pode haver lucro tem que haver uma pequena almofada que permita a Instituição respirar.

E- Nesta ordem de ideia vou perguntar quais são os casos assim mais flagrantes e marcantes que assistiu nesta instituição, quer dar algum exemplo de algum caso que...?

E1- É a um caso daquele senhor, que eu há pouco referi.

E - Sim, sim.

E1- Havia o caso de uma senhora que estava na cadeira de rodas e vivia no primeiro andar, num prédio sem elevador e que tinha insuficiência económica, portanto com o dinheiro que tinha conseguia pagar ali as despesas dela, mas se houvesse ali qualquer coisa que desviasse um pouco, a coisa complicava, para além do mais, havia também a situação dela viver numa casa que não era dela, era duma sobrinha que entretanto tinha falecido. O filho da sobrinha quis vender a casa, mas não queria vender a casa sem a senhora primeiro ter um teto, pronto foi assim um bocadinho complicado... além disso, outras situações de pessoas mais novas, que eu não posso considerar que sejam idosos, porque não têm 65 e mais anos.

E– Sim, sim.

E1 - Mas que vivem, mesmo ali, no fio na navalha, ou seja, vamos imaginar que eu tenho aqui um individuo com quatrocentos euros de pensão mas paga duzentos e cinquenta euros de renda de casa.

E - Sobra duzentos.

E1 - Sobra cento e cinquenta euros, tem que pagar a água, luz, televisão, tem que pagar aqui a mensalidade, tem que pagar a medicação ao ponto de ter que andar a contar os tostõezinhos dos cêntimos juntar essas moedinhas todas para poder fazer face às despesas que tem.

E - Quanto a isso pergunto, a instituição consegue dar resposta a todas as solicitações das pessoas que procuram estas situações?

E1 - Mais ou menos, por norma sim, porque o que acontece é que as pessoas quando nós procuram, procuram basicamente porquê? Por exemplo, sobretudo no apoio domiciliário, procuram porque uma pessoa está acamada e necessita de cuidados de higiene, em centro de dia é mais aquela questão de convívio para a pessoa não estar só em casa, para fazer as refeições, também para fazer a higiene, no apoio domiciliário isso também acontece é a questão da refeição é assim um prato de comida, pode cheirar um bocadinho a caridadezinha, mas um prato de comida não se nega a ninguém, eu não quero que isso seja interpretado como caridade.

E – Sim, sim.

E1- Aqui também criar mecanismos para que as pessoas aprendam, por elas, a pôr a cabecinha de fora e a conseguirem fazer face às respostas que necessitam de encontrar.

E - Sim, sim.

E1 - E se conseguimos dar respostas a todas as solicitações, mais ou menos depende, depende dos casos.

E – Passando aqui para o ponto 4, quais são as respostas sociais da instituição?

E1 - São dois Centros de Dia, este do Laranjeira e do Pragal, o centro de convívio da Trafaria e depois temos o apoio domiciliário no Laranjeiro.

E- Tem o centro de dia, tem o centro de convívio e o apoio domiciliário. Destas três respostas qual delas é a mais solicitada? Aqui na instituição.

E1- É o apoio Domiciliário.

E - O apoio domiciliário o mais procurado.

E1- Sobretudo o serviço de higiene pessoal, porque as pessoas dizem “ah é só para dar banho”, esse é que é o mais procurado e o que requer mais tempo, porque não é uma coisa que seja chapa 5 e que se possa pôr X pessoas junto a uma parede e lava-se todos com uma mangueira, não, isso não existe, uma pessoa que está acamada necessita de pelo menos duas pessoas para lhe fazerem a higiene minimamente em condições.

E – A nível de políticas sociais, quais são as políticas sociais operacionalizadas aqui na instituição?

E1– Assim... Tentar dar uma resposta adequada e real... as pessoas, às vezes conseguimos, outras vezes ficamos um pouco aquém, também não temos recursos para isso, porque para fazermos esse tipo de trabalho necessitamos de pessoas, mas é assim, não pode ser qualquer pessoa a fazer este trabalho, não pode ser qualquer pessoa a fazer este tipo de trabalho, tem que ser algo para as pessoas gostarem, se não gostarem é melhor não, é melhor nem sequer tentar, depois tem que se ter estômago para ver muita coisa, porque é um trabalho que é duro.

E - Conseguem voluntários para esse tipo de trabalho?

E1 - É assim voluntários há, temos aqui um voluntário que é motorista, o que conduz a carrinha e vendo algumas situações às vezes fica um pouco incomodado, fica incomodado com essa... com essas situações, porque são situações um bocadinho tristes, mas as situações mais complicadas temos nos serviços de apoio domiciliário, o serviço de apoio domiciliário é um serviço que é duro.

E – Qual a relevância das políticas sociais para os idosos existentes em Portugal?

E1- É assim eu acho que o Estado, o Estado somos nós, quando eu falo do Estado, falo do Governo central, Poder central deveria a partir do momento que passa para as IPSS essas competências deveria dar-lhes mais apoio, não é que não dê a apoio, questão que eu coloco é será que os apoios que dão são os suficientes? Não é uma questão de sermos subsídio dependentes.

E – Sim, sim.

E1 - É que nada se faz sem dinheiro e o custo real de cada utente é um, e os apoios que é dado em média por utente ronda os 40% por custo real do utente, ora se esses 40% são dados pelo Estado, os outros 60% têm que ser a Instituição a autofinanciar-se. Como autofinancia... através dos cálculos das mensalidades, ora, se eu tiver, já nem falo na questão da Quinta da Marinha, mesmo aqui no próprio concelho de Almada, se estiver em Almada ou mesmo no Pragal, eu tenho umas mensalidades totalmente diferentes daquelas que tenho aqui, porque as pessoas quando trabalhavam e se viviam em Almada, tinham determinadas profissões, que aqui não

tenham e isso vê-se por uma coisa muito simples, preços das casas, o preço de uma casa em Almada é uma, o preço de uma casa no Laranjeiro é outra.

E - Sim, completamente diferente.

E1- Uma coisa não tem nada a ver com outra, é assim... as pessoas vão viver onde o poder de compra delas lhes permite viver, e sempre foi assim, esta zona... esta zona sempre foi muito carenciada, não é de agora.

E - Sim, Sim obrigada. Em sua opinião que outras medidas políticas podem ser tomadas para combater a pobreza dos idosos em Portugal? Para além daquelas que já existem, no seu entender o quê que acha que podem haver.

E1 - É assim... o que acontece é que as pessoas felizmente vivem mais tempo, vivem mais tempo, mas vivem muitas das vezes em más condições, eu acho que deveriam existir mais apoios ao nível da aquisição dos medicamentos, sobretudo de medicamentos para doenças que as pessoas tenham, até final da sua vidas, agora está-me a faltar o termo...

E- Serem isentos?

E1 - Sim, serem isentos na aquisição da medicação de doenças crónicas e depois, acho que a uma falha muito grande, ao nível das respostas sociais, porque aquilo que se vê e aquilo que eu sinto, que cada vez mais quem procura este tipo de resposta, para além daquelas pessoas que estão em situação de carência económica e de carência social, são pessoas que padecem de doenças do foro degenerativo, sobretudo demenciais, os Parkinson, Alzheimer, as doenças próprio idoso e mesmo também questões de doença mental, do foro psiquiátrico. São cada vez mais as pessoas que nos procuram com esses problemas e há uma ausência de respostas a esse nível portanto a ausências de sítios especializados para dar resposta as pessoas com demência, porque os centros de dia, hoje em dia...

E- Sim,sim.

E1 - Estão a funcionar como foram pensados e planeados a dez, quinze, vinte anos atrás, em que as pessoas se calhar não viviam tanto tempo, e se calhar é que estas questões das demências não estavam tão presentes. Hoje em dia, essa realidade é diferente, a maior parte da população que frequenta esse tipo de respostas, tem problema a esta nível, e há uma ausência muito grande de formação por parte dos profissionais sejam eles técnicos ou sejam eles auxiliares que trabalham diretamente com essas pessoas porque, as pessoas não tem formação, e vão atuando se calhar da melhor maneira que pensam estar atuar, vão atuando para determinadas situações... um bocadinho... se calhar, se eu fizer isto, se calhar resulta, outras vezes não... e a questão passa por essas pessoas, por estes profissionais terem formação, mais também passa por essas pessoas aceitarem ter formação.

E- Ok.

E1 - Passa também pelos modelos de funcionamentos em termos de horários, porque hoje em dia uma pessoa que... uma família, que seja composta por um casal em idade ativa com filhos, mesmo que tenham idosos a seu cargo...

E- Sim.

E1- Se este idoso tiver uma demência qualquer, não é muito concebível que uma Instituição funcione de segunda até a sexta-feira até às 5 da tarde, entre as 5 e as 7, ou entre as 5 e as 8 que será eventualmente a hora que um dos elementos desse agregado, chega, ou chega do trabalho, para estar em casa e cuidar da casa, cuidar dos filhos, cuidar de um idoso, não vai ter disponibilidade mental, nem de tempo para fazer isso... é urgente que as instituições também parem um bocadinho para pensar, e revejam a sua forma de atuação e se considerarem que até aqui o que tem sido feito é bom, é pensar pequenino.

E- A nível da Segurança Social, a Segurança Social nesse sentido que é a entidade que regula, não é? às IPSS, não intervém neste sentido?

E1- Neste momento aquilo que eu sinto é que a Segurança Social faz um pouco aquele papel eu lavo as minhas mãos, se vocês quiserem fazer, até podem fazer, mais nós não apoiamos mais do que isto.

E- Ok.

E1 - Portanto assim também é difícil.

E – É, é difícil, porque hoje em dia, os idosos já estão a chegar muito facilmente aos 100 anos.

E1 – Sim, por exemplo, a avô da minha mulher morreu em Fevereiro ia fazer agora, em Maio, 101 ou 102 anos, nós até costumávamos dizer meio a brincar, que ela já tinha dado a volta ao contador e também era uma senhora que já não estava cá, ao ponto de acreditar que o marido que morreu nos anos 70, 80 ia chegar logo à noite para ir jantar, está tudo explicado.

E - Sim, sim, essas outras medidas deviam ser pensadas no meu entender, pelo próprio Estado e pela Segurança Social que tutela ou que intervém nas instituições... que regula as instituições...devia ser pensado um bocadinho rever a situação, principalmente dos idosos, a maioria queixa-se também de isolamento, que estão em casa sozinhos, uns preferem, na sua maioria os estudos revelam que preferem estar em casa, o apoio domiciliário é o mais procurado, porque muitos, mesmo assim, preferem estar em casa, em casa é sempre o seu cantinho, o que acontece em muitos, quando saem das suas casas e vão principalmente para os lares passado algum tempo, acabam por falecer, sentem-se perdidos, depois é a triste realidade de hoje os familiares que põem os seus queridos nos lar, acabam por esquecerem-se deles ou se lembrarem uma vez no ano... então eles acabam sempre um bocadinho...

E1 - Infelizmente acontece muito isso.

E - Tipo já estão entregues, pronto.

E1 - Sim, sim, e ao fim de 10 anos, eu conheci muitos idosos, muitos deles já não estão aqui, alguns faleceram por questões de doença natural.

E- Sim,sim.

E1 - mais muitos foram para lares e foram poucos aqueles que duraram mais de 6 meses.

E - Pois, ok, vamos então passar aqui para o último ponto, que é o ponto 5, perceber quais as dificuldades encontradas pelos técnicos na ajuda aos idosos em situação de pobreza. Quais são as maiores dificuldades, confrontadas para atender essa problemática, no seu dia a dia no trabalho, quais as dificuldades que mais confrontam a nível familiar, a nível do serviço?

E1 - Às vezes ter muitos elementos na família é mau sinal, neste momento nós temos uma senhora que fez 90 anos agora em Fevereiro e tem dois filhos, tem uma data de netos, tem uma data de sobrinhas está a viver num quarto alugado e ninguém vai ver a senhora, ninguém vai visitá-la. O caso mais paradigmático que tivemos: uma senhora que em Dezembro de 2010 ou 2011 em casa caiu, ficou magoada numa perna, teve alta na altura do Natal, e essa tinha muita família, e só saiu de lá em Julho do ano seguinte.

E- A sério? Meu Deus!

E1 - Essa senhora morreu há pouco tempo, foi para um lar, mais aí pronto, foi o melhor que poderia ter acontecido porque já se esgotaram todas as possibilidades, portanto às vezes a família é uma barreira, é uma barreira intransponível e que nós não conseguimos, não conseguimos passar, família é assim não se chega à frente, como se costuma a dizer havendo família não vamos ser nós que vamos tomar decisões de fazer isso ou fazer aquilo em prol desta ou daquela pessoa, se calhar até poderíamos fazer, mas algumas cabeças... eu penso assim, se a família não vai fazer, não vamos ser nós que vamos fazer, estar à distância tentar controlar...

E- A família também tem o seu papel.

E1- Sim, sim, sim, sim, isto é só uma instituição e nós não pretendemos substituir-nos à família, jamais em tempo algum.

E - Sim, sim.

E1- Seja em centro de dia, seja no apoio domiciliário...

E - Ok.

E1 - Depois às vezes também outra questão que é, para além da falta de informação que as pessoas que trabalham nessas instituições, falta de formação, lidarem com certas problemáticas, às vezes também, por parte de quem dirige, alguma falta de formação e algum desconhecimento do trabalho que nós fazemos...

E - Ok

E1– Não entendem porquê que há pessoas que pagam determinado valor e outras pagam outro, nalgumas cabeças todos deveriam pagar o mesmo, isso seria muito bom se todos ganhassem o mesmo...

E - Sim, sim,

E1 - Portanto a esta incapacidade das pessoas perceberem às vezes qual o nosso trabalho, isso em vez de facilitar, prejudica, desajuda, se a palavra existe.

E– Ok, vamos passar aqui para última pergunta, em Portugal os serviços de cuidado para os idosos ainda são em números insuficientes, para responder às necessidades dos idosos, em sua opinião quais são as dificuldades com que se confrontam as famílias para cuidar dos seus idosos.

E1- As famílias têm a questão da falta de tempo e da falta de, como eu há bocado estava a referir nas questões dos horários, na falta de respostas que permite assegurar um acompanhamento mais constante por parte dos familiares mais velhos, se por exemplo nós temos os infantários a trabalharem das 7.30 da manhã ou das 7 da manhã até às 7.30 da noite, porque não temos uma resposta para as pessoas mais velhas?

E- Sim, sim,

E1 - A funcionar no mesmo horário.

E - Já agora só uma pergunta: quem determina os horários das IPSS, não é a Segurança Social?

E1- É assim... quando uma resposta social entra em funcionamento...

E - Sim, sim.

E1 - É estabelecido um acordo de cooperação entre essa Instituição e a Segurança Social, e aí é estabelecido quantas pessoas podemos acolher, quantas pessoas temos que ter, para aquele número de pessoas, normalmente é insuficiente, ou pelo menos neste momento está desajustado, qual é a verba que vão pagar por cabeça... parece que estamos a falar de gado mas não é, porque para cada resposta social há determinado montante por cabeça, que as instituições recebem, se tiver a mais, as pessoas não recebem, mas se tiver a menos é descontado, e é estabelecido quais são os dias que irão funcionar e em que horário.

E - Ok.

E1 - O ideal seria as instituições chegarem junto da segurança Social, dizerem assim, “meus amigos, isso trabalhamos de segunda a sexta de manhã e de tarde até uma determinada hora, não dá, e aos sábados só até a hora do almoço, não dá, isto tem que dar, 7 dias da semana, 12 horas por dia, no mínimo”.

E - Sim, quando eles acordam ou quando eles decidem esse horário não é juntamente com as instituições?

E1 - É assim...por norma é estabelecido isso que estamos a falar dos acordos que foram feitos há muitos anos, com uma realidade...

E - Diferente da atual?

E1 - Diferente da atual, se calhar as pessoas que têm poder de decisão não conhecem esta realidade, ou conhecem uma realidade distorcida.

E- Sim, sim. Pronto chegamos ao fim da nossa entrevista, muito obrigada pela participação, grata, e sucesso na sua vida profissional,

E1 - Obrigado.

E - Os dados serão mantidos em sigilo, só serão para dissertação em estudo, muito obrigada pela colaboração no estudo.

2ª Entrevista(E2) (Gravada em áudio)

Local: Gabinete da Instituição

Data e hora: 12/05/2016 às 10h

Duração: 1h:19m:01s

Entrevista feita à E2 (nome para manter o anonimato). A entrevista realizou-se na instituição, concretamente no seu gabinete e foi autorizada a gravação em áudio.

E – Entrevistadora

E2– Entrevistado 2

E - Muito bom dia, começo por apresentar o tema de investigação, que é a pobreza dos idosos em Portugal, e as medidas políticas de gestão da pobreza - o caso da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó. O objetivo da nossa investigação é compreender como os idosos em situação de pobreza sentem a sua situação e a forma como é feita a gestão das medidas e políticas sociais da pobreza dos idosos a nível local.

E- Começo por perguntar a sua idade?

E2- 38 anos.

E- Habilitações?

E2- Licenciatura em Serviço Social.

E- Muito bem, qual é a sua função aqui na Instituição?

E2 - Sou Assistente Social, neste momento sou Diretora de serviços, mais técnica, que faz o acompanhamento em ação social.

E - Qual é a natureza da instituição?

E2 - É uma IPSS.

E - Vamos começar por entrar na nossa entrevista, temos aqui o grupo I, Que é a prática profissional. Há quanto tempo trabalha nesta área?

E2 - Nesta área?

E - Na Instituição?

E2 - Na Instituição estou há 13 anos, em Novembro farei 14.

E- Precisamente, nesta Instituição qual é o trabalho da Assistente Social?

E2- Nós, na nossa Instituição, temos aqui duas áreas aonde temos Assistentes Sociais, temos a parte da Ação Social, que é aonde eu estou e temos também uma outra parte, que é a nível de centro de dia e apoio domiciliário, pronto a minha parte é ação social.

E - Muito bem, quais os objetivos da Instituição? Em termos gerais.

E2–Gerais... o grande objetivo da instituição, acima de tudo, é fazer o atendimento e acolhimento de famílias, não é... A nossa instituição não é somente esta parte onde me encontro, portanto onde estou é a parte da extensão, onde são feitos os atendimentos de famílias de uma parte da Freguesia do Laranjeira e de toda a Freguesia do Feijó, mas também temos a nossa sede onde temos respostas não só para os idosos, também para o setor da infância, o nossa grande, grande objetivo é precisamente podermos servir essas famílias todos de uma forma transversal, não é.

E- Como articula o seu trabalho com os outros profissionais ou outras instituições?

E2 - Muito, quase todos os dias.

E – Ok, ok.

E2 - Inevitavelmente, porque no meu setor quando se faz um atendimento a uma família às vezes os problemas não são estanques não é, são transversais, existem vários tipos de situações, e dependendo da situação, eu articulo com a determinada área não é,

E -Sim.

E2 - Tanto posso articular com a saúde, pode ser o centro de saúde como pode até ser o hospital, como posso ter que articular com a Segurança Social, como posso articular com o policiamento de proximidade com a PSP, e como posso ter que articular com outras instituições locais, sei lá, tribunais, depende, depende de situação para situação.

E - A nível profissionais, quais são as estratégias que utiliza no exercícios da sua função?

E2- Ai as estratégias, tantas... é assim... depende das situações, não é... eu acho que nós aqui no concelho de Almada temos uma coisa muito boa, que é há uma boa relação entre colegas, nós temos inevitavelmente, por sermos um centro comunitário, portanto estamos dependentes da Segurança Social, e na nossa Segurança Social, no núcleo em Almada, temos tidos colegas que ao longo dos anos têm feito trabalho de grande proximidade com todos os outros técnicos. Isto faz, com que não só com que nós conhecemo-nos muito bem, como também tenhamos aqui uma uniformidade de intervenção. Portanto, não é cada técnico, de cada instituição que intervém à sua maneira, portanto a ação social propriamente dita, tem regras próprias e portanto nós todos independentemente da instituição onde cada um possa trabalhar sabemos quais são as formas de fazer intervenção e isso tem sido muito bom, porque facilmente articulamos uns com os outros, facilmente desbloqueamos as coisas, também temos tido um bom relacionamento também com a Câmara Municipal de Almada que tem agilizado N situações. É portanto isso... é assim... é difícil dizer... concretizar só uma não é... mais efetivamente tem havido sempre um bom ambiente entre colegas, e portanto isso facilita imenso o trabalho.

E - Obrigada, vamos passar para o ponto II vamos falar um pouco sobre a perceção que tem da pobreza em Portugal, começo por perguntar na sua perceção o que é a pobreza?

E2 - Para mim, isso é uma questão muito pessoal, para mim pobreza é precisamente quando alguém não consegue ter acesso aos bens essenciais de vida, se não tem esses bens essenciais de vida tudo o resto... também não vai ter qualidade, pronto essencialmente é isto.

E - Ok, então pode definir o que é uma pessoa pobre?

E2 - Uma pessoa pobre, para mim, é precisamente aquela pessoa que não tem acesso ao que é mais essencial no seu dia a dia, não é, e aqui refiro-me concretamente à comida, refiro-me concretamente a alguma qualidade de vida, não é uma qualidade de vida de riqueza porque isso até se calhar qualquer uma de nós não tem, não é isso, mas ter uma qualidade de vida mínima, portanto ter acesso aos seus bens essenciais do dia a dia, o poder ter luz, o poder ter água, o poder ter a sua alimentação, isto acho que é o mínimo que a pessoa possa ter é o básico, para depois também poder ter um acesso no seu dia a dia completamente diferente não é.

E - Como considera que essas pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

E2 - Se falamos aqui da questões dos idosos,

E - Sim.

E2 - Mais concretamente, hoje em dia o que eu acho que tem vindo a acontecer é que têm sido um alvo muito, muito frágil, na consequência da crise, eu acho que os idosos, neste caso concreto, de facto têm sofrido aqui uma série de danos colaterais com o fator crise, não é, não só as suas pensões baixaram alguns valores, ou então em algumas situações esses mesmos valores também já não aumentam há uma série de tempo... estas questão de duodécimos para eles também lhes faz muita confusão na sua gestão do dia a dia... como depois há uma franja grande deste grupo de faixa etária que se viu obrigado a ter que partilhar o pouco que têm novamente com os seus filhos, porquê, porque, os filhos estão desempregados, das duas uma, ou eles perdem as casas e voltam para casa dos seus pais onde eles têm que receber os filhos novamente em casa, e quando recebem os filhos não recebem os filhos sozinhos, não é, vem o filho ou a filha, marido ou mulher e vêm os filhos, portanto, os netos não é, e portanto é assim têm que repartir não só o seu espaço novamente, isso para alguns até é bom porque até faz aqui, vá, a prevenção do isolamento, não é, mas depois, ao mesmo tempo, vem um constrangimento financeiro, porque têm que dividir o pouco que têm da sua reforma com outras pessoas não é, e isso às vezes é muito difícil... essa gestão disto tudo, não é, e eles aí deixam de ter a qualidade de vida que tinham.

E - Obrigada, vamos passar para o quinto ponto, considera que este fenómeno assume particularidades no distrito de Setúbal,

E2 - Sim sem dúvidas

E - Aqui na freguesia do Laranjeiro e Feijó?

E2- Sim, sim, sem dúvida, nós a nível do atendimento da ação social deparamo-nos com esta realidade, muitas, muitas vezes. No nosso atendimento, às vezes, não é o idoso que até vem ao nosso atendimento, são os próprios filhos que vêm ao nosso atendimento pedir ajuda a nível de

respostas, que respostas é que existem, porque se viram obrigados... mas eles reportam na mesma essa situação, ou seja, eles vêm-nos dizer que se viram obrigados a ter que ir para casa dos pais, voltaram aqui para freguesia onde cresceram, e que também se sentem constrangidos por estarem e sentem-se, vá, um peso na vida dos pais. Muitas vezes, outras pessoas outras famílias, também nos dizem que, embora não vivam com os pais, são os pais muitas vezes que têm que fazer os avios mensais, vão com eles ao supermercado e do pouco que têm das suas pensões também lhes ajudam a nível da alimentação ou do pagamento do ATL dos filhos ou a compra do passe mensal para irem à procura de trabalho, ou seja, a várias situações.

E - Ok, Obrigada, passamos para o ponto III, o atendimento e as orientações as pessoas em situações de pobreza. Na Instituição quem é a pessoa responsável pela triagem dessas situações?

E2 – A pessoa principal da triagem sou eu, não é, se bem que na prática o que acontece é que obviamente eu não consigo estar sempre ao telefone e obviamente também não estou na secretaria e tenho uma grande ajuda do meu colega de secretaria não é, que também já conhece a população, que também já sabe aqui colocar as primeiras questões para também mais rapidamente chegarmos ao atendimento da pessoa. Portanto, o colega da secretaria já consegue ver quando é que uma situação tem que ter um atendimento mais rápido do que simplesmente uma informação, pronto, são aqui dois patamares diferentes. Pronto, depois é feita a marcação do atendimento, ou no próprio dia em situações de emergência eu atendo de imediato, não vamos fazer uma marcação de atendimento, com um calendário propriamente dito, e aí só eu sempre que faço o atendimento, tanto eu, como a colega a nível do centro de dia também o faz.

E - Fale-nos um pouco como se processa esse atendimento, como chegam as pessoas, quem são essas pessoas.

E2 – Essencialmente, na grande maioria, são residentes da freguesia do Laranjeiro e do Feijó, não é, portanto as pessoas podem fazer a marcação do atendimento connosco via telefone ou pessoalmente se quiserem vir aqui ao centro. Faz-se de imediato a marcação, também há algumas marcações por sinalizações, ou colegas do hospital que têm, por exemplo, um utente lá que nos telefona, faz-se logo uma marcação, ou o colega do centro de saúde ou, por exemplo, uma pessoa que desconhecia onde ficava o nosso centro e vem, por exemplo, da Segurança Social, vá, é sempre uma resposta que quando desconhecem onde se têm de dirigir, e muito bem, porque pelo menos ali a informação está toda organizada e depois encaminham para os sítios certos. Muitas vezes a triagem que é feita na Segurança Social, ou dão o nosso contacto, ou se por alguma razão a pessoa, e eles lá também fazem essa triagem, se for uma situação também muito urgente, telefonam e agilizamos de imediato também aqui o atendimento dessa pessoa, ou então dão o nosso contacto e a pessoa vem mais uma vez ter connosco, outra vez pessoalmente ou por via telefónica, não é. Também temos outras formas, por exemplo, muitas vezes a sinalização de policiamento de proximidade é um serviço também da PSP que agora também recebemos muitas sinalizações, principalmente na área dos idosos, ou porque estão isolados ou porque detetou, ou detetaram, algum problema a nível familiar, pronto depende das situações.

E - Ok, responde-me aqui este ponto, quem são essas pessoas, idosos, jovens...?

E2 -Toda a gente, toda a gente aqui, nós atendemos as famílias, portanto pode ser uma família nuclear ou com filhos a cargo, pode ser simplesmente uma família nuclear, pode ser uma família simplesmente monoparental, ou uma pessoa isolada... quer dizer, pode ser inclusivamente... às vezes chega-nos sinalizações por parte... agora, também vai-me ocorrendo mais outras situações, por exemplo uma sinalização por parte da CPCJ, ou por parte da Empad, claro que a sinalização é feita sobre uma criança, eu nunca poderei ver essa criança de forma isolada, não é, tem que ver sempre o seu conjunto, a sua família, embora eu possa só receber a sinalização de uma pessoa individual e depois fazer a análise ou tentar fazer o diagnóstico como social, vou ter sempre que ir ao encontro da sua família.

E - Sim, sim, Passando aqui na terceira questão, depois de receber os casos e fazer o atendimento como é determinada a condição de pobre. Ou seja os seus rendimentos depois como são determinados para pagamentos de serviços se alguns pagam se outros não pagam...?

E2 –Depende, depende daquilo que foi diagnosticado, no âmbito da ação social muita vezes as pessoas procuram esclarecer sobre os seus direitos não é, eu só tenho esta pensão será que eu

tenho direito a mais alguma coisa? Às vezes eles desconhecem, não é, muitas vezes não conseguem fazer determinadas diligências e aqui até vou concretizar, os idosos, a grande maior parte deles aqui na nossa freguesia, são idosos que têm um per capita baixo, e isso permite-lhes ter acesso, por exemplo, direito à isenção das taxas moderadoras. O ano passado, as pessoas podiam-se dirigir ao centro de saúde com um papelinho do valor da reforma e isso era feito lá logo, não é, agora este ano dizem que as pessoas têm que fazer no Portal da Saúde, bem um idoso não consegue ir pela Internet e pedir esta isenção, portanto aqui é também uma das formas que também ajuda, portanto nós com a ajuda, obviamente com as informações que temos que pedir ao idoso, vamos ao portal da saúde e resolvemos esta questão, portanto tentamos agilizar aqui um bocadinho os direitos da sua cidadania, é que inevitavelmente nem todos conseguem acompanhar a evolução, não é, destas questões agora novas tecnologias, pronto outras situações não sabem, não sabem escrever, têm que responder a um ofício, têm que preencher um documento qualquer para entregar algum serviço, muitas das vezes vêm ter connosco, claro que nós ajudamos a preencher não é, outras vezes vêm literalmente, como aquela questão toda que eu há bocadinho falei, vêm pedir ajuda a nível de alimentos e, portanto, aqui temos que articular temos que sinalizar encaminhar quer dizer depende situação para situação

E - Esses serviços tenham custos ou alguns não?

E2 - Nenhum deles, tudo que nós fazemos ao idoso nada tem custo, pelo contrário o nosso atendimento é grátis, é uma prestação de serviços para a comunidade, por isso é que somos centro comunitário. As pessoas vêm, são atendidos não têm que pagar absolutamente nada, pelo contrário, o nosso atendimento é isto mesmo, é ou informar, ou encaminhar, ou então até mesmo desbloquear apoios económicos, não é, porque também existem verbas específicas para determinadas situações, não é, depende de situação para situação, nós temos que ajudar durante algum tempo na aquisição de alguma medicação, às vezes têm que fazer as compras, sei lá, das ajudas técnicas, umas vezes têm as prescrições específicas dos produtos das ajudas técnicas, também existem apoios específicos para isto, depende de tanta coisa.

E - Já me está a responder o quarto ponto que é que tipo de intervenção é feita junto dessas pessoas como são tratados os casos.

E2 - Sim, sim depende... há tanta situação que nós encontramos, a ação social é um mundo, eu costumo a dizer que é um mundo, porque enquanto que o rendimento social de inserção tem ali características muito próprias e muito burocráticas... tem que se assinar um documento, depois a técnica tem que enviar um documento para Segurança Social, depois a prestação é deferida ou não, depois começa ali um acompanhamento da família, quer dizer, é muito estandardizado não é, a ação do serviço social a pessoa vem ao atendimento e a pessoa tem que de intervir de imediato a intervenção que pode ser feita pode ser muita coisa, pode ser simplesmente, “olhe você tem direito a isto, você sabia ou prontos, você traga-me lá os seus documentos todos para fazer fotocópias para agente fazer um pedido de apoio económico”, quer dizer pode ser tanta coisa não é, sinalizar, esclarecer, muita coisa.

E - Também creio que já me respondeu essa questão falar um pouco das ajudas que são concedidas aos idosos em situação de pobreza.

E2 - Aqui uma coisa que já falei um pouquinho mas acho que também, é muito importante, porque ao contrário de outras freguesias aqui na zona do concelho mesmo de Almada,

E - Sim, sim,

E2 - Estas duas freguesias têm tido este privilégio que é de policiamento de proximidade, é uma resposta recente por parte da PSP e tem sido, embora eles próprios também, coitados, já sofreram não sei quantas alterações, portanto as equipas já foram sempre de dois agentes, e sempre uma equipa de manhã e outra à tarde, já passou ser só uma equipa e agora neste momento é só um agente, pronto para tudo mas mesmo sendo um agente, têm-nos ajudado imenso e tem havido aqui uma ótima articulação de ambas as partes.

E - Mais isso na prática o que é?

E2 - O policiamento de proximidade?

E - Sim.

E2 - O policiamento de proximidade é um agente da policia que faz visitas a idosos, ou por sinalização dos vizinhos ou por sinalização de algum serviço à própria PSP, ou até nós podemos sinalizar, não é, ou porque alguém vai e apresenta uma queixa, sei lá, tantas coisas de chegar até há PSP, não é o agente que vai a casa do idoso e vai tentar ver a ocorrência, portanto o que aconteceu também encontra, também faz as suas diligências não é, ou articula com a técnica da zona e muitas vezes o que se faz é a PSP vem até nós, e diz “olha eu tive na casa de um idoso que é na rua tal, encontramos isto, isto, isto, deparamo-nos com falta de...”, agora vou fazer de contas não é,

E - Sim, sim

E2 –“Com falta de alimentos, a casa estava muito desorganizada, um senhor com o discurso muito confuso, está sozinho...”o que fazemos de imediato... marcamos logo uma visita ao domicílio, geralmente eu vou acompanhada por este mesmo agente, não é, que é pessoa, vá, de referência para o idoso também para não se sentir invadido, não é, porque já viu aquele agente uma vez, e geralmente os agentes perguntam sempre, “olhe quer que eu peça a alguém para vi cá vê-lo?”, pronto é meio caminho andado para nos deixarem entrar, não é, também temos que respeitar o espaço da pessoa. Nós no nosso dia a dia vamos fazer um domicílio, temos sempre que perguntar a pessoas se nós deixam entrar na casa deles, porque se eles disserem que não, nós não podemos entrar, ok ficamos mesmo à porta, independentemente de ele ser prejudicado por isso, nós não conseguimos apoiá-lo, sei lá, mas se a pessoa diz que não, é não, nós não podemos invadir não é, pronto e geralmente vamos então, com o agente a casa do idoso e vamos ver, aqui nesta situação que fiz essa descrição, não é, geralmente o que o agente faz “então você gostava de ir para algum centro de dia?”, por exemplo se a pessoa até tem mobilidade, não é, se consegue sair de casa às vezes o que nós deparamos é: fica completamente confuso porque já não faz a medicação há não sei quantos dias e perdem o norte,

E - Isolamento total.

E2 - E estão isolados não é, nestas situações, o que agente às vezes faz é, “olhe nunca ouviu falar no centro de dia não gostava de estar acompanhado por outras pessoas, fazia lá as suas refeições”. Articulamos também com o centro de saúde, com o médico de família, nós temos também uma técnica de serviço social no centro de saúde, com quem nós também temos uma ótima articulação, essa colega muitas vezes fala com os médicos no sentido de tentarmos ver há quanto tempo a pessoa também não vai a consulta, se vai, se recorre para ir buscar o seu receituário ou não, ou só lá vai para ir buscar receita e nunca mais quis falar com o médico em situações assim mais complicadas... agente pede inclusivamente para ver se um idoso não tem capacidade de sair, nós pedimos a articulação com o centro de saúde para ir lá a casa ou seja faz-se o pedido de visita ao domicílio por parte do médico de família, aí também depende das situações, não é, imaginando aqui, numa situação de um idoso que efetivamente já estava isolado, já estava com o tal dito discurso completamente confuso a médica vai e depara-se que já não vai a consulta há meses, a medicação já está completamente desadequada, a médica vai a casa, faz o diagnóstico dela, faz portanto a prescrição de nova medicação... há sempre um ou outro vizinho que ajuda...

E - Nunca houve assim casos que decisivamente tenham mesmo que tirar de casa e levar a um centro de dia ou um lar ou mesmo internamento?

E2 - Nunca me aconteceu a mim, nunca me aconteceu, mais que existe, claro que sim, existe e não é tão pouco.

E - E aqui na instituição, quais são os casos mais flagrantes assim típicos de pobreza que atendeu ou algo fora...

E2 - Aqui no âmbito dos idosos, assim a situação mais complicada tem sempre haver também com questões aqui de saúde mental, ok, a saúde mental infelizmente não é ainda, não tem ainda os apoios necessários, a saúde mental precisa aqui de muito apoio por parte da saúde, e aqui quando falo em saúde mental especificamente falo de demências, problemas graves de psiquiatria, coisas muito mal resolvidas no seu passado e de coisas muito pequeninas que podiam ser resolvido até se calhar ali com apoio psicológico passaram para o setor da psiquiatria não é, porque depois isso vai-se desenvolvendo ao longo dos anos, isso então é muito complicado. Já houve a necessidade de comportamento compulsivos já, inclusivamente, por

exemplo, se me estou aqui a recordar de uma situação duma idosa que era negligenciada pelo filho uma senhora que, portanto, tem problemas psiquiátricos diagnosticados, fazia uma medicação, começamos a detetar através do centro de saúde que esta medicação não estava a ser feita da melhor maneira pela médica até de família, arranjou-se aqui outra estratégia que seria, em vez de ser ela a fazer a administração da medicação sozinha, ela teria que ter de ir de três em três dias fazer um injetável para aí sim, ser feita uma motorização da toma da medicação; como não era ela que tinha de fazer, eram as enfermeiras e, portanto, assim tínhamos a certeza que ela iria fazer as dadas tomas. Começamos a perceber que o filho também lhe ficava com a reforma, usava a reforma da mãe, conseguia levantar a reforma da mãe, era ele que fazia a gestão desta reforma... ela devido aos problemas psiquiátricos que tinha não tinha a noção sequer que isto acontecia, tudo o que o filho dissesse ou fizesse estava certo, portanto quem está de fora ao ter a capacidade de perceber que ela não estava a ser bem tratada porque depois a casa estava... detetamos uma casa extremamente suja, extremamente desorganizada, falta de alimentação exclusivamente, pronto aqui ouve a necessidade, lá está, duma articulação com o policiamento de proximidade, houve aqui uma articulação com alguns membros da família dela, porque para ser feito um pedido de internamento compulsivo tem que haver aqui o aval da família, portanto tem que haver aqui determinadas regras, não é, pronto com a colaboração da irmã desta idosa, foi feita uma articulação obviamente também no âmbito da saúde, em que se verificou efetivamente que ela já estava descompensada, ou seja, já nem os injetáveis já estavam a ser respeitados e, portanto, aqui houve uma articulação com a família, família foi à Saúde Pública, sinalizou a situação, obviamente como a informação foi daqui dos nossos serviços, como também da PSP e foi feito, portanto, aqui o internamento compulsivo desta senhora, que assim que entrou no hospital também houve obviamente aqui uma articulação com a Técnica do Serviço Social do Garcia da Horta

E - Ok.

E2 - De forma a perceber, ele a preparar, ele também teve a capacidade de preparar a equipa médica da entrada desta utente, também já era conhecida deles

E - Ok.

E2 - Portanto quando existe esta articulação entre serviços é mais fácil não é,

E - Muito mais fácil.

E2 - Assim que entrou na urgência ficou logo internada, para compensar precisamente na situação dela, já após o internamento, portanto, e tendo sido verificado que não estavam, por exemplo, na situação dela as condições para ela regressar a casa, ela foi sinalizada para um equipamento de psiquiatria, não tendo vaga no imediato, ela foi integrada num lar, em articulação com a Segurança Social, temporariamente até ter vaga, portanto no centro nesta unidade, sempre com o seguimento da família, as famílias são curiosas, às vezes são colaborantes, outras vezes atrapalham, não porquê, quando digo atrapalham é porque não colaboram, e a não colaborarem os serviços também não podem avançar, uma coisa é quando uma pessoa tem família, outra coisa é quando uma pessoa é isolada e não tem ninguém, não é pronto, depois aqui várias, depende de situação para situação, não é.

E - A instituição consegue dar resposta a todas as solicitações, que as pessoas principalmente das pessoas que estão em situação de pobreza?

E2 - É assim todas as situações que são atendidas, pelo menos essas, claro que sim, claro que são avaliadas e que são intervencionadas, não é, às vezes a morosidade dos serviços e aqui... nunca estou sozinha, não é, portanto não depende somente do meu atendimento e das minhas diligências, eu nunca estou isolada, às vezes o que acontece é que estamos também dependentes aqui um bocadinho de outros serviços, e os....nem sempre são da mesma maneira, pronto.

E - Sim, sim.

E2 - As pessoas que são atendidas, todas elas são, recebem uma intervenção, seja ela de que maneira for, não é, os tuaregues é que não são de maneira que gostaríamos que fosse, mais tentamos.

E - Ok, obrigada, vamos entrar aqui no quarto ponto que são as ajudas institucionais, quais são as respostas sociais da instituição?

E2 - É assim as respostas sociais aqui no nosso caso, também já expliquei um bocadinho lá atrás, temos ação social, temos um ATL, temos um espaço jovem, isto aqui a nível da extensão,

fazemos intervenção comunitária direta, depois temos a nossa sede que tem respostas no âmbito da infância e da terceira idade, portanto temos amas, temos amas familiares, temos agora um berçário, temos uma salinha de creche, portanto os meninos dos 2 - 3 aninhos depois também temos sala do pré-escolar dos 3- 5, temos também um centro académico que também dá resposta do primeiro ciclo até ao secundário e temos os nossos mais jovens como eu costumo a dizer, portanto, são os nossos idosos temos o nosso centro de dia e o nosso apoio domiciliário, a nossa instituição tem também ainda a resposta de cantina social, portanto recebemos sinalizações de ou da nossa ação social, ou de outras instituições que também façam intervenção local, de pessoas e famílias para cantina social.

E - Muito bem, obrigada, destas respostas sociais qual é que é a mais solicitada?

E2 - Sem dúvida a ação social, sem dúvida, temos inevitavelmente atendimentos diários quase, não é, pronto embora haja um dia específico do atendimento, mas se vem uma sinalização da linha 144 é atendido de imediato, se vem sinalização do outro serviço, se se verificar no que é sinalizado que o grau de fragilidade é elevado, nós intervimos de imediato, enquanto que uma creche é diferente não é, a nossa creche, portanto, existe uma época específica para a inscrições, a pessoa entra, está ali na instituição, é diferente não é, pronto e aí não significa que agente não posso acompanhar as situações, mas é completamente diferente, não é, portanto as crianças à partida é diferente.

E - Na ação social normalmente, quais são os pedidos assim que as pessoas que chegam e apresentam, a quê que pedem mais?

E2 - Alimentação e dinheiro, dinheiro para fazerem face as suas despesas do dia a dia, estas duas então é que ultimamente é aquilo que mais...

E - A instituição dá dinheiro?

E2 - A instituição não dá dinheiro a instituição desbloqueia apoios, são coisas diferentes.

E - Ok.

E2 - O desbloquear apoio económico poderá ser, no nosso caso, apoios que existem da parte da Segurança Social, nós não somos, e o nosso centro comunitário tem este acordo com a Segurança social, portanto nós desbloqueamos todos os apoios que existem pelo Estado, ou seja, vou concretizar, por exemplo, existem apoios no âmbito da ação social, a vários níveis, portanto para, imaginando uma família que por alguma razão não está a conseguir fazer face à renda da sua habitação e que vai mudar de casa, vem a nós pedir ajuda “olhe, eu tenho que mudar de casa porque eu não estou a conseguir fazer face a esta habitação” - e quem diz família diz exclusivamente os idosos, também está acontecer com idosos -, “eu tive que procurar uma casa que a renda fosse mais baixa, mas estão-me pedir um mês de caução e eu não tenho um mês caução”, existe um apoio que nós podemos desbloquear...

E - Claro.

E2 - é que normalmente... precisamente a pessoa fazer face ao primeiro mês de renda e a caução desta renda não é, portanto...

E - Ok.

E2 - Claro que depois tem que ter regras muito específicas, portanto nós temos que informatizar os processos, temos que fazer um documento com o utente - aquilo que nós chamamos de um acordo de isenção -, ou seja, o utente tem que assinar um documento connosco em que se compromete, o serviço faz determinadas diligências, mas a pessoa também tem que colaborar e tem que fazer determinadas coisas também para resolver a sua situação, não é, não é o serviço que tem uma varinha de condão “tlim” e já está tudo resolvido, não, as pessoas têm que colaborar e também fazer as diligências necessárias, não é, o serviço não se pode sobrepor ao utente, trabalha em conjunto com o utente, pronto, depois disso, temos que entregar, vá, os tais ditos papeis, né... o nosso país ainda é muito burocrático... portanto temos de tirar fotocópia das despesas todas, temos que justificar porque estamos a fazer o pedido do apoio económico, porque é aquele valor e não é outro, pronto isto tudo tem que ser justificado e apresentado à Segurança Social, é avaliado e se tiver critérios é enviado o tal dito apoio para a casa da pessoa e a pessoa tem que pagar esta caução, este primeiro mês de renda e vem-nos entregar o comprovativo conforme canalizou o apoio, o dinheiro para aquilo que pediu, isto é um exemplo tem outros.

E - A nível de, disse que tem apoio domiciliário e Centro de dia.

E2 - Sim.

E - Muita procura, nestes serviços?

E2 - Há, muito, muito muito, a colega também falará mais concretamente sobre isto, mas a leitura que eu faço é que, por exemplo, nós estamos a ter uma principalmente, aqui na freguesia, no Feijó, no Laranjeiro não tanto, mais no Feijó temos uma população muito envelhecida e muito dependente, ou seja, há muita procura de repente para o apoio domiciliário, porque as pessoas ficam acamadas e os respetivos cônjuges já não têm a capacidade e a força de poder ajudar tanto no banho, na muda da fralda etc, etc, não é pronto, a nível de centro de dia, a sensação que eu tenho é que estamos... já não temos aqueles centros de dia à procura de pessoas que querem ter um tempo com outra qualidade, estamos a ter procura de centros de dia para pessoas dementes, pessoas que os filhos pedem apoio, já são os filhos que nos procuram mais, já não são utentes, por iniciativa própria que procuram um centro de dia, não, é o filho que procura ou a filha ou outros familiares, que procuram os centros de dia, porque “a minha mãe fica em casa sozinha e eu tenho que ir trabalhar e eu não estou segura com a minha mãe em casa, ela não toma a medicação, eu deixo tudo certinho e ela não faz a medicação e não come nada de jeito”, sei lá ou a minha tia, eu mesma, outro dia, fui visitar a minha tia a minha tia tinha a casa toda suja, toda desorganizada, ela que era uma mulher tão certinha, tão direitinha e agora já percebi que nem a medicação está a fazer, coisas desse género.

Temos esses casos de grande dependência... a imensidade é muita, Alzheimer então é das situações mais complicadas, os nossos centros de dia ainda não estão... eu acho que isto foi assim galopante, galopante a questão do Alzheimer, tão galopante isto faz com que os centros de dia principalmente, porque os apoios domiciliários já não é tanto a questão do Alzheimer, tem aqui umas características muito próprias, não é, a pessoa fisicamente está ótima, a cabecinha é que não funciona, não é, pronto e é rara a pessoa que esteja acamada que não esteja com doença de Alzheimer é muito raro, não significa que não existe porque existe, não é, mas o Alzheimer, ou até mesmo o Parkinson, são as duas demências, que fisicamente até as pessoas estão bonitas, normais face à idade, não é, mas que a nível de cabeça não, não é, e isso faz com que, por exemplo, haja a necessidade de uma maior supervisão, não é, um idoso que esteja sentado e que de repente se lembra tem de ir, porque eles vivem no passado, eles não têm memória presente, não é, ativa no seu cérebro, portanto eles não retêm a informação atual, não é, eles vivem no passado, e, por exemplo, agora estou a recordar-me de uma idosa muito engraçada, ela foi pastora, portanto ela tinha ovelhas, não é, e portanto o que é que acontecia. ela levantava-se... “ai, tenho que ir buscar as ovelhas ao monte”... levantava-se e estava com aquela ideia que tinha que ir buscar as ovelhas ao monte e, portanto, quando a gente dá conta já saiu portão fora. Quer dizer, isso faz com que os centros de dia também se tenham constantemente que adequar a estas situações, porque a resposta centro de dia, quando foi pensada no início não era isto, podia dar uma qualidade de vida aos idosos para se tornarem ativos, saírem de casa, trabalharem aqui a questão de isolamento, de convívio com os outros, promoverem até atividades ao exterior, atividades físicas, lúdicas, não é, uma série de coisas e as pessoas que têm estas patologias já é mais difícil, já tem que ser, inevitavelmente, uma organização do próprio centro de dia, em função daquelas pessoas que estão dependentes, não é, portanto, uma coisa é agente programar uma saída dum conjunto de idosos para fazerem parte, para irem ver uma peça de teatro, por vezes a Câmara, a nossa Câmara Municipal de Almada é muito, muito sensível existe no nosso concelho... com a supervisão também aqui da Câmara em que todos os técnicos das respostas, centros de dias e lares e apoio domiciliários se encontram de X em X tempo e inclusivamente, por exemplo, quando é o mês do idoso, organizam atividades do início do mês ao fim do mês, precisamente para os idosos poderem ter a exclusividade de experimentarem coisas novas, peças de teatro, cinema, ginástica, sei lá, tantas coisas, não é, pronto, mas uma coisa é o centro de dia programar uma saída com grupo de idosos a estas atividades; outra coisa é ter um conjunto de idosos que já nem banho conseguem tomar sozinhos, não é, e tem que haver uma auxiliar de ação direta que todos os dias, de tantas e tantas horas tem uma escala, hoje é o dia do banho do senhor José, agora eles, o senhor Joaquim tem que mudar a fralda, “venha cá, senhor Joaquim vamos mudar a fralda”, são organizações completamente diferentes, não é, não se vai programar para estes conjuntos de idosos uma ida

ao cinema, provavelmente porque não têm capacidade, por exemplo, a nível de Alzheimer nem pensar não é, depende.

E - Vamos passar aqui nas medidas políticas, quais são as medidas políticas são operacionalizadas na instituição.

E2 - Aqui as medidas políticas estamos muito limitados aquilo que a Segurança Social também nos diz, o que agente pode fazer, não é, nós não temos uma intervenção... como euhei de dizer... isto não temos uma intervenção pensada por nós, como se pode dizer, né, portanto todas as nossas respostas... o facto de sermos uma IPSS e o facto de sermos aqui participados por parte da Segurança Social, temos a supervisão deles e isso faz com que as regras sejam as regras que eles nos ditam, não é, quer seja a nossa instituição, quer seja todas as outras, porque é assim, a resposta domiciliar é uma resposta tipificada, uma resposta do centro de dia é uma resposta tipificada, não é, e portanto, não é só a nossa instituição, todas as outras, a nível nacional, não é, portanto são orientadas e têm a supervisão da Segurança Social, portanto existem regras, existem não só as regras, vá, dos espaços físicos propriamente ditos, existem as regras da equipa técnica, que tem que existir para esta resposta e depois também existem as regras de que como é que esta resposta tem que se organizar para poder responder aos utentes, portanto nós não temos aqui, vá, uma, se calhar também estou a ser radical, claro que todas as instituições têm a liberdade para se organizar, até porque a realidade não é estanque, não é, o serviço social nunca poderá ser estanque, não é... Era aquilo que eu dizia há bocadinho, porque a realidade do centro de dia há uns anos atrás era uma coisa, teve que se remodelar, não é, e que obviamente a Segurança Social tem noção disso, não é... quando as colegas da Segurança Social vêm fazer a supervisão, elas também conseguem fazer este diagnóstico e ouvem e recebem porque elas não estão no dia a dia no terreno, somos nós é que somos o veículo de transmissão da realidade... “olhe nós temos estado a fazer assim, mas estamos muito constrangidos porque a realidade não é essa, agora já é outra”. Claro que assim, em conjunto, pensamos e aquilo que antes tínhamos que ir para esquerda, agora temos que ir para direita, elas próprias nos dizem “não, não vamos pela direita, se depois chegamos à conclusão que o caminho da direita é o caminho errado”... “temos que mudar tudo outra vez, voltar para trás e ir para esquerda”, portanto é assim também não é estanque, não é

E - Qual a relevância das políticas sociais para idosos existentes em Portugal.

E1 - Ai, é assim, se por um lado nós temos tido aqui alguns... algumas coisas que os ajudam, e aqui concretizo mesmo com, por exemplo, a questão do suplemento solidário para idosos que veio complementar aqui o valor da pensão de muita gente, que lhes veio dar também a possibilidade de terem acesso a apoios muito específicos que o suplemento solidário de idoso também, encarrega a nível da medicação, de óculos, a nível de patologias, a nível de, por exemplo, recorrer à EDP e ao tarifário social, ao pedir junto dos SMAS da água a redução do tarifário... uma série de coisas que a medida propriamente dita lhes permite também fazer, tirando isso, tirando esta medida mais, vá, de apoio económico, acho muito pouco, mesmo muito pouco, até aqueles que tenham estado... eu acho que os idosos têm sofrido muitos danos colaterais da crise, sentem-se fragilizados.

E - Fale-nos de uma das vossas respostas que era cantina social, recebem todo o tipo de jovens, crianças?

E2 - Não, a cantina social é uma resposta criada pela Segurança Social mesmo, portanto é uma resposta de emergência, portanto, e no que consiste à cantina social são refeições confeccionadas que nós damos às famílias, portanto nunca é só uma criança isolada, não é, a criança pode-nos ser sinalizada, mas não vai ser só a criança que vai levar a refeição para casa, vai ser a família que vai levar essa refeição para casa... aí tanto pode ser uma vez...

E - Neste espaço as pessoas vão lá comer ou vão lá buscar a comida?

E2 - Isto depende da instituição para instituição, portanto isto é uma medida temporária, é o acordo que foi feito entre a Segurança Social e as instituições locais, em que as instituições confeccionam comida, mesmo refeições para dar às famílias, ou seja nós damos diariamente, por exemplo na nossa, no nosso caso, nós damos 70 refeições por dia, claro que não são 70 famílias,

as famílias são sinalizadas, temos desde sem abrigos, como temos situações de pessoas que fizeram, por exemplo, o requerimento para o rendimento social de inserção, ou que estão com ausência total de rendimentos e que ainda estão à espera, portanto, do deferimento da situação, até a prestação ser deferida não tem como, porque estão em ausência total de rendimentos, não é, não têm como comer, então temos a cantina social, a cantina social é para estas situações de grande carência, não temos muitos idosos, porque também não faz sentido, um idoso é uma franja da população que precisa de apoio constante, e portanto não faz tanto sentido a cantina, porque a cantina também é previsto que seja uma medida temporária, não é.

E - Tem custos...?

E2 - Para o utente não tem nada, é gratuito, para o utente é gratuito, claro que obedece ao preenchimento de uma ficha, e essa ficha nós temos lá umas escala, mas no nosso caso não temos um único utente que tenha, vá, um escalão de pagamento, não, no nosso caso as 70 refeições que damos diariamente são gratuitas.

E - Obrigada, em sua opinião que outras medidas políticas podem ser tomada, para combater a pobreza dos idosos em Portugal?

E2 - Se a questão do desemprego fosse resolvido era meio caminho para muitos outros também, é um grande chavão, não é, também é um grande problemão que a gente tem, não é, pronto eu acho que se o desemprego, o fator desemprego for aqui conseguido ultrapassar, ou pelo menos ser melhorado, é meio caminho andado para muitas outras coisas porque a realidade e os fatores de vulnerabilidade também não são estanques, não é, a gente nunca consegue ver, e nunca se consegue fazer um diagnóstico, não é, de uma situação com fatores isolados, uns dependem de outros e uns acabam por influenciar outros, portanto é assim eu acho que a nível nacional se a questão do desemprego for trabalhada é meio caminho andado para outros fatores deixarem de serem tão frágeis e começarem aqui um percurso novamente, não é, porque se isto acontecer é um caso prático, se isto acontecer, por exemplo, o filho da dona Maria já consegue ter capacidade de arrendar uma casa, já não digo comprar, não é, muitas famílias perdem casas, que compraram, perdem as casa ao banco, isto é gravíssimo e é constante no nosso dia a dia, nós aqui temos N famílias de pessoas que ficaram desalojadas, em que teve que haver aqui uma intervenção muito muito imediata junto a estas famílias... mas voltando aqui, por exemplo, no caso da dona Maria, se o filho começar a trabalhar, não é, a nora que já estava a batalhar, o filho tem essa capacidade já tem um rendimento, conseguem arrendar uma casa, saem da casa da dona Maria ou então ela já não tem que fazer aquele avio mensal para o filho, e já começa fazer as suas refeições normalmente... esta geração dos idosos, e aqui já não podemos falar só na terceira idade, já podemos falar numa quarta idade, porque temos muita gente com mais de 90 anos, que continuam a ter vidas ativas, ok inacreditável mas é verdade, de pessoas que estão muito habituadas na sua infância às tais sopas de pão, aquelas coisas que eles faziam, não é, e que não se importam de comer as sopas de pão ao pequeno almoço se acharem acrescentam mais qualquer coisa e faz-se isto, não é, porquê? porque têm o avio, têm que comprar carne e peixe para a neta que está a crescer, não sei quantos, e esquecem-se que o peixe também lhes faz bem e é essencial por causa dos ossos, quer dizer tanta coisa, não é, não pensam duas vezes em abdicar a si, para darem à sua família, filhos, netos....

E - Vamos passar aqui para o último ponto da nossa entrevista, chegamos aqui ao último ponto para perceber quais são as dificuldades encontradas dos técnicos de ação social na ajuda aos idosos, quais as dificuldades com que se confrontam para atender esta problemática?

E2 - Os problemas as principal que eu vejo é os problemas são muitas das vezes as pessoas quando vêm ao atendimento os problemas já estão em estado agudo, ok, muito grave ou grave e as respostas às vezes não são tão imediatas quanto seria necessário, pronto, isso é um constrangimento, e aqui refiro-me especificamente às questões por exemplo, dos apoios económicos, não é, o apoio económicos que já cá está e a pessoa vem ali ao atendimento e já está mais do que... em algumas situações... e agente não pode pegar no dinheiro toma lá para as mãos e já está, né, temos de fazer aqui uma série de diligência para se poder chegar até a dar, se bem que também acho importante referirmos que concelho de Almada, desde o ano passado,

tem uma resposta que nos permite também responder de forma mais rápida, que é, portanto, a Câmara tem aquilo que chama de plano de emergência social.

E - Ok.

E2 - E este plano de emergência social, consiste concretamente num protocolo que a Câmara Municipal de Almada, assinou com as instituições que fazem atendimento direto às famílias do município, atenção é só mesmo aqui no município de Almada, portanto isso é uma realidade apenas daqui de Almada, exclusiva daqui

E - Sim, sim.

E2 - Que nós técnicos podemos desbloquear de forma mais celebre apoio económicos,

E - Ok.

E2 - Para coisas muito específicas, por exemplo, para medicação do idoso, e que podemos temporizar este apoio durante X tempo, obviamente sempre com o nosso diagnóstico técnico, não é, qual é a realidade do utente, o que encontramos e o que é mais direcionado, o que é mais indicado para aquele idoso, e isso permiti-nos acelerar aqui um bocadinho as coisas. Por outro lado, se falamos aqui, por exemplo, de uma questão de apoio alimentar, a procura tem sido muita e o volume de alimentos para se poder apoiar as famílias continua o mesmo, o que significa que os apoios... os centros paroquiais têm essa questão do sociocaritativo organizado, não é, os alimentos são os mesmos e são cada vez mais as famílias que são sinalizadas e eles têm que distribuir e reorganizarem outra vez os números de género a dar às famílias e isto obviamente que o apoio é mais pequeno, inevitavelmente é mais pequeno, não é, por exemplo, os idosos é uma franja da população, que quando precisa, precisa sempre, não é porque os seus rendimentos nunca vão aumentar, porque a reforma não aumenta, portanto eles já não vão ter a capacidade de comprar determinadas coisas, o agravamentos é que têm que dividir a sua reforma com terceiros, pensando aqui que uma pessoa seja isolada que tenha a sua pensão e que vamos dar aqui outro exemplo, o senhor Francisco, não é, está viúvo tem a sua pensão, entretanto tem a pensão de sobrevivência da esposa que geralmente não são grandes coisas, porque são pessoas que trabalharam muito na vida, mas que fizeram poucos descontos, principalmente mulheres, então, a realidade cá em Portugal tem sido uma, tem sido esta, não é, trabalharam durante muito anos ou em casas particulares, mas que não havia descontos e portanto elas ficaram submetidas aquilo que agente chama de pensões sociais, que é valor mínimo.

E - A aqueles casos que até trabalharam toda a vida mais que não fizeram os descontos como é que ficam, recebem alguma coisa?

E2 - Podem vir a receber a pensão social, podem vir a ter a pensão social sim. Aqui, por exemplo, estou imaginando o caso do senhor José, não é, fica isolado não tem ninguém, não tem filhos, não tem sobrinhos, não tem nenhuma rede de suporte familiar, tem a sua pensão, tem aquele pouquinho grão de apoio, a questão das rendas... está desprotegido porquê, não sabiam que tinham até ao dia tal para responder, não sabiam que se escrevessem uma carta ao senhorio a atestar os seus rendimentos os senhorios não podiam aumentar as rendas, diz a lei, não é, e como eles coitados não sabem nada disso, o que é que lhes aconteceu, é-lhes aplicado, sem dó nem piedade por parte dos senhorios, o aumento das rendas, o que é que acontece é que o senhor José que tem uma reforma, vamos aqui fazer contas, de 350 euros, não é, da sua e mais o da esposa que não é nada de extraordinário, paga 200 de renda,

E - Meu Deus!

E2 - Paga 200 de renda, fica com 150 euros, não é, depois mais a medicação para os diabetes, para tensão, para o colesterol, sei lá, água, luz, gás, quer dizer não têm, o que é que sobra, por exemplo, este tipo de utente é um utente que vai precisar de um apoio de géneros alimentares todos os meses e para o resto da sua vida, porque não vai ter a capacidade e os serviços não têm essa capacidade de conseguir garantir isto ou de não tenham havido desses grupos a nível de apoio alimentar para poder ter de distribuir

E - E hoje em dia também tenho notado que com o avanço da tecnologia, os assuntos, ou seja, as políticas sociais e o... com o amansar do tempo tem-se, não digo com burocracia, mas digo mesmo atrapalhar um pouco, o exemplo do IRS, os idosos não sabem, alteraram o modelo que é

um modelo mais complexo, nem todos têm acesso à Internet e até podem ter acesso a Internet mas não sabem usar.

E2- Sem falar da questão em que o valor mínimo das pensões numa não é,

E - Sim.

E2 - E muitos não sabem e depois ficam em dívida para com as Finanças, não é, se precisam do IRS do ano, vamos fazer aqui de contas de 2014, não é, que foi um ano, se não estou em erro, que quem tinha reforma até 296 euros tinha que apresentar o IRS... ora, temos milhares de idosos com esses valores e muitos deles não sabiam, não tiveram acesso a esta informação e obviamente não foram fazer IRS. Quando chegaram ao centro de saúde e pediram para fazer a isenção das taxas moderadoras como a troca de informações com as Finanças pedem é o IRS, “ah mas eu não fiz o IRS”, “então tem que ir fazer”, vai o idoso, coitadinho... lá vai às Finanças, chega lá e diz, “eu preciso do IRS”, “mas você não fez, está fora do tempo, paga multa, paga 25 euros de multa”, quer dizer há uma série de coisas que depois é um contrassenso, mas é o que tem estado a acontecer

E - ...completamente, porque eu sozinha em casa não consegui fazer o meu IRS, tive que... o meu sistema de computador não está adequado, tinha que baixar um outro programa, eu não sabia baixar um outro programa, tive que pagar para me fazerem o IRS, isto é um constrangimento muito grande para os de mais idade,

E2-Sim,é o mesmo exemplo que dizia das taxas moderadoras, agora a pessoa tem que ir à Internet, ao Portal da Saúde para fazer o pedido de isenção, é precisamente a mesma coisa.

E - Eles fazem essas leis mas não pensam, eles vêm no geral mas não vêm as particularidades, devia haver um senão.

E2- Pronto, ainda bem que existem os centros comunitários de proximidade para os idosos, só que mesmo existindo os centros comunitários, as pessoas também às vezes não sabem aonde recorrer,

E - Falta de conhecimento ou falta de informação se calhar...

E2 - Sim, sim, sim.

E - Vamos aqui à última questão, em Portugal os cuidados para idosos ainda são em números insuficientes para responder às necessidades dos idosos. Em sua opinião, quais as dificuldades com que se confrontam as famílias a cuidar dos seus idosos?

E2 - Uma das que se destaca e nós já falamos um bocadinho são as questão de demência e da deficiência, não é, estão muitos em centros de dia e apoios domiciliários, existe também uma resposta disponível, a redes de cuidados continuados, para situações muito críticas, mais costuma haver uma ...o lar, é o que eu lhe digo, nos centros de dia a realidade mudou muito, há anos atrás eu tinha idosos dinâmicos, ativos e as famílias, vá,despacharam, agente utilizava muito este termo, e portanto os idoso eram despejados nos lares para não sobrecarregar as famílias, mas eram pessoas que estavam ativas e se mexiam e que os lares exclusivamente tinham também aqui, eu digo lares, só estou a falar em lares... relativamente a IPSS, que nós articulamos, que nós conhecemos porque há três tipos de lares: há os lares das IPSS, há os lares lucrativos mas que têm alvará, ou seja, têm a supervisão e o acompanhamento da Segurança Social, e há os lares lucrativos puros, portanto que não têm alvará e que só é feita qualquer tipo de intervenção invasiva se houver alguma denúncia de algum mau trato, ou de alguma negligência etc., etc., portanto aí as famílias é que se responsabilizam por fazerem a integração do seu familiar num lar lucrativo, no serviço de ação social ou no outro tipo de serviço, não se responsabiliza por isso jamais, não é, porque a família é que tomou essa decisão. Mas aqui a nível dos lares, nós em IPSS, há alguns anos atrás, nós tínhamos os tais idosos pronto que estão ali, e que o problema era mais a nível familiar, de relacionamento familiar, rotura familiar, não é, agora temos idosos completamente dependentes, temos N pessoas acamadas,

E - Quando entram normalmente já vem acamados na sua maioria.

E2 - Já vêm acamados, ou seja, já vêm no estado avançado de dependência que os serviços anteriores já não eram suficientes... o que é que eu quero concretizar com isso?Exemplo: o apoio domiciliário não é uma resposta de tempo inteiro, ou seja, vai, por exemplo, dependendo da situação, mas imaginando aqui uma hipótese de manhã poder ir fazer a higiene e trocar de fralda, há hora de almoço leva a refeição e verifica se é necessário fazer a troca de fralda outra vez, a meio da tarde vai outra vez fazer a muda de fralda e eventualmente até pode haver uma

quarta visita no dia do apoio domiciliário, ou então até ser acionado o apoio domiciliário noturno, mas o apoio domiciliário noturno nunca passa das 10 da noite. Ora, há pessoas que isto é suficiente, mas há pessoas que depois começam a ter necessidade de serem vigiadas a tempo inteiro e aqui as respostas que estão a ser acionadas são respostas que já não estão ser suficientes, então significa que das duas uma, ou tem critérios para ir para os cuidados continuados, e isso é sempre passível de uma avaliação de três técnicos do serviço social, enfermeiro e médico, não é, porque tem critérios muitos específicos, não é qualquer pessoa que vai para a rede de cuidados continuados, dentro da própria rede também existem critérios diferentes, portanto existem a unidade do descanso do cuidador, só dá acolhimento 1 mês, a pessoa só está naquele equipamento 1 mês e depois sai, a rede, portanto, a nível de média duração e a de longa duração e ainda a cuidados paliativos, os cuidados paliativos é mesmo reta final da vida da pessoa, não é, mas aí está sempre ligado a um quadro clínico já muito avançado, muito dependente e muito avançado, pronto, quando não tem os critérios para a rede, tem os critérios para um lar, é complicado porque depois não há vagas, não é, porque... com o valor da pensão que têm, se formos falar no lar lucrativo com alvará, temos aqui valores que já são completamente diferentes, que podem ou não ser comparticipados pela Segurança Social. A diferença, por exemplo, a pessoa dá a sua reforma e depois se, por exemplo, quiser dar, não tendo a capacidade monetária de continuar a dar o resto, porque a família também não pode, e aqui falamos, sei lá, em mensalidades de mil euros, não é, não á muitos idosos no nosso país a receber uma reforma de mil euros, nem pensar, das duas uma são as famílias que participam, ou não havendo, em situações das pessoas que estão completamente isoladas, a Segurança Social comparticipa estas situações, que por si só, também já lá vai o tempo que com esta quantidade de cortes que existem e que têm vindo a existir... a própria Segurança Social também não tem tido capacidade de responder economicamente, como respondia há alguns anos atrás.

E - Porque também o número elevados dos idosos é muito.

E2- Muito elevado e as verbas são mais baixas, isso também se prende com a questão do Orçamento do Estado não é,

E - Muito obrigado, chegamos ao fim da nossa entrevista, muito obrigada pela colaboração, queria só fazer uma perguntazinha a nível do Laranjeiro a nível dos serviços acha que, o que é que falta? Um lar, mais um centro de dia, mais centros comunitários, não temos lares de idosos aqui no Laranjeiro.

E2- Só temos 1 no Feijó, dá resposta a nível do concelho, também não é só na freguesia, mas 1 lar sem dúvida, centros de dia, apoios domiciliários, temos uma série de instituições e articulamos muito bem uns com os outros, um lar seria, um lar IPSS, não um lar lucrativo, porque aqui a nossa... esta união de freguesias nós temos aqui rendimentos muitos baixos, os idosos têm rendimentos muitos baixos, portanto devem-se contar pelas mãos os idosos como há pouco eu dizia não é,

E - Sim, sim.

E2 - Com uma reforma de mil euros contam-se... certamente... temos uma população muito envelhecida, uma população muito dependente, mais também com baixos rendimentos, precisamente porque foram mulheres e homens de muita luta, muito trabalho durante toda a vida... as mulheres... há um elevado número de mulheres que vieram dos trabalhos dos campos, até porque essa duas freguesias, até mais o Feijó, não aqui tanto o Laranjeiro, durante muitos anos haviam muitos campos e, portanto, eram campos, antes dos prédios, antes dos bairros, não é, foram zonas cultivadas, e portanto, essas mulheres e esses homens eram mulheres do campos e os homens foram homens... muitos ligamos, por exemplo, aqui à Lísnavé, temos muitos e muitos ligados à Lísnavé, ou à Setnave também e são as reformas deles que ainda vão equilibrando mais ou menos a família, não é, porque elas ou não têm direito à reforma, não é, ou têm as reformas pequeninas, depois o que acontece é isto porque as políticas a nível das reformas também têm os seus quês, se uma mulher que não tenha descontos vai para uma pensão social, se for casada, a pensão do seu cônjuge vai ser avaliada e, se tiver mais que uma determinada percentagem, isso faz com que a senhora não tenha direito à sua pensão. A questão do regime contributivo e regime não contributivo, agora na teoria não se fala tanto, fazendo

contas, isso ainda continua a existir, não é, faz com que a pessoa tenha a sua pensão ou não, não é,

E - A realidade futuramente é mais comprometedora, já não estamos bem.

E2 – Eu acho que aqui na nossa freguesia fazia falta mais um lar, mas também nos faz falta termos aqui a capacidade de responder mais às demências, não é, porque embora tenha existido um esforço ao longo dos anos de ir ao encontro dessas pessoas, as instituições, e com a fragilidade dos utentes..., a Segurança Social também não aumenta a comparticipação às IPSS... também tem estado aqui numa realidade económica... a gestão económica das IPSS também tem sido muito difícil, não é, porque as participações das famílias também vêm diminuindo, faz com que as IPSS não tenham recursos para melhorar também as suas respostas e isso faz com que haja o constrangimento de... se calhar... de não se dar logo de imediato uma resposta de qualidade, ou de melhor qualidade, porque ainda se tem conseguido... eu acho que a nível do concelho se tem conseguido, até mesmo aqui a nível destas duas freguesias, mas seria melhor se conseguíssemos poder dar... ter salas específicas para pessoas com demência, podemos fazer aqui exercícios, ter técnicos específicos para a demência, não é,

E - A nível de gestão, a Segurança Social só dá mais se apresentarem mais projetos ou receberem mais pedidos de ajuda?

E2 - A Segurança Social neste momento não tem dinheiro para aumentar os projetos que já tem, não aumenta, porque eles também não têm para dar, há N anos que não há, por exemplo, houve um programa que existiu que era um programa Paz, foi um programa que permitiu às IPSS obter apoios por parte da Segurança Social para fazer equipamentos novos, ou para melhorarem os seus equipamentos e aqui começaram a surgir mais creches, mais lares, mais centros de dia, mais centros de apoio domiciliário, há anos que não há um Paz... há anos... e uma IPSS, por si só, não tem a capacidade financeira de fazer uma construção nova.

E - Ok.

E2 - Já de manter e fazer uma manutenção da sua já é o que é, quanto mais... quanto mais fazer um equipamento novo, não é, se não houvesse procura... não é que não exista a necessidade, pelo contrário, as IPSS não têm essa capacidade, estão totalmente dependentes dos programas que possam existir, quer da Segurança Social, quer, por exemplo, o Portugal 2020, que está em organização... depois esses programas, por exemplo o Portugal 2020 era um programa muito, muito específico, portanto até se lá chegar, tem que passar por este critério, por aquele critério e aquele programa e por aquele projeto e por e por e por... que torna complicado que todas as instituições também tenham a capacidade de lá chegar, mas pronto, vai-se tentando aqui um grande esforço de se tentar chegar até as famílias, até aos idosos e às pessoas, até à comunidade pronto. Mas claro, sonha-se sempre querer dar-se sempre mais e melhor, não é, pronto, isso também é bom, significa que as instituições não se sentem muitos estanques e incomodadas, não é, o trabalharmos com famílias, trabalhamos com o ser humano jamais podemos ser estanques, não é.

E - Tem que se moldar sempre, e molda-se todos os dias.

E2 - Se isso não acontece então alguma coisa está muito mal, pensada de raiz não é,

E - Mais uma vez muito obrigada pela sua colaboração nesta nossa investigação que é muito importante para nós, grata.

E - Eu agradeço também.

3ª Entrevista (E3) (Gravada em Áudio)

Local: No seu Gabinete de atendimento

Data e hora: 1/06/2016 às 12.59

Duração: 21m:11s

Entrevista feita à E3 (nome criado para manter o anonimato). A entrevista realizou-se na instituição, concretamente no seu gabinete de atendimento e foi autorizada a gravação em áudio, exceto nos registos da:

A idade, escolaridade e função, não ficaram gravados em áudio a pedido da própria, portanto esta informação foi registada apenas no papel.

E – Entrevistadora

E3 – Entrevistada Profissional 3

Idade - 39 anos

Escolaridade - Licenciatura em Ciências Políticas.

Função na Instituição – Técnica responsável pelo atendimento e apoio aos cidadãos estrangeiros em diversas áreas: regularização da situação legal, reagrupamento familiar, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, segurança social.

E - Bom dia, muito obrigada por aceitar o meu pedido de colaborar no... neste... nesta investigação. Vou começar por apresentar o tema da investigação que é a pobreza dos idosos em Portugal e as medidas políticas de gestão da pobreza – o caso da união das freguesias do Laranjeiro e Feijó. A investigação tem como tema... (...aqui foi engano nosso e ficou assim gravado). Tinha que dizer objetivos... compreender como os idosos em situação de pobreza gerem a sua situação e a forma como é feita a gestão das medidas sociais da pobreza dos idosos a nível local.

E - Começo por perguntar no ponto um, a prática profissional: Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

E3 – Trabalho, portanto, desde 2009, em 2009 foi quando o Centro, portanto, de apoio a integração de imigrantes inaugurou os serviços de apoio ao imigrante aqui na freguesia do Laranjeiro.

E – Deixa perguntar se aqui nesta instituição tem alguma assistente social? Ou alguém faz o serviço de apoio?

E3 – O gabinete do apoio a integração do imigrante é um gabinete de acolhimento, daí nós atendemos as pessoas, não é, neste caso se eu tiver um idoso que venha ao atendimento, como temos uma rede de parcerias sociais, não é, encaminhamos. O nosso sentido é perceber o que é que o cidadão quer, quais são as suas necessidades a nível social e depois encaminhamos para vários assistentes sociais da área de residência, porque há uma distribuição, não é, por cada área de residência, há uma distribuição de uma técnica de assistente social.

E – Na instituição qual é o trabalho do assistente social?

E3 – Portanto quando nós encaminhamos?

E – Não vocês aqui não têm?

E3 – Não, não temos ninguém afeto, como eu digo é um centro de acolhimento,

E – Muito bem.

E3 – Porque existe barreira, às vezes, de linguagem, existe aquela empatia em relação à pessoa ter com o centro de imigrante e se sente, às vezes, por exemplo, mais bem acolhido por nós, portanto em termos de diferenciação a pessoa sente-se mais à vontade em vir aqui, ter que partilhar o seu sentimento, não é, procurará um serviço social e sermos nós a articular com os vários serviços.

E – Muito bem. Quais são os objetivos dessa instituição?

E3 – O nosso objetivo é passar a informação porque há muita, portanto, entre a população imigrante, o que existe é um bocado de desinformação, não é, informamos quais são os seus direitos e também deveres, não é, quais são os apoios, por exemplo neste tempo que existem ou não existem, não é.

E – Ok, muito bem.

E – Como articula o seu trabalho com os outros profissionais ou instituições?

E3 – Articulamos encaminhando, reencaminhando, não é, ou através de um telefonema ou através de um email, não é, assim como essas instituições também quando não entendem... quando existe um problema de legalização ou vêm de outro foro de ação social, exemplo se um idoso aparece e não está legalizado, eles não poderão ajuda-lo, não é, a técnica normalmente escreve um email a mandar-nos explicar o que é que se passa, não é, é ou problemas de

caducidade, ou problemas que não tem realmente residência e assim não pode candidatar-se aos apoios sociais.

E – A nível estratégico, quais são as principais estratégias que utiliza no exercício da sua profissão?

E3 – A estratégia é um bocado a empatia, acho que a pessoa só se abre connosco se sentirem empatia connosco. Acho que é por aí.

E – Vamos passar aqui para o ponto dois. A sua perceção sobre a pobreza em Portugal. O que é para si a pobreza?

E3 – A pobreza, para mim, eu acho a pobreza, em termos como nós entendemos, em termos de necessidades básicas de alimentação, também existe, não é, porque às vezes queremos... nós, nós atendemos uma população bastante carenciada nós temos muita dificuldade, por exemplo, de apoiar quem não esteja legal, não é, em termos de necessidades básicas do dia a dia, a pobreza às vezes que nos vem aqui é uma pobreza moral, não é, é uma pobreza da moral porque a pessoa sente-se enredada, tipo numa rede, não é, e acha que o social tem que lhe fazer tudo e não é capaz de sair do ciclo, e nós... a intenção é quebrar este ciclo da pobreza, nós não queremos só dar o pão para a boca, nós queremos, para além disso, nós queremos principalmente libertar a pessoa dessa situação de carência e depender do social. Naturalmente o vosso estudo com idoso é outra vertente, não é? Os idosos têm outras necessidades, né, nós necessariamente temos que arranjar apoio para um idoso, não é, e encaminha-lo de forma que ele melhor se sinta acolhido.

E – O que é para si uma pessoa pobre?

E3 – Para mim, uma pessoa pobre a mim transcende-me porque eu acho que atualmente, em Portugal, se a pessoa precisar realmente de comida, e como eu disse anteriormente das necessidades básicas, naturalmente aparece um prato de comida, não passa muito por aí, eu acho que a pobreza para mim transcende... o nível da formação, de como uma pessoa se sente... eu acho que não é pobreza da alimentação, porque atualmente em Portugal só sente carência alimentar quem realmente não pede, não pede ajuda, não sei... poderia ter uma visão relativamente a isso, se a pessoa se sentir... não é, que não exista, existe, mas a pessoa naturalmente se procurar ajuda é-lhe atendido não é, é por aí.

E – Ok. Como considera que essas pessoas em situação de pobreza vivem a sua situação?

E3 – Um bocado envergonhados, acho que se a pessoa cair nesse ciclo e sentir vergonha de procurar ajuda ou porque, quem precisa de ajuda pede-a, não é, e os apoios existem se nos baterem a porta e nos pedirem ajuda, não é, sentem-se enredados e envergonhados não é, pela pobreza às vezes até da postura, do conseguir sair e pedir. Nós naturalmente, vamos ter... estou a falar da população imigrante, eles vão ter... estou a ver uma idosa a ir ter com a filha, uma tia, uma prima e não procurar as instituições, não é, vai facilmente pedir e se calhar essa prima nem tem para ela, a filha não tem para ela, quanto mais para dar à mãe, e é por aí, e se bater numa instituição, é o que eu digo... é uma formação e informação saber que, eu idoso, também tenho direito de ir bater a uma instituição e solicitar ajuda para mim e não depender que seja outro a ir pedir para mim. Nós não estamos a dizer de idosos, a idosos com alimento, com uma série de situações, não estou a ver um idoso com alimento ou com esta ou aquela situação a vir pedir ajuda, não é, não está capacitado, não é, tem que ser um familiar mas pronto.

E – O que fazer para intervir nas situações de pobreza em Portugal, sei que já se fazem muitas coisas, mais o que fazer para intervir nestas situações?

E3 – Se falarmos em pobreza em termos latos, acho que é quebrar o ciclo mesmo da pobreza, não é, acho que é quebramos o ciclo da pobreza, só assim conseguiremos quebrar se as pessoas deixarem, de certa maneira, de ver o social como um suporte. Eu tenho que ver o social ou os apoios sociais, eu não tendo trabalho e procurar um apoio social, agora vou viver do social e não faço mais nada, não é, e eles dão, dão, dão e eu vivo do social, pronto, só se quebra o ciclo quem tiver velocidade para fazer não é, é a nossa luta aqui no gabinete, de tirar as pessoas dessa exclusão social.

E – OE. Considera que este fenómeno assume particularidades aqui no distrito de Setúbal, mais concretamente no Laranjeira e Feijó? Acha que essa zona é mais pobre do que outras?

E3 – É uma zona de bairros sociais, alguns bairros sociais, né, não tão distanciados das outras populações, porque estão inseridos dentro das outras populações, mas é que o problema aqui é

que o desemprego afetou muita gente, não é, e nós todos os dias tem pessoas a vir-nos baterem a porta pedir a apoio, não é

E – Obrigada. Vamos passar aqui para ao terceiro ponto, que é o atendimento e a orientação das pessoas em situação de pobreza. Na instituição quem é a pessoa responsável triagem em situações da pobreza?

E3 – Nós estamos aqui muito recentemente como eu disse, não nós vamos ter uma técnica só para ação social, porque a minha formação aqui na *ACasa* (nome fictício) é acolher, vamos ter uma técnica de ação social que irá fazer só essa triagem, só esta triagem.

E – Mas pode-nos falar um pouco como se processa o atendimento a essas pessoas? Como chegam os casos, quem são essas pessoas?

E3 – Como chegam os casos, os casos chegam através da informação da população, passa de boca em boca, pedem o apoio aqui ao centro de apoio ao imigrante, ao centro local de apoio ao imigrante, ou são também encaminhados pelas outras assistentes sociais.

E – Quem são essas pessoas?

E3 – Quem são essas pessoas, temos agregados familiares, temos pessoas individuais, temos muitos do género masculino que vêm a Portugal à procura de trabalho e com sentido de reagrupar a família posteriormente, temos casos de idosos, os idosos que nos procuram naturalmente pertencem a um agregado familiar e vêm, de certa forma, com uma sobrecarga pro filho ou filha, para a nora ou para o genro, não é, e vêm-nos procurar para terem outros apoios sociais, não é.

E – Como é determinada a condição de pobre nesta instituição?

E3 - Em termos de... não temos assim uma fasquia de dizer este é pobre e aquele não é, porque, isto transcende de certa forma, não sabemos que é ou deixa ser, não é, nós não usamos este tipo de pobreza porque a pessoa pode-nos procurar porque pontualmente tem uma necessidade pobre, tem uma necessidade de hoje para amanhã, se lhe aparecer um trabalho e cuidar da sua situação deixa de ser, não é considerado automaticamente pobre, não é, é por aí.

E - Que tipo de intervenção é utilizado junto dessas pessoas, como são tratados os casos?

E3 - Dependendo se for uma pessoa jovem, nós encaminhamos para a procura ativa de trabalho, não é, se o caso for formação, para a procura ativa de formação, não é, precisamente para quebramos o ciclo de exclusão social.

E – Sim, sim.

E3– Se for um idoso que é o vosso caso, estudo de caso não é,

E - Sim, sim.

E3 – Se for idoso, nós a tratarmos queremos primeiro saber se está legalizado ou não está, como é que nós podemos apoiar, não é

E - Sim, sim.

E3 - Se tiver legalizado automaticamente tem direito os apoios sociais, não é.

E – Aqui no ponto V fala-nos dos tipos de ajudas que são concedidos aos idosos em situação de pobreza, eles vêm e suponhamos que têm dificuldade na alimentação ou como é que fazem para ajudar nesta... nestes casos?

E3 - Se vêm por exemplo, se têm necessidades básicas de alimentação, nós assinalamos, mandamos para a técnica da área de residência, não é, que poderá inscrever no PECAC (programa de apoio alimentar), ou se a necessidade é permanente, arranjar-lhe uma cesta básica que consiga, conforme for a condição da pessoa, porque se quiser alimentos para confeccionar, a técnica pode ter pontualmente alimentos para confeccionar, se a situação é duma carência absoluta, nós encaminhamos para os refeitórios de apoio social que existem.

E – Quais são os casos assim mais flagrantes e típicos de pobreza atendidos nesta instituição?

E3– Procura-nos sim, visivelmente duma dureza maior, os agregados familiares acompanhados de crianças menores e que não têm como recorrer aos apoios sociais, esses são os nossos casos mais urgentes, idosos de que certa forma são amparados pela família, porque naturalmente na população imigrante, quem nos mandou buscar foi um filho ou filha e tão cá e são apoios para eles,

E - Já tiveram algum caso, assim grave aqui na instituição, que foram... que tiveram que intervir?

E3- De pobreza, de fome? Não, de todo, o caso que vem aqui é que eles, não conseguem as vezes nem é questão de pobreza de fome, isto é como um encargo entre familiares, não é, pagar a água, pagar a luz estas coisas é que nos preocupa mais.

E - Ok.

E3- Porque a população imigrante é um bocado solidária não é.

E - Sim.

E3 - Se não tenho um prato de comida, se eu vivo na minha zona é capaz de dizer me dão um prato de comida não é, não passa muito por aí.

E - Sim.

E- A instituição consegue dar sempre resposta a todas a solicitações dessas pessoas que procuram?

E3 - Tentamos, tentamos, não quer dizer que consigamos mas também... que às vezes o imigrante hoje está aqui, vem-nos pedir ajuda, mas daqui a uma semana, poderá nem estar.

E - Ok.

E3- Porque é imigrante, e vai para outra zona não é, é por aí.

E - Vamos aqui para o quinto ponto que é ajudas institucionais. Quais são as respostas sociais da instituição?

E3 - As resposta sociais da instituição, nós não temos respostas diretamente como comecei a dizer, nós encaminhamos, não é, nós temos uma série de assistentes sociais, atualmente, como anda a decorrer um protejo, não temos uma resposta social direta, a nossa, a nossa função é encaminhar.

E - Ok.

E - Em que serviços?

E3- Em serviços que possam apoiar a pessoa, depois seguimos cada caso, não é, saber se foi respondido ou não foi, servimos de um membro da articulação.

E - Muito bem e normalmente nesta ordem ia perguntar quais são as respostas mais solicitadas, nesta ordem então, qual é a resposta ou qual é o serviço, que mais solicitam normalmente?

E3- É a regularização, para um imigrante é estar regular, porque estando regular tem o apoio aos apoios sociais, não estando regular não tem direito aos apoios sociais nenhum.

E - OE, Que medidas políticas sociais são operacionalizadas nesta instituição?

E3 - Medidas políticas diretas, não como eu lhe digo, não temos assim uma medida social, dizendo assim olha vamos aplica-la, não é,

E - Ok.

E3 - Nós todos como técnicos, servimos todos em rede, não é, se houver alguma medida, somos todos nós que decidimos.

E - Sim, sim. Na sua opinião qual é a relevância das medidas sociais dos idosos existentes em Portugal?

E3 - É importante acho para acautelar situações que atualmente vemos de violência contra idoso, acautelar essa situação da violência, dos maus tratos, não é, do desrespeito pela população idosa, não é, acho que passa um pouco pela formação base nas escolas, o idoso não é, como dizemos em Portugal, é uma nova faixa etária, em termos de idade da pessoa, é uma nova fase da vida é um acabar da vida da pessoa, mas é só uma fase, e essa preocupação também tem que passar de base na escola, não tratar o idoso como uma pessoa que fica no canto e já não é mais necessário, não é.

E - Em sua opinião que outras medidas políticas podem ser tomadas para combater a pobreza dos idosos em Portugal? das que já existem.

E3 - Haver serviços de apoio aos idosos como as urpicas, a alpilh, associações né, dos reformados de apoio aos idosos, como eu disse haver em mais números.

E - Sim.

E3 - Mais ou apoia-los pela sua situação... da dimensão ser um bocadinho maior e conseguir e não ter um técnico, por exemplo, só um técnico de ação social numa instituição, não é, devia de haver mais técnicos, há algumas que têm muitos e outras que só têm um, e para dar a uma população de trinta ou mais agregados é complicado.

E - Ok.

E – Vamos passar aqui para o último ponto. Perceber quais as dificuldades encontradas pelos técnicos de ação social, assistentes sociais e de todos que trabalham no apoio a população na ajuda aos idosos em situação de pobreza. O ponto um quais as dificuldades com que se confrontam nesta... para atender esta problemática, ou seja, vem... chega aqui alguém que bate à porta, chega aqui alguém que necessita dessa, desta, deste apoio, duma resposta urgente por vezes não tem apoio do familiar. Portanto isto é uma dificuldade, quais são então as dificuldades com que se confrontam para atender esta problemática ou outras?

E3– Sim, a dificuldade é o medo, às vezes, que o idoso tem em relatar as situações que se passam com ele, principalmente situações de violência, não é, têm muita dificuldade de relatar, por exemplo, que um familiar, não é, a dizer de certa forma... pronto, sofre violência da parte desse familiar, ou que esse familiar o controla, não é, o problema é chegar, a principal problemática é chegar, não ter medo e chegar a desabafar com alguém que lhes possa trazer aos serviços, porque os serviços ao saber desta situação naturalmente agem.

E – Ok, Muito bem, obrigada, vamos passar aqui para o último ponto, que é, em Portugal os serviços de cuidados para idosos ainda são em números insuficientes para responder às necessidades dos idosos, na sua opinião quais são as dificuldades com que se confrontam as famílias ao cuidar dos idosos? essa situação é já invertida.

E3- Sim, a dificuldade é portanto é em serem eles próprios os cuidadores, enquanto o familiar é cuidador do idoso e trabalha, esse idoso naturalmente ficará abandonado em casa, não é, a dificuldade será sempre procurar ajuda das instituições, conseguir que a pessoa consiga manter uma rotina, que não perca as suas qualidades, não é, não desaprenda dos seus conhecimentos e continuar a ser uma pessoa ativa, porque a pessoa a ficar sozinha dias inteiros em casa acaba por ficar inativa sozinha, não é, vai perdendo qualidades que naturalmente tem, não é.

E - Sim.

E3- Isto traz problemas de demência, uma série de situações, não é, a não ser o cuidador, porque a pessoa naturalmente ao cuidar de um idoso acaba por ser uma pessoa doente também, não é, porque ao se cuidar duma pessoa idosa e não se tem outra tarefa, a pessoa aborrece, não é, enquanto se decidir pôr no centro de dia, não é, a pessoa é válida ainda, não é, agora se encarar por ser idoso e não tem mobilidade aí, porque não consegue se mover, mas as instituições já têm esses equipamentos, poderão sempre procurar uma ajuda e mais-valia para o idoso, o problema é ficar em casa.

E - Chegamos ao fim da nossa entrevista, muito obrigada pela colaboração. Obrigada.

E3 – Nada, nada.

Apêndice 7 - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – UTENTES DO CENTRO DE DIA DA INSTITUIÇÃO ALMA DO BAIRRO

1ª entrevista (Gravada em áudio)

Data da entrevista: 16 de Maio de 2016

Elementos presentes na entrevista - Entrevistadora e Utente do Centro de Dia.

Local da realização da entrevista: Alma do Bairro - Gabinete do Diretor Técnico.

Duração da entrevista: 6 minutos e dezanove segundos.

Horas da realização da entrevista: 10h 19 minutos

E - Muito bom dia, chamo-me Gudi, para já muito obrigada pela oportunidade de aceitar a colaboração no meu estudo. Vou começar por perguntar a sua idade...

U1 - 77

E - Muito bem obrigada,

U1 - Sexo masculino.

E - Estado civil? Casado, solteiro?

U1 - Casado

E - Nacionalidade?

U1 - Portuguesa

E - A escolaridade

U1 - 4ª classe

E - Muito bem, o agregado familiar, vive com quem?

U1 - mulher e dois filhos

E - Tem dois filhos, e que idade tem a sua mulher?

U1 - 57...60

E - 60?

E - E que idade tem o seu filhote?

U1 - 35 mais ou menos.

E - O seu filho vive consigo?

U1 - Vive.

E - Ok, vou começar por entrar propriamente na dita entrevista, vamos falar sobre o que é que pensa sobre a pobreza, a sua perceção sobre a pobreza. Pode me dizer, mais ou menos, com as suas palavras o que é que acha, o que é que é a pobreza para si?

U1 - A pobreza é complicado não é, é muito difícil para se viver.

E - Ok, e o senhor considera-se uma pessoa pobre? O que é que acha?

U1 - Considero-me pobre.

E - Tem que falar um bocadinho mais alto, desculpe, para se ouvir aqui na entrevista, sim, sim... considera-se uma pessoa pobre, sim.

U1 - Com poucos rendimentos.

E - Ok, porque é que se considera uma pessoa pobre?

U1 - Porque o que eu ganho não dá para viver.

E - Ok, Muito bem.

U1 - A reforma.

E - Está bem, quais são, quais as razões que considera que estão na base da pobreza dos idosos, porque é que os idosos são tão pobres, Considera-se que...?

U1 - Porque não tem a reforma suficiente para viver.

E - Ok, obrigada fale-nos um pouco dos seus rendimentos ao longo dos 12 meses.

U1 - É muito baixo, é muito baixo.

E - Sempre foi muito baixo?

U1 - Sempre, sempre.

E- O que é que ganha, sempre ganhou o mesmo ou foi alterando?

U1- Não, quando deixei... quando trabalhava ganhava mais não é. Quando trabalhava, agora não.

E- Sim, sim, o senhor agora já está reformado?

U1- Já estou reformado há 1 ano.

E- Ok, com os seus rendimentos contribui para o agregado familiar ou é ajudado por, neste caso, pelo seu filho?

U1- Por meu filho.

E- É ajudado?

U1- Ele ajuda.

E- O que é que acha, com os seus rendimentos consegue fazer face as suas despesas pessoais?

U1 - Não.

E - Porquê?

U1 - É muito difícil, porque é pouco dinheiro, o que eu ganho é pouco.

E - E como é que, como é que o senhor consegue então gerir a sua vida?

U1 - A mulher ainda vai trabalhando, nalgumas coisas... faz algumas horas de trabalho.

E - Ok.

U1 - Tudo junto conseguimos,

E - Ok.

U1 - Com dificuldade,claro.

E - Sim sim, vamos passar aqui para o 4 ponto. Tem apoios institucionais para a sua situação?

U1 - Não, nunca tive apoios.

E - Nunca teve apoios institucionais?

U1 - Não.

E - Ok, alguma vez fez algum pedido? Para ter ajuda?

U1 - Talvez já fizesse mas, acho que não foi aceite.

E - O que é que correu...?

U1 - Não sei, porque o meu filho tem casa, talvez por isso tem ordenado não é,

E - O seu filho tem o ordenado um bocadinho mais alto?

U1 - Pois tem o ordenado um bocadinho mais alto, não atingia ajudas para mim, exemplo.

E - Ok, obrigada. Que mudanças... não isso já não se aplica no senhor porque entretanto o senhor diz que não tem aqui... não tem ajudas. Como o senhor tem... como hei de dizer... o senhor tem vindo cá no... na alma do Bairro... aqui na instituição recebe algum apoio aqui desta instituição onde o senhor está?

U1 - O almoço.

E - O senhor vem ...

U1 - Colaboro aqui com a alma do Bairro.

E - Ok, então tem ajuda no almoço?

U1 - Sim.

E - Ok... e que mudanças sentiu na sua vida após de ter essa ajuda?

U1 - Foi uma coisa simples, né.

E - É uma coisa que veio melhorar um bocadinho a sua vida?

U1- Pois, pelo menos uma parte.

E - Ok, e como é que avalia aqui os serviços, daqui da instituição, são bons? Os serviços, os apoios que são prestados aqui na instituição?

U1 - São todos bons com os utentes.

E - Ok, obrigada, caso, caso não tivesse esses apoios como acha que poderia gerir a sua vida, só com os seus rendimentos?

U1 - Mais difícil.

E - Pronto chegamos ao fim da... chegamos ao fim da nossa entrevista... muito obrigada pela sua colaboração.

U1 - Agora vou trabalhar.

E - Ok, obrigada sim.

2º entrevista (Gravada em áudio)

Data da realização da entrevista: 16 de Maio de 2016

Elementos presentes na entrevista – Entrevistadora e Utente do Centro de Dia.

Local da realização da entrevista: Alma do Bairro - Gabinete do Diretor Técnico.

Duração da entrevista: 7 minutos e catorze segundos.

Hora da realização da entrevista: 10h51

Entrevistadora - E

Utente 2– U2

E -Muito bom dia, chamo-me Gudi, muito obrigada por ter aceite colaborar na minha, no meu estudo, vamos começar por perguntar a sua idade.

U2 - 78 anos

E - 78 anos, muito bem é do sexo masculino e Estado civil?

U2 - Agora estou viúvo.

E - Muito bem, nacionalidade, qual é a sua nacionalidade?

U2 - Portuguesa

E - Qual é a sua escolaridade?

U2 – A minha, 7º ano

E - Muito bem e o seu agregado familiar como é composto? Vive com?

U2 - Vivo com a minha filha.

E - Vive com a sua filha, que idade tem a sua filha?

U2 - 49 anos

E - O que que a sua filha faz? O que a sua filha faz? Qual a profissão dela?

U2 – É empregada de contabilidade.

E- Muito bem, ok muito obrigada. Vamos passar aqui para o segundo ponto, vamos falar um pouco sobre a pobreza, para si o que acha... o que é a pobreza para si?

U2 - A pobreza é falta de as pessoas viverem em dificuldade e não terem dinheiro para se governarem, passam fome... é tudo isso.

E - Muito bem, nesta ordem como é que o senhor se considera, o senhor se considera uma pessoa pobre?

U2 - Se quê?

E - Se o senhor, na sua situação se considera-se uma pessoa pobre?

U2 - Não, sou remediado.

E -Ok, remediado, esse termo é engraçado, ok, na sua opinião que razões é que considera que estão na base da pobreza dos idosos, porque é que os idosos são tão pobres?

U2 -São pobres porque têm os ordenados pequenos, geralmente as famílias não ligam aos idosos e estão sujeitos a virem se a meter nestas coisas de... nestas instituições...

E – Instituições?

U2 - Nas instituições exatamente.

E - Muito bem, muito obrigada. Vamos passar aqui para o terceiro ponto, fale-nos um pouco sobre os seus rendimentos neste período de 12 anos, os seus rendimentos alteraram, mantiveram?

U2 - Os meus rendimentos?

E - Sim a sua reforma.

U2 - A minha reforma praticamente tem se mantido, tem se mantido.

E - Muito bem, os seus rendimentos contribuem para o agregado familiar ou é ajudado pelo seu agregado familiar?

U2 - O meu ordenado é que é para ajudar os meus familiares, a minha filha não ganha o suficiente e eu tenho que lhe ajudar.

E - Muito bem, ok, muito bem então neste caso consegue fazer, com os seus rendimentos, consegue fazer face as suas despesas pessoais?

U2 - Sim, sim, consigo sim.

E - Mesmo ajudando...

U2 - Sim, sim mesmo ajudando.

E - Mesmo ajudando a sua filha. Ok muito bem, vamos passar aqui para o quarto ponto, tem apoios institucionais para sua situação recebe algum apoio de alguma instituição?

U2 - Não, apoio não recebo nenhum, simplesmente tenho a medicação mais barata na Marinha, sou da Marinha.

E - Sim, sim.

U2 - É só isso, tirando isso mais nada, meu ordenado, a reforma é claro.

E - Ok, fez o pedido para ter ajuda e como decorreu, depois de ter ajuda, neste caso o senhor está aqui nesta instituição?

U2 - Estou aqui estou.

E - E como é que foi, foi o senhor que fez o pedido?

U2 - Não, foi a minha filha é quem tratou de tudo, a minha filha não pode, a minha filha trabalha, a única pessoa que eu tenho é ele, a única família que tenho é ela, a minha filha, tenho lá na terra o terceiro, mas aqui... ela trabalha e como não pode... como não posso estar todo o dia em casa sozinho venho para aqui, vim para aqui, passo aqui o tempo.

E - Muito bem, que mudanças sentiu na sua vida após a ajuda das instituições, após começar a frequentar aqui o centro?

U2 - É melhor, muito melhor, não andava, tive um problema nas pernas, vim para aqui, agora estou aqui, estou aqui durante o tempo pronto.

E - Já está aqui desde quando?

U2 - Desde 25 de Março, não Fevereiro, desde dia 1 de Fevereiro, estou aqui. Três meses e tal.

E - Qual é o seu dia a dia, como é o seu dia a dia?

U2 - Aqui?

E - Sim, sim.

U2 - É estar aí sentado, ler jornal, conversar com esta, conversar com aquele, passar o resto do dia sentado aqui no cadeirão o que ha de ser, aqui é assim.

E - Ok, como avalia aqui os serviços, a qualidade dos serviços, os apoios que são prestados aqui na instituição, como é que avalia?

U2 - Avalio bem, acho que é bom, é bom, não tenho nada a dizer.

E - Os serviços que o senhor usufrui aqui, quais são?

U2 - Não faço nada, acho.

E - O senhor tem o almoço? Tem cá o almoço?

U2 - Tenho, tenho cá o almoço, lanche e jantar. O jantar não tenho porque vou embora às 5 horas, e não levo o jantar.

E - Não leva o jantar, daqui?

U2 - Não.

E – Portanto, então o senhor tem o centro de dia onde passa o seu tempo, sim e depois ainda tem as refeições que são dadas cá, é isso?

U2 - Sim e depois tenho a minha a filha que chega e tenho lá comida.

E - Caso não tivesse este apoio como que poderia gerir a sua vida? Só com os seus rendimentos, no caso o senhor disse que até os seus rendimentos são bons, mas digo se não...como seria a sua vida, se não tivesse aqui este espaço, esta instituição?

U2 - Se não viesse aqui iria para o outro lado, se calhar, iria para ali quem vai para o Miratejo, tem ali um lar, era para ir para aí ou para aqui, mais eu decidi vir para aqui.

E - E preferiu vir para aqui porquê?

U2 – Porque o caminho fica mais direito.

E - Fica mais direitinho para cá.

U2 – Eu moro já ali naquele prédio perto da farmácia.

E - Sim, sim.

U2 - Eu moro perto da farmácia,

E - Sim, sim.

U2– Sabe, tinha que ir tudo além acima era pior, aqui vou de carro, ali tinha que ir a pé.

E - Muito bem, muito obrigada pela colaboração.

U2 - De nada.

E - E tudo de bom para o senhor sim.

U2 - Obrigado.

E - Obrigada.

3º entrevista (Gravada em áudio)

Data da realização da entrevista – 16 de Maio de 2016

Elementos presentes na entrevista – Entrevistadora e Utente do Centro de Dia.

Duração da entrevista – 18minutos e 22segundos.

Hora da realização da entrevista - 11h02

Local da realização da entrevista - Alma do Bairro - Gabinete do Diretor Técnico.

Entrevistadora - E

Utente 3– U3

E - Muito bom dia, eu sou Gudi, vamos começar então por perguntar a idade da senhora, que idade tem?

U3 - 85.

E - 85 anos, muito bem, sexo feminino, o estado civil da senhora?

U3 - Viúva

E - A senhora é viúva, qual a sua nacionalidade?

U3 - Hum?

E - A sua nacionalidade?

U3 - A minha nacionalidade ...?

E - É Aportuguesar? É Portuguesa a senhora?

U3 - Sou.

E - A sua escolaridade? A sua escola...

U3 - Foi a 4ª classe.

E – 4ª classe, muito bem, o agregado familiar a senhora vive com quem?

U3 - Com o meu filho.

E - Vive com seu filho, ok, que idade tem o seu filho?

U3 - o meu filho já tem 55.

E - 55 anos muito bem, o que que ele faz o seu filho?

U3 - O meu filho é empregado ali no... Continente.

E - Muito bem, então vamos começar por responder aqui a algumas questões.

E - O que que a senhora acha, o que que é a pobreza para si?

U3 - A pobreza é a coisa, eu sei lá, além da saúde a pobreza é uma coisa triste, a pobreza é uma miséria, não é, as pessoas gostariam ter outra vida, assim melhor, então não podem ou porque estão desempregados ou porque são doentes ou já têm uma certa idade e a pobreza ataca tudo isso.

E - Muito bem, obrigada. Nesta ordem de ideia a senhora considera-se uma pessoa pobre?

U3 - Olhe, não, graças a Deus não, tenho o suficiente para mim e para o meu filho, não me acho uma pessoa pobre, assim pobre não, eu não sou rica, mas também não acho assim esta pobreza não, tenho sempre para o dia a dia mais alguma coisa.

E - Ok, muito bem, quais são as razões que a senhora considera, que a senhora acha que estão na base da pobreza dos idosos, porque é que os idosos são tão pobres hoje em dia?

U3 - Olhe minha senhora, alguns são coitadinhos, são tão pobres alguns por causa da família, principalmente agora estes anos que têm acontecido, porque veio esta crise, os filhos desempregaram-se, tudo desempregados e então quem lhes estava a sustentar ainda eram os pais, sustentavam os filhos e os netos, coitados, da pequenina reforma deles, dava assim para eles e viviam mal. Outros são os filhos que às vezes não ligam aos pais, podiam auxilia-los ou dar mais assistência a doenças ou em casa e assim, isso agora já não há, uma pessoa é velha, vai para o lar e deixa cá estar. Aqueles que têm consciência e são filhos duma maneira que cá sei, agora por acaso que eu cá sei pelo meu filho, vão visita-los, vão vê-los, como eles estão, como não estão é assim. Já tenho ouvido dizer que há muitos que só lá vão de mês a mês porque vão lá só pagar o lar e nunca mais lá voltam e lá estão os velhotes.

Porque eu oiço na televisão a dizer: “eu não tenho ninguém porque a minha filha está pra além o meu filho está para ali, o outro não quer saber...”, porque assim eles estão no lar sozinhos, quem trata deles é a caridade, são as pessoas, não é, e de maneira que estão muitos abandonados os velhinhos agora estão muito abandonados, dantes também não havia tantos e também morriam mais cedo e também a população não seria tão grande, quando eram velhinhos, os filhos levavam-nos para casa deles e lá os tratavam e lá morriam e assim, mas agora não se vê nada disso “eu ando a trabalhar, eu não deixo a minha vida, eu não deixo o meu emprego por causa da minha mãe, meu pai e coisa, por isso vai pro lar” prontos, a conversa dos filhos é assim, há uns que até tratam, mesmo assim lá no lar visitam-nos, tratam deles e alguns levam os fins de semana a casa deles e depois vão lá leva-los outra vez, é assim, mas há outros que não ligam mesmo.

E - Muito obrigada. Vamos passar aqui para o terceiro ponto, fala-nos seus rendimentos nos últimos 12 meses.

U3 - Os meus rendimentos?

E - Os seus rendimentos, se aumentaram, se alteram, se mantiveram?

U3 - OH filha, Não, não, desde que foi esta crise... dantes recebia a pensão, embora que ela não é muito grande, o meu marido já faleceu há muitos anos, ele era da Marinha, ele hoje se fosse vivo tinha uma reforma enorme, mas nesta altura eles não ganhavam muito na Marinha, e eu fiquei com uma pensão pequena, quer dizer desde, sei lá, desde já 2008, quando as pensões foram aumentadas que ainda era o Sócrates o primeiro-ministro, depois nunca mais, foram agora esses 4 anos, o outro governo, agora entrou este, mas não, não, não.

E - Não tiveram, os seus rendimentos contribuem para o agregado familiar ou é ajudado pelo seu agregado familiar, neste caso ou é ajudado pelo seu filho?

U3 - Nós não temos divisões, nem este é teu nem aquele é meu, é tudo em conjunto, está tudo em conjunto aquele que precisa tira, é assim, não está dividido, não está nada, o pouco que está no banco, no nome dele e no meu nome, aquilo que se precisa vai-se ali e tira-se e é assim.

E- Consegue com os seus rendimentos fazer face as despesas pessoais?

U3 - Consigo, porque só sou eu e mais ele, só somos os dois, de maneira que eu não sou de gastar, quando era mais nova lá podia vestir mais um trapo como costuma a dizer-senovo mais uma coisita...ele a mesma coisa, aquilo que precisa, aquilo que tem necessidade aquilo que seja como for pode comprar à vontade.

E - Ok, como é que é o seu dia a dia?

U3— Olha, o meu dia a dia, olhe é vir agora pra aqui, agora o meu dia a dia é assim, eu estava em casa, mas adoeci muito e fui para o hospital, do hospital vim de lá muito frágil, com tantas complicações,depois o meu filho falou comigo para vir aqui para o centro, já ouvia falar, daqui nos alentejanos, que era até aqui ao pé do supermercado, mas sabia lá agora... o que era nem como era nem nada, depois olhe vim pra aqui, faz agora um ano, foi no mesmo dia do Santo António que a ambulância me veio buscar, o INEM, foi mesmo o dia do Santo António, passei lá o Santo António, o São João, o São Pedro, tive lá 15 dias.

E - No hospital?

U3 - No hospital.

E - Muito bem. Vamos passar aqui para o 4º ponto, os apoios institucionais. Tem apoio institucionais para esta situação, a senhora tem algum apoio de alguma instituição? É ajudada por alguma instituição?

U3 - Não, não, não, nem tenho assim, nunca pedi, eu era assim muito dada em casa e nunca pedi, tudo tem uma pequenina reforma, tudo, uns porquecausa disto, outros porque metia-se lá com uma criança ou duas e depois que estavam a tratar daquela senhora e nem estavam às vezes a tratar, era assim uma coisa e foi assim que elas, tudo tem reformas, eu não tenho nadinha nadinha, é só a pensão do meu marido, sou pensionista.

E - A senhora não tem reforma?

U3 - Tenho só a reforma do meu marido.

E - Mas a senhora não tem porquê?

U3 - Nunca tratei de nada.

E - Mas a senhora trabalhou, a senhora trabalhava na vida, trabalhou?

U3 - Não, não nunca trabalhei.

E -Ah, nunca trabalhou.

U3 - Eu era dona de casa estive, quando o meu marido era vivo e quando era a guerra colonial...

E - Sim, sim

U3 - Tive 4 anos na Guine e depois vim de lá, mas no mês de Abril, eu vim no dia 8 e aquilo deu-se no dia 25 de Abril, não eu nunca trabalhei.

E - Fez o... a senhora disse que o seu filho é que fez aqui o pedido para ter ajuda, como é que decorreu este... como decorreu essa ajuda?

U3 - A ajuda não correu de maneira nenhuma, o meu filho trouxe os papeis falou com o Dr., trouxe as coisas, era segundo a minha pensão é que eu tenho que pagar.

E - Muito bem.

U3 - É assim.

E - Agora está aqui na instituição passa aqui o dia...

U3 - Estou.

E - Almoça aqui...

U3 - Sim, tomo o pequeno almoço, almoço e lanche. Almoço, almoço, lancha-se e depois vai-se para casa.

E - E qual é aqui, qual é os apoios que mais recebe?

U3 - Não é mais nada, aqui não se recebe nadinha nadinha, eu não recebo nada, nada, é só o comer, é só o comer,

E - Muito bem, que mudanças é que sentiu na sua vida após estar aqui na instituição?

U3 - Oh minha senhora para não estar para lá também sozinha a olhar para as paredes...

E - Ok.

U3 - Olhe vim para aqui.

E - Como avalia, aqui, a qualidade dos serviços e os apoios que são prestados? Como é que faz essa avaliação aqui dos serviços, gosta de cá estar?

U3 - É assim, eu gosto, eu gosto de cá estar, agora não digo que não gosto de cá estar, o que eu acho assim mais fraquito e sem mais coisa é o comer, é a comida.

E - Ok, no caso se não tivesse esses apoios, no caso que não tivesse aqui a instituição, como acha que poderia gerir a sua vida com os seus rendimentos? Acha que....

U3 - Geria bem, como dirigi desde que o meu marido faleceu até agora, ainda não há 1 ano que me aconteceu aquilo e que fui para o hospital e de lá para aqui,

E - Ok. Então só procuraram mesmo aqui a instituição só para ter o apoio pra não ficar sozinha em casa?

U3 - Exatamente, exato,exato, foi, foi, a mãe vai para ali, de dia... a situação é de dia e esta lá durante o dia. Depois quando ia era a primeira, iam-me buscar às 8.30, ainda não há muito tempo, eu disse “ai, isso é tão cedo” dizia para o meu filho, porque como tenho o meu filho em casa, há sempre coisas a fazer não é.

E - Sim, sim.

U3 - Sempre há coisas a fazer, os piugos, lavar qualquer peça, fazer a cama dele, fazer a minha, às 8.30 era muito cedo, era muito cedo, achava que era muito cedo o que vinha para aqui fazer? Se eu tinha lá tanto para fazer em casa... Não posso mexer-me muito, sempre coiso, mas sempre dou um jeitinho.

E - Neste caso, a senhora tem aqui o carro da instituição que vai buscar em casa, não é?

U3 - Vai, é a carrinha, e de maneira que consegui vir mais tarde, fui agora mais aquele senhor que cá veio o senhor João, mais a dona Rosa, a mulher,

E - Sim, sim.

U3 - Começaram a vir, eles moram aí perto de mim, das 10 horas, eu digo assim “a essa hora a mim me convinha”, porque já tinha tempo de fazer mais algumas coisas, passar algumas calças, antes de vir para aqui.

E - Muito bem.

U3 - Ainda dou um jeito, bem é tudo, tiro as coisas que tenho que fazer o jantar, tiro as coisas lá de cima do congelador.

E - Não leva daqui o jantar, daqui da instituição?

U3 - Eu levo daqui é a sopa.

E - Ok.

U3 - É a sopita, uma carcaça e uma peçazinha de fruta, já viu que o meu filho não vai comer essa comida, de maneira que tiro sempre do frigorífico cá pá baixo e depois levo daqui tempero e depois faço sempre um jantarinho.

E - **A senhora ainda sente-se aí com muita força...**

U3 - não, não sinto, não, ele é que faz muito, hoje ele está de folga, hoje vai aspirar aspirar a salinha aonde a gente está mais.

E - Em casa como é o seu dia a dia em casa, já vi que gosta de estar em casa e a cuidar das suas coisinhas?

U3 - Sim, sim, olhe no sábado estive a passar a ferro, a dar alguns pontinhos onde se precisa, ontem domingo tirei, eu tirei mas quem fez foi o meu filho, tirei a minha roupa da cama, tirei-a logo de manhãzinha cedo, meti-a na máquina, ele é que depois fez a minha cama.

E - Ok. É muito certinha a fazer as coisas.

U3 - Agora tenho lá essa roupa, ainda está por passar, foi ontem,

E - Sim, sim.

U3 - Ainda está por passar a roupa da cama, mais o meu pijama, umas coisinhas vai se fazendo...

E - Muito bem.

U3 - Quando os dias são mais pequenos, no inverno é que é um caso sério, é logo de noite e depois está muito frio... ainda quando a gente chega lá com tempo, com horas de sol ainda dá para fazer qualquer coisa.

E - Muito bem.

U3 - É assim, é assim filha, a casa eu lá dou sempre um jeito, lavo a bacia, lavo a sanita, lavo o bidé...

E - A boa maneira de se sentir ocupada

U3 - O que mais custa é aspirar, isso é ele.

E - Ok. Muito bem, obrigada.

U3 - Nada, nada, nada

E - Muito obrigada, gostei muito de falar com a senhora.

U3 - E eu também.

E - Obrigada pela sua colaboração

U3 - Faz-me, olha faz-me bem falar, não tenho com quem falar, assim olhe é um desabafo.

E - Muito bem, olha fico feliz por isso.

U3 - É um desabafo.

E - Ok, obrigada.

4ª entrevista (Gravada em áudio)

Data da realização da entrevista – 16 de Maio de 2016

Elementos presentes na entrevista – Entrevistadora e Utente do Centro de Dia

Local da realização da entrevista - Alma do Bairro – Gabinete do Diretor Técnico

Duração da entrevista – 9 minutos 48 segundos

Hora da realização da entrevista – 11h:31

Entrevistadora - E

Utente 4– U4

E - Muito bom dia, obrigada por ter aceite o meu pedido para participar na entrevista, começo por perguntar a sua idade?

U4 - 90, ponha 90

E - Está bem. Qual é o seu estado civil? É casada?

U4 - Viúva.

E - Muito bem

U4 - Há quarenta e tal anos

E - Muito bem, a sua nacionalidade?

U4 - Évora

E - Muito bem, qual é a sua escolaridade? Estudou até que ano minha querida, estudou até que ano a minha senhora?

U4 - Estudei até que ano?

E – Sim.

U4 - Olhe fiz a 4º classe.

E - Muito bem.

U4 - E depois fui tirar o curso industrial, para aprender a fazer costura, bordados, tapetes de Arraiolos e aprendi tudo, rendas de bilro, aprendi tudo na escola industrial Gabriel não sei quê, já não me lembro o nome.

E - Está bem, o agregado familiar, vive com quem?

U4 - Ah?

E - A senhora vive com quem?

U4 - Sozinha.

E - Vive sozinha, muito bem, ok. Vou começar por perguntar o que é que acha para si, o que é que é a pobreza para si?

U4 - Ai não sei explicar.

E - Não?

U4 - A pobreza é a fome.

E - Ok.

U4 - Passarem fome, não terem dinheiro para comer,

E - Muito bem. Não sei se posso perguntar a senhora considera-se uma pessoa pobre?

U4 - Ah?

E - A senhora considera-se uma pessoa pobre?

U4 - Com certeza, vivo com uma pensão que o meu marido me deixou de cento e tal euros, posso viver rica? O que me ajuda é o meu neto.

E - Muito bem. O que é que acha... porque é que os idosos são tão pobres, o que que acha?

U4 - Ah?

E – Porque é que os idosos são tão pobres para si?

U4 - Sei lá, porque não têm dinheiro e não têm quem os ajude, o Estado não dá nada, pelo contrário, até tira, eu tinha uma pensãozinha de quinhentos escudos por mês da Segurança Social, quinhentos euros por mês da Segurança Social, mas a velhaca da minha vizinha do meu lado foi dizer na Segurança Social que eu tinha uma pensão muito grande da Marinha, não precisava de estar a explorar a Segurança Social e a Segurança Social tirou-me a pensão, agora não tenho nada.

E - Muito bem, obrigada. Fale-nos dos seus rendimentos nos 12 anos*, sempre ganhou o mesmo, foi auxiliada, disse que está receber uma pensão?

U4 - Estou, de cento e não sei quantos euros, que é para pagar aqui.

E - Sim, sim. A senhora não é reformada, de si não recebe nenhuma reforma?

U4 - Não senhor, não tenho reforma nenhuma.

E –Porque é que não tem reforma?

U4 - Porque nunca trabalhei para receber, trabalhei vinte e tal anos nos hospitais civis de Lisboa.

E – Sim.

U4 - Mas isso deu pro torto e o meu marido tinha a mania que era um gajo bom está a perceber, era assim de gancho, tratava-me mal, batia-me, dava-me pancada e não me dava dinheiro para comer, eu é que eduquei os filhos com o meu trabalho, que depois que saí dos hospitais, fui trabalhar nas fardas da Marinha, aí é que eu recebia dinheiro, mas não fui reformada, quando foi o 25 de Abril incendiaram as costureiras, eu também fui no rol e não reformaram ninguém, de maneira que eu eduquei os meus filhos com o

meu trabalho, dei um curso a cada um, ele tinha um curso, ela tem outro, ele coitadinho já morreu mas ela ainda é viva graças a Deus, de maneira que eduquei os meus filhos com o meu suor, que o meu marido não dava nada, para depois era tudo para as amantes.

E - Muito bem disse que tem uma filha?

U4 - Tenho uma filha com... também não sei dizer a idade...

E - Ok, muito bem o que é que ela faz? Ela trabalha?

U4 - A minha filha é chefe de secção no Ministério da Marinha.

E - Muito bem.

U4 - Já lá está há muitos anos, nunca teve outro emprego.

E - Ok, muito bem, com os seus rendimentos contribui para o agregado ou é a ajudada pelo seu filho?

U4 - Pelo meu neto.

E - Ou por seu neto, o seu rendimento que recebe não é ou a pensão do seu marido não dá para, não?

U4 - Só dá para pagar aqui.

E - Só dá para pagar aqui e é ajudada pelo seu neto que disse?

U4 - É, o meu neto é que me leva ao médico, é que me paga a farmácia, é que me paga o médico, é de graça porque é da Marinha,

E - Sim, sim.

U4 - Não me leva dinheiro e, olhando a situação, não me leva dinheiro, só tenho é que pagar a farmácia, paga o meu neto.

E - E com o seu dinheiro da pensão consegue, consegue... consegue com os seus rendimentos fazer face às despesas que tem?

U4 - Não percebo.

E - Com aquilo que recebe da sua pensão consegue fazer a sua vidinha?

U4 - Pago aqui, aqui e mais nada.

E - Ok.

U4 - Não dá para mais nada.

E - Tem apoios institucionais para a sua situação, tem apoio do Estado, tem apoio de alguma instituição?

U4 - Nada, não tenho apoio de coisa nenhuma. Ainda tenho que pagar a renda da casa à Marinha, que vem descontada na minha pensão, não sei quanto é, eu vivo muito mal, o que é que julga... se não fosse o meu neto ajudar-me, não sei como eu vivia.

E - Muito bem, fez o pedido aqui, para vir para aqui para instituição onde está para ter ajuda, como decorreu?

U4 - Fale mais alto, que eu não percebo.

E - Fez o pedido para frequentar aqui a instituição onde está agora?

U4 - Inscrevi-me.

E - Foi a senhora que fez ou foi a sua filha?

U4 - Fui eu.

E - Foi a senhora que fez ...?

U4 - Fui eu, então, já estou aqui há 10 anos.

E - Muito bem, fez o pedido para ter essa ajuda e que mudanças sentiu depois de estar aqui nesta instituição?

U4 - Não percebo.

E - Depois de começar a frequentar aqui a instituição quais são as mudanças que sentiu na sua vida? Melhorou depois de estar aqui a frequentar?

U4 - Vir de casa para aqui, daqui para casa.

E - Passa aqui o seu dia.

U4 - Sim vivo sozinha, os meus filhos... olhe, o meu filho ainda teve lá ontem, foi ver como é que eu estava.

E - Muito bem, neste caso está aqui na instituição como é que avalia aqui a qualidade aqui dos serviços os apoios que tem aqui, como avalia?

U4 - Ninguém me trata mal, também não trato mal a ninguém, por isso não tenho razões de queixa.

E - Quais são os apoios que tem aqui?

U4 - Ah?

E - São os apoios que tem aqui na instituição?

U4 - nenhuns, apoio de quê? De dinheiro?

E - Sim, pode ser de dinheiro, pode ser uma outra coisa que a senhora precise...

U4 - Não, não me dão nada.

E - Só paga aqui a instituição e alimentação?

U4 - Ah?

E - Leva alimentação para casa?

U4 - Levo jantar, sopa, um pão e uma peça de fruta. Já tenho ali para levar logo à tarde, quando for embora às 4.30 levo o comer para casa, o jantar.

E - Oh minha querida como é o seu dia a dia?

U4 - Ah?

E - Como é o seu dia a dia, como é que passa o dia?

U4 - Olha aqui, passo aqui o dia todo, chego aqui às 9 - 10 e picos, depois vêm-nos pegar às 4.30. Pronto, quando são cinco horas, estou em casa.

U4 - E em casa como é que é?

E - Em casa deito-me, eu não posso andar, ando com uma bengala mas tenho que andar muito devagarinho com medo de cair, já tenho caído muita vez, já caí, fiz uma fatura no colo do fúmore, parti um ombro, lá em casa caio muitas vezes, mas com a graça de Deus, Deus ajuda-me e eu consigo levantar-me.

E - Sim, sim.

U4 - Pois.

E - Muito bem, muito obrigada pela colaboração já chegou ao fim a nossa entrevista, muito obrigada, está bem minha querida, obrigada pela colaboração.

U4 - Nenhuma, Nada.

E - E tudo de bom para senhora.

U4 - Respondi aquilo que sabia.

E - Está bem, eu sei minha querida, obrigada sim.

U4 - Nada.

5ª entrevista (Gravação em áudio não autorizada. Registo feito por escrito)

Data da realização da entrevista - 16 de Maio de 2016

Elementos presentes na entrevista - Entrevistadora e Utente do Centro de Dia

Local da realização da entrevista - Alma do Bairro - Gabinete do Diretor Técnico

Duração da entrevista - Aproximadamente 45 minutos.

Hora da realização da entrevista - 11.40

Entrevistadora - E

Utente 5 - U5

E - Bom dia, muito obrigado por ter aceite o nosso pedido, vou começar por perguntar a sua idade.

U5 - 65 anos

E - 65 anos, muito bem, do sexo masculino, estado civil?

U5 - Divórcio.

E – Divorciado, muito bem. Nacionalidade?

U5 - Portuguesa

E – Portuguesa. A sua escolaridade?

U5 - Segundo industrial

E - Muito bem.

U5 - Ensino preparatório é melhor pronto, tanto faz.

E – Sim, sim. O agregado familiar vive com quem?

U5 - Vivo com a minha filha

E - Muito bem. Só tem uma filha?

U5 - E já chega, já chega, essa aí já chega.

E - Que idade ela tem?

U5 - Tem 30 e qualquer coisa, 35 parece-me.

E - O que é que ela faz?

U5 - Ela agora uns tempos para cá ela estava ali, no centro comercial, aquilo parece que estragou-se e ela teve que ir arranjar outra coisa...

E - Muito bem.

U5 - Também tem uma filha, porisso é uma neta, porisso também tem que fazer mais qualquer coisa.

E - Está bem, vamos falar um pouco sobre a pobreza...

U5 - A pobreza?

E - O quê que acha?

U5 - São anos de histórias pá

E - Para si, o que que é a pobreza?

U5 - A pobreza, vamos lá ver, as pessoas é quem a fazem à partida, não é, e depois há sempre aqueles que querem mandar, há aqueles que têm dinheiro e não largam, e há aqueles que não chegam a terem dinheiro, ainda é pior para mim, já não têm mais recursos na vida, não têm, ou seja, quem cair na pobreza acho que é difícil depois sair de lá e depois quem é que vai lá busca-los? Eu acho, eu acho que noto isso, quer dizer, enquanto se é rico ou remediado é uma coisa, caindo-se na pobreza eu acho que não há ninguém que ajude.

E – Ok.

U5 - Casohá exceções, não é, há exceções, não estou a dizer aqui que é todos, mas caindo na pobreza eu acho que é muito difícil, depois dar aquele salto, aquele salto que é necessário para a vida social.

E - Obrigada.

U5 - Ou andam sempre aos encontrões, ou andam sempre aos empurrões, desempregados, à partida é, sei lá, tanta coisa...

E - Muito bem. Considera-se uma pessoa pobre?

U5 - Remediado.

E - Remediado?

U5 - Até agora nunca me faltou nada.

E – Ok.

U5 - Do que... que preciso, do que tenho também não me chega, mais há coisas que até se resolvem.

E - Que razões considera que estão na base dessa pobreza dos idosos?

U5 - Eu acho que uma má governação e egoísmo das pessoas, acho que sim, a pior coisa é o egoísmo, dantes era inveja agora é egoísmo, eu sei lá, arranjam sempre, eu acho isso

né, está mal distribuído uns têm muito, também não o largam que é deles, e há aqueles que nunca tiveram nada e passaram a não ter nada outra vez.

E - Ok. Vamos caracterizar aqui a sua situação socioeconómica. Fale-nos dos seus rendimentos ao longo dos 12 meses, foi alterando, foi mantendo.

U5 - Eu sempre tive muitos altos na vida, para dizer que a vida sempre foi uma classe grande, ou uma classe média, mais ou menos assim mais encostado, não me posso queixar neste aspeto, a vida tem-me corrido bem, lá teve aquele entrave uma vez, mas isso teve que ser resolvido, não enriqueci, mas também não sou pobre, já estou como o outro, estou na classe média.

E - Os seus rendimentos contribuem para o agregado familiar ou é ajudado pelo seu agregado familiar?

U5 - Desde que fui divorciado, sou sozinho.

E - Ok.

U5 - Tenho lá a filha e a neta em casa, mas faço a minha vida sozinho e elas fazem a delas, ajudei-as, não tinham para onde ir, só tinham o caixote de lixo.

E - Mas ajuda a sua filha?

U5 - Não precisa, ela de vez em quando arranja emprego e ela governa-se a ela própria, também tem conseguido desenrascar-se, quer dizer tem resolvido os problemas que tem tido.

E - Ok.

U5 - Uma vez ajudo eu, outras ela por ela consegue alterar o programa, não é, a vida melhora mais um bocado, não é, a um novo emprego.

E - Neste caso quando ela está desempregada o senhor ajuda?

U5 - Algumas vezes parece que é de propósito, ou foi ignorância, aquilo houve ali qualquer coisa e foi de raiz, ela então... é realidade, como se fosse um buraco mais fundo ela se afundava, quer dizer não cheguei a perceber como ela estava.

E - E neste período o senhor ajudou?

U5 - E ajudo ainda, ela está comigo, foi ali naquela idade, ela não tinha para onde ir... Só se fosse dormir ali no jardim, não tinha mais ninguém, a família nem toda é nova, não é, já tem uma idade um bocadinho pós cinquenta, pós sessenta, pós setenta, quer dizer andam ali, vão ajudam como... como é que ajudam é assim a vida, caiu de raiz, fez de propósito...

E - Muito bem obrigada. Quando diz caiu de raiz o que é que quer dizer?

U5 - Começou a saltar de emprego para emprego, começou a ter tudo a contrato... ainda está a contrato.

E - A contrato é bom.

U5 - É, mas aquilo também... eu não estou bem dentro do assunto, o contrato dela é aos 6 meses, depois arranjam outro, ela não pode dizer que não, nem ninguém pode dizer que não, tem que aceitar é quase uma obrigação um contrato.

E - Hoje em dia os trabalhos estão um bocadinho precários.

U5 - Pode ser que apareça num outro lugar coisa melhor. Mas ela caiu mesmo de raiz parece alguém a empurra-la... depois tive que ir busca-la, não é.

E - Ok, muito bem.

U5 - A família é tudo festa, mas quando chega para as responsabilidades, mas não interessa, está tudo resolvido a esse ponto. Esse ponto conseguiu-se resolver, se não era o pior.

E - Ok, muito bem. Consegue com os seus rendimentos fazer face às suas despesas pessoais?

U5 - Até agora tenho conseguido, uns dias melhor outros dias piores, uns anos mais endinheirado, tenho conseguido, não tenho tido assim no que se pode dizer dificuldades,

quer dizer também não sou um endinheirado, mas, quer dizer, consigo equilibrar quando houver assim uma crise, pronto fica posta de parte e está resolvido.

E - OE, vamos falar dos apoios institucionais. Tem apoios institucionais?

U5 – Não, não, sou só eu desde pequenino desde que nasci, foi sempre sozinho, só tive pai e mãe, sou único filho.

E - Não tem apoio de nenhuma instituição?

U5 – Não, nada, só daqui, o único apoio que eu tenho é daqui da Alma do Bairro.

E - E como é que veio para aqui?

U5 - Foi o Dr. Francisco que me trouxe aqui, houve uma reunião qualquer, depois o senhor disse “o senhor apresenta-se na Alma do Bairro”.

E - Está aqui desde quando?

U5 - Não sei precisar, já vai uns 4 anos...

E - Está aqui todos os dias?

U5 - Estou todos os dias, foi combinado vir para aqui.

E - E qual foi o motivo que o levou para aqui?

U5 - Eu pirei, pirei, estava tão passado da vida e as pessoas é que me deitaram...olhe o Dr. foi-me buscar, foi com uma grua, foi-me buscar, pronto. No dia a seguir já parece que estava, não é que estivesse mal, mas quer dizer estava saturado... o Estado em si... era empregado do Estado... o Estado em si é muito bom e depois tornam-se às vezes todo desequilibrado, quem tem padrinho seguram-nos, mas eu não quis estar a pedir a ninguém, avariei...

E - Ok.

U5- ...no Estado ninguém me disse nada, ninguém me ofendeu, ninguém me tratou mal, pelo contrário, até me trataram bem, sempre todos, só me disseram “agora vai para a Alma do Bairro, amanhã esteja lá às 9 horas”, foi assim e foi assim que eu, porisso, vim para aqui é que eu já tenho 30 anos de Estado...

E - Mas quando diz que pirou o que é concretamente?

U5 - É a vida, a vida não me correu bem.

E - Teve algum problema psicológico é isso?

U5 – Não, não, tenho a vida em si, quer dizerfiquei saturado da vida.

E - Sim, sim, naquele momento as coisas não correram bem?

U5 - Se não tivesse ninguém que me pescasse, não sei como é que estava, estava em casa se calhar deitado a dormir.

E - Que mudanças então sentiu na sua vida após essa ajuda?

U5 – Tenho-me sentido bem, nem me custou nada vir par´aqui.

E - OE.

U5 - À partida vim para aqui, o Dr. disse-me “aparece lá na Alma do Bairro”.

E - Qual é o seu dia a dia aqui?

U5 - Olhe o dia é assim: um dia lê-se o jornal, outro dia conversa-se, vai sendo... uns dias passam melhor que outros.

E - Muito bem, como avalia aqui a qualidade dos serviços os apoios prestados?

U5 - Não tenho nada a dizer, não vou dizer que são excecionais, mas são bons.

E - Quais os serviços que usufrui aqui? É o centro de dia e alimentação?

U5 – É, é

E - Também leva alimentação para casa?

U5 – Levo, levo, eles disseram para levar e eu então eu não quis fazer desfeita.

E - Prefere ficar aqui no centro de dia do que ficar em casa? Por algum motivo?

U5 – Claro, nem pensar, para estar aí a pôr as mão nas paredes, não, a idade também já é um bocado... 65 já ...

E - Sim, sente-se bem aqui?

U5 - Sim, as pessoas são amáveis, são simpáticas.

E - Caso não tivesse aqui na instituição como acha que poderia ...?

U5 - Ia para Casa Pia

E - Ia para Casa Pia?

U5 - Ia para a Casa Pia, não tenho pai, não tenho mãe, não tenho irmãs, não tenho irmãos. À partida fui sempre sozinho já não é de agora, desde que fiz o segundo divórcio fiquei sozinho outra vez, casei duas vezes... também não foi mau, uma foi ela a culpada, a outra fui eu o culpado, ficamos empatados, foi assim um bocado, ela divorciou-se... embirrou com qualquer coisa e eu também para me estar a zangar todos os dias com a mesma pessoa...

E - Mas está mais aqui na instituição pela companhia?.. pela convivência?

U5 - Eu tinha chiado... à minha procura, a policia é que foi buscar-me.

E - Tinha desistido da vida?

U5 - Não desisti, pifei quer dizer... achei que estava num vazio... quer dizer...

E - Ok, ok.

U5 - Não havia solução, para mim não tinha...

E - Mas ficou assim porquê? Por causa do divórcio?

U5 - Não, foi a vida, foi o desgaste.

E - Ok.

U5 - Eu era empregado do Estado como dizia, mas eu era um bocado rígido, quer dizer, quando é para fazer é para fazer, quando é para brincar e tudo isso e a idade também... estava tudo a favor, chega uma época não há nada a favor sabe...

E - Ok, e em casa como é o seu dia a dia em casa?

U5 - Ah isso, tenho lá a minha filha e a minha neta, já não tenho paciência nem para neta nem para ela... mas são impecáveis, já não tenho pachorra para estar a aturar miúdos, não é a filha, é dela, lá faça como quiser, ela está à vontade, faça como quiser, mas comigo não pode contar, ficou mesmo a coisa a zero.

E - A cabeça, a cabeça? Ok, muito bem. Faz a medicação? É acompanhado?

U5 - Faço, faço, é o Dr é que...

E - Ok, muito bem.

U5 - Fiquei mesmo a zero... no inverno ainda mantinha, no inverno dou-me bem e no verão?

E - Mas foi questão de saúde, a nível de saúde que veio para aqui?

U5 - Foi, foi.

E - Muito bem.

U5 - À partida foi a nível de saúde.

E - Ok. Muito bem. O senhor foi para o hospital e do hospital é que foi sinalizado o seu caso? Como é que foi?

U5 - Quer dizer, isso já foi há alguns anos, mas o Dr é que me trouxe.

E - Ok, muito bem.

U5 - Ele trouxe os papeis todos, ele disse “vem comigo, ao dia tal apresenta-se na Alma” Foi assim mais ou menos.

E - Muito bem, as coisas correm bem e o senhor está bem?

U5 - A saúde ficou 50% talvez.

E - Muito bem.

U5 - Fiquei assim um bocado... estava habituado assim a uma vida mais de desgaste, aqui é bom.

E - Muito obrigada.

U5 - É pessoas de muita idade, não estava habituado...

E - Ok.

U5 - A lidar com pessoas de muita idade.

E - Aqui no centro de dia encontra-se pessoas de mais idade.

U5 - Não sabia como me dirigir... mas tá bem.

E - Adaptou-se bem?

U5 - Adapte, adaptei, eu neste aspeto adapto-me bem às circunstâncias, mais dia menos dias, mais semana menos semanas, já quando trabalhava era assim....

E - Ok, ainda bem, fico feliz pelo senhor e obrigada pela colaboração.

U5 - A sua saúde tudo impecável para si, obrigada.

E - Obrigada eu, igualmente para o senhor.

Apêndice 8 - GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS

▪ Entrevistado 1 (E1)

Categoria	Subcategorias	Unidade de Registo
Prática Profissional	Tempo de trabalho	-10 anos em novembro.
	Função do Assistente Social na Instituição	...Responsável pelo centro de dia, aqui onde nós estamos tem serviço de apoio domiciliário, sou também responsável um pouco a distância do centro de convívio de a Trafaria e do centro de dia do Pragal,... outra colega ...assume essas funções, mais tem que reportar a mim, todas as situações que acontecem,...aqui sou responsável, pela organização de todos os processos, de todos os utentes, porque cada utente tem que ter o seu processo, sou responsável pelo contacto digamos, assim com a rede informal e com a rede formal, que dizem respeito a cada utente. É tentar perceber exatamente quais são as necessidades que cada utente tem.
	Objetivos da Instituição	- Esta associação quando nasceu, nasceu com um fins meramente culturais, para promover a cultura, costumes e tradições dos naturais do Alentejo... mais a partir do ano 2000, 2001,...aperceberam-se que tinham que ir mais alem do que isso e então tentaram criar respostas sociais, que fossem de encontro as necessidades da população....sobretudo aqui da zona do Laranjeiro.
	Articulação do trabalho com outros profissionais	- É duma forma muito informal... nós aqui no Laranjeiro, funcionamos muito em rede, facilmente a alma do bairro articula com outras instituições de cariz social, mas também com o serviço de saúde, o próprio centro de saúde, o próprio hospital são, parceiros que nós temos que ter em conta para resolver os problemas das pessoas, porque sozinho nós não vamos fazer nada.

	Estratégias profissionais	- Isso é um bocado complicado, porque não há uma estratégia definida, o que existe é que perante cada situação que surge, a medidas que tenham que ser tomadas por exemplo eu estou-me lembrar de um caso de um senhor que foi nosso utente a muitos anos, o homem portanto já faleceu, e na altura do natal, nós deixamos de ver o homem durante ai dois dias, foi uma equipa a procura do senhor, foram a casa dele, e ele acabou por não vir de imediato voltamos lá novamente, percebemos que o homem estava lá dentro, mais com uma voz muito sumida perguntamos de poderíamos arrombar a porta, a porta não foi arrombada, chamou-se a polícia, a polícia esteve presente, fomos nos deparar com um homem que tinha lixo até ao teto e no meio do lixo estava lá o senhor. Obviamente que uma pessoa que faz esses tipo de recolha, não está bem, então articulou-se com a polícia, com a junta de freguesia, com a saúde, e com lares, para tentarmos tirar de lá aquele homem dentro daquela casa, para lhe podemos fazer uma limpeza à casa, tentar sinalizar o homem para um lar, porque essas questões são muito muito rápidas, hoje está tudo muito bem, mas amanhã não está. não há uma estratégia definida, perante cada situação... as medidas são tomadas.
Perceção sobre a pobreza em Portugal	Definição de pobreza	- É quase um cliché,... é um flagelo e toda gente deveria viver com uma serie de condições.... eu sei que isso não existe, e vai haver sempre diferenciação, entre pessoas sobretudo a nível da riqueza e sensivelmente desde 2010, 2011 quando a famosa crise chegou, a pobreza aumentou e nós aqui somos confrontados, já fomos mais é um facto com pedidos de ajuda alimentar, não só para pessoas idosas, mais também para pessoas na casa dos seus quarenta e muitos cinquenta e tais anos.
	Definição de pessoa pobre	...A pessoas pobre de espírito e pobres financeiramente. As vezes a pobreza de espírito condiciona também o resto,...uma pessoa pobre é uma pessoa que não consiga ter um rendimento capaz de fazer face às despesas básicas do quotidiano. Uma pessoa que não consiga ter um rendimento capaz de fazer face às despesas básicas do quotidiano.
	Como as pessoas vivem a situação de pobreza	- Mal.
	Formas de intervenção	- Teria que haver aqui muita mudança sobretudo a nível político, porque por exemplo muito dos nossos idosos tem pensões abaixo do IAS – Índice de apoios sociais são cerca 420...passa primeiro por aumentar os salários das pessoas, criarem condições de proteção social que permitam que as pessoas tenham acesso condições básicas de habitação, saúde, educação, cultura, isso está tudo na Constituição, mais parece que querem dar cabo dela.

	Particularidade no Distrito de Setúbal	- É assim o Distrito de Setúbal tem tradição de ser sempre, em épocas de maior crise, ser sempre um Distrito que costuma a levar na corneta entre aspas.
	Particularidade nas freguesia do Laranjeiro e Feijó	- O Laranjeiro enquanto Freguesia,...denotei uma diferença muito grande comparativamente com o sítio onde vivo, que não sendo muito longe, não tem essas assimetrias,...há uma zona do Laranjeiro que está próxima do Feijó, mas há uma zona do Laranjeiro que não está próxima do Feijó, que está mais próxima do Miratejo que pertence já o concelho do Seixal... e temos populações totalmente diferentes, se do lado mais próximo do Feijó temos aquele pessoal que veio dos anos 50, 40, 50, 60, que vieram do sul sobretudo do Alentejo à procura de uma vida melhor, e vieram para aqui trabalhar, e ficaram,... e temos essa população muito diferente daquela que está no Laranjeiro / Miratejo, que é sobretudo o pessoal que a seguir à Independência das antigas colónias, veio para Portugal, têm uma vivência totalmente diferente daqueles que estavam cá. ...há uma comunidade muçulmana muito grande para a dimensão da Freguesia e que vive de certa forma num mundo à parte, ao deparar-me com esta realidade, ou com essas realidades deparei-me com uma população envelhecida, carenciada, mas também gente mais nova, também carenciada, portanto é uma zona onde este fenómeno está bem representado.
Atendimento e orientação às solicitações das pessoas em situação de pobreza	Pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza na instituição	...Não se pode dizer que haja uma pessoa responsável por essa triagem, porque essa triagem ela não é feita, o que acontece é que as pessoas batem-nos a porta, e a porta não é fechada. Tenho aqui pessoas que frequentam a instituição e que pagam uma determinada mensalidade, e tenho outras...que não pagam mensalidades durante algum tempo, porque não têm rendimentos... e outras pessoas que pagam um valor quase ridículo,...enquanto responsável técnico, tenho que receber todas as pessoas com menos ou mais rendimentos.

	Processo de atendimento	- As pessoas chegam muitas vezes encaminhadas pelos outros serviços... da rede, outras veem porque houve um familiar que teve conhecimento da Instituição, vem a uma primeira entrevista...onde é explicado como é que as coisas se processam... tudo o que é necessário para ... frequentar a Instituição... de acordo com as situações apresentadas, de acordo com as disponibilidades da Instituição é estabelecido um plano de serviços... a pessoa irá usufruir pagando uma determinada mensalidade, que pode ir dos 0€ aos muitos €.
	Determinação da condição de pobreza na instituição	- Mensalidade...calculada de acordo com as normas... estabelecidas pela Segurança Social, tem em consideração os rendimentos do agregado familiar, as despesas de saúde, serviços continuados... renda de casa... transportes públicos.
	Tipo de intervenção	Se não puder pagar eu coloco esta questão à Direção... é soberana. Por norma, há uma redução... não envolve custos acrescidos para a Instituição.
	Tipo de ajuda concedida aos idosos em situação de pobreza	- Apoio domiciliário... para cuidados de higiene... refeições, centro de dia... questão do convívio para a pessoa não estar só.

	Casos de pobreza mais flagrantes e típicos atendidos na instituição	- Sinalizar um homem para um lar, encontrar casa para senhora que estava na cadeira de rodas e vivia no 1º andar, num prédio sem elevador, e que tinha insuficiência económica, outras situações de pessoas mais novas, não idosos porque não têm 65 ou mais anos... mas que vivem... no fio da navalha, criar mecanismos para que as pessoas aprendam, por elas... a fazer face às respostas que necessitam de encontrar.
	Capacidade de resposta da instituição às solicitações	- Mais ou menos, por norma sim, porque o que acontece é que as pessoas quando nós procuram, procuram basicamente...sobretudo no apoio domiciliário, procuram porque uma pessoa está a camada e necessita de cuidados de higiene, em centro de dia é mais aquela questão de convívio para a pessoa não estar só em casa, para fazer as refeições, também para fazer a higiene....
Ajudas Institucionais	Respostas Sociais da instituição	- Centros de dia... Laranjeiro e Pragal... centro de convívio da Trafaria... apoio domiciliário no Laranjeiro.
	Tipo de respostas sociais mais solicitadas na instituição	- Apoio domiciliário... Sobretudo, serviço de higiene pessoal.
	Políticas Sociais adotadas na instituição	- ...Tentar dar uma resposta adequada e real... as pessoas, às vezes conseguimos, outras vezes ficamos um pouco aquém, também não temos recursos para isso, porque para fazermos esse tipo de trabalho necessitamos de pessoas....
	Relevância das Políticas Sociais para os idosos em Portugal	- O Estado... Poder central deveria a partir do momento que passa para as IPSS essas competências deveria dar-lhes mais apoio,... Não é uma questão de sermos subsídio dependentes. É que nada se faz sem dinheiro e o custo real de cada utente é um, e os apoios que é dado em média por utente ronda os 40% por custo real do utente, ora se esses 40% são dados pelo Estado, os outros 60% têm que ser a Instituição a autofinanciar-se. ... esta zona sempre foi muito carenciada, não é de agora.

	Medidas alternativas de combate à pobreza dos idosos	<p>- Acontece é que as pessoas felizmente vivem mais tempo... mas vivem muitas das vezes em más condições... deveriam existir mais apoios ao nível da aquisição dos medicamentos, serem isentos na aquisição da medicação de doenças crónicas... ao nível das respostas sociais...quem procura este tipo de resposta, para além daquelas pessoas que estão em situação de carência económica e de carência social, são pessoas que padecem de doenças do foro degenerativo, sobretudo demênciais, os Parkinson, Alzheimer, doença mental, e do foro psiquiátrico. São cada vez mais as pessoas que nos procuram com esses problemas... e há uma ausência de respostas a esse nível ...a ausências de sítios especializados para dar resposta... a maior parte da população que frequenta esse tipo de respostas, tem problema a este nível...há uma ausência muito grande de formação por parte dos profissionais sejam eles técnicos ou sejam eles auxiliares que trabalham diretamente com essas pessoas ...Passa também pelos modelos de funcionamentos em termos de horários.... não é muito concebível que uma Instituição funcione de segunda até a sexta-feira até às 5 da tarde,... Os idosos já estão a chegar muito facilmente aos 100 anos...essas outras medidas deviam ser pensadas ... pelo... Estado e pela Segurança Social que tutela ou que intervém nas instituições... ...devia ser pensado....</p>
Dificuldades dos técnicos de ação social na ajuda aos idosos em situação de pobreza	Dificuldades no terreno	<p>- Às vezes a família é uma barreira...intransponível... havendo família não vamos ser nós que vamos tomar decisões de fazer isso ou fazer aquilo em prol desta ou daquela pessoa, falta de informação que as pessoas que trabalham nessas instituições, falta de formação, lidarem com certas problemáticas... também por parte de quem dirige. Desconhecimento do trabalho que nós fazemos... não entendem porquê que há pessoas que pagam determinado valor e outras pagam outro.</p>

	Dificuldade das famílias no apoio ao idoso	<p>- As famílias têm... falta de tempo... questões dos horários, na falta de respostas que permite assegurar um acompanhamento mais constante por parte dos familiares mais velhos. Se... temos os infantários a trabalharem das...das 7 da manhã até às 7.30 da noite, porque não temos uma resposta para as pessoas mais velhas a funcionar no mesmo horário? Pela Segurança Social...é estabelecido quais são os dias que as instituiçõesirão funcionar e em que horário, acordos que foram feitos há muitos anos, com uma realidade diferente da atual, se calhar as pessoas que têm poder de decisão não conhecem esta realidade, ou conhecem uma realidade distorcida.</p>
--	--------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

• Entrevistada 2 (E2)

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
Prática Profissional	Tempo de trabalho	- 14 anos em novembro.
	Função do Assistente Social na Instituição	- Diretora de serviços...acompanhamento em ação social.
	Objetivos da Instituição	- Fazer o atendimento e acolhimento de famílias, também temos...respostas não só para os idosos... também para o setor da infância, servir essas famílias parte da Freguesia do Laranjeiro e toda a Freguesia do Feijó de forma transversal.
	Articulação do trabalho com outros profissionais	- Os problemas não são estanques... são transversais...dependendo da situação...tanto posso articular com a saúde... centro de saúde... hospital... como posso ter que articular com a Segurança Social... com o policiamento de proximidade com a PSP... outras instituições locais... tribunais.
	Estratégias profissionais	- Boa relação entre colegas... trabalho de proximidade com todos os outros técnicos... “conhecemo-nos muito bem...”uniformidade de intervenção, facilmente articulamos uns com os outros, facilmente desbloqueamos as coisas... também bom relacionamento com a Câmara Municipal de Almada que tem agilizado N situações.
Perceção sobre a pobreza em Portugal	Definição de pobreza	- Quando alguém não consegue ter acesso aos bens essenciais de vida, se não tem esses bens essenciais de vida... também não vai ter qualidade.
	Definição de pessoa pobre	- Pessoa que não tem acesso ao que é mais essencial... ter uma qualidade de vida mínima... ter acesso aos seus bens essenciais do dia a dia, o poder ter luz... água... a sua alimentação.

	Como as pessoas vivem a situação de pobreza	- Falando da questão dos idosos... têm sido um alvo muito, muito frágil, na consequência da crise... têm sofrido uma série de danos colaterais... as suas pensões baixaram alguns valores, ou então em algumas situações esses mesmos valores também já não aumentam há uma série de tempo... duodécimo também lhes faz muita confusão na sua gestão do dia a dia. Há uma franja grande deste grupo de faixa etária que se viu obrigado a ter que partilhar o pouco que têm novamente com os seus filhos... porque... estão desempregados... ou, perdem as casas e voltam para casa dos seus pais onde eles têm que receber os filhos...o marido ou mulher e... os netos... têm que repartir não só o seu espaço novamente... para alguns até é bom porque faz aqui... a prevenção do isolamento... mas depois, ao mesmo tempo, vem um constrangimento financeiro, porque têm que dividir o pouco que têm da sua reforma com outras pessoas... isso às vezes é muito difícil...deixam de ter a qualidade de vida que tinham.
	Formas de intervenção	
	Particularidade no Distrito de Setúbal	- Fenómeno assume particularidades no distrito de Setúbal.
	Particularidade na Freguesia do Laranjeiro e Feijó	A nível do atendimento da ação social deparamo-nos com esta realidade, muitas, muitas vezes. No nosso atendimento, às vezes, não é o idoso que vem ao nosso atendimento, são os próprios filhos que vêm... pedir ajuda a nível de respostas... porque se viram obrigados... a ter que ir para casa dos pais... também se sentem constrangidos por estarem... um peso na vida dos pais. Muitas vezes... outras famílias... embora não vivam com os pais, são os pais muitas vezes que têm que fazer os avios mensais, vão com eles ao supermercado e do pouco que têm das suas pensões também lhes ajudam a nível da alimentação ou do pagamento do ATL dos filhos ou a compra do passe mensal para irem à procura de trabalho, ou seja, a várias situações.

Atendimento e orientação às solicitações das pessoas em situação de pobreza	Pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza na instituição	- A pessoa principal da triagem sou eu, na prática... tenho uma grande ajuda do meu colega de secretária... que também já conhece a população.
	Processo de atendimento	- Na grande maioria, são residentes da freguesia do Laranjeiro e do Feijó... as pessoas podem fazer a marcação do atendimento connosco via telefone ou pessoalmente se quiserem vir aqui ao centro, também há algumas marcações por sinalizações, ou colegas do hospital que têm, por exemplo, um utente lá que nos telefona, faz-se logo uma marcação, ou o colega do centro de saúde ou, por exemplo, uma pessoa que desconhecia onde ficava o nosso centro e vem, por exemplo, da Segurança Social... eles lá também fazem essa triagem... a sinalização de policiamento de proximidade... principalmente na área dos idosos, ou porque estão isolados ou porque ... detetaram algum problema a nível familiar, depende das situações, nós atendemos as famílias, portanto pode ser uma família nuclear ou com filhos a cargo, pode ser simplesmente uma família nuclear, pode ser uma família simplesmente monoparental, ou uma pessoa isolada.
	Determinação da condição de pobreza na instituição	- Depende daquilo que foi diagnosticado.
	Tipo de intervenção	- Depende... há tanta situação que nós encontramos, a ação social é um mundo... sinalizar, esclarecer, muita coisa...

	<p>Tipo de ajuda concedida aos idosos em situação de pobreza</p>	<p>- As pessoas têm que fazer o pedido de isenção de taxas moderadoras no Portal da Saúde, bem um idoso não consegue ir pela Internet e pedir esta isenção... nós... com as informações que temos que pedir ao idoso... resolvemos esta questão... tentamos agilizar aqui um bocadinho os direitos da sua cidadania, não sabem escrever, têm que responder a um ofício, têm que preencher um documento qualquer para entregar algum serviço, muitas das vezes vêm ter connosco, claro que nós ajudamos a preencher. Vêm pedir ajuda a nível de alimentos. Estas duas freguesias têm tido este privilégio que é de policiamento de proximidade... um agente da polícia que faz visitas a idosos... por sinalização dos vizinhos... de algum serviço... articula com a técnica da zona... vem até nós... denúncia a situação e nós marcamos logo uma visita ao domicílio, geralmente eu vou acompanhada por este mesmo agente... pessoa... de referência para o idoso, também para não se sentir invadido. Articulamos também com o centro de saúde, com o médico de família... no sentido de tentarmos ver há quanto tempo a pessoa também não vai a consulta, se vai, se recorre para ir buscar o seu receituário ou não, ou só lá vai para ir buscar receita e nunca mais quis falar com o médico em situações assim mais complicadas, se um idoso não tem capacidade de sair nós pedimos... visita ao domicílio por parte do médico de família, ... há sempre um ou outro vizinho que ajuda.</p>
--	------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Casos de pobreza mais flagrantes e típicos atendidos na instituição	- Questões de saúde mental... não têm apoios necessários, demências, problemas graves de psiquiatria, coisas muito mal resolvidas no seu passado e de coisas muito pequeninas que podiam ser resolvidas... com apoio psicológico e passaram para... a psiquiatria. Já houve a necessidade de intervir em comportamentos compulsivos, idosa com problemas psiquiátricos diagnosticados... a medicação não estava a ser feita da melhor maneira... arranjou-se outra estratégia... ia ao centro de saúde para ser feita a monitorização da toma da medicação... começamos a perceber que o filho também lhe ficava com a reforma...percebemos que não estava a ser bem tratada... casa extremamente suja... desorganizada, falta de alimentação...articulação com o policiamento de proximidade... com alguns membros da família dela... foi feito... o internamento compulsivo desta senhora, quando existe esta articulação entre serviços é mais fácil.
	Capacidade de resposta da instituição às solicitações	- Todas as situações que são atendidas, pelo menos essas, claro q sim... são avaliadas e são intervencionadas, às vezes o que acontece é que estamos também dependentes aqui um bocadinho de outros serviços, a gestão económica das IPSS também tem sido muito difícil... as participações das famílias também vêm diminuindo, faz com que as IPSS não tenham recursos para melhorar também as suas respostas e isso faz com que haja o constrangimento... de não se dar logo de imediato uma resposta de qualidade, ou de melhor qualidade, como ter salas específicas para pessoas com demência, podíamos fazer aqui exercícios, ter técnicos específicos para a demência.
Ajudas Institucionais	Respostas Sociais da instituição	Ação social... ATL... espaço jovem... intervenção comunitária direta...amas... umas sociais... berçário... creche...pré-escolar... centro académico... dá resposta do primeiro ciclo até ao secundário... cantina social como resposta de emergência para os nossos idosos temos o nosso centro de dia e o nosso apoio domiciliário... cantina social.

	Tipo de respostas sociais mais solicitadas na instituição	- Ação social... temos atendimentos diários quase... pedem alimentação e... dinheiro para fazerem face às suas despesas do dia a dia, a instituição não dá dinheiro... desbloqueia apoios, apoio domiciliário... centro de dia, já não temos aqueles centros de dia à procura de pessoas que querem ter um tempo com outra qualidade, estamos a ter procura de centros de dia para pessoas dementes, pessoas que os filhos pedem apoio.
	Políticas Sociais adotadas na instituição	- Estamos limitados aquilo que a Segurança Social também nos diz, o facto de sermos uma IPSS... participados por parte da Segurança Social, temos a supervisão deles e isso faz com que as regras sejam as regras que eles nos ditam.
	Relevância das Políticas Sociais para os idosos em Portugal	- A questão do complemento solidário para idosos que veio complementar aqui o valor da pensão de muita gente, que lhes veio dar também a possibilidade de terem acesso a apoios muito específicos... medicação... óculos... patologias... tarifário social da EDP e SMAS, tirando esta medida mais... de apoio económico, acho muito pouco, mesmo muito pouco... os idosos têm sofrido muitos danos colaterais da crise, sentem-se fragilizados.
	Medidas alternativas de combate à pobreza dos idosos	- Se a questão do desemprego fosse resolvido era meio caminho para muitos outros também... a nível nacional se a questão do desemprego for trabalhada é meio caminho andado para outros fatores deixarem de serem tão frágeis e começarem aqui um percurso novamente... se isto acontecer, por exemplo, o filho da dona Maria já consegue ter capacidade de arrendar uma casa... ela já não tem que fazer aquele avio mensal para o filho, e já começa fazer as suas refeições normalmente.

Dificuldades dos técnicos de ação social na ajuda aos idosos em situação de pobreza	Dificuldades no terreno	- As pessoas quando vêm ao atendimento os problemas já estão em estado agudo, ok, muito grave ou grave e as respostas às vezes não são tão imediatas quanto seria necessário, refiro-me especificamente às questões, por exemplo, dos apoios económicos... a pessoa vem ali ao atendimento e já está mais do que...desde o ano passado... a Câmara tem... plano de emergência social... nós técnicos podemos desbloquear de forma mais célere apoio económicos... para coisas muito específicas, por exemplo, para a medicação do idoso... obviamente sempre com o nosso diagnóstico técnico... qual a realidade do utente, o que encontramos e o que é mais direcionado... permite-nos acelerar... um bocadinho as coisas, na questão de apoio alimentar, a procura tem sido muita e o volume de alimentos para se poder apoiar as famílias continua o mesmo, a questão das rendas... está desprotegido porquê, não sabiam que tinham até ao dia tal para responder, não sabiam que se escrevessem uma carta ao senhorio a atestar os seus rendimentos os senhorios não podiam aumentar as rendas, diz a lei... e como eles... não sabem nada disso... é-lhes aplicado, sem dó nem piedade por parte dos senhorios, o aumento das rendas... é um utente que vai precisar de um apoio de géneros alimentares todos os meses e para o resto da sua vida, o IRS muitos idosos não sabem e depois ficam em dívida para com as Finanças.
	Dificuldade das famílias no apoio ao idoso	- As questões de demência e da deficiência... nas IPSS temos idosos completamente dependentes... os serviços anteriores já não eram suficientes, há pessoas que o apoio domiciliário é suficiente, mas há pessoas que depois começam a ter necessidade de serem vigiadas a tempo inteiro e aqui as respostas que estão a ser acionadas são respostas que já não estão ser suficientes... ou tem critérios para os cuidados continuados ou quando não tem... tem os critérios para um lar... que podem ou não ser comparticipados pela Segurança Social se a família não poder pagar. No Laranjeiro faz falta... um lar IPSS, não um lucrativo, porque... esta união de freguesias nós temos aqui rendimentos muitos baixos, os idosos têm rendimentos muitos baixos.

• Entrevistada 3 (E3)

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
Prática Profissional	Tempo de trabalho	- Desde 2009, 7 anos.
	Função do Assistente Social na Instituição	- Não temos ninguém afeto... é um centro de acolhimento ao imigrante.
	Objetivos da Instituição	- Passar a informação porque há muita... entre a população imigrante, o que existe é um bocado de desinformação... informamos quais são os seus direitos e também deveres... quais são os apoios.
	Articulação do trabalho com outros profissionais	- Articulamos encaminhando... assim como essas instituições... quando existe um problema de legalização ou vêm de outro foro de ação social, contactam-nos.
	Estratégias profissionais	“A estratégia é um bocado a empatia, acho que a pessoa só se abre connosco se sentirem empatia”
Perceção sobre a pobreza em Portugal	Definição de pobreza	Necessidades básicas de alimentação... necessidades básicas do dia a dia, a pobreza às vezes que nos vem aqui é uma pobreza moral... porque a pessoa sente-se enredada, tipo numa rede... acha que o social tem que lhe fazer tudo e não é capaz de sair do ciclo... a intenção é quebrar este ciclo da pobreza, nós não queremos só dar o pão para a boca... nós queremos principalmente libertar a pessoa dessa situação de carência e depender do social, com idoso é outra vertente... têm outras necessidades... nós necessariamente temos que arranjar apoio... e encaminha-lo de forma que ele melhor se sinta acolhido.
	Definição de pessoa pobre	

	Como as pessoas vivem a situação de pobreza	- Um bocado envergonhados, acho que se a pessoa cair nesse ciclo e sentir vergonha de procurar ajuda... pela pobreza às vezes até da postura, do conseguir sair e pedir. É uma formação e informação saber que, eu idoso, também tenho direito de ir bater a uma instituição e solicitar ajuda para mim e não depender que seja outro a ir pedir para mim exceto em situações de demência.
	Formas de intervenção	- Em termos latos, acho que é quebrar o ciclo mesmo da pobreza [...] acho que é quebramos o ciclo da pobreza, só assim conseguiremos quebrar, se as pessoas deixarem, de certa maneira, de ver o social como um suporte.
	Particularidade no Distrito de Setúbal	
	Particularidade na Freguesia do Laranjeiro e Feijó	- É uma zona de bairros sociais ... inseridos dentro das outras populações... o problema aqui é que o desemprego afetou muita gente ... todos os dias tem pessoas a vir-nos baterem a porta pedir a apoio.
Atendimento e orientação às solicitações das pessoas em situação de pobreza	Pessoa responsável pela triagem das situações de pobreza na instituição	- Nós estamos aqui muito recentemente... vamos ter uma técnica de ação social que irá fazer só essa triagem”
	Processo de atendimento	- Os casos chegam através da informação da população, passa de boca em boca, pedem o apoio aqui ao centro de apoio ao emigrante... ou são também encaminhados pelas outras assistentes sociais. Temos agregados familiares, temos pessoas individuais, temos muitos do género masculino que vêm a Portugal à procura de trabalho e com sentido de reagrupar a família posteriormente, temos casos de idosos, os idosos que nos procura naturalmente pertencem a um agregado familiar e vêm, de certa forma, com uma sobrecarga pro filho ou filha, para a nora ou para o genro... vêm-nos procurar para terem outros apoios sociais.

	Determinação da condição de pobreza na instituição	- Não temos... uma fasquia de dizer este é pobre e aquele não é, a pessoa pode-nos procurar porque pontualmente tem uma necessidade pobre, tem uma necessidade de hoje para amanhã, se lhe aparecer um trabalho e cuidar da sua situação deixa de ser, não é considerado automaticamente pobre.
	Tipo de intervenção	- Dependendo se for uma pessoa jovem, nós encaminhamos para a procura ativa de trabalho... se o caso for formação, para a procura ativa de formação... precisamente para quebramos o ciclo de exclusão social. Se for idoso... queremos primeiro saber se está legalizado ou não está, como é que nós podemos apoiar... se tiver legalizado automaticamente tem direito aos apoios sociais.
	Tipo de ajuda concedida aos idosos em situação de pobreza	- Se têm necessidades básicas de alimentação, nós assinalamos, mandamos para a técnica da área de residência... que poderá inscrever no PECAC (programa de apoio alimentar), ou se a necessidade é permanente, arranjar-lhe uma cesta básica que consiga, conforme for a condição da pessoa, porque se quiser alimentos para confeccionar, a técnica pode ter pontualmente alimentos para confeccionar, se a situação é duma carência absoluta, nós encaminhamos para os refeitórios de apoio social que existem.
	Casos de pobreza mais flagrantes e típicos atendidos na instituição	- Agregados familiares acompanhados de crianças menores e que não têm como recorrer aos apoios sociais, esses são os nossos casos mais urgentes, idosos... são amparados pela família, porque naturalmente na população imigrante, quem nos mandou buscar foi um filho ou filha... são apoios para eles, a população imigrante é um bocado solidária.
	Capacidade de resposta da instituição às solicitações	- Tentamos, não quer dizer que consigamos mas também... às vezes o imigrante hoje está aqui, vem-nos pedir ajuda, mas daqui a uma semana, poderá nem estar.
Ajudas Institucionais	Respostas Sociais da instituição	- Não temos uma resposta social direta... a nossa função é encaminhar... Em serviços que possam apoiar a pessoa, depois seguimos cada caso... saber se foi respondido ou não foi, servimos de um membro da articulação.

	Tipo de respostas sociais mais solicitadas na instituição	- A regularização, para um imigrante é estar regular, porque estando regular tem o apoio aos apoios sociais, não estando regular não tem direito aos apoios sociais nenhum.
	Políticas Sociais adotadas na instituição	- Não temos assim uma medida social... nós todos como técnicos, servimos todos em rede... se houver alguma medida, somos todos nós que decidimos.
	Relevância das Políticas Sociais para os idosos em Portugal	- A cautelar situações que atualmente vemos de violência contra idoso... violência, dos maus tratos... do desrespeito pela população idosa... acho que passa um pouco pela formação base nas escolas... não tratar o idoso como uma pessoa que fica no canto e já não é mais necessário.
	Medidas alternativas de combate à pobreza dos idosos	- Haver mais serviços de apoio aos idosos... devia de haver mais técnicos, há algumas instituições que têm muitos e outras que só têm um.
Dificuldades dos técnicos de ação social na ajuda aos idosos em situação de pobreza	Dificuldades no terreno	- A dificuldade é o medo, às vezes, que o idoso tem em relatar as situações que se passam com ele, principalmente situações de violência... têm muita dificuldade de relatar, por exemplo, que sofre violência da parte desse familiar, ou que esse familiar o controla... o problema é chegar, a principal problemática é chegar, não ter medo e chegar a desabafar com alguém que lhes possa trazer aos serviços, porque os serviços ao saber desta situação naturalmente agem.
	Dificuldade das famílias no apoio ao idoso	- Enquanto o familiar é cuidador do idoso e trabalha, esse idoso naturalmente ficará abandonado em casa... a dificuldade será sempre procurar ajuda das instituições, conseguir que a pessoa consiga manter uma rotina, que não perca as suas qualidades... não desaprenda dos seus conhecimentos e continuar a ser uma pessoa ativa, porque a pessoa a ficar sozinha dias inteiros em casa acaba por ficar inativa... vai perdendo qualidades... isto traz problemas de demência, uma série de situações. O cuidador... ao se cuidar de uma pessoa idosa e não se tem outra tarefa, a pessoa aborrece... se decidir pôr no centro de dia... a pessoa é válida ainda. Idoso e não tem mobilidade... as instituições já têm esses equipamentos... poderão sempre procurar uma ajuda e mais-valia para o idoso, o problema é ficar em casa.

Apêndice 9 - GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – UTENTES DO CENTRO DE DIA DA INSTITUIÇÃO ALMA DO BAIRRO

Utente (U1)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perceção sobre a pobreza	Definição de pobreza	- A pobreza é complicado... é muito difícil para se viver.
	Sente-se pobre	- Considero-me pobre... Com poucos rendimentos.
	Razões da pobreza dos idosos	- Porque o que eu ganho não dá para viver... a reforma não é suficiente para viver.
Caracterização socioeconómica	Rendimentos dos últimos 12 meses	- Sempre muito baixos... Quando trabalhava ganhava mais... Já estou reformado há 1 ano.
	Contribuição dos rendimentos para o agregado família	- O meu filho ajuda.
	Rendimentos fazem face às despesas pessoais	- Não... É muito difícil, porque é pouco dinheiro, o que eu ganho é pouco. A mulher ainda vai trabalhando, nalgumas coisas... faz algumas horas de trabalho. Tudo junto conseguimos... Com dificuldade, claro.
Ajudas Institucionais	Apoios institucionais	- Não, nunca tive apoios... Talvez já fizesse um pedido de apoio mas acho que não foi aceite.
	Tipo de apoio institucional pedido	
	Mudanças na vida após receber apoio	- Almoço na Instituição... Melhorou a vida pelo menos uma parte.
	Qualidade dos serviços de apoio	- São todos bons com os utentes.
	Gestão da vida sem apoios	- Mais difícil.

Utente 2 (U2)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perceção sobre a pobreza	Definição de pobreza	- A pobreza é falta de as pessoas viverem em dificuldade e não terem dinheiro para se governarem, passam fome... é tudo isso.
	Sente-se pobre	- Não, sou remediado.
	Razões da pobreza dos idosos	- São pobres porque têm os ordenados pequenos, geralmente as famílias não ligam aos idosos e estão sujeitos a virem se a meter nestas ...instituições.
Caracterização socioeconómica	Rendimentos dos últimos 12 meses	- A minha reforma praticamente tem se mantido.
	Contribuição dos rendimentos para o agregado família	- O meu ordenado é que é para ajudar os meus familiares, a minha filha não ganha o suficiente e eu tenho que lhe ajudar.
	Rendimentos fazem face às despesas pessoais	- Consigo sim fazer face às despesas pessoais... mesmo ajudando.
Ajudas Institucionais	Apoios institucionais	- Apoio não recebo nenhum, simplesmente tenho a medicação mais barata na Marinha, sou da Marinha.
	Tipo de apoio institucional pedido	- Ela trabalha e como não pode... como não posso estar todo o dia em casa sozinho venho para aqui, vim para aqui, passo aqui o tempo.
	Mudanças na vida após receber apoio	- É melhor, muito melhor, não andava, tive um problema nas pernas, vim para aqui, agora estou aqui, estou aqui durante o tempo.
	Qualidade dos serviços de apoio	- Avalio bem, acho que é bom ... não tenho nada a dizer, tenho cá o almoço, lanche e jantar. O jantar não tenho porque vou embora às 5 horas, e não levo o jantar.
	Gestão da vida sem apoios	- Se não viesse aqui iria para o outro lado, se calhar, iria para ali quem vai para o Miratejo, tem ali um lar, era para ir para aí ou para aqui, mais eu decidi vir para aqui.

• Utente 3 (U3)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perceção sobre a pobreza	Definição de pobreza	- Além da saúde a pobreza é uma coisa triste, a pobreza é uma miséria ... as pessoas gostariam ter outra vida, assim melhor, então não podem ou porque estão desempregados ou porque são doentes ou já têm uma certa idade e a pobreza ataca tudo isso.
	Sente-se pobre	- Tenho o suficiente para mim e para o meu filho, não me acho uma pessoa pobre, assim pobre não, eu não sou rica, mas também não acho assim esta pobreza não, tenho sempre para o dia a dia mais alguma coisa.
	Razões da pobreza dos idosos	- Alguns são coitadinhos, são tão pobres alguns por causa da família ... veio esta crise, os filhos desempregaram-se, tudo desempregados e então quem lhes estava a sustentar ainda eram os pais, sustentavam os filhos e os netos ..., da pequenina reforma deles, dava assim para eles e viviam mal. Outros são os filhos que às vezes não ligam aos pais, podiam auxilia-los ou dar mais assistência a doenças ou em casa ... uma pessoa é velha, vai para o lar ... Já tenho ouvido dizer que há muitos que só lá vão de mês a mês porque vão lá só pagar o lar e nunca mais lá voltam e lá estão os velhotes. Os velhinhos agora estão muito abandonados, há uns filhos que até tratam, mesmo assim lá no lar visitam-nos, tratam deles e alguns levam os fins de semana a casa deles e depois vão lá leva-los outra vez, é assim, mas há outros que não ligam mesmo.
Caracterização socioeconómica	Rendimentos dos últimos 12 meses	- Desde que foi esta crise... dantes recebia a pensão do marido, embora que ela não é muito grande não teve aumento.
	Contribuição dos rendimentos para o agregado família	- Nós não temos divisões ... está tudo em conjunto, aquele que precisa tira.
	Rendimentos fazem face às despesas pessoais	- Consigo, porque só sou eu e mais ele, só somos os dois, de maneira que eu não sou de gastar ..., ele a mesma coisa.

Ajudas Institucionais	Apoios institucionais	- Eu não tenho nadinha nadinha, é só a pensão do meu marido, sou pensionista.
	Tipo de apoio institucional pedido	- Passa o dia na instituição, tomo o pequeno almoço, almoço e lanche depois vai para casa, carrinha da instituição para transporte.
	Mudanças na vida após receber apoio	- Para não estar para lá também sozinha a olhar para as paredes.
	Qualidade dos serviços de apoio	- Eu gosto de cá estar ... o que eu acho assim mais fraquito e sem mais coisa é o comer, é a comida.
	Gestão da vida sem apoios	- Geria bem, como dirigi desde que o meu marido faleceu até agora.

• Utente 4 (U4)



Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perceção sobre a pobreza	Definição de pobreza	- A pobreza é a fome ... Passarem fome, não terem dinheiro para comer.
	Sente-se pobre	- Com certeza, vivo com uma pensão que o meu marido me deixou de cento e tal euros, posso viver rica? O que me ajuda é o meu neto.
	Razões da pobreza dos idosos	- Porque não têm dinheiro e não têm quem os ajude, o Estado não dá nada, pelo contrário, até tira.
Caracterização socioeconómica	Rendimentos dos últimos 12 meses	Recebe uma pensão de cento e não sei quantos euros, que é para pagar aqui a instituição, não tenho reforma nenhuma ... Porque nunca trabalhei para receber, trabalhei vinte e tal anos nos hospitais civis de Lisboa ... mas não fui reformada por causa do 25 de Abril.
	Contribuição dos rendimentos para o agregado família	- Ajudada] pelo meu neto ...o meu neto é que me leva ao médico, é que me paga a farmácia.
	Rendimentos fazem face às despesas pessoais	- Tenho que pagar a renda da casa à Marinha, que vem descontada na minha pensão eu vivo muito mal ... se não fosse o meu neto ajudar-me, não sei como eu vivia.
Ajudas Institucionais	Apoios institucionais	- Tem apoio da Instituição, já estou aqui há 10 anos.
	Tipo de apoio institucional pedido	- Instituição e alimentação. Levo jantar, sopa, um pão e uma peça de fruta.
	Mudanças na vida após receber apoio	- Passa o dia na Instituição.
	Qualidade dos serviços de apoio	- Ninguém me trata mal, também não trato mal a ninguém, por isso não tenho razões de queixa.
	Gestão da vida sem apoios	

• Utente 5 (U5)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perceção sobre a pobreza	Definição de pobreza	- A pobreza ... as pessoas é quem a fazem à partida, há aqueles que não chegam a terem dinheiro..., já não têm mais recursos na vida, não têm, ou seja, quem cair na pobreza acho que é difícil depois sair de lá, enquanto se é rico ou remediado é uma coisa, caindo-se na pobreza eu acho que não há ninguém que ajude.
	Sente-se pobre	- Remediado. Até agora nunca me faltou nada, do que tenho também não me chega, mais há coisas que até se resolvem.
	Razões da pobreza dos idosos	- Uma má governação e egoísmo das pessoas ..., está mal distribuído uns têm muito, também não o largam que é deles, e há aqueles que nunca tiveram nada e passaram a não ter nada outra vez.
Caraterização socioeconómica	Rendimentos dos últimos 12 meses	
	Contribuição dos rendimentos para o agregado familiar	- Desde que fui divorciado, sou sozinho.Tenho lá a filha e a neta em casa, mas faço a minha vida sozinho e elas fazem a delas, ajudei-as, não tinham para onde ir” às vezes ajuda a filha.
	Rendimentos fazem face às despesas pessoais	- Até agora tenho conseguido, uns dias melhor outros dias piores, uns anos mais endinheirado, tenho conseguido.
Ajudas Institucionais	Apoios institucionais	- Só daqui, o único apoio que eu tenho é daqui da Alma do Bairro.
	Tipo de apoio institucional pedido	- Estou todos os dias centro de dia e alimentação.
	Mudanças na vida após receber apoio	- Se não tivesse ninguém que me pescasse, não sei como é que estava, estava em casa se calhar deitado a dormir. Tenho-me sentido bem, nem me custou nada vir par’aqui.

	Qualidade dos serviços de apoio	- Não tenho nada a dizer, não vou dizer que são excecionais, mas são bons, as pessoas são amáveis, são simpáticas.
	Gestão da vida sem apoios	

Anexo 1- DECLARAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS DE LISBOA




DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos declara-se que a aluna do Mestrado Serviço Social Gestão de Unidades Sociais e Bem Estar - Nengudi Gomes Campos Miguel pretende realizar a investigação empírica no concelho de Almada junto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que desenvolvem trabalho com as situações de pobreza, conforme carta da própria em anexo..

A dissertação é orientada pela Profª Doutora Aida Ferreira que poderá ser contactada para qualquer esclarecimento adicional pelo email: aidabenfer@gmail.com ou para a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de Serviço Social.

O Diretor do Instituto de Serviço Social



(Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira)

Anexo 2 - RESPOSTA DO PEDIDO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

De: [Ação Social - Gabriela Delgado](#)

Enviado: 03/05/2016 16:20

Para: nengudigomes@hotmail.com

Assunto: Resposta ao pedido de entrevista

Boa tarde Nengudi,

Na sequência do seu pedido, venho por este meio propor que venha ao nosso centro na próxima sexta-feira pelas 10:00.

Caso não lhe seja possível, poderá entrar em contato para 212557320, para se agilizar da melhor forma.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com estima.

Gabriela Delgado

Serviço de Ação Social

Av. Professor Rui Luís Gomes, n.º 21 R/c

Laranjeiro

2810-274 Almada

Telf: 21 255 73 20

Fax: 21 255 73 28



Antes de imprimir este e-mail pense bem se tem mesmo que o fazer. O futuro agradece